

Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de padrões reduzidos?

Andréia Barroso Figueiredo Maciel

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

ORIENTADORA : *Professora Doutora Maria Filomena Mendes*
CO-ORIENTADOR: *Professor Doutor Paulo de Jesus Infante*

ÉVORA, DEZEMBRO DE 2015



Resumo

Desde a última metade do século XX que a sociedade portuguesa vem passando por um amplo processo de transformações económicas e sociais, em simultâneo a um acentuado processo de declínio da fecundidade, sem prenúncios evidentes de uma completa inversão desta tendência. Este contínuo declínio da fecundidade em Portugal vem impondo ao país um intenso envelhecimento demográfico. De acordo com a teoria da Segunda Transição Demográfica, o declínio da fecundidade Europeia é resultado destas transformações socioeconómicas, que influenciaram profundamente as trajetórias reprodutivas e o “lugar” dos filhos na organização familiar. De forma geral, o declínio da fecundidade a níveis expressivamente reduzidos tem sido explicado principalmente a partir das mudanças relativas ao alongamento das trajetórias escolares, do acesso ao mercado de trabalho, das alterações nas formas de se viver a conjugalidade e das motivações para a parentalidade.

Face ao atual contexto de fecundidade, a presente tese pretende analisar o declínio e manutenção do atual cenário da baixíssima fecundidade portuguesa – tanto no quadro dos países Europeus quanto no panorama mundial – tendo em consideração o comportamento do *quantum* e do *tempo*, mas também da influência dos valores sociais acerca da parentalidade e do “lugar” dos filhos.

Tendo como objetivo central compreender o declínio da fecundidade portuguesa em função destes principais eixos norteadores, os resultados permitiram identificar que o declínio da fecundidade, em Portugal, foi primeiramente marcado por uma intensa redução do *quantum* e, a seguir, pelos efeitos do *tempo*, mas também pelas motivações para a parentalidade, com uma forte valorização dos filhos. Não obstante o quase generalizado desejo pelo estatuto da parentalidade, o seu contínuo adiamento para idades cada vez mais tardias, associado às elevadas expectativas acerca do futuro e do “lugar” dos filhos, colocam em causa a aproximação da fecundidade portuguesa a níveis próximos ao necessário à substituição das gerações.

Palavras-chave: fecundidade, número ideal de filhos, valores parentais, adiamento, quantum.

Low fertility: late adjustment to structural changes or consolidation of preference for small families?

Abstract

Since the second last half of the 20th century Portuguese's society has undergone an extensive process of economic and social change, simultaneously with a noticeable process of fertility decline, without direct suggestions of a complete reversal of this trend. Such continuous fertility decline boosted the process of demographic aging.

The Second Demographic Transition theory advocates that the European fertility decline is a result of these socio-economic changes that overwhelmingly influenced the reproductive trajectories and the children role in the family organization. In a broad way, the fertility decline to the lowest-low levels has been explained into the light of the increasing time at the educational trajectories, changes in the labour market participation, changes in family formation as well as motivations in the parenthood transition.

Given the Portuguese contemporaneous fertility trends, this thesis analyses the decline and steady extreme low fertility scenario, in the European framework. Considering for that the *tempo* and *quantum* trends, but also the influence of societal parenting values and children social values and roles.

With the main objective to understand the decline of the Portuguese fertility against these major guiding principles, the results showed that the decline in fertility, in Portugal, was first characterized by an intense *quantum* reduction, followed latter by the *tempo* effect, combined with changes at the parenthood motivation with strong offspring enhancement. Despite the almost universal desire for parenthood social status, its continued postponement to older ages. Combined with high expectations about the future and the offspring role, compromise the Portuguese fertility increase to levels close to the one needed to replace generations.

Keywords: fertility, ideal number of children, parenting values, postponement, quantum.

Agradecimentos

Após um longo percurso pontilhado por expectativas, alegrias e angústias é chegado o momento de agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho chegasse a bom termo.

Primeiramente quero agradecer à Deus por me permitir realizar mais uma conquista, dando-me força e coragem para transpor barreiras quando tudo parecia inacessível e também, por ter colocado na minha vida pessoas tão especiais.

Em segundo lugar agradeço à minha família – razão da minha existência – em especial as minhas filhas Caroline e Thaís e ao meu esposo Jáder.

Obrigada aos meus pais por terem me legado sua força e perseverança. Obrigada mãe, por apesar da saudade, me incentivar e apoiar nesta longa tarefa. Obrigada aos meus queridos irmãos pelas palavras de carinho e pela agradável companhia nos momentos em que conseguimos estar juntos. Aos demais familiares, obrigada por mesmo distantes me apoiarem e incentivarem.

Um agradecimento especial à minha querida orientadora, professora Maria Filomena Mendes, fonte inesgotável de estímulo. Obrigada Professora, por acreditar no meu potencial e me fazer olhar para além do horizonte temporal próximo, me encorajando a fazer o doutoramento em Sociologia/Demografia. Foi graças a si que iniciei e termino este trabalho. Como não tenho palavras capazes de traduzir a gratidão e a admiração que sinto por si, mais uma vez muito obrigada por ser esta pessoa extremamente generosa e competente.

Meus sinceros agradecimentos também ao professor Paulo Infante, meu co-orientador, pelos valiosos ensinamentos em estatística, nomeadamente pelos ensinamentos da construção dos modelos de regressão logística. Obrigada pela paciência com que me ensinou a lidar com esta preciosa ferramenta de análise – indispensável ao meu trabalho.

Um agradecimento especial também aos membros do CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – por acolher e viabilizar o projeto de investigação conducente à tese e, ainda, pelo apoio financeiro para as

participações em congressos e eventos de interesse e pelo desvelo com que sempre atenderam minhas solicitações.

Deixo também o meu sincero agradecimento à FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – por ter financiado a minha investigação e permitido a dedicação necessária à realização e elaboração deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos de longe e de perto pelo apoio oferecido nos mais diversos momentos. E, às amizades travadas ao longo deste percurso – em especial à Graça Magalhães, Rita, Lúcia, Filipe, Conceição e à professora Graça Moraes – obrigada pelas ideias, comentários, sugestões e principalmente por vossa amizade. Sem vocês, os trabalhos de desenvolvimento desta tese teria sido uma jornada ainda mais solitária.

À todos vocês que fazem parte da minha vida e do meu percurso, muitíssimo obrigada!

Índice Geral

Introdução.....	1
1.1 – Relevância do estudo e limitações	2
1.2 – Estrutura da tese	4
Capítulo 1 – Revisão da literatura	6
Capítulo 2 – Dados e metodologia	35
Capítulo 3 – O panorama demográfico português	50
Capítulo 4 – Os ideais de fecundidade em Portugal e na Europa do Sul	71
4.1 – Introdução	71
4.2 – Dados, Metodologia e seleção de variáveis	77
4.3 – Análise dos resultados	81
4.4 – Síntese e discussão dos resultados	100
Capítulo 5 – <i>Childlessness</i> e descendências de filho único	106
5.1 – Introdução	106
5.2 – Dados, Metodologia e seleção de variáveis	113
5.3 – Análise dos resultados	116
5.3.1 – <i>Childlessness</i>	116
5.3.2 – Filho único	139
5.4 – Síntese e discussão dos resultados	149
Capítulo 6 – As intenções de fecundidade ao longo da vida reprodutiva e o diferencial entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade realizada	163
6.1 – Introdução	163
6.2 – Dados, Metodologia e seleção de variáveis	169
6.3 – Análise dos resultados	173
6.3.1 – As intenções de fecundidade ao longo do curso de vida	173
6.3.2 – O diferencial entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade realizada	184
6.4 – Síntese e discussão dos resultados	196
Capítulo 7 – Do passado ao presente	206
7.1 – Contextos da família de origem	206

7.2 – Caracterização dos indivíduos que não podem ter filhos pela sua condição perante a parentalidade	211
7.3 – Transição para a maternidade	215
7.4 – O <i>quantum</i> e o <i>tempo</i>	224
7.5 – Fecundidade concluída pela coorte de mulheres nascidas entre 1964-1968, com idades entre 45 e 49 anos em 2013	229
7.6 – Síntese e discussão dos resultados	245
8 – Conclusões Finais	247
9 – Bibliografia	252
10 – Anexos	266

Lista de figuras

Figura 3.1: Índice sintético de fecundidade (ISF), para o período 1960-2013 (Portugal).....	50
Figura 3.2: Taxa de fecundidade geral (‰) por classes etárias, para o período 1971-2013 (Portugal).....	53
Figura 3.3: Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho e ao nascimento de um filho (todas as ordens de nascimento) para o período 1960-2013 (Portugal).....	54
Figura 3.4: Índice de fecundidade no período 1960- 2012, segundo a contribuição de diferentes ordens de nascimento (Portugal)	56
Figura 3.5: Idade média ao primeiro casamento por sexo, no período 1970-2013 (Portugal)	58
Figura 3.6: Taxa bruta de nupcialidade (‰) no período 1970-2013 (Portugal).....	59
Figura 3.7: Taxa bruta de divórcio (‰)no período 1970-2013 (Portugal)	62
Figura 3.8: Proporção (%) de nados vivos fora do casamento no período 1970-2013 (Portugal).....	63
Figura 3.9: Proporção (%) de nados vivos fora do casamento com e sem coabitação dos pais no período 1995-2013 (Portugal)	64
Figura 3.10: Esperança de vida à nascença por sexo, no período 1980-2013 (Portugal).....	65
Figura 3.11: Proporção da mortalidade provocada por “acidentes, envenenamento e violências”, segundo o sexo, no período 1980-2013 (Portugal)	66
Figura 3.12: Índice de envelhecimento para o período 1970-2013 (Portugal)	67
Figura 3.13: Estimativas e projeções do índice de envelhecimento para o período 1991-2060 (Portugal)	67
Figura 3.14: Estimativas e projeções do índice de sustentabilidade potencial para o período 1991-2060 (Portugal)	68
Figura 3.15: Pirâmide etária de Portugal em 2015, 2030 e 2050 (projeção com o “cenário central” ou moderado)	69

Figura 3.16: Pirâmide etária de Portugal em 2015, 2030 e 2050 (projeção com o “cenário baixo” ou pessimista)	69
Figura 4.1: Número ideal médio de filhos, segundo o sexo, o grupo etário e o país (EB2006)	83
Figura 4.2: Número médio ideal de filhos para uma família, segundo o sexo e o grupo etário (Portugal, 2013).....	96
Figura 4.3: Número médio ideal de filhos para uma família, segundo o sexo e nível de escolaridade (Portugal, 2013)	97
Figura 4.4: Número médio ideal de filhos para uma família, segundo o sexo e a compensação “quantidade” <i>versus</i> “qualidade” (Portugal, 2013)	98
Figura 5.4 – 1: Proporção de indivíduos com idades entre os 25 e os 29 anos, com e sem filhos, segundo o sexo (Portugal)	116
Figura 5.2: Intenções de fecundidade (%), segundo o sexo e o grupo etário (Portugal)	117
Figura 5.3: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Sexo” e “Conjugalidade” para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)	118
Figura 5.4: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Nível de escolaridade”, para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)	118
Figura 5.5: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Número ideal de filhos”, para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)	119
Figura 5.6: OR e respetivos IC a 95 % (linhas a tracejado) da variável “Idade”, para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)	120
Figura 5.7: Perspetivas de fecundidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 25 e os 54 anos (2006)	121
Figura 5.8: Perspetivas de fecundidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18-54 anos, segundo a sua condição perante a parentalidade (2013)	121
Figura 5.9: Parentalidade e perspetivas de parentalidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos, segundo o sexo (2013)	122

Figura 5.10: Parentalidade e perspectivas de parentalidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos, segundo o nível de escolaridade (2013)	123
Figura 5.11: Fecundidade final esperada entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos, segundo o nível de escolaridade (2013)	124
Figura 5.12: Distribuição dos indivíduos (18-54 anos), segundo a condição perante a parentalidade, por sexo e experiência de conjugalidade (Portugal, 2013)	125
Figura 5.13: Situação perante a parentalidade dos residentes em Portugal (18-54 anos), segundo a idade com que deixou de residir no agregado parental de origem (2013)	125
Figura 5.14: Distribuição dos indivíduos sem filhos residentes em Portugal (18-54 anos), segundo o que consideram ser o número ideal de filhos para uma família, o concordar que é preferível ter um só filho com mais recursos (compensação) e que a realização pessoal passa pela parentalidade (2013)	126
Figura 5.15: Proporção das pessoas (18-54 anos) que esperam permanecer sem filhos, segundo o sexo e o grupo etário (Portugal, 2013)	128
Figura 5.16: Proporção de pessoas (18-54 anos) sem filhos (segundo a condição temporária ou permanente), a dimensão da área de residência e o sexo (Portugal, 2013)	129
Figura 5.17: Proporção de pessoas (18-54 anos) sem filhos (temporária e permanente), segundo a idade à primeira conjugalidade (Portugal, 2013)	130
Figura 5.18: <i>Childlessness</i> permanente (18-54 anos), segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida (Portugal, 2013)	131
Figura 5.19: OR e respetivos IC a 95 %, da variáveis “Nível de escolaridade” para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter (Portugal)	133
Figura 5.20: OR e respetivos IC a 95 %, das variáveis “Número ideal de filhos” e “Realização pessoal” (um homem e/ou mulher precisam de ter filhos para se sentir realizado) para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, dos residentes em Portugal	134

Figura 5.21: OR, e respetivos IC a 95 %, dos indivíduos sem filhos, residentes em Portugal, que trabalham menos de 36 horas em relação aos que trabalham 36 horas ou mais, em função do sexo de pertença, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter	135
Figura 5.22: OR, e respetivos IC a 95% (linhas a pontilhado), para as mulheres em relação aos homens, ambos sem filhos, entre os que trabalham 36 ou mais horas em função da idade, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, dos residentes em Portugal	136
Figura 5.23: Evolução do perfil com probabilidade elevada dos indivíduos permanecerem sem filhos em função da idade, do sexo e do número de horas de trabalho pago, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, dos residentes em Portugal	137
Figura 5.24: OR, e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado), para os indivíduos sem filhos residentes em Portugal, que não vivem em conjugalidade (de direito ou de facto) em relação aos que vivem, em função da idade, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, residentes em Portugal	138
Figura 5.25: Fecundidade final esperada (FFE) dos residentes em Portugal (2013)	139
Figura 5.26: Idade ao nascimento do primeiro filho entre os residentes em Portugal (%) segundo a fecundidade final esperada (FFE)	140
Figura 5.27: Distribuição das descendências de filho único (FFE=1) entre os residentes em Portugal, segundo a dimensão da área de residência e o sexo	141
Figura 5.28: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Sexo” e “Tem enteados” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	142
Figura 5.29: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Nível de escolaridade” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	143
Figura 5.30: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Vive em conjugalidade” em função da “Idade” para os residentes em Portugal que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	144

Figura 5.31: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Idade ao nascimento do primeiro filho” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	145
Figura 5.32: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Classes de rendimento <i>per capita</i> ” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	146
Figura 5.33: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Compensação” e “Presença paterna” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	147
Figura 5.34: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Número ideal de filhos para uma família” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	148
Figura 5.35: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Agregado parental de origem” e “Nível de escolaridade dos pais” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho	149
Figura 6.1: Intenções de fecundidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 15 e os 49 anos	174
Figura 6.2: Reduções das possibilidades de tencionar ter filhos (OR e respetivos IC a 95 %), para valores de diferença de idades entre 1 e 15 anos	180
Figura 6.3: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Paridade”, para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos	181
Figura 6.4: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Número ideal de filhos”, para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos	182
Figura 6.5: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Uma criança no momento pré-escolar é mais susceptível de sofrer porque a sua mãe trabalha” (Filho sofre) e “Perspetiva lar” , para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos	183
Figura 6.6: OR e respetivos IC a 95 % da variável “ Tem o mesmo número de filhos que os pais” e “Influência de amigos”, para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos	184

Figura 6.7: Cumprimento das metas reprodutivas iniciais entre os residentes em Portugal, com idades entre a partir dos 25 anos, segundo o sexo	185
Figura 6.8: OR e respetivos IC a 95 %, das variáveis “Sexo”, “Situação conjugal” e “Trabalho”, para quem teve menos filhos do que inicialmente desejou vs. quem teve um número de filhos igual ou superior ao inicialmente desejado	191
Figura 6.9: Redução das possibilidade de ter menos filhos do que inicialmente desejou, segundo o aumento da idade (as linha a tracejado representam os intervalos de confiança a 95%)	192
Figura 6.10: Possibilidades de ter menos filhos do que inicialmente planeado, segundo o adiamento do nascimento do primeiro filho (as linha a tracejado representam os intervalos de confiança a 95%)	193
Figura 7.1: Número médio (e mediana) de irmãos, segundo o grupo etário do próprio indivíduo (Portugal, 2013)	207
Figura 7.2: Dimensão média (e mediana) da fratria, segundo o grupo etário do próprio indivíduo (Portugal, 2013)	208
Figura 7.3: Número médio de irmãos segundo o nível de escolaridade do próprio indivíduo, para idades entre 18 e 54 anos (Portugal, 2013)	209
Figura 7.4: Número médio de irmãos segundo o nível de escolaridade do agregado de origem para os indivíduos com idades entre 18 e 54 anos (Portugal, 2013)	210
Figura 7.5: Número ideal de filhos para uma família segundo o número de irmãos do inquirido(a) (Portugal, 2013)	211
Figura 7.6: Evolução da idade média ao nascimento dos filhos nas diferentes ordens de paridade, no período 1960-2011 (Portugal)	227
Figura 7.7: Evolução do ISF e do ISF-ajustado, no período 1960-2011 (Portugal).....	228
Figura 7.8: Fecundidade média realizada entre as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)	238
Figura 7.9: Idade (mediana) ao nascimento do primeiro filho, segundo as ordens de paridade (1,2, 3 ou mais), para as mulheres com idades entre os 45 e os 49 anos (Portugal, 2013)	240

Figura 7.10: Idade (mediana) ao primeiro filho, segundo o nível (atual) de escolaridade entre as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013) 241

Figura 7.11: Idade (mediana) ao nascimento do primeiro filho, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada ao longo da vida e a fecundidade concluída, entre as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013) 242

Lista de tabelas

Tabela 3.1: Índice Sintético de Fecundidade (ISF) para os anos de 2000, 2010 e 2012 para países Europeus selecionados	52
Tabela 3.2: Existência de coabitação anterior ao casamento por grupos etários, para o ano de 2013 (Portugal)	60
Tabela 3.3: Situação face à conjugalidade segundo a fecundidade realizada, para os indivíduos com idades entre os 18-54 anos, para o ano de 2013 (Portugal)	61
Tabela 4.1: Distribuição das variáveis (%) segundo o número ideal de filhos (NIF) ao nível pessoal	82
Tabela 4.2: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) dos modelos multinomiais ajustados “1” e “2” (EB2006 e EB2011), para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal <2, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados	84
Tabela 4.3: OR e respetivos IC a 95 %, da interação entre as variáveis “Grupo etário” e “Nível de religiosidade” para o modelo multinomial ajustado “1” (EB2006)	85
Tabela 4.4: OR e respetivos IC a 95 %, para a variável “Grupo etário” do modelo multinomial ajustado “2” (EB2011)	86
Tabela 4.5: OR e respetivos IC a 95 %, da variável “País” para os modelos multinomiais “1” (EB2006) e “2” (EB2011)	86
Tabela 4.6: OR e respetivos IC a 95 %, da interação entre as variáveis “Nível de escolaridade” e “Estado civil” para o modelo multinomial ajustado “1” (EB2006)..	87
Tabela 4.7: OR e respetivos IC a 95 %, para as variáveis “Estado civil” e “Nível de escolaridade” para o modelo multinomial “2” (EB2011)	88
Tabela 4.8: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) dos modelos multinomiais ajustados “1” e “2” (EB2006 e EB2011), para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal >2, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados	89
Tabela 4.9: OR e respetivos IC a 95 %, para as classes etárias referente aos modelos multinomiais “1” (EB2006) e “2” (EB2011)	90
Tabela 4.10: OR e respetivos IC a 95 %, da variável “País” para os modelos multinomiais “1” (EB2006) e “2” (EB2011)	90

Tabela 4.11: OR e respetivos IC a 95 %, das variáveis “Estado civil” e “Nível de escolaridade” para o modelo multinomial “2” (EB2011)	91
Tabela 4.12: Distribuição percentual das variáveis (%), segundo o número ideal de filhos (NIF) ao nível pessoal	92
Tabela 4.13: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo multinomial “3” ajustado (EB2006) e sua replicação para os dados do EB2011 (modelo multinomial “4”), para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal <2 e >2, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados	94
Tabela 4.14: Fecundidade final esperada dos indivíduos com idades entre os 20 e os 49 anos, segundo os dados do EB2011.....	99
Tabela 5.1: Idade média (e mediana) dos indivíduos sem filhos (Portugal, 2013)...	127
Tabela 5.2: Idade média (e mediana) com que os indivíduos sem filhos pretendem entrar na parentalidade, segundo a fecundidade final esperada (FFE), Portugal	141
Tabela 6.1: Idades médias (e medianas) da amostra total, por intenções de fecundidade e por sexo (Portugal)	174
Tabela 6.2: Distribuição percentual das variáveis segundo a variável resposta “intenção de ter (mais) filhos ao longo da vida reprodutiva” (Portugal)	175
Tabela 6.3: Ordens de paridade segundo o nível de escolaridade (Portugal)	177
Tabela 6.4: Ordens de paridade segundo a situação conjugal (Portugal)	178
Tabela 6.5: Idades médias e medianas segundo a situação conjugal e fecundidade média realizada, desvio padrão e mediana segundo a situação conjugal (Portugal)	179
Tabela 6.6: Fecundidade média realizada entre os residentes em Portugal, segundo o nível de escolaridade (<i>proxy</i>)	179
Tabela 6.7: Idade média e mediana da amostra segundo o diferencial entre a fecundidade desejada no início da vida reprodutiva e a fecundidade realizada (Portugal)	185
Tabela 6.8: Fecundidade média desejada e fecundidade média realizada, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada e realizada (Portugal)	186

Tabela 6.9: Médias (e medianas) da idade ao nascimento do primeiro filho, do número de filhos desejados no início da vida reprodutiva e da fecundidade realizada, segundo o nível de escolaridade (<i>proxy</i>) entre os residentes em Portugal (2006)	186
Tabela 6.10: Distribuição percentual das ordens de paridade, segundo o nível de escolaridade (<i>proxy</i>) entre os residentes em Portugal (2006)	187
Tabela 6.11: Médias, desvio padrão e mediana da idade ao nascimento do primeiro filho, do número de filhos desejados no início da vida reprodutiva e da fecundidade realizada, segundo o nível de escolaridade (Portugal, 2013)	188
Tabela 6.12: Média, desvio padrão e idade mediana ao nascimento do primeiro filho, segundo o nível de escolaridade (Portugal)	189
Tabela 6.13: Distribuição percentual das variáveis explicativas segundo a variável resposta “teve menos filho do que desejava quando tinha cerca de 20 anos de idade” (Portugal, 2006)	190
Tabela 6.14: Fecundidade média desejada e fecundidade média realizada, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada e realizada, para os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos	194
Tabela 6.15: Fecundidade final esperada, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, para os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos	195
Tabela 7.1: Dimensão da fratria segundo o nível de escolaridade e, grupo etários (Portugal, 2013)	209
Tabela 7.2: Idade média dos indivíduos (18-54 anos) que não podem ter (mais) filhos (Portugal, 2013)	212
Tabela 7.3: Indivíduos (18-54 anos) que não podem ter filhos pela condição de parentalidade, segundo características seleccionadas (Portugal, 2013)	213
Tabela 7.4: Valores acerca da parentalidade entre os indivíduos (18-54 anos) que não podem ter filhos, pela sua condição de parentalidade e sexo (Portugal, 2013)	214
Tabela 7.5: Idade média das mulheres que estavam a fazer a sua transição para a maternidade em 2013 (Portugal)	216

Tabela 7.6: Transições precoces e tardias em 2013, segundo a conjugalidade (Portugal)	217
Tabela 7.7: Transições precoces e tardias em 2013, segundo a condição das grávidas (do primeiro filho) com e sem companheiro, perante o trabalho (Portugal)	218
Tabela 7.8: Transições precoces e tardias em 2013, segundo a situação da grávida (do primeiro filho) perante o trabalho (Portugal)	218
Tabela 7.9: Transição para a maternidade das mulheres que em 2013 não estavam a viver com cônjuge ou companheiro, segundo algumas características selecionadas (Portugal)	219
Tabela 7.10: Transições precoces e tardias em 2013, segundo o nível de escolaridade da grávida (Portugal)	220
Tabela 7.11: Transições precoces e tardias em 2013, segundo algumas características selecionadas (Portugal)	221
Tabela 7.12: Fecundidade final esperada segundo as transições precoces e tardias em 2013 (Portugal)	222
Tabela 7.13: Ordens de paridade das mulheres com idades entre 45 e 49 anos, no ano de 2013 (Portugal)	230
Tabela 7.14: Distribuição percentual das mulheres (45-49 anos) sem filhos em 2013, segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida (Portugal)	231
Tabela 7.15: Distribuição percentual das mulheres (45-49 anos) com apenas um filho em 2013, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida (Portugal)	232
Tabela 7.16: Distribuição percentual das mulheres (45-49 anos), segundo a fecundidade desejada ao longo da vida e o diferencial entre fecundidade realizada e fecundidade desejada, por nível de escolaridade (Portugal, 2013)	235
Tabela 7.17: Ordens de paridade segundo o nível de ensino, das mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)	237
Tabela 7.18: Espaçamento médio entre o 1º e o 2º nascimento e entre o 1º e o 3º nascimento, segundo o nível de escolaridade, para as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)	243

Lista de anexos

Anexo 1: Índice de fecundidade do período 1960-2012, por ordem de nascimento.....	266
Anexo 2: Desvios padrão para o número médio ideal de filhos, por grupo etário, sexo e país	267
Anexo 3: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo multinomial “4” ajustado para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal <2 e >2 , respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados	267
Anexo 4: Desvios-padrão referente ao número médio ideal de filhos para uma família e fecundidade média desejada ao longo do curso de vida, segundo o sexo e o grupo etário (Portugal, 2013)	267
Anexo 5: Desvios-padrão referente ao número médio ideal de filhos (figura 4.2.3) para uma família e, fecundidade média desejada ao longo do curso de vida, segundo o sexo e o nível de escolaridade (Portugal, 2013)	268
Anexo 6: Desvios-padrão referente ao número médio ideal de filhos (figura 4.2.4) para uma família e fecundidade média desejada ao longo do curso de vida, segundo o sexo e a compensação “quantidade” <i>versus</i> “qualidade” (Portugal, 2013)	268
Anexo 7: Distribuição percentual dos indivíduos sem filhos residentes em Portugal, para quem não têm filhos relativamente aos que já têm filhos (2006)	268
Anexo 8: Variáveis consideradas para ajustar os modelos de regressão logística para quem não tem filhos nem pensa vir a tê-los <i>vs.</i> quem não tem e pensa vir a ter e, para quem pretende ter apenas um filho como descendência final <i>vs.</i> quem pretende ter dois ou mais filhos	269
Anexo 9: Distribuição percentual dos indivíduos sem filhos residentes em Portugal, para quem não tem filhos e não pretende tê-los (<i>childlessness</i> permanente) em relação aos que pensam vir a ter filhos (<i>childlessness</i> temporário)	270
Anexo 10: Distribuição percentual dos indivíduos que pretendem ter como descendência final apenas um filho	271
Anexo 11: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) das análises univariadas para as variáveis	

“Nível de religiosidade”, e “Área de residência” para quem não tem filhos vs. quem tem, respetivos desvios padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados	272
Anexo 12: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para quem não tem filhos vs. quem tem filhos, respetivos desvios padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados (EB2006)	272
Anexo 13: Curva ROC do modelo de regressão logística para quem não tem filhos vs. quem tem	272
Anexo 14: Realização pessoal (é preciso ter filhos para que uma pessoa se sinta realizada) segundo o grupo etário e a intenção de vir a ter (mais) filhos (Portugal, 2013)	273
Anexo 15: Realização pessoal (é preciso ter filhos para que uma pessoa se sinta realizada) segundo o grupo etário (Portugal, 2013)	273
Anexo 16: Número de irmãos segundo o grupo etário, para os indivíduos sem filhos (Portugal, 2013)	273
Anexo17: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que não têm filhos e não pensam vir a ter (<i>childlessness</i> permanente) vs. aqueles não têm mas pensam vir a ter (<i>childlessness</i> temporário), respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados.....	274
Anexo 18: Curva ROC do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que não que não têm filhos e não pensam vir a ter (<i>childlessness</i> permanente) vs. aqueles que não têm mas pensa vir a ter (<i>childlessness</i> temporário)	274
Anexo 19: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que pretendem ter como descendência final um filho vs. aqueles que pensam vir a uma descendência igual ou superior a dois filhos, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados	275
Anexo 20: Curva ROC do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que pretendem ter como descendência final um filho vs. aqueles que pensam vir a uma descendência igual ou superior a dois filhos	276

Anexo 21: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística do modelo logístico ajustado para quem tem intenção de ter filhos em algum momento de sua vida vs. quem não tem intenção de ter (mais) filhos, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados	276
Anexo 22: Curva ROC do modelo de regressão logística ajustado para quem tem intenção de ter filhos em algum momento de sua vida vs. quem não tem intenção de ter (mais) filhos	277
Anexo 23: Ordens de paridade daqueles que não mencionaram ter o mesmo número de filhos que seus pais	277
Anexo 24: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para quem teve menos filhos que o inicialmente desejado vs. quem teve um número de filhos igual ou superior ao inicialmente desejado, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados	277
Anexo 25: curva ROC do modelo de regressão logística para quem teve menos filhos que o inicialmente desejado vs. quem teve um número de filhos igual ou superior	278
Anexo 26: Fecundidade renunciada: percentual dos motivos para não ter (mais) filhos entre as mulheres com idades entre 45-49 anos (Portugal, 2013)	278
Anexo 27: Distribuição percentual das mulheres com idades entre 18 e 49 anos, segundo grupos etários e níveis de escolaridade (Portugal, 2013)	279

Introdução

O sustentado declínio da fecundidade a níveis inferiores ao limiar mínimo necessário para garantir a substituição das gerações – que nas atuais condições de mortalidade dos países europeus, é de 2,1 filhos por mulher – tem gerado uma crescente preocupação acerca da sustentabilidade económica e social futura, e desafiado a compreensão dos investigadores. Embora se tenha iniciado primeiramente nos países desenvolvidos, tal tendência de declínio tem-se generalizado pelas mais diversas partes do mundo, se bem que com intensidades diferenciadas.

A redução e manutenção da fecundidade a níveis substancialmente reduzidos, originou a ideia de uma Segunda Transição Demográfica (STD), cuja premissa central é o forte adiamento da fecundidade para idades cada vez mais tardias. Conforme refere Van de Kaa (2002), trata-se de um novo estágio na história demográfica, marcado pelo massivo controlo da fecundidade, tanto dentro quanto fora do casamento e, com efeitos tanto sobre o *quantum* quanto sobre o *tempo* da parentalidade.

Conforme o paradigma da STD, o declínio da fecundidade na sua fase inicial é marcado pela redução do *quantum* e, posteriormente pelo efeito *tempo* (Lesthaeghe & Willems, 1999). Como catalisadores da STD consideram-se o contínuo processo de secularização, a difusão e acesso a métodos contraceptivos altamente eficazes, o crescente aumento dos níveis de escolaridade e da participação feminina no mercado de trabalho. As mudanças subjacentes à STD foram primeiramente verificadas na Europa do Norte e Ocidental, antes de atingirem a Europa do Sul e outras partes do mundo. No caso português, ainda que este processo tenha sido relativamente mais tardio, as suas consequências têm sido bastante intensas dada a velocidade com que vem ocorrendo.

As baixas taxas de fecundidade atualmente verificadas parecem ser, fundamentalmente, o resultado de uma combinação de uma considerável fração de mulheres sem filhos – ainda que temporariamente – e com apenas um filho. Assim, além do adiamento da entrada na parentalidade, existe um outro adiamento que incide sobre os nascimentos do segundo (ou posterior) filho, ao mesmo tempo em que as ordens de paridade mais elevadas tendem a diminuir (Bongaarts & Feeney, 1998).

De forma geral, tem havido um consenso que as incertezas económicas e o prolongamento das trajetórias escolares têm sido a força motriz do adiamento da fecundidade, na medida em que implicam também uma saída mais tardia da casa dos pais e, uma entrada mais tardia no mercado de trabalho, traduzindo-se no que Livi-Bacci (2001b) intitulou de “síndrome do adiamento”, na medida em que cada etapa é precedida por outra e juntas antecedem o nascimento de um filho.

Visto que as altas taxas de desemprego ou de empregos precários tendem a elevar o nível de incertezas, e por consequência a insegurança, a resposta mais racional é o adiamento dos projetos de fecundidade, já que estes constituem uma condição, geralmente, irreversível (Kohler *et al.*, 2006).

Como a disponibilidade dos métodos contraceptivos modernos, permite desvincular a sexualidade da procriação, esta última tem sido cada vez mais baseada em expectativas de natureza emocional e afetiva (Giddens, 2006), bem como tomada em função das preferências individuais e das conjunturas estruturais, sendo por isso, uma decisão muito mais amadurecida e planeada do que outrora.

1.1 – Relevância do estudo e limitações

A preocupação outrora direcionada para o crescimento populacional, voltou-se atualmente para os problemas advindos de um possível declínio populacional, impulsionado sobretudo pela manutenção dos baixos níveis de fecundidade durante largos intervalos de tempo.

No caso português, em menos de meio século, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) caiu de mais de 3 filhos por mulher para o módico valor de 1,23 filhos no ano de 2014, colocando Portugal, segundo os relatórios do *Population Reference Bureau* (2011, 2013), entre os países com uma das menores taxas de fecundidade do mundo e, com uma das populações mais envelhecidas. Tais conjunturas fazem com que a compreensão do comportamento reprodutivo atual e o seu possível desenvolvimento futuro se tornem particularmente relevantes.

Os debates acerca do declínio da fecundidade, ancorados principalmente no paradigma da teoria da Segunda Transição Demográfica (STD), têm-se intensificado nos anos mais recentes face à diversidade de situações que marcam o comportamento reprodutivo nas diferentes sociedades. Desta forma, longe de se chegar a um

consenso, os investigadores que se debruçam sobre o tema da fecundidade, caminham em várias direções, utilizando diversas abordagens e instrumentos teóricos, com o intuito de estabelecer a relação entre a fecundidade e as distintas condições políticas, económicas e sociais, para melhor compreender os comportamentos passados e atuais, bem como prever a sua futura evolução.

Neste âmbito, este trabalho tem como principal objetivo contribuir para a compreensão do processo de declínio da fecundidade em Portugal, fornecendo informações empíricas sobre os comportamentos atuais e buscando ainda avaliar a sua possível evolução futura. De forma geral, o presente estudo procura clarificar algumas características mais proeminentes do declínio da fecundidade portuguesa, relacionando-o com as questões relativas ao *tempo* da entrada na parentalidade, à educação, à conjugalidade, à participação no mercado de trabalho e, ainda, aos valores relativos à parentalidade e à criação dos filhos.

Se por um lado, as atuais taxas de fecundidade têm sido em grande parte atribuídas ao ininterrupto adiamento do casamento e dos projetos parentais para idades cada vez mais tardias, é de fundamental relevância perceber as consequências destas alterações sobre a fecundidade final dos indivíduos. Assim, por um lado, busca-se elucidar em que medida as atuais taxas de fecundidade podem ser explicadas pelas alterações estruturais – como sejam o alongamento dos percursos escolares – e, em que medida os valores sociais e familiares relativos à parentalidade afetam a fecundidade.

No quadro da STD, que enfatiza o papel das alterações comportamentais e normativas sobre as trajetórias reprodutivas, importa perceber quais os valores e como afetam as motivações relativamente ao *quantum* e ao *tempo* da parentalidade. Neste horizonte, apreender o valor social da criança e as expectativas que os pais nutrem a seu respeito tornam-se elementos fulcrais para a compreensão da fecundidade atualmente verificada, bem como do seu possível desenvolvimento futuro.

Para a realização dos objetivos propostos, esta tese contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através da Bolsa de Investigação número SFRH/BD/78859/2011, financiada pelo Programa Operacional Potencial Humano – Quadro de Referência Estratégico Nacional (POPH – QREN) - Tipologia

4.1: Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Na busca pela compreensão da evolução do comportamento reprodutivo são vários os obstáculos com que os esforços dos investigadores se deparam, sendo que um deles se relaciona com a ausência ou insuficiente disponibilidade de dados mais precisos e atualizados. No caso português, por exemplo, a ausência de dados longitudinais, bastante mais ricos em informação - já que por “acompanhar” os indivíduos ao longo da sua vida reprodutiva permitem um maior entendimento das alterações verificadas ao longo do tempo - consubstancia-se no recurso ao uso de dados transversais, bastante mais limitados em termos de conhecimentos e ilações.

Além de serem menos ricos em detalhes, as amostras com dados transversais tendem a ser reduzidas, não permitindo, portanto, desagregações mais detalhadas, sendo a sua disponibilidade ainda relativamente escassa. Em Portugal, por exemplo, a aplicação dos dois últimos inquéritos com vista a análise da fecundidade distam em mais de 15 anos, o que justifica a utilização de outras fontes de dados, nem sempre construídas com o intuito de fornecer informações sobre a fecundidade e, onde as questões sobre o planeamento da família são, por vezes, exíguas, como é o caso do Eurobarómetro (EB2011).

1.2 – Estrutura da tese

Esta tese é composta por sete capítulos, excluindo-se a introdução e as conclusões finais. O **primeiro capítulo** faz uma revisão da literatura relativa às principais temáticas abordadas no decorrer do estudo e o **segundo capítulo** relaciona-se com os aspectos metodológicos que antecedem as análises que lhe deram origem, procurando-se dar a conhecer tanto as bases de dados quanto as metodologias utilizadas para se atingir os objetivos propostos.

O **terceiro capítulo** desenvolve uma síntese analítica dos principais indicadores demográficos ao longo das últimas cinco décadas, destacando-se as principais alterações verificadas na sociedade portuguesa. Procura-se relacionar o decréscimo da fecundidade com as mudanças ocorridas na idade média de entrada na maternidade, explorando-se ainda a sua ligação com outras premissas basilares da STD, como aquelas que versam sobre a conjugalidade, coabitação e nascimentos

ocorridos fora do casamento. Procura-se ainda destacar as implicações que tais transformações representam para a dinâmica populacional atual e nas próximas décadas.

Considerando-se que os ideais de fecundidade refletem, em certa medida, o contexto normativo no qual são concebidos, podendo por isso afetar as questões reprodutivas, o **quarto capítulo** tem como objetivo caracterizar a tendência para o desvio da “norma de dois filhos”, tanto em direção a ideais mais restritos quanto a ideais mais alargados, entre os residentes em Portugal e em três outros países da Europa do Sul.

Como os baixos índices de fecundidade atualmente verificados, sugerem ser, fundamentalmente, o resultado de uma considerável fração de indivíduos sem filhos ainda que temporariamente, ou com apenas um filho, o **quinto capítulo** é dedicado à análise dos indivíduos sem filhos e às descendências de filho único. No caso da ausência de filhos (*childlessness*), pretende-se num primeiro momento, evidenciar as principais determinantes para que os indivíduos não tenham entrado na parentalidade e, num segundo momento, procura-se ainda caracterizar aqueles que não pretendem realizar tal transição.

O **sexto capítulo** agrega as análises relativas às intenções de fecundidade ao longo da vida reprodutiva e as análises relativas ao desfazamento entre o que se desejou inicialmente e o que efetivamente se conseguiu concretizar, procurando-se identificar alguns dos obstáculos que impediram a concretização da fecundidade inicialmente desejada, bem como os indivíduos por eles afetados.

O **sétimo capítulo** traz informações sobre os contextos de socialização dos residentes em Portugal que ainda se encontram em idades reprodutivas, através da análise do seu agregado parental de origem. Adicionalmente, procura-se salientar as principais características das mulheres que estavam a transitar para a maternidade no ano de 2013, dos indivíduos que não podem ter (mais) filhos e, ainda uma análise do *quantum* e do *tempo*, com ênfase no ISF-ajustado, que procura neutralizar as distorções causadas pelas mudanças na idade média da fecundidade. Por último, procura-se avaliar a fecundidade real de uma coorte de mulheres que praticamente já encerrou o seu período reprodutivo.

Capítulo 1 – Revisão da literatura

O declínio da fecundidade ao longo das últimas décadas vem se tornando um fenómeno generalizado em diversas partes do mundo, não tendo manifestado, ainda, evidências empíricas que apontem para uma possível estabilização ao nível necessário para garantir a substituição das gerações (Lesthaeghe & Willems 1999; Billari & Kohler, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Lutz, 2006; Myrskylä *et al.*, 2008; Lesthaeghe, 2010; Wilson, 2013), sendo ainda duvidoso que tal venha a ocorrer (Bongaarts, 2002).

Embora as evidências demonstrem que alguns países, como por exemplo os EUA, os Países Nórdicos e a França apresentem uma fecundidade próxima ao limiar de renovação das gerações (Demeny, 2003; Sobotka, 2008), outros países como os da Europa de Leste e do Sul, bem como alguns países asiáticos (por exemplo, o Japão), apresentam valores bastante inferiores a este limiar (Bongaarts, 1998; Bloom & Sousa-Poza, 2010).

A redução dos níveis de fecundidade a patamares substancialmente inferiores àqueles preconizados por Notestein na clássica Teoria da (Primeira) Transição Demográfica – que presumia um crescimento populacional próximo de zero, através do “equilíbrio” entre baixas taxas de fecundidade e de mortalidade (Mendes, 1987; Bandeira, 1996; Alves, 2004;) – originou a ideia de uma Segunda Transição Demográfica, primeiramente sugerida por Lesthaeghe e Van de Kaa (Van de Kaa 2002; Lesthaeghe, 2010), com ênfase na forma como as mudanças comportamentais e normativas – como sejam o casamento tardio, o aumento da coabitação, o aumento do número de divórcios e de nascimentos fora do casamento – influenciam os comportamentos reprodutivos (Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Lutz, 2006; Lesthaeghe, 2010; Wilson, 2013). Posteriormente, surgiria ainda a ideia de uma Terceira Transição Demográfica, com destaque para a importância que os movimentos migratórios assumem na dinâmica populacional, principalmente em circunstâncias de baixa ou muito baixa fecundidade (Coleman & Scherbov, 2005; Coleman, 2006).

O persistente declínio da fecundidade Europeia no decurso das últimas décadas inscreve-se num amplo processo de mudanças, tanto sociais como económicas que diversas sociedades têm vindo a experimentar, principalmente a partir de meados do século XX (Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Adsera, 2006a;

Inglehart, 2008; Bloom & Sousa-Poza, 2010; Merz & Liefbroer, 2010). Conforme o paradigma da STD, este declínio da fecundidade em sua fase inicial é marcado sobretudo pela redução do *quantum* (redução do número de filhos), sendo a fase intermédia marcada pelo *tempo* (adiamento da fecundidade) e, posteriormente, por uma terceira fase que assinalaria o fim do adiamento e, a incompleta recuperação dos nascimentos adiados nas idades mais tardias (Lesthaeghe & Willems, 1999).

Em Portugal – a exemplo das demais sociedades da Europa do Sul – este processo viria com algum atraso relativamente aos Países Nórdicos (Van de Kaa, 2002; Demeny, 2003; Surkyn & Lesthaeghe, 2004), mas as suas consequências não seriam, por isso, menos intensas, dada a rápida velocidade com que vem ocorrendo (Livi-Bacci, 2001b; Cunha, 2005a; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008; Lesthaeghe, 2010; Thévenon, 2012). Em apenas quatro décadas, a fecundidade portuguesa diminuiu de aproximadamente 3 filhos por mulher (início do anos 70), para o módico valor de 1,23 filhos em 2014. Regra geral, quanto mais rápido é o declínio da fecundidade, mais rápido se processa o envelhecimento populacional e maiores são os desafios que se colocam à sustentabilidade económica (Livi-Bacci, 2001b; Bongaarts, 2002; Lutz, 2006).

Entre as profundas transformações que a sociedade portuguesa tem vindo a experimentar, salientam-se as transformações de cunho demográfico, com efeitos de longo prazo e fortes implicações sobre a dinâmica populacional (Mendes, 2012), mas também mudanças que versam sobre a formação e regulação da vida familiar (Cunha, 2005a, 2012a). Tais mudanças representam um novo estágio na história demográfica (Van de Kaa, 2002) e uma importante revolução histórica (Giddens, 1993, 2006).

No que respeita às alterações de cunho demográfico, a manutenção de um baixo Índice Sintético de Fecundidade (ISF) por largos intervalos de tempo – em associação com o aumento da esperança de vida à nascença – além de acentuar o processo de envelhecimento populacional (Qu *et al.*, 2000; Sobotka, 2004; McDonald, 2006; Bloom & Sousa-Poza, 2010; Lee & Mason, 2010; Bandeira, 2012), indica que futuramente haverá também menos mulheres em idades férteis – potenciais mães – o que por seu turno, condicionará o número de nascimentos futuros (Van de Kaa, 2002; Lanzieri, 2013), implicando a longo prazo, o declínio da população (Bongaarts, 1998; Livi-Bacci, 2001b; Demeny, 2003; Lutz *et al.* 2006; Mendes, 2012). Esta interação de

fatores, ao reforçar-se mutuamente, produz uma espécie de “espiral descendente” que conduz às baixas taxas de fecundidade (Kohler *et al.* 2006; Lutz, 2006).

O agravamento do processo de envelhecimento populacional – resultante do estreitamento da base da pirâmide populacional, pelas baixas taxas de fecundidade e alongamento da esperança de vida – pode vir a constituir profundos problemas económicos e sociais (Bongaarts & Feeney, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999; Livi-Bacci, 2001b; Cunha, 2012b), com importantes consequências sobre o modelo de bem-estar social (Bloom & Sousa-Poza, 2010; Lesthaeghe, 2010), na medida em que haverá uma maior pressão tanto sobre o sistema de segurança social como sobre o sistema de saúde, exercida nomeadamente pelas idades mais avançadas, onde predominam as doenças crónicas e degenerativas, com custos mais elevados e mais exigentes em cuidados de longa duração (Weston & Qu, 2001; Veras & Parahyba 2007; Frejka & Sobotka, 2008).

Tais conjunturas traduzem-se assim, numa grande preocupação social e política, fazendo com que a compreensão da evolução futura dos comportamentos reprodutivos seja particularmente relevante (Goldstein *et al.*, 2003; Engelhardt, 2004; Sobotka 2004, 2008, 2009; Frejka & Sobotka, 2008; Billari *et al.*, 2009; Goldstein *et al.*, 2009; Spéder & Kapitány, 2009).

Embora o declínio da fecundidade seja em grande medida explicado pela limitação das descendências – como sejam as famílias com apenas um filho – e principalmente pelo adiamento da entrada na maternidade (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe & Willem, 1999; Qu *et al.*, 2000; Van de Kaa, 2002; Myrskylä *et al.*, 2008; Balbo *et al.*, 2012; Wilson, 2013), muitos países têm registado uma incidência crescente de pessoas que – voluntária ou involuntariamente – terminam o seu período reprodutivo sem terem experimentado a parentalidade (Cunha, 2012a). Se no passado, face às altas taxas de fecundidade, a ausência de filhos (*childlessness*) passou como um fenómeno pouco perceptível, atualmente, num contexto em que a dimensão familiar é bem mais restrita, não ter filhos ou ter apenas um filho pode fazer uma grande diferença entre crescimento e declínio populacional a longo prazo (Rowland, 2007).

Demeny (2003) aponta que a manutenção das atuais circunstâncias de fecundidade e mortalidade poderá conduzir a que a população Europeia fique

reduzida a praticamente um quarto de sua dimensão num espaço de apenas meio século¹, sendo que uma parte considerável desta população será ainda composta por pessoas com idades acima dos 50 anos. Lesthaeghe (2010), por sua vez, salienta ainda que se não fosse pela imigração, o declínio populacional já seria uma realidade em muitos países Europeus.

As variações no comportamento dos indicadores demográficos como os que respeitam ao aumento dos níveis de instrução, ao protelamento da entrada na parentalidade e no casamento, bem como ao aumento dos nascimentos fora do casamento e ao aumento da coabitação – uma experiência cada vez mais comum (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990), em visível “consonância com os valores modernos da individualização, da autorrealização e da experimentação” (Guerreiro & Abrantes, 2007:155) – são elucidativas das transformações e diversificações nas formas de se constituir e de se viver as relações familiares no Portugal contemporâneo (Almeida *et al.*, 1998; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008).

Este contínuo processo de transformações sociais que diversas sociedades tem vindo a experimentar (Bongaarts, 2002; Gauthier *et al.*, 2004; Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010) – ancorado no paradigma atrás referido como STD – evidencia novas e diversificadas formas de comportamentos, como por exemplo, aquelas mais ligadas ao crescente desejo de autorrealização, bem como a ruptura (ou transformação) com muitas das normas e valores tradicionais que até então pautavam a vida familiar (Torres, 2001; Hakim, 2008; Inglehart, 2008; Cunha, 2012a).

Conforme Lesthaeghe (2010), enquanto na Primeira Transição Demográfica, as preocupações se centravam principalmente na melhoria das condições de vida e de trabalho, na Segunda Transição Demográfica, tendo sido atendidas estas necessidades mais básicas – e havendo uma sensação de “segurança existencial” – as motivações subjacentes voltam-se para a autonomia e a realização individual², ou seja, dos valores materialistas para valores pós-materialistas e de autoexpressão, conforme aceção de

¹ Segundo Demeny (2003:14), esta drástica redução da população europeia conduziria ainda à sua marginalização demográfica relativamente à população mundial.

² Enquanto Lesthaeghe (2010) salienta que a STD parece avançar mais rapidamente em países com

² Enquanto Lesthaeghe (2010) salienta que a STD parece avançar mais rapidamente em países com melhor desempenho económico e político, Inglehart (2008) assinala que a mudança dos valores materialistas para pós-materialistas também depende do nível de desenvolvimento económico, com as sociedades mais desenvolvidas apresentando maior preponderância de valores pós-materialistas.

Inglehart (1971, 2008)³, que incluem transformações nos valores relativos aos papéis de género e criação dos filhos, entre outros.

Neste âmbito, o aumento da proporção de *childlessness* e a maior tolerância e respeito por este tipo de escolha individual, constituem um importante marcador destas transformações sociais (Lesthaeghe, 2010; Ajzen & Klobas, 2013). Contudo, como salienta Sobotka (2008), os valores pós-materialistas ou de autoexpressão só conseguem prosperar naquelas sociedades onde as pessoas não mais precisam de se preocupar com a satisfação das suas necessidades mais básicas.

O aumento dos valores pós-materialistas e consequentemente das aspirações de consumo, criariam ainda a necessidade de uma fonte de rendimento adicional, fomentando a participação feminina no mercado de trabalho, bem como um maior investimento na sua educação formal. Tais mudanças, por seu turno, possibilitariam às mulheres uma maior autonomia e independência económica (Goldin, 2006; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008; Inglehart 2008).

Indubitavelmente que a existência e difusão de métodos contraceptivos modernos, serviram como combustível para alimentar tais mudanças, na medida em que marcaram radicalmente o comportamento reprodutivo (Goldin, 2006). Conforme referem Livi-Bacci (2001a) e Van de Kaa (2002), esta fase caracteriza-se pelo massivo controlo sobre a fecundidade, tanto dentro quanto fora do casamento (Mendes, 1987, 2012; Morgan, 1991). A limitação da dimensão familiar e o aumento do fenómeno do *childlessness* são assim, em grande parte, tributários desta maior disponibilidade de métodos contraceptivos mais eficientes (Rowland, 2007).

Se a primeira revolução sexual que se operou em finais do século XVIII com o surto do sentimento e do romantismo, foi o “gérmen” das uniões livres (Shorter, 1995), foi contudo, a segunda revolução sexual e a revolução contraceptiva, ocorrida principalmente a partir de meados do século XX – e um pouco mais tardiamente em Portugal (Cunha, 2005a; Mendes, 2012) – que libertou a sexualidade da inevitabilidade da procriação (Giddens, 1993; Hakim, 2008), tornando possível aos

³ De acordo com Inglehart (1971) as alterações nas prioridades de valor resultam simultaneamente do atendimento das necessidades básicas (como sustento material e segurança física) e das mudanças nas condições que influenciam a socialização dos indivíduos. Uma maior sensação de segurança económica durante o processo de socialização conduz a uma maior orientação para valores pós-materialistas, enquanto indivíduos com status socioeconómicos menos favorecidos são mais propensos a escolher prioridades de valor aquisitivo (materialistas).

indivíduos em geral – e às mulheres em particular, ao deslocar o controle da reprodução dos homens para estas (Hakim, 2003) – realizarem verdadeiras escolhas sobre quando e quantos filhos ter, pois possibilitaram aos indivíduos assumir o controlo sobre a sua própria fecundidade (Leridon, 1987; Van de Kaa, 2002; Goldin, 2006; Kohler *et al.*, 2006; Mendes, 2012).

Como referiu Ariès (1980), esta extraordinária mudança, transformou a criação da vida e o ato sexual – outrora inseparáveis – em uma esfera guiada pelos métodos de organização racional e científica, possibilitando aos indivíduos, em princípio, conceber um filho, apenas quando este fosse deveras desejado⁴ (Ariès, 1980; Giddens, 1993; Cunha, 2002; Van de Kaa, 2002; Hakim, 2003; Lutz *et al.*, 2006; Ajzen & Klobas, 2013).

Se por um lado se tornou possível ter apenas os filhos que se deseja, ou seja, reduzir o seu *quantum* (Ariès, 1980; Leridon, 1987; Giddens, 1993; Lutz *et al.*, 2006; Leridon & Slama, 2008; Sobotka, 2008), na sequência, também foi possível tê-los cada vez mais tardiamente (Van de Kaa, 2002; Frejka & Sobotka, 2008). A procriação deixaria de ser assim, uma inevitabilidade do relacionamento conjugal, para se transformar numa opção do casal (Cunha, 2005a). Desta forma, a existência e difusão da contraceção moderna, especialmente da pílula anticoncepcional, ao promover a separação entre sexo, procriação e casamento, influenciaria o *quantum* (número de filhos) e o *tempo* (idade ao nascimento dos filhos) da fecundidade (Van de Kaa, 2002; Hakim, 2003, 2008; Goldin, 2006; Kohler *et al.*, 2006; McDonald, 2008).

O maciço adiamento da fecundidade – uma das premissas centrais da STD – consolidado por um padrão reprodutivo mais tardio (Bongaarts, 1998; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010) tem desempenhado um papel determinante no declínio momentâneo da fecundidade (Lesthaeghe & Willems, 1999; Balbo *et al.*, 2012), mas as suas consequências sobre a descendência final são, na maioria das vezes, desconhecidas (Spéder & Kapitány, 2009) e, por isso, palco de muitas discussões.

No caso da sociedade portuguesa, como referem Cunha (2012b) e Oliveira (2012), não estamos perante apenas ao adiamento do nascimento do primeiro filho, existindo um outro adiamento menos visível que incide sobre o segundo filho ou ordens superiores. Este adiamento ou decréscimo dos segundos nascimentos e

⁴ Neste sentido, é expectável que a utilização de métodos contraceptivos mais eficazes tenda a fazer decrescer o número de nascimentos não desejados, como também defende Bongaarts (1998).

superiores ordens foi, segundo Oliveira (2012), o grande responsável⁵ pelo acentuado declínio da fecundidade portuguesa verificado a partir da década de 1980, dada a mais reduzida proporção de mulheres que conseguem ter pelo menos dois filhos ao término da sua vida reprodutiva.

Assim, a idade em que se tem o primeiro filho (*tempo*) sugere ser um dos principais determinantes nas questões relativas à baixa fecundidade, na medida em que condiciona tanto a presença como o *quantum* dos filhos (Adsera, 2011a; Balbo *et al.*, 2012; Maciel *et al.*, 2012a), uma vez que a capacidade de procriar tende a decrescer com o avançar da idade (Rowland, 1998, 2007; Joffe *et al.*, 2009) e os tratamentos para a infertilidade nem sempre são eficazes⁶ (Leridon & Slama, 2008; Machado, 2012).

Como salientam Leridon & Slama (2008), Joffe *et al.*, (2009), Adsera (2011a) e Balbo *et al.*, (2012), o adiamento da fecundidade para idades mais tardias pode resultar ainda na incapacidade de se ter (todos) os filhos que inicialmente se desejou. Adicionalmente, quanto maior a idade ao nascimento do primeiro filho, menor será o intervalo de tempo que os indivíduos, e nomeadamente as mulheres – cujo período fértil é mais delimitado – terão para alcançar os seus planos reprodutivos (Sobotka, 2009).

Conquanto só será possível medir os reais efeitos que o adiamento exerce sobre a fecundidade final quando os indivíduos chegarem ao termo de sua vida reprodutiva, ou seja, averiguar se as pessoas que adiaram sua fecundidade atingirão (ou não) o número de filhos inicialmente desejados (Spéder & Kapitány, 2009), as intenções de fecundidade – embora contingentes – podem apontar algumas direções e promover uma melhor compreensão dos comportamentos reprodutivos (Heiland *et al.*, 2008; Ajzen & Klobas, 2013).

Embora a validade preditiva das intenções de fecundidade não seja perfeita (Morgan, 2003), nomeadamente aquelas de longo prazo – devido aos constrangimentos e imprevistos que podem intervir nos planos de fecundidade dos

⁵ Segundo Oliveira (2012), o decréscimo dos segundos nascimentos no período entre 1981 e 2009, foi responsável por cerca de 40% do declínio da fecundidade em Portugal.

⁶ Segundo Machado (2012), o tratamento da infertilidade à base de estimulação hormonal em mulheres com idades entre os 40 e os 44 anos, mostra uma capacidade de intervenção de apenas 10% e, quando o tratamento resulta em gestação, frequentemente esta termina em aborto espontâneo. Leridon & Slama (2008), também indicam que os resultados do recurso à tecnologia de reprodução assistida são bastante limitados, estando longe de compensar todos os nascimentos “perdidos”.

indivíduos ao longo do seu período reprodutivo (Udry, 1983; Heiland *et al.*, 2005; Adsera, 2006a; Philipov, 2009a, Balbo *et al.* 2012) – elas têm sido consideradas, de forma geral, como significativos preditores do comportamento reprodutivo futuro (Schoen *et al.* 1999; Qu *et al.*, 2000; Vitali *et al.*, 2009; Merz & Liefbroer, 2010; Miettinen *et al.*, 2011; Philipov 2011; Ajzen & Klobas, 2013), por capturarem os fatores motivacionais que influenciam os indivíduos a se empenharem em um determinado comportamento (Ajzen, 1991), bem como, por sinalizarem uma predisposição a se engajar neste mesmo comportamento com vista à sua realização, sendo ainda o seu antecedente imediato (Schoen *et al.*, 1999; Ajzen, 2006; Billari *et al.*, 2009; Buber & Fliegenschnee, 2011).

Segundo a Teoria do Comportamento Planeado (TPB), a concretização das intenções de fecundidade podem ser influenciadas por diversos fatores, tanto de ordem pessoal, quanto social e económica, como sejam as atitudes pessoais, as normas subjetivas e a capacidade que os indivíduos consideram ter para implementá-las (Ajzen, 1991). Enquanto Ajzen e Klobas (2013) utilizando o referencial teórico da “TPB” salientam que a chegada de uma criança é o resultado concreto de uma série de comportamentos anteriormente adotados, Miller (2011), utilizando o quadro teórico “traços-desejos-intenções-comportamento” argumenta que os comportamentos reprodutivos resultam de uma sequência de traços motivacionais que se exprimem em desejos, que por seu turno, originam as intenções e, finalmente estas traduzir-se-ão em comportamentos que levarão a realização ou a prevenção de uma gravidez.

Como as intenções de fecundidade são integradas em percursos de vida específicos (Morgan & Rackin, 2010), e sujeitas a eventuais limitações de diferentes tipos ou carizes que afetam o controlo que os indivíduos acreditam ter para executar um determinado comportamento (Heiland *et al.*, 2005; Ajzen & Klobas, 2013), a sua fiabilidade tende a ser maior quando se considera o curto prazo, dada a menor probabilidade de ocorrerem restrições ou constrangimentos inesperados, como por exemplo, rupturas conjugais, desemprego, entre outros, relativamente a intervalos de tempo mais alargados (Schoen *et al.*, 1999; Ajzen & Fishbein, 2005; Toulemon & Testa, 2005; Billari *et al.*, 2009; Miettinen *et al.*, 2011; Philipov, 2011).

Normalmente – e conforme indica a TPB – a realização dos projetos familiares, como a decisão sobre a chegada de uma (outra) criança, ocorre de forma planeada (Cunha, 2007; Sobotka, 2008; Buber *et al.*, 2012), sendo dependente da

disponibilidade das condições e recursos que viabilizem sua criação (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990; Heiland *et al.*, 2008; Cunha, 2012b), como por exemplo, a presença de um relacionamento conjugal estável, a conclusão de um determinado nível de escolaridade (Van de Kaa, 1998; McDonald, 2008; Mills *et al.*, 2011), bem como se estabelecer no mercado de trabalho (Adsera, 2006a, 2011a).

Dentre este conjunto de condições, nos tempos mais recentes, a presença de um emprego estável, tem sido uma componente fundamental e uma condição prévia para se ter filhos (Livi-Bacci, 2001a; Philipov, 2009b; Adsera, 2011a; Cunha, 2012b), com a reversão, em muitos países, da relação negativa entre emprego feminino e participação no mercado de trabalho (Ahn & Mira, 2002; Thévenon, 2012; Lanzieri, 2013).

Os efeitos da participação no mercado de trabalho são, contudo, diferenciados nos distintos momentos do ciclo de vida, nas diferentes ordens de paridade e conforme as características do emprego – se menos ou mais precário, se a tempo inteiro ou a tempo parcial – (Ahn & Mira, 2002; Adsera, 2006a, 2011a). No que concerne ao tipo de contrato de trabalho, Adsera (2011a) encontrou evidências de que na Europa do Sul, mulheres com contratos temporários são menos propensas a dar à luz um segundo filho. Conquanto contratos precários ou o desemprego estrutural sugerem um efeito negativo sobre os planos reprodutivos em geral e, sobre a entrada na parentalidade em particular, segundo Adsera (2006a), o desemprego temporário pode representar, entre as mulheres, um bom momento para se ter filhos.

Desconhecendo-se, na maioria das vezes, os reais efeitos do adiamento (Spéder & Kapitány, 2009) sobre a fecundidade final dos indivíduos, há uma expectativa mais otimista, assente na ideia de que as distorções demográficas provocadas pelo adiamento da fecundidade para idades mais tardias – cujo efeito mais proeminente é deprimir as taxas de fecundidade do momento – possam ser apenas temporárias. Nesta perspectiva, assume-se que os nascimentos adiados poderão ser futuramente recuperados nas idades mais tardias (Bongaarts, 1998; Bongaarts & Feeney, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999; Sobotka, 2004; Frejka & Sobotka, 2008;

Goldstein *et al.*, 2009), não implicando renúncias, ainda que parciais, de parte dos nascimentos adiados (*tempo-coorte*)⁷.

Contudo, por outro lado, é crescente o receio que os efeitos do adiamento tenham um impacto mais profundo, neste caso, condicionando a fecundidade final das coortes, como advertem Lesthaeghe e Willems (1999), Surkyn e Lesthaeghe (2004), Frejka e Sobotka (2008) e Lesthaeghe (2010). Para além de as intenções de fecundidade poderem alterar-se ao longo da vida reprodutiva, elas ainda estão sujeitas a obstáculos que dificultam ou impedem sua concretização (Lutz, 2006). Assim, caso os nascimentos adiados – nomeadamente os de segunda e de terceira ordens – não venham a ser futuramente recuperados, mas pelo contrário, parcialmente renunciados (Billari & Kohler, 2002) – os efeitos do adiamento serão bem mais intensos.

Frejka e Sobotka (2008), por exemplo, fornecem evidências de que, apesar de nos últimos anos se ter verificado em vários países Europeus, alguma recuperação dos nascimentos adiados nas idades um pouco mais tardias, esta recuperação tende a concentrar-se principalmente nos nascimentos de primeira ordem, sendo a recuperação dos nascimentos de segunda ordem bastante mais fraca. É também no mesmo sentido que aponta Mendes (2012), ao analisar o comportamento reprodutivo das mulheres portuguesas ao longo das últimas seis décadas, onde conclui, que apesar de haver alguma recuperação da fecundidade nas idades entre os 30 e os 39 anos, esta recuperação está longe de ser completa, uma vez que tal recuperação não compensou grande parte dos nascimentos adiados.

Esta parece ser ainda a realidade dos demais países da Europa do Sul, que segundo Billari e Kohler (2002), Kohler *et al.*, (2006) e Lesthaeghe (2010), apresentam um adiamento mais acentuado dos primeiros nascimentos e uma fraca recuperação da fecundidade nas idades mais elevadas, enquanto noutros países, como por exemplo França, Holanda e Países Nórdicos, a recuperação da fecundidade em idades mais avançadas permite uma substancial recuperação dos nascimentos adiados.

Como as aspirações e o calendário da parentalidade podem ser reajustados em função das circunstâncias que o condicionam (Morgan, 1991; Livi-Bacci, 2001a; Mendes, 2012), mesmo onde as intenções de fecundidade vêm sendo apenas adiadas,

⁷ Segundo Bongaarts e Sobotka (2012), “cohort tempo” (*tempo-coorte*) refere-se ao adiamento (em idades mais jovens) e sua recuperação em idades mais avançadas, conhecidas simplesmente por “adiamento”.

elas podem não ocorrer devido às mudanças (constrangimentos/obstáculos) nas circunstâncias de vida dos indivíduos ou casais (Qu *et al.*, 2000; Heiland *et al.*, 2008; McDonald, 2008), o que coloca em causa a amplitude de uma possível recuperação da fecundidade nas idades mais tardias (Lesthaeghe, 2010).

Segundo Lesthaeghe (2010) a extensão da recuperação da fecundidade depende, em grande parte, das condições socioeconómicas do país em questão, o que faz com a recuperação tenda a ser maior naqueles países onde há uma maior simetria nos papéis de género e um menor custo de oportunidades para as mulheres na criação dos filhos. Face ao inegável efeito que as políticas públicas possam ter sobre a sociedade e sobre as famílias, a promoção de políticas mais concertadas pode então, auxiliar os indivíduos na concretização dos seus projetos reprodutivos.

Quando se analisa as intenções de fecundidade, as ordens de paridade constituem um dos elementos mais cruciais, pois remetem à aspirações distintas, tendo por isso, diferentes determinantes (Udry, 1983; Ajzen & Klobas, 2013). Enquanto para aqueles indivíduos sem filhos as intenções de fecundidade representam o desejo de entrar na parentalidade, para aqueles já são pais, tais decisões podem ser reavaliadas em função da própria experiência da parentalidade (Livi-Bacci, 2001a; Cunha, 2005a), bem como em função dos custos e benefícios que um nascimento adicional envolve (Udry, 1983; Engelhardt, 2004).

Face ao aumento da proporção de indivíduos que após uma ruptura conjugal voltam a entrar em união, para além das ordens de paridade, é preciso ter ainda em linha de conta a presença de enteados. Parceiros que já tenham filhos de uniões anteriores poderão ser, por exemplo, mais propensos a ter apenas um único filho juntos, como forma de fortalecer os laços conjugais (Balbo *et al.*, 2012).

Simultaneamente com o adiamento da entrada na parentalidade, verificam-se ainda aquelas transformações que aludem à diversificação das formas de se viver a conjugalidade e a prática da sexualidade. Na maioria das sociedades ocidentais, embora a idade ao nascimento do primeiro filho seja cada vez mais tardia, a prática da sexualidade não obedece à mesma lógica, permeando a rotina usual das pessoas solteiras (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990; Shorter, 1995; Almeida *et al.*, 2002; Sobotka, 2008, Lesthaeghe, 2010).

O crescente processo de modernização e de globalização ao evidenciar a pluralidade dos comportamentos reprodutivos e familiares – bem como aqueles valores mais voltados para a autorrealização e autonomia individual – contribuiria ainda para difundir, com menor ou maior intensidade, a diversificação das formas de se viver as relações familiares e a fecundidade nos diferentes cantos do mundo (Van de Kaa 2002; Gauthier *et al.*, 2004; Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Petrini, 2005; Giddens, 2006; Hakim, 2008; Sobotka, 2008) e atenuar os vestígios de diversidade anteriormente existentes (Wilson, 2013).

Enquanto nas sociedades tradicionais a finalidade do sexo dentro do casamento ligava-se quase estritamente com as funções da procriação (Badinter, 1985), nas sociedades atuais este entrelaçamento foi esfacelado, podendo se viver a sexualidade ou mesmo a conjugalidade sem necessariamente experimentar a parentalidade (Almeida *et al.*, 1998; Petrini, 2005). Tal como lembraram Cunha (2005a) e Tanturri e Mencarini (2008), os relacionamentos conjugais assumem um valor em si, não estando necessariamente submetidos à procriação.

Entretanto, ainda que as transformações nas formas de se viver a intimidade e a sexualidade (Almeida *et al.*, 2002; Shorter, 1995) tenham sofrido profundas alterações ao longo das últimas décadas (Giddens, 1993, 2006), que o casamento enquanto instituição que visa permitir a procriação e criação dos filhos não seja mais universalmente considerado condição *sine qua non* (Van de Kaa, 2002; Lesthaeghe, 2010), podendo ser eminentemente revogável (Bauman, 2004), ele permanece ainda bastante popular (Giddens, 2006). Conforme salienta Sobotka (2008), a grande maioria das pessoas não consideram o casamento como uma instituição obsoleta e os casais que vivem em coabitação, frequentemente, planeiam casar-se (Torres, 2001).

Embora o processo de individualização possa ter enfraquecido a influência de determinadas normas socioculturais e tornado os indivíduos mais livres para assumirem determinados comportamentos ou estilos de vida (Hakim, 2008) – como por exemplo, uma maior aceitação por estilos de vida que não contemplem a presença de crianças (Koropecj-Cox, 1998; Tanturri & Mencarini, 2008; Sobotka, 2009; Lesthaeghe, 2010; Cunha, 2012a) – em muitas sociedades ainda subsistem ideias mais ou menos explícitas sobre quando e em que ordem devem ocorrer os eventos ao longo do curso da vida (Livi-Bacci, 2001b; Liefbroer, 2009; Merz & Liefbroer, 2010), sendo o nascimento de um filho, geralmente, precedido por um relacionamento conjugal

estável (Livi-Bacci, 2001b). Como a presença de crianças representa uma grande responsabilidade na vida dos seus progenitores, este peso tende a ser geralmente menor quando compartilhado entre o casal, criando assim a sensação de um ambiente mais seguro (Rowland, 1998; Barber, 2001; Weston & Qu, 2001; Lutz, 2006; Aassve *et al.*, 2012).

É também no sentido de que a presença de uma união conjugal estável – ainda que na forma de coabitação, cuja importância tem vindo a crescer (Almeida *et al.*, 1998; Van de Kaa, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2007; Sobotka, 2008) – permaneça um elemento central na concretização dos planos reprodutivos, que apontam diversos outros estudos (por exemplo, Schoen *et al.*, 1999; Kohler *et al.*, 2006; Tanturri & Mencarini, 2008; Spéder & Kapitány, 2009; Morgan & Rackin, 2010; Aassve *et al.*, 2012; Buber *et al.*, 2012). Desta forma, tanto a ausência involuntária de filhos, quanto o facto de não conseguir concretizar as metas reprodutivas, podem ser o resultado da incapacidade de encontrar um parceiro(a) adequado(a), bem como de rupturas conjugais (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999).

Enquanto alguns estudos apontam para uma relação negativa entre fecundidade e instabilidade conjugal – dada a menor frequência de relações sexuais ou aumento dos custos da dissolução do relacionamento – outros estudos sugerem que a chegada de uma criança pode ajudar a reforçar a relação conjugal (Balbo *et al.*, 2012). Como refere Lutz (2006), o efeito líquido dessas forças ambivalentes é difícil de prever. No que concerne às rupturas conjugais, quando estas são seguidas por uma nova união, elas podem tornar-se um incentivo para se ter uma criança, como forma de fortalecer os laços conjugais (Lutz, 2006; Lesthaeghe, 2010; Balbo *et al.*, 2012), fechando-se assim “futuros abertos” e direcionando a atenção do casal para o bem-estar do filho (Surkyn & Lesthaeghe, 2004).

Ao analisar as intenções de fecundidade na Austrália através de um estudo longitudinal, Qu *et al.* (2000) encontraram evidências de que entre os indivíduos que relataram intenções de ter filhos na primeira ronda da pesquisa (realizada em 1981), a maior probabilidade de já ter concretizado tais intenções na segunda ronda (realizada em 1990), pertencia àqueles que permaneceram com o mesmo parceiro e àqueles que haviam entrado num relacionamento conjugal, enquanto a menor probabilidade de ter experimentado a parentalidade pertencia àqueles que experimentaram rupturas

conjugais ou que permaneceram solteiros. Desta forma, novamente as evidências sinalizam para a inegável importância dos laços conjugais sobre a fecundidade.

O paradigma da STD, tal como proposto por Lesthaeghe e Van de Kaa, ao procurar explicar o comportamento demográfico a partir das mudanças sociais e do enfraquecimento dos valores tradicionais (Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Sobotka, 2008), realça ainda outros determinantes que afetam o comportamento reprodutivo, como sejam o crescente desejo de autorrealização (Lesthaeghe, 2010) e o aumento das aspirações financeiras, económicas e profissionais (Mills *et al.*, 2011).

A diminuição intencional da fecundidade Europeia, nomeadamente a partir da década de 1960, viria ainda levantar indagações acerca do valor social da criança nas sociedades contemporâneas (Cunha, 2005a). De acordo com Van de Kaa (2002, 2004) e Ariès (1980), a possibilidade de realização pessoal em outras esferas da vida, como por exemplo, através de uma carreira profissional, assumiriam uma importância decisiva nos comportamentos reprodutivos, na medida em que a decisão de ter filhos, ou ter mais que um filho, passaria a depender do quão essencial os indivíduos acreditam ser a presença de um (ou mais filhos) nos seus propósitos de autorrealização.

Para Ariès (1980), por exemplo, as atuais motivações para o declínio da fecundidade são diferentes daquelas verificadas até as primeiras décadas do século passado. Para este autor, enquanto o declínio da fecundidade iniciado no final do XVIII até cerca de 1930 foi motivado por um grande investimento sentimental e financeiro nas crianças, o atual declínio da fecundidade é provocado por uma atitude oposta.

Outros estudiosos como, por exemplo, Johansson (1997), não parecem convencidos desta ideia e sugerem que o objetivo dos pais em reduzir a sua fecundidade continua o mesmo: manter um adequado padrão de vida e, simultaneamente evitar a mobilidade decrescente dos seus filhos, uma vez que as aspirações dos pais, tal como sugeriu Easterlin (1976), não dizem respeito apenas a si próprios, mas também aos seus descendentes. É aliás neste mesmo sentido que aponta Cunha (2010:311) ao frisar que muitos pais decidem não ter mais filhos afim de assegurar “um nível de vida ao qual os filhos – e a família em geral – já se acomodaram e não querem abdicar”.

Assim, a “opção” por uma dimensão familiar mais restrita pode estar a refletir uma maior preocupação com as oportunidades futuras dos filhos (Downey, 1995), bem como uma mais elevada expectativa no seu sucesso educacional, que por seu turno tem exigido um maior e mais demorado investimento por parte dos pais (Bianchi, 2000).

Como os recursos dos pais (tanto financeiros quanto de tempo) são limitados, à medida que o número de filhos aumenta, diminui a disponibilidade dos recursos parentais devido a sua diluição entre um maior número de crianças (Blake, 1981, 1989; Downey, 1995). Como os comportamentos são influenciados pela interação entre aspirações e recursos (Easterlin, 1976), quando os indivíduos sentem que os seus recursos são escassos relativamente às suas aspirações, eles podem tornar-se hesitantes em ter (mais) filhos.

Se como demonstraram Blake (1981) e Downey (1995)⁸, um menor número de crianças tende a estimular um maior investimento no seu capital humano e social, ou na aceção de Becker e colegas na “sua maior qualidade”⁹ (Becker, 1960; Becker & Lewis, 1974; Becker & Tomes, 1976; Schultz, 1974; Hagen *et al.*, 2006; Lawson & Mace, 2009), é possível que alguns (ou muitos) indivíduos possam renunciar à sua descendência ideal com o objetivo de assegurar um maior investimento em cada filho (Cunha, 2002; Lee & Mason, 2010; Lawson & Mace, 2011; Reher, 2011).

Desta forma, é inevitável pensar nos projetos de fecundidade sem remeter às profundas transformações que o “estatuto” dos filhos tem vindo a sofrer ao longo do tempo (Gauthier *et al.*, 2004; Giddens, 2006), num processo, cujas origens, segundo Ariès (1981), remonta ao século XVII, quando os filhos se tornam insubstituíveis, e passa a ser imperativo limitar o seu número para melhor garantir a sua sobrevivência e ainda, poder oferecer-lhes maiores cuidados e possibilidades de ascensão social.

Se no passado, as descendências numerosas eram inevitáveis (Hakim, 2003) não só devido a ausência de uma contraceção eficaz, mas também porque eram necessárias ao bom funcionamento da vida familiar (Cunha, 2007) – uma vez que a

⁸ Segundo o “modelo da diluição dos recursos” de Downey (1995), embora as expectativas educacionais e a frequência com que os pais conversam com os filhos diminuam à medida que o número de irmãos aumenta, as maiores reduções são verificadas sobretudo sobre os recursos económicos.

⁹ A expressão “qualidade” é utilizada no presente trabalho, como sinónimo de um maior investimento no capital humano e social dos filhos, tal como preconiza a compensação “quantidade” *versus* “qualidade” proposta por Becker e colegas.

direção do fluxo da riqueza fluía dos filhos para os pais (Caldwell, 1976; Kirk, 1996) e, a chegada de um novo filho era acompanhada pela expectativa de melhoria na economia familiar (Bauman, 2004) – atualmente, a sua chegada ocorre de forma muito mais planeada e de modo a satisfazer expectativas emocionais, psicológicas e afetivas (Friedman *et al.*, 1994; Mendes, 1987; Cunha, 2005b, 2007; Giddens, 2006; Sobotka, 2008; Billari, 2009; Machado, 2012), sendo por isso, uma decisão realizada em função das preferências individuais, mas também, em função da preocupação com as oportunidades futuras dos filhos (Downey, 1995) e das conjunturas estruturais (Ariès, 1980; Leridon, 1987; Giddens, 1993; Qu *et al.*, 2000; Torres, 2001; Van de Kaa, 2004; Adsera, 2006a; Lutz *et al.*, 2006; Heiland *et al.*, 2008; Mills *et al.*, 2011).

Como defende Bandeira (2012), num quadro onde são cada vez maiores as dificuldades inerentes às responsabilidades parentais, o ato de procriar tem sido estimulado quase exclusivamente pelas expectativas afetivas. Assim, ainda que a parentalidade seja uma hipoteca de valor incógnito (Bauman, 2004) e com responsabilidades de longo termo, ela proporciona, contudo, recompensas únicas (Demeny, 2003), como seja a satisfação que os pais encontram na criação dos filhos (Schultz, 1974).

Se, como alega Bauman (2004), ter filhos envolve avaliar constantemente o seu-bem estar em relação inclusive ao próprio conforto, o fluxo da história recente parece ter caminhado na direção de uma parentalidade de requisitos mais exigentes (Demeny, 2003, Sobotka, 2008), em que os filhos constituem “um pesado fardo financeiro para os pais” (Giddens, 2006:64). Portanto, a sobrevalorização do filho e uma maior ênfase na parentalidade responsável, que por sua vez desencoraja descendências numerosas (Morgan, 2003; Morgan & Rackin, 2010; Tanturri & Mencarini, 2008), pode indicar que, nas atuais conjunturas, ser um bom pai ou uma boa mãe, tornou-se, em grande parte, incompatível com ter mais do que um reduzido número de filhos (Demeny, 2003; Morgan, 2003) e o desfecho final poderá ser um aumento das descendências de filho único (Wilson, 2013).

Desta forma, apesar das indagações que se possam levantar acerca do “valor” dos filhos, o facto é que nas sociedades contemporâneas se observa uma progressiva perda das suas funções instrumentais (Cunha, 2002; Friedman *et al.*, 1994) e um progressivo aumento do investimento parental no seu capital humano, social e emocional (Almeida *et al.*, 1998; Dalla Zuanna, 2001; Cunha, 2002, 2007; Tanturri &

Mencarini, 2008), tornando-os cada vez mais onerosos (Qu *et al.*, 2000; Demeny, 2003; Giddens, 2006; Morgan, 2003; Billari, 2009), apesar dos recursos dos pais permanecerem limitados (Schultz, 1974; Mendes, 1987; Hagewen & Morgan, 2005).

Enquanto Lee e Mason (2010) demonstram que a diminuição da fecundidade está associada ao aumento do capital humano das crianças, Gauthier *et al.* (2004) defendem que, apesar das pressões de tempo que tanto os pais como as mães atualmente enfrentam no seu quotidiano, eles têm conseguido preservar e até mesmo aumentar o tempo dedicado aos cuidados com os filhos – provavelmente por terem um menor número de filhos. De referir ainda que um maior número de filhos aumenta o custo associado aos cuidados maternos (Oliveira, 2007), enquanto famílias de menores dimensões promovem uma maior participação feminina no mercado de trabalho (Goldin, 2006; Myrskylä *et al.*, 2008; Bloom & Souza-Poza, 2010).

No caso português, Cunha (2005b) sublinha que é sobretudo nas franjas sociais mais vulneráveis, onde é mais comum o desejo que os filhos trilhem uma trajetória social ascendente – inacessível para seus progenitores. Ainda segundo Cunha (2005b), as principais motivações para a parentalidade ao longo das últimas décadas têm sido nomeadamente de cunho afetivo, o que no seu entender, constitui o principal sinal de fortalecimento do “lugar” dos filhos. Também é no sentido de um maior investimento em cada filho, que aponta Adsera (2006a, 2011a) ao analisar o declínio da fecundidade espanhola. O valor social da criança destaca-se assim, como um elemento importante nas concepções de família e na forma como são estabelecidas as relações familiares (Badinter, 1985; Shorter, 1995; Cunha, 2005a; Petrini, 2005).

É similarmente a partir da perspectiva de preocupação com o bem-estar da família e dos filhos que Bandeira (2012) assinala a queda da fecundidade portuguesa ao longo do último meio século. Segundo Bandeira (2012), para além da “revolução contraceptiva” que se operou na sociedade portuguesa exprimir sobretudo uma preocupação com o futuro dos filhos, os seus efeitos serviram ainda para incentivar as mulheres a ingressarem massivamente no mercado de trabalho.

Ao analisar a fecundidade e a sua relação com o mercado de trabalho e a educação, Hakim (2003, 2008) argumenta que as decisões de fecundidade são moldadas pelas preferências por determinados estilos de vida e, muitas vezes, tais preferências concorrem com distintas opções em outros domínios da vida, sendo que

o resultado desta competição nem sempre é favorável à fecundidade (Mendes, 1987; McDonald, 2000; Barber, 2001; Demeny, 2003; Lesthaeghe, 2010). Philipov (2009b) destaca, por exemplo, que a vontade de estudar – ou estar estudando – é uma atividade que concorre com as intenções de fecundidade de curto prazo, enquanto o facto de ter um emprego exprime uma relação de apoio.

Conforme Hakim (2003, 2006, 2008), as preferências por determinados “estilos de vida” possui impacto sobre as profissões que os indivíduos escolhem, com as mulheres preferindo, geralmente, aquelas profissões que tornam mais fácil a conciliação entre trabalho e vida familiar, enquanto os homens são mais suscetíveis de optarem por aquelas profissões que impõem longas jornadas de trabalho e um maior comprometimento.

Através da sua “Teoria das Preferências”, Hakim (2003, 2008) defende que as mulheres (e também os homens) podem ser agrupadas em três grupos distintos, conforme suas preferências sobre fecundidade e mercado de trabalho. Algumas mulheres são mais orientadas para a carreira¹⁰ (*Work-centered*) e outras atividades da arena pública e, por isso mais impenetráveis às políticas familiares, enquanto outras mulheres são mais direccionadas para a família (*Home-centered*) e por isso, mais afetadas por tais políticas e, a grande maioria tenta combinar trabalho e família – aproveitando o melhor dos dois mundos – (*Adaptative*) e, em consequência, são mais receptivas às políticas familiares, de igualdade de géneros e de emprego.

O aumento dos níveis educacionais e da participação feminina no mercado de trabalho, em simultâneo com o acentuado decréscimo da fecundidade, têm sido assim, frequentemente, objeto de escrutínio dos investigadores, interessados em entender como se processa esta relação. É frequente o argumento de que o crescente desejo de autorrealização, espelhado, por exemplo, no aumento do nível de escolaridade – principal via de ascensão social e simultaneamente uma “necessidade” dada a crescente seletividade do mercado de trabalho (Guerreiro & Abrantes, 2007) – bem como o maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho, possui implicações

¹⁰ Segundo Hakim (2008), a proporção de mulheres que se concentram no grupo “*Work-centered*” e “*Home-centered*” giram em torno de 10% e 30%, enquanto o grupo “*Adaptative*” concentra entre 40% e 80% destas. No caso dos homens, estes são mais propensos a priorizarem a carreira, concentrando-se assim, no grupo “*Work-centered*”.

profundas sobre o momento da entrada na parentalidade e sobre as forma de se viver as relações de conjugalidade (Lim, 2002; Lesthaeghe, 2010).

De forma geral, tem havido um consenso de que o prolongamento das trajetórias escolares tem sido a força motriz do adiamento da fecundidade (Reher, 1998; Van de Kaa, 1998, 2002; Barber, 2001; Billari & Kohler, 2002, 2009; Adsera, 2006b; Lutz, 2006; McDonald, 2006, 2008; Frejka & Sobotka, 2008; Aassve *et al.*, 2012), na medida em que implica também o adiamento da entrada no mercado de trabalho e uma saída mais tardia da casa dos pais, dos quais dependem por um maior período de tempo (Myrskylä *et al.*, 2008; Billari, 2009; Billari *et al.*, 2009; Buber *et al.*, 2012), traduzindo-se naquilo que Livi-Bacci (2001b) denominou de “síndrome do adiamento”, na medida em que cada etapa é precedida pela outra e juntas antecedem o nascimento de um filho¹¹.

Face ao alongamento das trajetórias escolares, importa então saber a(s) forma(s) como os investimentos em educação afetam o comportamento reprodutivo (Heiland *et al.*, 2005; Testa, 2012b). Para além dos investimentos em educação afetarem o “tempo” da entrada na parentalidade, eles influenciariam ainda as questões relativas aos valores familiares ao estimularem um maior questionamento (e transformação) dos papéis de género tradicionais (Bourdieu, 2002; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008).

Como refere Heilborn (1997:102), o conceito de “género” foi criado para distinguir a dimensão sociocultural da biológica, designando a construção social do sexo, já que “sexo”, designa, agora, “somente a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita”. Assim sendo, género é entendido como a “arte” da diferenciação entre os sexos (Bauman, 2004), sendo portanto uma relação socialmente construída e que traz embutida relações de poder que trespassam o tecido social (Mason, 1995; Alves, 2004).

Se antigamente, nas sociedades tradicionais, extremamente dominadas pelos valores patriarcais (Bourdieu, 2002), a educação consagrada às mulheres tinha como principal objetivo fazer delas esposas e donas de casa eficientes (Badinter, 1985;

¹¹ "(...) the gradual postponement, among recent generations, of the age at which education is completed, the labor market is entered, a stable job is found, a home is selected, the family is left, a partnership is initiated. Each step is a condition for the successive one, and all are necessary before the decision of having a child is reached" (Livi-Bacci, 2001b: 148).

McDonald, 2000), atualmente a maioria das jovens são educadas para possuírem um papel enquanto indivíduo antes de qualquer papel familiar (McDonald, 2006; Merz & Liefbroer, 2010), e por isso, tendem a não mais aceitar as tradicionais limitações impostas pelos papéis de género (Inglehart, 2008), contribuindo ainda para um maior questionamento da moralidade tradicional (McDonald, 2000).

Neste âmbito, a “dominação masculina” – prescrita pelos tradicionais papéis de género – tornar-se-ia cada vez mais questionável (McDonald, 2000; Bourdieu, 2002), e as mulheres passariam a reivindicar uma maior igualdade de género (Giddens, 2006; Inglehart, 2008). Este questionamento seria mais forte principalmente entre as mulheres mais instruídas, que geralmente são aquelas que também idealizam posturas mais igualitárias (Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Wall & Guerreiro, 2005; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008).

Em Portugal, a promoção de uma política mais voltada para a igualdade das relações de género começaria a ganhar contornos, principalmente, a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974 (Cunha, 2005b), com o avançar do rápido processo de modernização – e consequente passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial e de serviços (Torres, 2001) – bem como a partir da implementação gradual de algumas leis, como por exemplo, o princípio da igualdade entre cônjuges, com a abolição do papel de subordinação da mulher ao marido, quando esta pôde, a partir de então, exercer qualquer atividade remunerada sem precisar da anuência deste (Wall, 2010).

Contribuíram para estimular estas mudanças, os movimentos feministas dos anos 70, que clamavam exatamente por uma maior igualdade de género e ainda, a guerra colonial, uma vez que estando os homens fora, as mulheres puderam ocupar postos de trabalho que, noutras circunstâncias, estariam a ser ocupados, em princípio, por estes (Torres, 2001). Também é a partir de então, que segundo Cunha (2005a), as mulheres passariam a decidir mais precocemente acerca da dimensão da sua descendência desejada, sendo que, até então, os projetos de fecundidade tendiam a ser vagos ou indefinidos¹².

¹² Segundo Cunha (2005a), entre as mulheres que entraram na maternidade no início da década de 1970, cerca de 2/3 não sabiam ao certo quantos filhos queriam ter, embora a grande maioria desejasse ter filhos.

Tais mudanças, ainda que tardias relativamente à maioria dos países Europeus, produziriam significativas alterações na organização da vida familiar, com uma progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho – e progressiva passagem do modelo conjugal “homem-provedor” para um padrão conjugal em que ambos contribuem para o rendimento familiar – bem como numa massiva entrada das mulheres no sistema de ensino (Wall & Guerreiro, 2005; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008; Aboim, 2010; Wall, 2010).

O aumento do nível educacional na vertente feminina, concomitante com sua progressiva inserção no mundo do trabalho conduziria, por consequência, à uma importante modificação na condição de vida das mulheres (Bourdieu, 2002; Goldin, 2006), não deixando de se repercutir sobre as decisões conjugais e reprodutivas (Mason, 1995; Puur *et al.*, 2008; Mills, 2010), na medida em que a sua maior capacidade de gerar rendimentos lhes permitiu uma maior autonomia (Hakim, 2003) e uma menor propensão a tolerar relações disfuncionais (Guerreiro *et al.*, 2005; Reher, 2011).

No quadro da STD e face ao aumento dos valores pós-materialistas, o aumento das taxas de divórcio configura-se como uma autêntica manifestação da autonomia do indivíduo face à ordem moral prescrita pela Igreja e pelo Estado, tendo como lógica subjacente que “um bom divórcio é preferível a um mau casamento” (Lesthaeghe, 2010: 212), principalmente num contexto em que os relacionamentos conjugais se tornam cada vez mais pautados pela confiança e afeto mútuos (Giddens, 1993, 2006).

De salientar, que apesar da maior autonomia e participação feminina nas atividades económicas, a repartição das tarefas domésticas e familiares não sofreram substanciais alterações – apesar de nos últimos anos se ter verificado um maior envolvimento dos homens na esfera doméstica, nomeadamente naquelas que envolvem os cuidados com os filhos (Bianchi, 2000; Gauthier *et al.*, 2004; Wall & Guerreiro, 2005; Aboim, 2010) – permanecendo, grandemente, sob a responsabilidade feminina (Torres, 2001; Wall & Guerreiro, 2005; Guerreiro & Abrantes, 2007; Parr, 2007; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008; Mills *et al.*, 2008).

Num cenário em que as mulheres conseguiram importantes conquistas relativas a uma maior igualdade de género na esfera pública¹³, ao mesmo tempo em que ainda perdura uma desigual divisão de direitos e deveres na esfera privada (McDonald, 2000) – apesar da crescente pressão para os homens participarem na educação dos filhos (Myrskylä *et al.*, 2008) – tal como propuseram McDonald (2000), Puur *et al.* (2008) e Goldscheider *et al.* (2010) é possível apontar para uma “incompleta revolução de género”, cujos efeitos funcionam como um entrave ao aumento das taxas de fecundidade. Conforme Goldscheider *et al.* (2010) e Puur *et al.* (2008), numa fase inicial, quando o aumento da igualdade de género é restrito à esfera pública, a sua relação com a fecundidade tende a ser negativa e, numa segunda fase, quando esta igualdade atinge também a esfera privada, a relação pode tornar-se positiva.

O pano de fundo em que se assentam tais premissas, é o pressuposto de que apesar das mulheres terem conseguido oportunidades próximas às dos homens tanto no sistema educacional quanto no mercado de trabalho, tais oportunidades acabam por serem comprometidas pelos custos de oportunidades na criação dos filhos e pelas dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar – mais elevados para o sexo feminino – (Torres, 2001; Hakim, 2006; McDonald, 2006; Morgan & Rackin, 2010), o que faz com que as mulheres possam tornar-se mais cautelosas sobre o número de filhos que decidem ter (McDonald, 2000, 2008; Tanturri & Mencarini, 2008; Merz & Liefbroer, 2010).

Um crescente número de estudos tem ainda relacionado as incertezas económicas ao adiamento da parentalidade. McDonald (2006, 2008), por exemplo, refere que face à natureza competitiva do mercado de trabalho, muitos jovens adiam a formação familiar enquanto investem no próprio capital humano, como um caminho de aversão a riscos. Também Rindfuss e Vandenheuvel (1990) referem uma "cláusula da acessibilidade" para se ter filhos. Segundo Rindfuss e Vandenheuvel (1990: 715), a principal determinante do adiamento é a existência de uma prescrição normativa de que o indivíduo não deve se casar ou ter filhos, até que tenha condições de fazê-lo.

¹³ Apesar desta maior conquista de igualdade de direitos na esfera pública, segundo Aboim (2010) e Torres (2001) em Portugal ainda se encontram traços de assimetrias e discriminações entre género, como por exemplo, a inserção laboral feminina em atividades mais precárias e a obtenção de mais baixos rendimentos comparativamente aos trabalhadores do sexo masculino.

Neste âmbito, o aumento dos níveis de escolaridade associado ao acesso ao mercado de trabalho tem influenciado o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho (Demeny, 2003) e concomitantemente implicado o declínio momentâneo do ISF (Mendes & Rego, 2006), num contexto em que um maior investimento em educação se caracteriza como “uma necessidade para enfrentar um mercado de trabalho qualificado e competitivo, em que a oferta de empregos é cada vez mais escassa” (Guerreiro e Abrantes, 2007:55).

Se o adiamento da entrada na parentalidade é uma resposta racional face às incertezas do mercado de trabalho e relativamente às mudanças socioeconómicas (Billari & Kohler, 2002; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Adsera, 2011b; Balbo *et al.*, 2012), o sentimento de insegurança configura-se como uma importante razão para adiar a formação familiar (Adsera, 2006a; Caldwell, 2004). A noção de “risco”, ou talvez mais precisamente a “aversão aos riscos” como propôs McDonald (2006, 2008), transforma-se numa componente fundamental no equacionamento de quando e quantos filhos ter, num cenário em que as percepções se tornam inclusive tão importantes quanto a própria realidade (McDonald, 2006).

Como as altas taxas de desemprego ou de empregos precários tendem a elevar o nível de incertezas e, por consequência a insegurança (Livi-Bacci, 2001a), muitos indivíduos, nomeadamente os mais jovens, tendem a adiar a sua entrada na parentalidade até tomarem uma decisão em definitivo, já que esta constitui uma condição irreversível (Kohler *et al.*, 2006). Neste aspecto, como sugerem McDonald (2006) e Mendes (2012), uma economia com baixas taxas de desemprego e boas perspetivas para os jovens, poderia, reduzir a sensação de insegurança e estimular a formação familiar e a fecundidade em idades mais jovens do que aquelas atualmente verificadas.

É aliás, neste mesmo sentido que também concluíram Philipov (2009b) e Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008). Enquanto Philipov (2009b) salienta que a presença de um emprego tem um efeito positivo sobre as intenções de fecundidade, Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) enfatizam a reversão da associação entre emprego feminino e a formação familiar em Espanha ao longo dos últimos anos, sendo que atualmente, o emprego feminino está positivamente associado à maior probabilidade de formação familiar.

Assim, medidas políticas como aquelas que versam sobre a redução dos níveis de desemprego e sobre os mecanismos que tornem mais fácil conciliar trabalho e vida familiar devem ser vislumbradas, antes de tudo, como o objetivo de qualquer governo e não como uma política de cunho “pro-natalista” (Lutz, 2006; McDonald, 2006). Segundo Andersson (2012) este terá sido o caso da Suécia – cujos níveis de fecundidade são dos mais elevados da Europa – que ao promover uma maior igualdade de género e apoiar a participação feminina no mercado de trabalho teve, como efeito secundário, o aumento das taxas de fecundidade.

Sendo as decisões reprodutivas cada vez mais entendidas como um assunto de foro privado ou do casal (Lutz, 2006; Balbo *et al.*, 2012; Cunha, 2012b), assegurar as condições que permitam aos indivíduos realizarem os seus projetos de fecundidade (Philipov, 2009a; Mendes, 2012), ou seja, ter os filhos que desejam ter, poderá ser o “campo de ação”, onde as políticas públicas tenham um maior espaço de manobra, contribuindo para reduzir a lacuna entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada.

A idade do indivíduo – em conjugação com o nível de escolaridade, principal força motriz do adiamento – tem sido também uma determinante chave na análise dos comportamentos reprodutivos (Billari & Kohler, 2009; Spéder & Kapitány, 2009; Buber *et al.*, 2012), influenciando simultaneamente o *tempo* e o *quantum* da fecundidade, e ainda as próprias configurações ou valores relativos à organização familiar e a vivência da conjugalidade. Regra geral, quanto maior a idade do indivíduo mais provável será já ter algum filho e mais próximo deverá estar da sua fecundidade desejada (Bongaarts, 1998), enquanto entre os mais jovens maior deverá ser a probabilidade de apresentar intenções ou expectativas de vir a ter filhos (Mincer & Polachek, 1974), dado o seu maior distanciamento do término do período reprodutivo (fator de ordem biológica) e o facto de ainda não ter (todos) os filhos que desejam ter.

Assim, tanto as intenções de fecundidade quanto a fecundidade realizada apresentam uma forte relação com a idade (Maciel *et al.*, 2012b). Mas a influência da idade não se esgota nos fatores de ordem biológica ou nas possibilidades de já haver concretizado ou ainda estar por concretizar os percursos reprodutivos, podendo ser também elucidativos acerca do contexto social e normativo (Inglehart, 2008), bem como do contexto contraceptivo, em que os indivíduos tomam as suas decisões de

fecundidade (Mendes, 1987; Cunha, 2012a). Parafraseando Inglehart (2008:145), “as experiências formativas das coortes de nascimentos mais jovens são substancialmente diferentes daquelas que moldaram as gerações mais velhas”.

Se por um lado, as coortes mais antigas “conduziram” os seus percursos reprodutivos em contextos de mais altas taxas de fecundidade (famílias mais numerosas), métodos de contracepção menos eficazes, relações de género mais tradicionais e em circunstâncias onde as descendências numerosas eram ainda imprescindíveis ao bom funcionamento da vida familiar (Cunha, 2005b, 2007; Giddens, 2006) – sendo que cada criança adicional normalmente representava mais braços a acrescentar à economia familiar (Bauman, 2004), esperando que servisse ainda como uma espécie de ‘seguro’ para os pais durante a velhice (Mendes, 1987) – as coortes mais recentes o fazem em contextos bastante diferenciados, a começar pela elevada disponibilidade dos modernos métodos de contracepção – bastante mais eficazes – e pela perda das funções instrumentais da criança, uma vez que a direção do fluxo de riquezas se inverteu, tendo passado a ser agora dos pais para os filhos (Caldwell, 1976; Kirk, 1996; Alves 2004; Bandeira, 2012).

Nas coortes mais recentes, tal como a entrada na parentalidade, as principais transições para a vida adulta, como por exemplo, o ingresso no casamento, tendem a ser também mais tardias. Idades mais tardias trazem, entretanto, uma maior probabilidade de baixa fecundidade devido a maior ocorrência de abortos espontâneos (Leridon & Slama, 2008) e do agravamento dos problemas de infertilidade – habilidade para procriar¹⁴ – (Morgan, 1991; Bongaarts, 1998; Lutz, 2006; Mills *et al.*, 2011), bem como, para alguns, uma maior relutância em ter filhos (Rowland, 1998, 2007), especialmente se tivermos em linha de conta as questões relativas aos ‘limites sociais’, ou seja, idades a partir das quais as pessoas consideram ser “tarde demais” para se ter (mais) filhos, sendo que tais idades tendem a ficar aquém dos limites biológicos, já que ocorrem bem antes do fim do período reprodutivo (Billari *et al.*, 2011).

Desta forma, as implicações do adiamento da fecundidade sugerem ter outras consequências para além daquelas que incidem sobre o ISF momentâneo, uma vez que acenam para uma menor fecundidade, quer por opção, quer involuntariamente –

¹⁴ Segundo Lutz (2006:17), “a fecundabilidade começa a declinar por volta dos 30 anos, sendo significativamente reduzida após os 35 anos de idade”.

já que quanto maior for o adiamento, maior é o risco de ocorrer infecundidade involuntária, resultantes de problemas associados à infertilidade (Rowland, 1998). Morgan (1991), por exemplo, defende que atualmente a ausência de filhos é frequentemente provocada por uma sucessão de adiamentos.

Embora as decisões reprodutivas, por exemplo, quantos filhos ter e quando se deseja tê-los, sejam cada vez mais percebidas como um projeto pessoal ou do casal – já que esta tem sido cada vez mais uma decisão conjunta (Balbo *et al.*, 2012) – os valores e os contextos socioculturais podem ajudar a moldar as formas como os indivíduos/casais concebem estas decisões (Friedman *et al.*, 1994; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Buber & Fliegenschnee, 2011). Num contexto em que os relacionamentos conjugais se têm pautado sobretudo no afeto mútuo e as decisões reprodutivas são cada vez mais entendidas como um empreendimento do casal, torna-se imperativo olhar não somente para as aspirações femininas, mas também para as masculinas, que como salienta Cunha (2010: 268), “constitui ainda um filão por explorar”.

Se por um lado, o enfraquecimento da tradição e das normas morais e sociais oferecem uma maior liberdade de ação (Giddens, 2006), podendo, por exemplo, estimular os indivíduos a seguirem as suas próprias preferências sem serem estigmatizados (Tanturri & Mencarini, 2008), por outro lado, as preferências e ideais de fecundidade assim como os valores, não são produzidos no vácuo (Hakim, 2003) e começam a ser formados ainda em idades jovens, afetados pelo processo de socialização (Udry, 1983; Inglehart, 2008) e pelos contextos normativos (Friedman *et al.*, 1994; Hagewen & Morgan, 2005; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Merz & Liefbroer, 2010; Testa, 2010), através da difusão e reprodução de determinados padrões socioculturais, entre os quais se incluem as preferências ou opções reprodutivas do círculo familiar e de amigos (Engelhardt, 2004; Hagewen & Morgan, 2005; Adsera 2006b; Lutz, 2006; Régnier-Loilier, 2006; Testa & Grilli, 2006; Billari *et al.*, 2009; Philipov, 2009b, 2011; Testa, 2010; Ajzen & Klobas, 2013).

Adicionalmente, através das interações sociais, os indivíduos podem, por exemplo, observar as estratégias adotadas pelos seus colegas e (se) como estes obtêm êxito na conciliação entre trabalho e vida familiar (Balbo *et al.*, 2012). O pressuposto subjacente a esta ideia é de que através da interação social tanto o círculo familiar como o círculo de amigos transmitam valores e preferências, bem como

conhecimentos acerca da contracepção (Balbo *et al.*, 2012), conduzindo a que os comportamentos praticados e apoiados por entes importantes possam transformar-se no desejo de se comportar de forma similar (Ajzen, 1991, 2006; Bongaarts, 2003; Ajzen & Fishbein, 2005; Ajzen & Klobas, 2013).

Neste âmbito, alguns estudos, têm procurado evidenciar a forma como as interações sociais influenciam os comportamentos reprodutivos. Adsera (2006b) e Régnier-Loilier (2006), apontam, por exemplo, que a dimensão familiar atual tende a ser maior entre casais ou indivíduos oriundos de famílias mais alargadas, enquanto Tanturri e Mencarini (2008) destacam que as mulheres que optam por permanecer sem filhos são geralmente procedentes de famílias de menores dimensões, o que por seu turno vai de encontro com o referido por Testa (2010) e Testa e Grilli (2006), de que quanto maior a percentagem de *childlessness* em uma determinada sociedade menor também deverá ser a probabilidade de se desejar crianças.

Também o nível de religiosidade tem sido referido como um importante elemento nas decisões reprodutivas. Maiores níveis de religiosidade estão, geralmente, associados a preferências por famílias de maiores dimensões, bem como à maiores níveis de fecundidade e à uma menor aprovação da infecundidade voluntária (McDonald, 2000; Weston & Qu, 2001; Adsera, 2006b, Heineck, 2006; Westoff & Frejka, 2007; Tanturri & Mencarini, 2008; Spéder & Kapitány, 2009; Merz & Liefbroer, 2010).

Considerando os efeitos que a socialização em contextos de baixa ou muito baixa fecundidade possam ter na fecundidade futura, Lutz *et al.* (2006) alertam para a possibilidade de uma "armadilha da baixa fecundidade", acautelando que baixas ou muito baixas de fecundidade por largos períodos de tempo, possam ser mais difíceis de serem revertidas (McDonald, 2008). Também Goldstein *et al.* (2003) ressaltam que a convivência com reduzidas taxas de fecundidade por largos intervalos de tempo podem conduzir a uma maior inclinação por ideais mais restritos, o que por seu turno poderá conduzir a um declínio da fecundidade a níveis ainda menores do que os atualmente verificados (Lutz, 2006; Sobotka, 2009). Como lembrou Bongaarts (2002), embora as preferências reprodutivas assentes nos dois filhos tenham permanecido bastante estáveis desde o último quarto do século passado, não existem garantias de que elas possam subsistir futuramente.

Neste sentido, ainda que os ideais de fecundidade não sejam capazes de prever corretamente os atuais níveis de fecundidade eles nos possibilitam melhor compreender os comportamentos reprodutivos atuais e a possível evolução futura da fecundidade (Heiland *et al.*, 2005; Testa & Grilli, 2006), na medida em que sinalizam para uma maior ou menor inclinação para acolher um determinado número de crianças.

Contudo, apesar das baixas taxas de fecundidade que atualmente se verificam em muitos dos países Europeus, nomeadamente nos países da Europa do Sul (Sobotka, 2004), a paternidade e a maternidade ainda parecem permanecer universalmente valorizadas e desejadas (Morgan, 2003; Morgan & Rackin, 2010; Cunha, 2007, 2012a; Sobotka, 2008; Testa, 2012a) e o desejo pelos “dois filhos”, continua a ser a descendência ideal mais desejada (Cunha, 2010) – embora a sua persistência possa estar a tornar-se incerta (Demeny, 2003; Goldstein *et al.*, 2003; Testa, 2006; Frejka, 2008).

Este desfasamento entre o número de filhos considerados ideal e o número de filhos efetivamente tidos, gerou a ideia de que os ideais de fecundidade relacionam-se com o número (máximo) de filhos que os indivíduos gostariam de ter na ausência de constrangimentos, ou seja, apenas sob condições também ideais (Bongaarts, 1998; Testa & Grilli, 2006; Testa, 2007, 2012a; Philipov, 2009a; Sobotka, 2009), tendendo a refletir ainda as normas “sociais” vigentes na sociedade (Hagewen & Morgan, 2005; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Merz & Liefbroer, 2010; Testa, 2010).

Conforme lembrou Livi-Bacci (2001a), suspeita-se que o modelo da “família ideal de dois filhos” seja fortemente influenciado por estereótipos. No caso do filho único, como refere Blake (1981), este tem sido tradicionalmente associado a estereótipos negativos e, esses filhos, geralmente, vistos como egoístas, mimados e solitários, embora no plano da realidade tais estereótipos pareçam não ser suportados. Segundo Blake (1981), o que se verifica é que além de terem um maior nível de escolaridade do que aqueles oriundos de famílias de maiores dimensões, estes não se declaram menos felizes ou satisfeitos do que aqueles vindos de famílias com três ou mais filhos.

Desta forma “a norma dos dois filhos”, assim como a (aparente) recusa por uma vida sem filhos ou pelo filho único – por influência de estereótipos negativos –

podem estar a refletir um certo ‘viés’, reproduzindo-se ao nível do discurso aquilo que se julga “adequado” ou em conformidade com as normas sociais gerais (Rowland, 1998, 2007; Torres, 2001; Ajzen & Fishbein, 2005; Basten, 2009). Como a fecundidade tem diminuído mais rapidamente que as preferências reprodutivas (Bongaarts, 1998) e, como os valores só tendem a modificar-se gradualmente (Inglehart, 2008) e de forma mais lenta do que os comportamentos em si (Lutz *et al.*, 2006), a predominância do modelo normativo de dois filhos pode conter assim, uma certa desfasagem.

Capítulo 2 – Dados e metodologia

As análises de dados realizadas neste estudo, eminentemente estatísticas, foram realizadas com recurso ao programa *R project*, versão 3.0.1 – recorrendo-se aos pacotes *Epi*, *epicalc*, *EpiR*, *gam*, *ggplot2*, *glm*, *gridExtra*, *hexbin*, *hmisc*, *memisc*, *mfp*, *mlogit*, *rms*, *scales*, *sjPlot*, *survey* e *reshape* - e ao software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 21. Parte das análises utiliza como ferramenta a estatística descritiva – cujo maior atributo é resumir ou evidenciar características consideradas importantes – sendo que parte considerável utiliza modelos de regressão logística binária e multinomial.

Como em Portugal não dispomos de dados longitudinais ou de painel – muito mais ricos e sofisticados pois seguem os indivíduos ao longo da sua vida reprodutiva, o que por seu turno permite uma melhor avaliação das mudanças ao longo do tempo – recorreu-se a dados transversais como os fornecidos pelo Eurobarómetro (EB2006 e EB2011) e, pelo Inquérito à Fecundidade portuguesa (IFEC2013). Também foram utilizados alguns dados sociodemográficos disponibilizados pelo portal do Instituto Nacional de Estatística (INE), bem como os dados da *Human Fertility Database* (HFD) que fornecem informações relativas às taxas de fecundidade total, cumulativas e ajustadas (*tempo-adjusted total fertility rates*), bem como sobre os nascimentos por ordem de nascimento.

Os dados mais recentes são os do IFEC2013 - recolhidos durante o ano de 2013 (de 16 de janeiro a 15 de abril), compondo uma amostra representativa da população portuguesa em idade fértil (mulheres entre os 18 e os 49 anos e, homens entre os 18 e os 54 anos de idade) através de entrevistas presenciais. O inquérito IFEC2013, foi realizado no âmbito de um protocolo celebrado em 2012, entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a sua aplicação decorreu da necessidade de se efetuar um estudo mais atualizado e pormenorizado sobre a fecundidade em Portugal, que ao longo das últimas décadas, em função da tendência de declínio iniciada principalmente a partir dos anos de 1980, atingiu níveis expressivamente reduzidos, como aqueles que se verificaram em 2013, onde o número de filhos por mulher atingiu o valor de 1,21 filhos.

O IFEC2013, cujo objetivo era recolher informações que permitissem uma melhor caracterização dos padrões reprodutivos em Portugal, teve como população alvo apenas homens e mulheres em idade fértil, residentes no território português. Este inquérito procurou assim, proporcionar dados sobre as questões relativas ao contexto familiar e do agregado parental de origem, fatores socioeconómicos e participação no mercado de trabalho, informações sobre casamento e coabitação, fecundidade realizada, desejada e intencional e ainda, questões relativas às atitudes e papéis parentais ou familiares que possam estar a influenciar as intenções de se ter ou não (mais) filhos e, quantos filhos ter.

A amostragem foi realizada em unidades de alojamento selecionadas, mas a unidade de observação foram os indivíduos, “sendo selecionado um indivíduo com o sexo e idade pretendidos, através do método de Kish” (INE, 2013). Trata-se ainda de uma amostra estratificada (cujo esquema de amostragem incluiu a estratificação com base nas Nuts II) e multietápica.

O processo multietápico teve como primeira fase a recolha de informações com base em unidades primárias, selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamento de residência principal, e a seguir, dentro destas unidades primárias, procedeu-se à seleção sistemática dos alojamentos – unidades secundárias (segunda etapa). Como terceira etapa, dentro de cada alojamento – e durante o processo de recolha dos dados – foi selecionado um único indivíduo (homem ou mulher em idades reprodutivas como referido anteriormente), através do método de Kish. As entrevistas foram realizadas de forma direta e presencial, ou seja, as observações foram obtidas diretamente a partir dos indivíduos nos respetivos alojamentos selecionados, sendo que na recolha dos dados utilizou-se o método CAPI (*Computer Assisted Personal Interview*).

A construção do questionário não contou com testes de pré-recolha, nem com nenhum método de imputação às variáveis para as quais não se obteve respostas por parte dos indivíduos (neste caso, “Recusa” ou “Não sabe”). Contudo, a grande maioria das questões (variáveis) que integram o IFEC2013, são, segundo o INE, de resposta obrigatória. No total, o INE através do IFEC2013 inquiriu 7624 indivíduos (N= 7624) de ambos os sexos, sendo que as mulheres representam cerca de 2/3 da amostra.

Por se tratar de uma amostra complexa – em que os inquiridos tiveram diferentes probabilidades de fazer parte da mesma – a cada indivíduo foi atribuído um peso de forma a reproduzir o número real de casos na população e a corrigir a amostragem desproporcional. Estes ponderadores podem ser interpretados como o número de indivíduos na população, que são representados por um indivíduo em particular, permitindo assim uma aproximação da amostra com as suas reais proporções na população, o que por seu turno permite obter estimativas mais precisas. Após a ponderação, os homens (18-54 anos) passaram a representar 52,8% da população alvo, ao passo que as mulheres (18-49 anos) passaram a representar 47,2%.

Relativamente aos dados da HFD, estes são recolhidos junto dos Institutos Oficiais de Estatística de cada país, sendo que no caso de Portugal estes são fornecidos diretamente pelo INE¹⁵. Para a utilização dos dados disponibilizados pela HFD para os diversos países que constam da base, é apenas exigido um cadastro prévio, não se exigindo nenhum contrato legal.

Para além dos dados do INE, da HFD e do IFEC2013, o presente estudo recorreu ainda aos dados do Eurobarómetro, mais especificamente aos dados do EB2006, designado de ZA4505: *Eurobarometer 65.1* e aos dados do EB2011 designado de ZA5564: *Eurobarometer 75.4*. O interesse particular nestas duas rondas de pesquisa do EB deve-se ao facto de ambas conterem algumas questões relativas ao planeamento familiar, embora os dados não tenham sido coletados unicamente com este intuito.

Os dados do EB - geridos pela GESIS – *Leibniz Institute for the Social Sciences* – recolhem informações de diferentes naturezas em toda a União Europeia e alguns países vizinhos. Os metadados recolhidos são disponibilizados ao público e podem ser descarregados, após a realização de um cadastro no *site* da GESIS, não se exigindo entretanto nenhum contrato legal.

No EB2006 existe uma maior riqueza de dados, pois foram questionados diversos aspectos relativos à vida familiar e a alguns valores, entre eles o nível de religiosidade. Os indivíduos foram questionados sobre a descendência que consideram ideal para si e para uma família qualquer, sobre o número de filhos que desejavam ter

¹⁵ Informações mais detalhadas constam do documento *Human Fertility Database method protocol* Max Planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria).

no início da sua vida reprodutiva, sobre o número de filhos que efetivamente tiveram, sobre a idade ao nascimento do primeiro filho, sobre suas intenções de fecundidade no curto prazo e ao longo do curso de vida, e ainda sobre questões que versavam sobre os papéis de género, valores relativos à vida familiar e sobre religiosidade.

No caso do EB2011, menos rico em detalhes, foram colocadas apenas seis questões relativas ao planeamento familiar, sendo duas delas sobre o número ideal de filhos (ideal para a sua própria família e ideal para uma família qualquer), uma questão sobre o número de filhos tidos, uma outra questão sobre as intenções de fecundidade ao longo do curso de vida (e sobre o nível de certeza acerca destas intenções) e uma última questão, relativa às intenções de fecundidade para o curto prazo (próximos três anos). De ressaltar que a questão que inquiria os indivíduos sobre o seu nível de religiosidade não fez parte desta ronda.

O EB2006 (*Eurobarometer* 65.1) inquiriu um total de 24750 indivíduos de ambos os sexos e com idades a partir dos 15 anos, em 25 países Europeus, sendo que em quase todos eles, o tamanho da amostra é de cerca de 1000 indivíduos. As amostras para Portugal, Grécia, Itália e Espanha são respetivamente de 1011, 1000, 1003 e 1009 indivíduos. Em Portugal, o questionário foi aplicado entre 20 de fevereiro e 19 de março de 2006.

Já no EB2011 (*Eurobarometer* 75.4) foram inquiridos um total de 26840 indivíduos de 29 países Europeus, de ambos os sexos e, também com idades a partir dos 15 anos. Em Portugal, o questionário foi aplicado entre os dias 4 e 19 de junho de 2011. Novamente a dimensão da amostra rondou aproximadamente 1000 indivíduos em cada um dos países, sendo que em Portugal tal amostragem contou com 1048 observações, enquanto Grécia, Itália e Espanha, contaram respetivamente com 1000, 1044 e 1004 observações.

O procedimento de amostragem utilizado pelo EB, assim como aquele utilizado pelo IFEC2013, foi multietápico e estratificado (estratificação por NUTS II ou equivalente). Numa primeira fase procedeu-se à recolha de informações nas unidades primárias de amostragem a partir da amostragem estratificada por quadros do grau de urbanização. Na etapa a seguir, dentro de cada unidade primária realizou-se a seleção das unidades secundárias, neste caso os alojamentos e, dentro de cada alojamento, foi selecionado apenas um indivíduo (terceira etapa), seguindo-se a regra

do aniversário mais próximo. As entrevistas foram presenciais, realizadas diretamente no domicílio do inquirido e na língua nacional, sendo que a recolha dos dados ocorreu com a utilização do método CAPI (*Computer Assisted Personal Interview*) nos países em que tal técnica estava disponível.

Para cada um dos países foi realizada uma comparação entre a amostra e o universo da população (fornecidos pelo *Eurostat* ou pelos Serviços Nacionais de Estatística de cada país), e à cada indivíduo também foi atribuído um peso específico, de forma a corrigir-se eventuais amostragens desproporcionais.

Tal como no IFEC2013, os filtros colocados pelo questionário conduziu a que algumas variáveis apresentassem observações com “não aplicável” (classificadas como INAP- *Inappropriate*). De igual forma, sempre que não se obtinha respostas por parte dos indivíduos a alguma questão, esta era codificada com “recusa” ou “não sabe”.

Como ambas as fontes de dados (Eurobarómetro e INE) disponibilizaram ponderadores, todos os resultados apresentados ao longo do trabalho são ponderados, tendo em consideração a estratégia de amostragem complexa. Para os dados do EB, os ponderadores por país foram utilizados apenas quando se pretendia realizar análises comparativas dentro de um mesmo país. Em se tratando de comparar um país relativamente a outro, como por exemplo é o caso dos modelos multinomiais ajustados para a análise da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália), foi construído um ponderador normalizado, tomando como referência aqueles fornecidos pelo EB.

No caso dos modelos de regressão logística a partir da utilização dos dados do IFEC2013, o “peso normalizado” (w'_i) foi obtido pela divisão do peso final w_i pela sua média $\bar{w}$:

$$w'_i = \frac{w_i}{\bar{w}}, \quad (1.0)$$

onde $\bar{w} = \sum_{i=1}^n w_i$ (Thomas & Heck, 2001).

O efeito do desenho (*deff*) quantifica a perda de precisão na estimação devido ao desenho complexo sendo definido pelo quociente entre a estimativa da variância determinada pelo plano amostral complexo (a. c.) e a estimativa da variância obtida por uma amostra aleatória simples (a.a.s.) do mesmo tamanho, como por exemplo,

para um parâmetro θ (Lohr, 2010):

$$def f(\hat{\theta}) = \frac{var(\hat{\theta})_{a.c.}}{var(\hat{\theta})_{a.a.s.}} \quad (1.1)$$

O tamanho das amostras utilizadas em cada um dos modelos de regressão logística, variam consoante as análises em questão, devido quer à especificidade da investigação (como por exemplo a diferenciação entre quem não tem filhos nem pretende tê-los *versus* os que não tendo filhos ainda pretendem tê-los), quer devido aos dados omissos (“Recusa”, “Não sabe”, “Não aplicável”) tanto nas variáveis de interesse, quanto nas variáveis explicativas, também designadas de covariáveis ou variáveis independentes.

De ressaltar que parte das limitações encontradas no trabalho devem-se a um grande número de observações com “Não aplicável” em algumas variáveis, resultado dos filtros adotados pelos questionários. Como um exemplo deste tipo de situação, reporta-se, por exemplo, os principais motivos indicados pelos inquiridos do IFEC2013, para não se ter (mais) filhos, aplicados exclusivamente àqueles que responderam negativamente à intenção de ter filhos, enquanto os motivos para se ter (mais) filhos são aplicados exclusivamente aos indivíduos que declararam intenção de (ainda) vir a ter (mais) filhos. Uma outra limitação, imposta pela análise que se pretendeu realizar, prende-se com as questões relativas à multicolinearidade entre algumas categorias de diferentes variáveis.

A maioria das variáveis utilizadas nas análises são categóricas. As escalas categóricas são frequentemente utilizadas pelas ciências sociais (mas também em outras áreas, como por exemplo aquelas ligadas à saúde, engenharia, controle de qualidade, etc.) pela sua capacidade de medir atitudes e opiniões (Agresti, 2007). Tais variáveis são frequentemente referidas como variáveis qualitativas, procurando-se distingui-las das variáveis quantitativas (como por exemplo, a idade, o número de filhos, entre outras).

As variáveis categóricas podem ainda ser divididas em ordinais ou nominais. No caso das ordinais, as escalas são sucessivamente ordenadas (como por exemplo, o nível de escolaridade), enquanto as nominais não têm uma ordenação lógica, como por exemplo, os motivos importantes para não se ter mais filhos.

Como observaram Turkman e Silva (2000), quando o objetivo principal de

uma dada investigação é estudar a influência que uma ou mais variáveis explicativas exercem sobre uma determinada variável de interesse, o modo, em geral, encontrado para abordar tal problema é através dos modelos de regressão. Desta forma, a regressão logística binária e a regressão multinomial são aqui utilizadas com o intuito de avaliar e quantificar a relação entre uma variável resposta e demais variáveis, consideradas como dependentes ou explicativas.

Como ressalta Agresti (2007), os modelos de regressão trazem vários benefícios adicionais relativamente às tabelas de contingência. A forma estrutural do modelo permite descrever os padrões de associação e de interações controlando assim, possíveis variáveis de confundimento, além de permitirem determinar quais variáveis explicativas afetam a variável resposta, possibilitando ainda determinar a força ou importância de tais efeitos, o que por seu turno, melhora as estimativas.

Face a estes benefícios, a regressão logística tem sido amplamente utilizada em diversas áreas de investigação, fundamentalmente pela simplicidade de interpretação dos seus coeficientes. Para sua aplicação é necessário que a variável resposta esteja definida em duas categorias (no caso do modelo binomial) ou em mais de duas categorias (no caso do modelo multinomial) e que, tal como qualquer modelo de regressão, não haja multicolinearidade entre as variáveis. Um pressuposto central assenta no facto de qualquer variável contínua (ou modelada como tal) ser linear com o *logit*, devendo se ainda verificar-se se o modelo se ajusta adequadamente aos dados. Nos modelos de regressão multinomial, a variável dependente é composta por mais de duas categorias, sendo apenas uma delas a categoria de referência, sendo que a escolha da categoria de referência não deve afetar a estimativa dos efeitos das covariáveis nos modelos (Hosmer *et al.*, 2013).

Enquanto nos modelos de regressão logística binária a variável dependente (ou variável resposta, como é comumente conhecida) assume apenas dois valores (0,1), nos modelos de regressão multinomial, a variável dependente é composta por mais de duas categorias, assumindo por exemplo, os valores 0; 1; 2, sendo o valor *zero* considerado a categoria de referência, e os demais valores comparados com a categoria de referência (Heiland *et al.*, 2005; Figueira, 2006; Amaral, 2012; Hosmer *et al.*, 2013).

Tais modelos permitem discriminar como as variáveis explicativas (que podem ser tanto contínuas, como discretas ou dicotômicas) influenciam a variável resposta (variável dependente) e, como a distribuição da variável resposta pode mudar de acordo com os níveis (ou categorias) das variáveis explicativas (Heiland *et al.*, 2005; Agresti, 2007), permitindo a identificação das principais características (perfis) que em conjunto, tornam os indivíduos mais suscetíveis (fatores potenciadores) ou não (fatores protetores) à ocorrência de um determinado evento (Afonso, *et al.*, 2013).

Os modelos de regressão logística (tanto binomial como multinomial) fazem parte do conjunto de Modelos Lineares Generalizados (GLM), e a componente aleatória para o “sucesso” (fatores potenciadores) ou “fracasso/insucesso” (fatores protetores) dos resultados tem uma distribuição binomial no caso do modelo de regressão logística binário e, distribuição multinomial no caso dos modelos multinomiais (em que a variável resposta possui mais do que duas categorias) sendo a função de ligação dada pela função *logit* (Agresti, 2007, Hosmer *et al.*, 2013).

Segundo Hosmer *et al.*, (2013) a equação que descreve o modelo de regressão logística pode ser escrita através da expressão

$$\pi(\mathbf{X}) = E(Y | \mathbf{X}) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p}} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p)}}, \quad (2.1)$$

sendo que o estimador do *logit* é dado por

$$\hat{g}(\mathbf{X}) = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 X_1 + \hat{\beta}_2 X_2 + \dots + \hat{\beta}_p X_p. \quad (2.2)$$

Sendo a variável resposta binária, $\pi(\mathbf{X})$, esta assume apenas valores entre 0 e 1. A transformação de $\pi(\mathbf{X})$, através da função *logit*, permite linearizar a expressão 2.1 de tal forma que $g(\mathbf{X})$

$$g(\mathbf{X}) = \ln\left(\frac{\pi(\mathbf{X})}{1 - \pi(\mathbf{X})}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p \quad (2.3)$$

é linear nos seus parâmetros, contínua e varia entre $-\infty$ a $+\infty$ (Hosmer *et al.*, 2013).

Os coeficientes do modelo de regressão logística são estimados por máxima verosimilhança, onde os parâmetros estimados maximizam a função $L(\mathbf{B})$,

$$L(\mathbf{B}) = \sum_{i=1}^n \{y_i \ln[\pi(\mathbf{X}_i)] + (1 - y_i) \ln[1 - \pi(\mathbf{X}_i)]\} \quad (2.4)$$

sendo $\mathbf{B}$ - o vetor $(\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p)$ dos parâmetros a estimar;

n o número de observações independentes para o par $(\mathbf{X}_i, y_i)$, tal que $i = 1, 2, \dots, n$; y_i toma o valor da variável resposta (0 ou 1) e $\mathbf{X}_i$ toma os valores das variáveis independentes da i -ésima observação;

$\pi(\mathbf{X}_i)$ é a probabilidade de $y_i = 1$ condicional a $\mathbf{X}_i$;

$1 - \pi(\mathbf{X}_i)$ é a probabilidade de $y_i = 0$ condicional a $\mathbf{X}_i$.

Já no modelo de regressão multinomial, em que a variável resposta assume mais que dois valores (0,1,2), precisamos então de mais funções *logit*, para comparar cada um das categorias à categoria de referência (0). Conforme Hosmer *et al.* (2013), no caso de termos 3 categorias na resposta, temos duas funções *logit* que se denotam como

$$g_1(\mathbf{X}) = \ln \left[\frac{P(Y=1|\mathbf{X})}{P(Y=0|\mathbf{X})} \right] = \beta_{10} + \beta_{11} X_1 + \beta_{12} X_2 + \dots + \beta_{1p} X_p = \mathbf{X}'\mathbf{B}_1 \quad (2.5)$$

e

$$g_2(\mathbf{X}) = \ln \left[\frac{P(Y=2|\mathbf{X})}{P(Y=0|\mathbf{X})} \right] = \beta_{20} + \beta_{21} X_1 + \beta_{22} X_2 + \dots + \beta_{2p} X_p = \mathbf{X}'\mathbf{B}_2 \quad (2.6)$$

Das equações acima resulta que as probabilidades condicionais do resultado de cada categoria, dado o vetor das covariáveis são:

$$P(Y = 0|\mathbf{X}) = \frac{1}{1 + e^{g_1(\mathbf{X})} + e^{g_2(\mathbf{X})}}, \quad (2.7)$$

$$P(Y = 1|\mathbf{X}) = \frac{e^{g_1(\mathbf{X})}}{1 + e^{g_1(\mathbf{X})} + e^{g_2(\mathbf{X})}}, \text{ e} \quad (2.8)$$

$$P(Y = 2|\mathbf{X}) = \frac{e^{g_2(\mathbf{X})}}{1 + e^{g_1(\mathbf{X})} + e^{g_2(\mathbf{X})}}. \quad (2.9)$$

Na sequência do que se convencionou para o modelo de regressão binária, podemos denotar $\pi_j(\mathbf{X}) = P(Y = j|\mathbf{X})$, para $j = 0, 1, 2$. Cada probabilidade é então uma função do vetor de $2(p+1)$ parâmetros.

Para além do interesse em determinar a existência de relações significativas entre uma variável resposta e as variáveis explicativas, interessa, frequentemente, descrever a força desta relação. Os modelos de regressão logística permitem quantificar o efeito das variáveis na ocorrência do evento através do que é usualmente designado como razões de possibilidades, razões de chances, *Odds Ratio* ou simplesmente pelo acrónimo OR. As razões de chances são calculadas a partir dos

coeficientes β , nomeadamente através da exponencial desses coeficientes. Desta forma, é a magnitude e o sinal de β que determinam o quão as possibilidades de uma dada característica aumentam ou diminuem relativamente a uma outra.

O coeficiente β_0 é uma constante (no caso de todas as variáveis serem categóricas representa o efeito conjunto das variáveis e sobre o *logit* da resposta quando todas as variáveis estão na categoria de referência) e os coeficientes $\beta_1 \dots \beta_p$ são os coeficientes das K variáveis explicativas (e suas respetivas categorias).

O coeficiente β_1 representa a variação ocorrida no *logit* da variável resposta quando a variável resposta K_1 varia uma unidade (ou muda de categoria relativamente à categoria de referência). Quando o sinal do coeficiente for positivo significa que o acréscimo de uma unidade na variável X origina também um acréscimo em Y , e quando o sinal do coeficiente for negativo, o acréscimo de uma unidade na variável X produz um decréscimo em Y .

Para se obter a estimativa do OR do coeficiente β_1 de uma variável dicotómica realizamos a exponenciação deste coeficiente, pois

$$OR = \frac{\pi(\mathbf{X}^*) / [1 - \pi(\mathbf{X}^*)]}{\pi(\mathbf{X}) / [1 - \pi(\mathbf{X})]}, \quad (2.10)$$

onde $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p)$ e $\mathbf{X}^* = (X_1^*, X_2^*, \dots, X_p^*)$ denotam os vetores das covariáveis de dois grupos de indivíduos com características distintas para a variável X_1 . $X_i^* = 1$ que define os indivíduos numa dada categoria da variável i e, $X_i = 0$ representa os indivíduos da categoria de referência. Se quisermos, por exemplo, estimar a razão de chances dos homens relativamente às mulheres, então no vetor das covariáveis só mudará o valor da variável sexo e, se as mulheres forem a categoria de referência então tem-se:

$$OR = \exp[\hat{\beta}_1(X_1^* - X_1)] = \exp[\hat{\beta}_1(1 - 0)] = e^{\hat{\beta}_1}$$

e

$$IC_{95\%}(OR) = \exp\left[\hat{\beta}_1 \pm Z_{1-\alpha/2} \sqrt{\widehat{Var}(\hat{\beta}_1)}\right]. \quad (2.11)$$

Se a variável tiver mais que uma categoria então usam-se variáveis *dummy* e o raciocínio é análogo. Se estamos perante variáveis contínuas, então a razão de chances para um aumento de c unidades pode ser obtida através de:

$$OR = \exp[\hat{\beta}_1(X_1 + c) - \hat{\beta}_1(X_1)] = \exp[c\hat{\beta}_1] = e^{c\hat{\beta}_1} \quad (2.12)$$

Quanto aos intervalos de confiança (IC), estes referem-se ao limite inferior e superior em que a verdadeira razão de possibilidade ou chance está contida com um determinado nível de confiança calculado com base na exponenciação do coeficiente β em questão. No caso do IC_{95%}, isto significa que com um nível de confiança de 95% (valor $p \leq 0,05$), podemos afirmar que a verdadeira razão de chance está contida naquele determinado intervalo.

Estes intervalos de confiança aqui representados são os de Wald, pois estamos em presença de amostras grandes. Em particular, para pequenas amostras, deve-se usar intervalos de confiança obtidos por perfil de verosimilhança (Agresti, 2007).

Assim, de uma forma geral, o IC_{95%} associado à razão de possibilidades entre dois grupos (0,1), de uma variável X_1 com interações $X_1 \times W_1, \dots, X_1 \times W_k$ é calculado, segundo Hosmer *et al.* (2013) pela seguinte expressão:

$$IC_{95\%}(OR) = \exp\left[\hat{l} \pm Z_{1-\alpha/2} \sqrt{V\hat{a}r\hat{l}}\right], \quad (2.13)$$

onde $\hat{l} = \beta_1 + \delta_1 W_1 + \delta_2 W_2 + \dots + \delta_k W_k$,

β_1 é o coeficiente de X_1 ,

δ_j é o coeficiente de $X_1 \times W_j, j = 1, \dots, k$ e

$$V\hat{a}r(\hat{l}) = V\hat{a}r(\hat{\beta}_1) + \sum_j W_j^2 V\hat{a}r(\hat{\delta}_j) + 2 \sum_j W_j C\hat{o}v(\hat{\beta}_1, \hat{\delta}_j) + 2 \sum_j \sum_k W_j W_k C\hat{o}v(\hat{\delta}_j, \hat{\delta}_k).$$

Como referem Hosmer *et al.* (2013) os modelos de regressão logística dicotômicos podem ser modificados para manusear informações em que a variável resposta assume mais que dois valores ou categorias como é o caso dos modelos multinomiais, cujo objetivo é estimar as probabilidades de escolha de uma determinada categoria em função das variáveis dependentes, sendo os efeitos das variáveis expressos também em termos de chances (OR) em relação à escolha das diferentes categorias. O ajustamento destes modelos segue as mesmas etapas dos modelos de regressão logística (Hosmer *et al.* 2013; Silva *et al.*, 2103).

Desta forma, como esclarece Hosmer *et al.* (2013), no caso do modelo multinomial, para construir a função de verosimilhança para um modelo multinomial

com categorias de resposta “criamos” três variáveis binárias codificadas com 0 ou 1, de forma a indicar a qual grupo de observações estas pertencem. O estimador de máxima verossimilhança, $\hat{\beta}$, é obtido através da criação destas equações iguais a 0 e da solução de $\hat{\beta}$, exigindo-se portanto o mesmo tipo de cálculo utilizado na regressão binária. Como exemplificado em Hosmer *et al.* (2013:271), temos que,

se $Y = 0$, então $Y_0 = 1$, $Y_1 = 0$ e $Y_2 = 0$;

se $Y = 1$, então $Y_0 = 0$, $Y_1 = 1$ e $Y_2 = 0$;

e se $Y = 2$, então $Y_0 = 0$, $Y_1 = 0$ e $Y_2 = 1$.

Para ajustar os modelos de regressão logística (binomiais e multinomiais) Hosmer *et al.* (2013), recomendam que se realizem as seguintes etapas:

- 1) para o modelo inicial, que se selecione todas as variáveis que na fase univariada revelem um valor $p < 0,25$;
- 2) construir um modelo multivariado contendo todas as covariáveis com valores $p < 0,25$ e outras que no contexto do estudo se afigurem relevantes;
- 3) eliminar sucessivamente, e por ordem decrescente do valor p de Wald todas as variáveis que não se revelem significativas (valor $p > 0,10$, se estivermos a modelar com um nível de significância de 10% ou valor $p > 0,05$ se estivermos a modelar com um nível de significância de 5%), permanecendo no modelo apenas aquelas que contribuam para explicar corretamente o modelo (ou seja, apenas aquelas estatisticamente significativas). Após a eliminação de cada variável não significativa, o modelo deve ser novamente ajustado e comparado com o modelo anterior através do teste da razão de verossimilhança (que compara os modelos com e sem a variável excluída), para se certificar que realmente, a variável removida não contribuía para explicar corretamente o modelo. Também se deve comparar os coeficientes dos dois modelos, só se retirando uma dada variável quando esta não tiver grande impacto na estimação dos coeficientes restantes;
- 4) verificar se algumas das variáveis não incluídas no modelo inicial, ou seja, aquelas de valor $p > 0,25$ (de Wald), se mostram significativas na presença (conjuntamente) das demais variáveis do modelo. Se alguma destas variáveis se mostrar significativa (valor $p < 0,10$ ou valor $p < 0,05$, conforme o nível de significância adotado), esta deve ser adicionada ao modelo. Este tipo de procedimento é vital para a identificar as

variáveis que por si só (análise univariada) não são estatisticamente significativas, mas que na presença de outras variáveis podem oferecer contributos relevantes para explicar a variável resposta;

5) tendo-se obtido um modelo que apenas contemple as variáveis importantes e estatisticamente significativas, regendo-se pelo princípio da parcimónia – em que se busca tornar o modelo o mais simples e inteligível possível, sendo que quanto maior for o número de variáveis (e categorias) num modelo, maiores serão as estimativas dos desvios padrão dos coeficientes – deve-se proceder a uma tentativa de redução das categorias das diferentes variáveis, juntando-se categorias estatisticamente não significativas e que faça sentido estarem juntas no contexto do estudo em questão. Também se deve proceder à verificação do pressuposto da linearidade das covariáveis contínuas (como por exemplo, a idade) com o *logit*, por exemplo, através do método dos quartis e métodos *lowess*. Na ausência de linearidade, pode procurar-se uma transformação adequada através do método dos polinómios fracionários ou em classes de interesse para o estudo e que se revelem significativas;

6) após obter um “modelo preliminar de efeitos principais”, deve-se ainda testar, via teste de razão de verossimilhanças, apenas as interações entre variáveis que fazem sentido no contexto do estudo em questão, mantendo-se apenas as interações cujo valor p seja $\leq 0,05$, uma vez que a inclusão de uma interação acima destes valores apenas serve para aumentar os erros-padrão estimados, complicar a interpretação do modelo e muito pouco ou nada contribui nas estimativas pontuais dos seus efeitos e da capacidade explicativa e discriminativa do modelo;

7) em seguida, recomenda-se realizar uma análise de resíduos por padrões de covariáveis, procurando valores atípicos (*outliers*) que possam estar a influenciar o modelo, envolvendo por exemplo os resíduos *deviance*, bem como de observações influentes nos parâmetros do modelo através, por exemplo, da distância de *Cook*, resíduos *DfBetas* e *leverage*.

8) complementarmente, deve-se avaliar a bondade do ajustamento do modelo através do teste de Hosmer e Lemeshow. A estatística do teste de Hosmer é obtida agrupando as observações em decis, de acordo com os valores preditos, e utiliza o teste do qui-quadrado para comparar os valores observados com os valores preditos em cada grupo. Deve-se ainda avaliar a capacidade discriminativa do modelo.

Quanto à capacidade discriminativa (capacidade de discriminar entre os indivíduos que experienciaram o evento daqueles que não o experienciaram), esta é avaliada através da área sob a curva (*AUC- Area under the Curve*) ROC (*Receiver Operating Characteristic*); da sensibilidade (capacidade de detetar a ocorrência do evento corretamente) e da especificidade (capacidade de detetar a não ocorrência do evento corretamente) associados a um determinado ponto de corte¹⁶.

No caso dos modelos multinomiais, segue-se basicamente o mesmo processo utilizado no modelo logístico binário, sendo que para avaliar a bondade e a análise de valores atípicos, Hosmer *et al.*, (2013) sugerem a divisão do modelo multinomial em dois modelos binários, neste caso, o modelo é repartido em *logit 1* (1 *versus* 0) e *logit 2* (2 *versus* 0).

O teste de Wald é um dos principais testes de significância utilizados em modelos estatísticos e o valor p resume a força da evidência contra a hipótese nula, sendo que a precisão desta evidência, usualmente, não necessita do que mais de duas ou três casas decimais, como por exemplo: valor p = 0.028 ou, valor p =0.03 (Agresti, 2007).

O ‘teste de bondade’ do ajustamento do modelo (Teste de Hosmer e Lemeshow) serve para verificar se o modelo se ajusta (ou não) aos dados, sendo que um valor $p \geq 0,05$ indica que o modelo se ajusta bem aos dados em análise (Figueira, 2006). O teste de bondade de Hosmer e Lemeshow associa os dados e suas probabilidades e determina a proximidade entre as frequências observadas e as frequências esperadas.

Já a análise de resíduos, por seu turno, serve para descrever a influência de observações individuais sobre o ajustamento (ou a falta de ajustamento) do modelo. Segundo Turkman e Silva (2000), uma observação pode ser considerada influente quando sua exclusão resulta em alterações significativas nas estimativas dos

¹⁰ O ponto de corte deve basear-se numa combinação “ótima” entre a sensibilidade e a especificidade do modelo. No gráfico da curva ROC, tal otimização é encontrada no ponto em que mais se aproxima do canto superior esquerdo. No anexo 22, por exemplo, que apresenta a curva ROC do modelo de regressão logística para quem tem intenção de ter filhos em algum momento de sua vida vs. quem não tem intenção de ter (mais) filhos, observa-se que o ponto mais próximo do canto superior esquerdo do gráfico, é 0.399, sendo este portanto o ponto de corte do referido modelo.

coeficientes β do modelo. A presença de uma observação influente pode provocar um impacto indevido nas ilações a se retirar do modelo. A falta de ajuste, ou um ajuste muito pobre podem, por exemplo, ser devido ao facto do modelo se ajustar mal a algumas observações, caso em que estas podem ser removidas, procedendo-se a um novo ajuste do modelo para as observações restantes.

A partir da análise dos resíduos *dfBetas* consegue-se, por exemplo, diagnosticar mudanças na estimativa dos parâmetros (coeficientes β) quando uma observação é excluída. Quanto maior for a variação que a retirada da observação produzir nos valores dos coeficientes, maior é a influência desta observação (Agresti, 2007).

Quanto à curva ROC, ela é exibida em forma de gráfico, representando a capacidade discriminativa do modelo através da sua área sob a curva (AUC), indicando ainda a sensibilidade (capacidade de detetar os verdadeiros positivos) e a especificidade (capacidade de detetar os falsos positivos) do modelo, para um determinado ponto de corte. A AUC pode variar entre “0” e “1”, sendo que quanto mais perto de “1” estiver, melhor é a capacidade discriminativa do modelo.

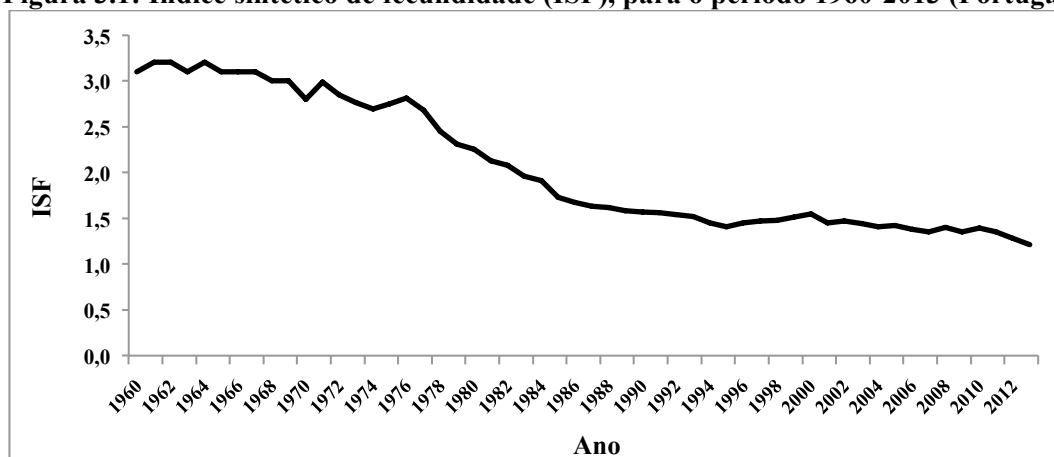
Num estudo que procura, por exemplo, investigar se um indivíduo é portador de uma determinada doença, a sensibilidade é a capacidade do teste, em fornecer um resultado positivo quando o indivíduo é realmente portador daquela doença, enquanto, a especificidade é a capacidade do teste em fornecer um resultado negativo quando o indivíduo não é de facto portador daquela doença.

Capítulo 3 – O panorama demográfico português

Os indicadores demográficos são elucidativos das profundas transformações que a sociedade portuguesa tem sofrido no decurso das últimas décadas. O decréscimo da fecundidade em simultâneo com o aumento da idade da entrada na nupcialidade, bem como a elevação da idade das mulheres ao nascimento do primeiro filho, o aumento do número de divórcios e dos nascimentos ocorridos fora do casamento, são bons exemplos destas transformações.

O decréscimo quase ininterrupto da fecundidade ao longo das últimas décadas, concomitante com o aumento da esperança de vida, vem impondo ao país um agudo processo de envelhecimento demográfico com tendência para agravamento nos anos vindouros. Sendo a baixa fecundidade um dos principais determinantes para o pungente envelhecimento da sociedade portuguesa, começa-se assim, por evidenciar o seu comportamento no decorrer dos últimos 50 anos.

Figura 3.1: Índice sintético de fecundidade (ISF), para o período 1960-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

De forma geral, pode-se dizer que desde meados da década de 1960, a fecundidade portuguesa vem demonstrando tendência de declínio, ainda que a ritmos diferenciados e com ténues inversões desta tendência em períodos de tempo bastante limitados. O primeiro período em que as taxas de fecundidade apresentaram ligeira inversão foi no período imediatamente posterior à Revolução do 25 de Abril de 1974, voltando contudo a declinar em seguida. O segundo momento em que a fecundidade começou a dar sinais de ligeiros aumentos situa-se nos últimos cinco anos que antecedem a viragem para o século XXI. Embora a fecundidade tenha caído entre

1969 e 1970, ela voltou a aumentar em 1971 a níveis próximos daqueles exibidos em 1969.

Quanto aos ritmos de redução do ISF, ele apresenta-se mais modesto no período anterior ao 25 de Abril e mais intenso a partir de finais da década de 1970, voltando a abrandar a partir da década de 1990, quando o número de filhos por mulher já havia caído para cerca de 1,6. No período 2010-2013, tem-se uma nova intensificação deste declínio, e desta vez, o ISF passa de 1,39 filhos por mulher para 1,21 filhos – o mais baixo índice registado ao longo do período em análise.

Três momentos distintos desta tendência de declínio merecem ainda destaque: o primeiro deles é o ano de 1982 quando o ISF cai abaixo do limiar necessário para assegurar a renovação das gerações. O segundo momento é o ano de 1994 quando ele atinge a chamada “*low-fertility*”, ou seja, cai pela primeira vez a um nível inferior a 1,5 filhos por mulher – valor considerado preocupante para a sustentabilidade populacional (Mendes, 2012) e, como terceiro momento destaca-se o ano de 2012, quando cai abaixo do limiar crítico de 1,3 filhos por mulher, convencionalmente chamada de “*lowest-low fertility*” conforme a terminologia adotada por Kohler, Billari e Ortega (2002).

O índice Sintético de Fecundidade em Portugal, ao longo das últimas cinco décadas, decresceu assim de pouco mais de 3 filhos por mulher para 1,21 filhos, colocando Portugal entre os países com as menores taxas de fecundidade da Europa e do mundo, como indica o relatório do *Population Reference Bureau* (2013).

Para além de Portugal apresentar o menor ISF em 2012 (tabela 3.1), o país destaca-se pela sua singularidade no contexto europeu. Enquanto praticamente todos os países – alguns de forma mais intensa, outros de forma menos intensa, como por exemplo a Alemanha, a Polónia e a Suíça – viram este indicador aumentar no período 2000-2010, Portugal juntamente com o Chipre (e a Hungria em menor extensão) continuaram a assistir a uma propensão de declínio, com tendência para agravamento em 2012, quando a quase generalidade dos países europeus também experimentaram ligeiras descidas neste indicador (relativamente a 2010), provavelmente como um reflexo da crise económica e financeira, que por seu turno elevou o nível de incertezas e interrompeu o processo de recuperação da fecundidade que alguns destes países

tinham iniciado (Myrskylä *et al.*, 2009; Goldstein *et al.*, 2009; Sobotka *et al.*, 2011; Mendes, 2012; Thévenon, 2012; Bongaarts & Sobotka, 2012; Lanzieri, 2013).

Tabela 3.1: Índice Sintético de Fecundidade (ISF) para os anos de 2000, 2010 e 2012 para países Europeus selecionados

	ISF 2000	ISF 2010	ISF 2012	Recuperação ISF 2000/2010	Recuperação ISF 2000/2012	Diferença entre 2012/2010
UE27	1,48	1,61	1,58	0,13	0,10	-0,03
Irlanda	1,89	2,05	2,01	0,16	0,12	-0,04
França	1,89	2,03	2,01	0,14	0,12	-0,02
Reino Unido	1,64	1,92	1,92	0,28	0,28	0,00
Suécia	1,54	1,98	1,91	0,44	0,37	-0,07
Noruega	1,85	1,95	1,85	0,10	0,00	-0,10
Finlândia	1,73	1,87	1,80	0,14	0,07	-0,07
Bélgica	1,67	1,86	1,79	0,19	0,12	-0,07
Dinamarca	1,77	1,87	1,73	0,10	-0,04	-0,14
Holanda	1,72	1,79	1,72	0,07	0,00	-0,07
Eslovênia	1,26	1,57	1,58	0,31	0,32	0,01
Estônia	1,36	1,72	1,56	0,36	0,20	-0,16
Romênia	1,31	1,54	1,53	0,23	0,22	-0,01
Suíça	1,50	1,52	1,52	0,02	0,02	0,00
Bulgária	1,26	1,57	1,50	0,31	0,24	-0,07
Rep. Checa	1,15	1,51	1,45	0,36	0,30	-0,06
Áustria	1,36	1,44	1,44	0,08	0,08	0,00
Itália	1,26	1,46	1,43	0,20	0,17	-0,03
Chipre	1,64	1,44	1,39	-0,20	-0,25	-0,05
Alemanha	1,38	1,39	1,38	0,01	0,00	-0,01
Grécia	1,27	1,51	1,34	0,24	0,07	-0,17
Hungria	1,32	1,25	1,34	-0,07	0,02	0,09
Eslováquia	1,30	1,43	1,34	0,13	0,04	-0,09
Espanha	1,23	1,37	1,32	0,14	0,09	-0,05
Polónia	1,37	1,38	1,30	0,01	-0,07	-0,08
Portugal	1,55	1,39	1,28	-0,16	-0,27	-0,11

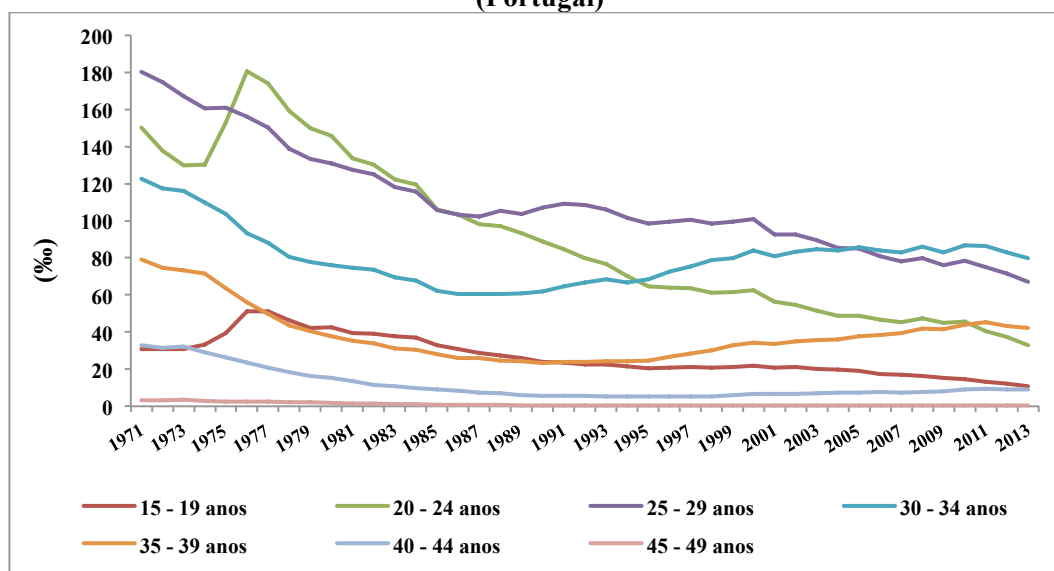
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Eurostat.

O aumento dos índices de fecundidade verificados nestes países a partir do ano 2000, têm sido, contudo, geralmente justificadas pela literatura como uma possível recuperação dos nascimentos adiados, nomeadamente os de primeira e segunda ordens (Bongaarts & Sobotka, 2012) o que por seu turno indica que este seria um efeito do *tempo* – relativo a mudanças no calendário reprodutivo, como por exemplo, o abrandamento do adiamento, já que o *tempo* designa o momento (quando) ao nascimento dos filhos (Kohler *et al.*, 2002) – e não um aumento efetivo do *quantum* (Bongaarts & Sobotka, 2012; Thévenon, 2012; Lanzieri, 2013), ou seja, um aumento do número de filhos.

Em Portugal, o primeiro momento da inversão da tendência de declínio do ISF, ocorrido entre 1974 e 1976, além de ter ocorrido num período de tempo bastante circunscrito, parece ter sido provocado pelo comportamento reprodutivo de apenas dois grupos etários distintos: o grupo etário 15-19 anos e o grupo 20-24 anos (figura 3.2). São apenas nestes dois grupos (principalmente no segundo) que se verifica um

aumento da proporção de nascimentos, enquanto as demais classes etárias seguem uma trajetória de decréscimo. Desta forma, pode-se referir, que o primeiro momento de inversão da tendência de declínio do ISF em Portugal foi marcado por um rejuvenescimento da fecundidade, uma vez que ocorreu justamente nas idades mais jovens.

Figura 3.2: Taxa de fecundidade geral (‰) por classes etárias, para o período 1971-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O segundo momento de inversão da tendência de declínio, restrito ao período 1995-2000, parece ter sido provocado pela relativa estabilidade do comportamento dos grupos etários com idades inferiores aos 30 anos (que aparenta ter interrompido momentaneamente a tendência de declínio de suas taxas de fecundidade), em conjugação com o aumento das taxas de fecundidade nas idades situadas entre os 30 e os 39 anos, que tem vindo a aumentar paulatinamente desde então, sendo exceção apenas o período 2010-2013 – coincidente com a já referida crise económica enfrentada por diversos países – em que ambos os grupos etários sugerem ter retomado a tendência de declínio.

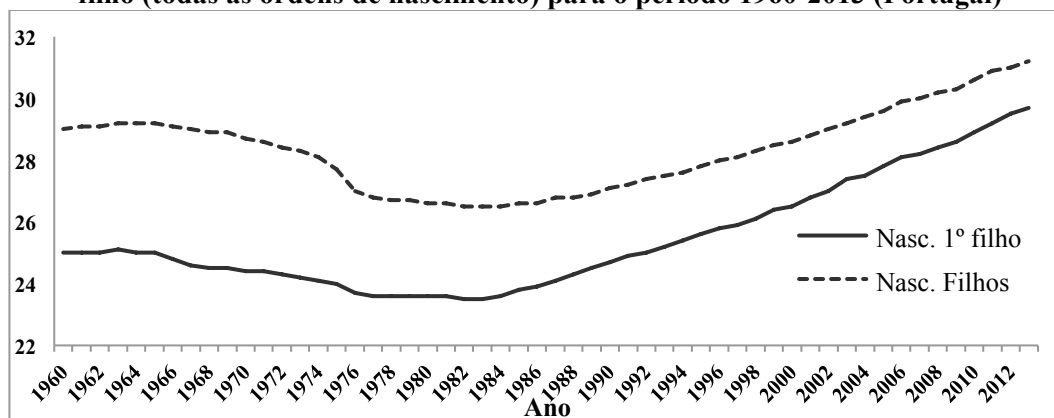
Globalmente, a análise do comportamento reprodutivo por grupos etários evidencia um contínuo decréscimo das taxas de fecundidade nas idades inferiores aos 29 anos e, nomeadamente nas idades entre os 20-24 anos, com uma contínua redução da maternidade também nas idades mais precoces (15-19 anos). A redução das taxas de fecundidade nas idades mais jovens constitui um importante indicador, pois

sinalizam para o adiamento do nascimento dos filhos para idades cada vez mais tardias (Balbo *et al.*, 2012).

Com efeito, a figura 3.2 evidencia que o grupo etário onde se regista a maior proporção de nascimentos é aquele com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos, que com exceção do período 2010-2013, tem mantido um comportamento relativamente estável. No que relaciona-se ao comportamento do grupo etário 35-39 anos, evidencia-se um padrão em forma de “U”, com decréscimo até por volta de finais da década de 1980, relativa estabilidade no primeiro quinquénio da década de 1990, seguido por tendência de aumento a partir de então, sendo novamente exceção o período 2010-2013.

No grupo etário mais tardio, ou seja, aquele compreendido entre os 45-49 anos de idade, as taxas de fecundidade têm-se mantido bastante reduzidas, sendo que aí também se verificou uma gradual redução dos nascimentos desde o início do período em análise até finais da década de 1990. Já o grupo etário situado entre os 40-44 anos de idade, observa-se tendência de redução dos nascimentos até por volta de meados da década de 1990, a partir de quando tem vindo a aumentar, ainda que de forma muito pouco expressiva.

Figura 3.3: Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho e ao nascimento de um filho (todas as ordens de nascimento) para o período 1960-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A emergência do adiamento do primeiro filho ao longo das últimas décadas tem desempenhado um papel de extrema relevância para a compreensão dos atuais níveis de fecundidade na maioria dos países europeus (Balbo *et al.*, 2012; Mendes, 2012). Sendo o adiamento da entrada na parentalidade, um dos fatores comumente referidos como tributário do contínuo decréscimo da fecundidade portuguesa

atualmente verificado, a figura 3.3 retrata a evolução da idade média ao nascimento do primeiro filho e a idade média ao nascimento de um filho (todas as ordens de paridade) no decurso das últimas cinco décadas.

No decurso do período de 1960 até 1982/83, houve um gradual rejuvenescimento da idade média da entrada na maternidade, sendo que a partir de então, a trajetória tem sido de aumentos constantes. A idade média ao nascimento do primeiro filho só voltaria a apresentar os mesmos valores verificados no início da década de 1960 três décadas mais tarde, mais especificamente no ano de 1992, quando esta idade foi de 25 anos, ou seja, o mesmo valor apresentado entre os anos de 1960 e 1962.

Durante todo o período analisado, o intervalo temporal imediatamente posterior à Revolução do 25 de Abril de 1974 até ao ano de 1983 é aquele em que mais cedo as mulheres transitaram para a maternidade. De ressaltar que o contínuo aumento da idade em que as mulheres têm o primeiro filho – iniciado em meados da década de 1980 – não deu ainda sinais de abrandamento, como aliás, se pode observar na figura 3.3. É também neste indicador, que segundo Mendes (2012), Portugal tende a destoar dos restantes países europeus, uma vez que na maioria destes, o adiamento já cessou sua tendência de aumento.

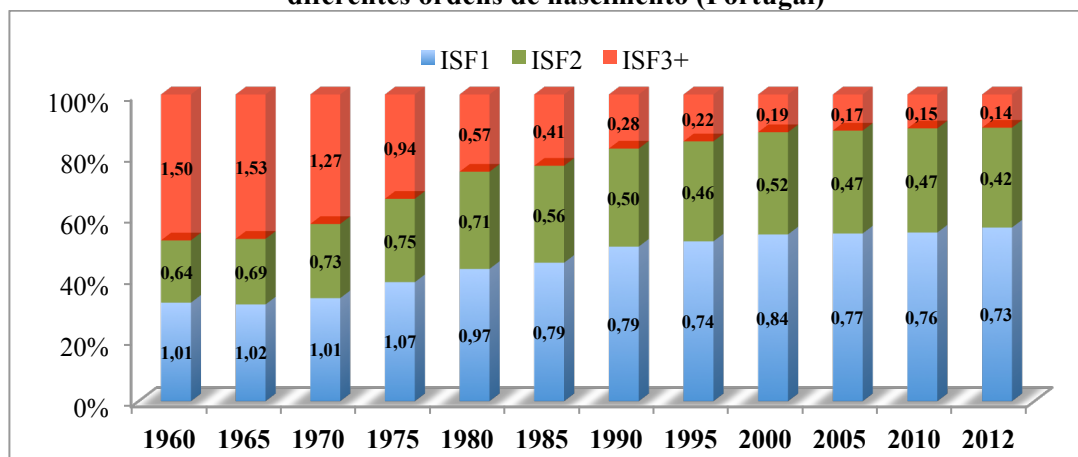
Este ininterrupto adiamento da entrada na maternidade contribuiu para elevar em cerca de 6 anos a idade média ao nascimento do primeiro filho, que era de 23,6 anos em 1980, passando para 29,7 anos de idade em 2013, mas apenas 4,7 se tivermos em consideração o período 1960-2013. Este padrão reprodutivo mais tardio, além de afetar as taxas de fecundidade ora verificadas (Bongaarts, 1998; Bongaarts & Feeney, 1998; Kohler & Ortega, 2002; Kohler *et al.*, 2002; Mendes, 2012), pode contribuir ainda para a permanência dos índices de fecundidade em patamares relativamente baixos uma vez que apontam para a contração do período reprodutivo.

Contudo, baseado nas experiências dos países onde o adiamento já cessou a sua tendência de aumento, como lembraram Bongaarts (1998) e Bongaarts e Feeney (1998), é lícito supor que, nos próximos anos, a fecundidade portuguesa poderá vir a aumentar, embora o ritmo desta recuperação possa ainda ficar bastante abaixo do limiar necessário para garantir a renovação das gerações.

Não deixa de ser revelador comparar ainda a evolução da idade média para o conjunto de nascimentos e a idade média ao primeiro nascimento. Ao longo do período em análise, ambas as idades vêm-se aproximando, sendo que atualmente a diferença entre elas é de apenas 1,5 anos. Isto pode representar, que as mulheres que decidem ter mais do que um filho, o fazem, na sua maioria, com estreitos intervalos de tempo entre nascimentos, ou então, estão a ter basicamente um único filho.

Por outro lado, quando há uma diminuição do *quantum*, esta redução tende a ocorrer sobretudo nas paridades mais elevadas, o que faz com que a idade média para todos os nascimentos não revele assinaláveis aumentos e, não represente os verdadeiros efeitos do *tempo* (Bongaarts, 1998; Bongaarts & Feeney, 1998). Em outras palavras, ainda que as idades médias de todas as ordens de paridade aumentassem, face à diminuição dos nascimentos nas ordens de paridade mais elevadas, a idade média de todos os nascimentos não revelaria notáveis sinais de aumento, dado o maior peso da primeira (principalmente) e segunda ordens de paridade (Bongaarts & Feeney, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999), como aliás se observa na figura 3.4.

Figura 3.4 : Índice de fecundidade no período 1960- 2012, segundo a contribuição de diferentes ordens de nascimento (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Human Fertility Database.

Nota: a soma do ISF1, ISF2 e ISF3+ correspondem ao ISF total verificado no ano em questão. No anexo 1 encontram-se os valores relativos aos demais anos do período em análise.

Conforme se depreende da figura 3.4 e alegam Bongaarts e Feeney (1998) bem como Lesthaeghe e Willems (1999), ao longo de todo o período em análise, verifica-se um aumento do peso da primeira ordem de nascimento e uma intensa diminuição do peso da terceira ou posteriores ordens de nascimentos. Em 1960, quando o ISF se situava-se ainda em 3,1 filhos por mulher, os nascimentos de terceira

ordem ou superiores contribuíam para este valor com 1,5 filhos, representando portanto aproximadamente 48% do ISF total do referido ano. Já em 2012, quando o ISF era de apenas 1,28 filhos por mulher, observa-se que os nascimentos de terceira ordem ou superiores passaram a contribuir somente com 0,14 filhos, reduzindo a sua participação para o ISF total a aproximadamente 11%.

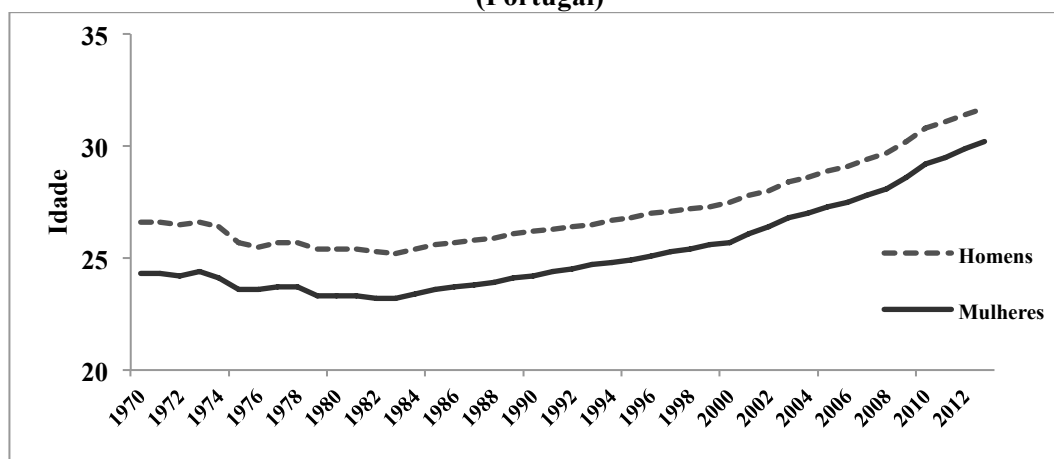
Face à diminuição dos nascimentos nas ordens de paridade mais elevadas, os nascimentos de primeira ordem têm vindo a aumentar o seu peso relativo para o ISF total, tendo passado de uma contribuição de aproximadamente 32% em 1960, quando contribuía com 1,01 filhos (para um ISF igual a 3,1 filhos), para cerca de 57% em 2012, quando passou a contribuir com 0,73 filhos (para um ISF igual a 1,28). Também os nascimentos de segunda ordem têm vindo a aumentar a sua contribuição para o ISF total ao longo de todo o período em questão. Se em 1960 a sua contribuição situava-se em cerca de 20%, em 2012 ela passou a ser de aproximadamente 33%.

Como se sabe, o ISF é um indicador que toma em consideração a fecundidade verificada em um dado momento no tempo, numa geração hipotética de mulheres, que supostamente viveria conforme o padrão etário da fecundidade verificado naquele dado momento (Easterlin, 1976; Bongaarts & Feeney, 1998; Bongaarts, 2002; Oliveira, 2012) e não a fecundidade concluída pelas coortes, o que faz com que as distorções provocadas pelo adiamento ou rejuvenescimento da fecundidade influencie fortemente o seu cálculo e o torne sujeito a enviesamentos (Bongaarts, 1998, 2002; Mendes, 2012).

Durante os anos em que as mulheres estão a aumentar a idade de entrada na maternidade, as taxas de fecundidade tendem a ficar deprimidas, enquanto nos períodos em que estão a adiantar a sua entrada na maternidade tais taxas tendem a ser infladas (Bongaarts & Feeney, 1998). No geral, o efeito de *tempo* deverá ser nulo quando a idade média da fecundidade é constante, negativo quando a idade média aumenta e positivo quando esta diminui (Bongaarts, 2002). Assim, em Portugal, a antecipação do calendário reprodutivo, teve como efeito inflar as taxas de fecundidade observadas durante parte do período em análise (especialmente aquele anterior ao início da tendência de retoma do aumento na idade de entrada da maternidade), ocultando o efeito da redução do *quantum*.

Como a relação entre o declínio da fecundidade e o adiamento da entrada na maternidade só é verificada a partir de 1984 quando se passa a observar um contínuo adiamento da entrada na maternidade (efeito *tempo*), o declínio da fecundidade observada durante todo o período anterior a 1984, parece ser então, tributário da redução do *quantum* como postulam as fases da STD descritas por Lesthaeghe e Willems (1999) e, só posteriormente, dos efeitos do adiamento (fase secundária). Assim, se não fosse a antecipação da idade à entrada na maternidade, o ISF ter-se-ia se situado abaixo do limiar necessário para assegurar a renovação das gerações ainda em meados da década de 1970 e não apenas em 1982.

Figura 3.5: Idade média ao primeiro casamento por sexo, no período 1970-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

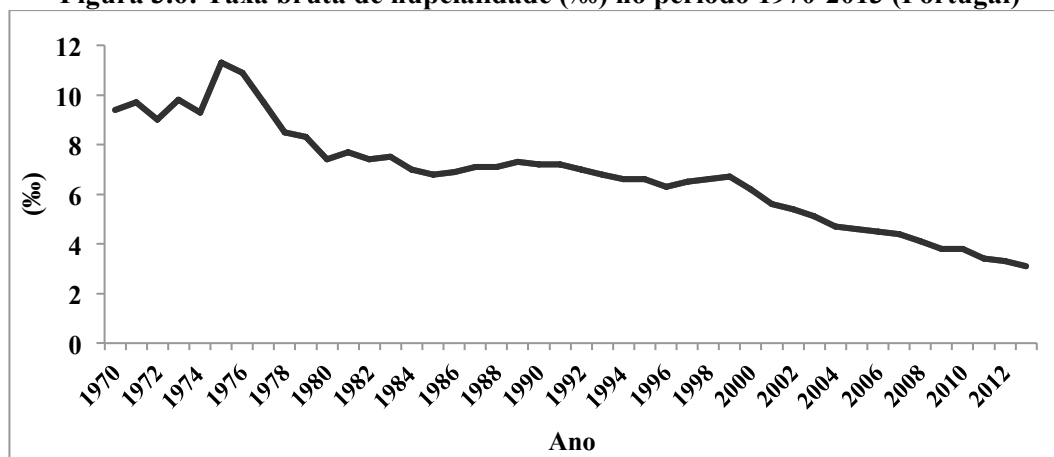
Examinando-se agora os indicadores da nupcialidade, observa-se que entre 1970 e 1983 registou-se apenas pequenas oscilações na idade média ao primeiro casamento tanto entre os homens quanto entre as mulheres, sendo que nos períodos entre 1974-1976 e 1978-1983 houve um ligeiro recuo desta idade. É somente a partir de 1984 – a exemplo da idade média ao nascimento do primeiro filho – que se verifica um gradual aumento da idade média da entrada no casamento, que tende a se intensificar ainda mais nos anos recentes. O protelamento da entrada no casamento é uma tendência que se vem mantendo desde meados de 1980, para ambos os sexos, e apesar do aumento ter sido mais expressivo entre as mulheres, são os homens que entretanto continuam a casar-se mais tardiamente.

Entre o início (1970) e o fim do período analisado (2013), a idade média ao primeiro casamento aumentou em 4,6 anos para os homens e 5,9 anos para as mulheres. Contudo, o período 2000-2013 foi responsável por quase 80% deste

aumento entre os homens (a idade média entre estes passou de 27,5 anos para 31,4 anos) e 85% entre as mulheres (onde a idade média galgou de 25,7 anos para 30,2 anos).

Desconsiderando-se as ténues flutuações ocorridas nos anos de 1973, 1977 e 1978, pode-se dizer que entre 1970 e 1983 assistiu-se ao rejuvenescimento da idade média em que homens e mulheres contraíam o matrimónio, só retornando aos valores do início da década de 1970 já no primeiro quinquénio da década de 1990. À luz destes dados, importa ressaltar, que a descida do ISF a níveis inferiores ao necessário à substituição das gerações – ocorrida em 1982, quando se cifrou 2,08 filhos por mulher – não foi tributária do aumento da idade média à entrada no primeiro casamento, assim também como não o foi, o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho.

Figura 3.6: Taxa bruta de nupcialidade (‰) no período 1970-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

No que respeita as taxas brutas de nupcialidade, estas revelam uma contínua tendência de diminuição ao longo de quase todo o período analisado, constituindo exceção, o período imediatamente posterior ao 25 de Abril de 1974, quando tais taxas subiram a níveis superiores aos verificados nos anos anteriores. Contudo, estas taxas parecem estar a refletir, em grande parte, o contínuo adiamento da idade média em que homens e mulheres tendem a contrair casamento, desde meados da década de 1980, como se pode observar na figura 3.5. Assim, ao invés de se concluir por uma drástica redução dos níveis de nupcialidade, realça-se antes, o importante papel que o adiamento da entrada no casamento possa estar a exercer sobre elas, nomeadamente nos anos mais recentes, uma vez que o declínio nas taxas de nupcialidade, conforme

postula a STD, está primeiramente associado ao aumento da idade média ao primeiro casamento (Van de Kaa, 2002).

Desta forma, a redução das taxas de nupcialidade – se vista como o resultado do contínuo protelamento do casamento para idades mais tardias – pode estar a provocar distorções nas proporções observadas, o que significa dizer que se a idade média da entrada no casamento não tivesse aumentado continuamente ao longo dos últimos anos, provavelmente tais taxas seriam mais elevadas. Além disso, a diminuição das taxas de nupcialidade parece relacionar-se ainda com as alterações de comportamento em termos de coabitação entre os casais, principalmente entre os mais jovens, o que conduz também a uma redução das taxas de nupcialidade.

Outros dois postulados fundamentais da STD dizem respeito à subida das taxas de divórcio e também ao aumento da proporção dos nascimentos ocorridos fora do casamento (Lesthaeghe, 2010; Surkyn & Lesthaeghe, 2004), fruto, em grande parte, da tendência para se casar mais tardiamente e, da crescente tendência a preferir viver em coabitação, ainda que como um primeiro estágio da vida conjugal (Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008; Sobotka, 2008).

Tabela 3.2: Existência de coabitação anterior ao casamento por grupos etários, para o ano de 2013 (Portugal)

Grupo etário (anos)		18-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total
Sim	N ¹	10.163	68.140	151.387	163.263	131.790	118.276	39.749	682.768
	%	46,6	42,6	37,2	25,8	19,0	19,0	12,8	24,0
Não	N ¹	11.664	91.849	255.449	468.485	562.463	502.825	271.288	2.164.023
	%	53,4	57,4	62,8	74,2	81,0	81,0	87,2	76,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota1- Valores obtidos a partir do uso do ponderador fornecido pelo INE. Fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos, que alguma vez se casaram.

A partir dos dados do IFEC2013 é possível verificar o aumento da tendência para coabitar entre as gerações mais jovens, ainda que a coabitação – como referido anteriormente – seja para muitos, um primeiro estágio da vida a dois. Quando se analisa aqueles que experimentaram a coabitação antes de casar, a realidade que se revela é indicadora das substanciais transformações que se vêm operando nos anos mais recentes. Enquanto nas coortes mais antigas a proporção dos que experimentaram a coabitação como fase anterior ao casamento é inferior a 13%, entre as coortes mais recentes, esta proporção é superior a 40% (ver tabela 3.2).

Consistente com as premissas da Segunda Transição Demográfica, entre os indivíduos que alguma vez se casaram (legalmente), quanto menor a idade do indivíduo, maior é a proporção daqueles que antes de casar experimentaram a coabitação. Note-se que nas coortes mais antigas, nascidas durante a década de 1960, a coabitação ainda permanecia relativamente modesta tendo-se intensificado sucessivamente nas décadas posteriores.

Confirma-se assim que enquanto nas coortes mais antigas a difusão da coabitação era relativamente baixa como refere a literatura corrente, (Lesthaeghe & Willems, 1999; Billari & Kohler, 2002; Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010), nas coortes mais jovens estas proporções já não podem ser consideradas como marginais. Segundo Lesthaeghe e Willems (1999) e também Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008), este parece ser um padrão que se vem tornando cada vez mais comum nos Países Ibéricos e que não deve ser ignorado quando se examina as questões relativas à conjugalidade. Como refere Giddens (2006:63), atualmente a pergunta mais importante já não deve ser “você é casado”, mas sim, você “vive em uma relação”?

Tabela 3.3: Situação face à conjugalidade segundo a fecundidade realizada, para os indivíduos com idades entre os 18-54 anos, para o ano de 2013 (Portugal)

Fecundidade realizada		Vive com companheiro	Vive com cônjuge	Sem cônjuge ou companheiro ^a	Total
1 filho	N ^b	237.2533	947.886	219.317	1.404.456
	%	19,9	67,5	15,6	100
2 ou+ filhos	N ^b	198.288	1.212.461	172.327	1.583.076
	%	12,5	76,6	10,9	100

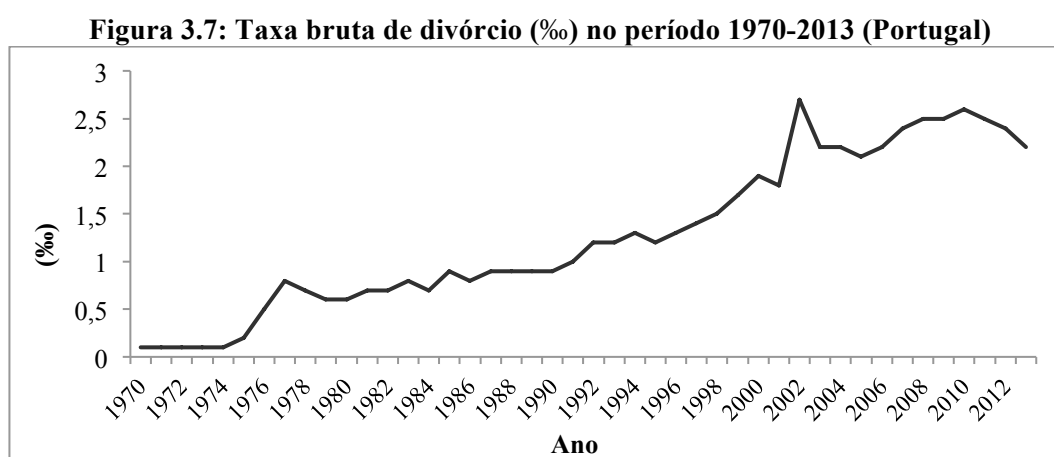
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: a- a categoria “sem cônjuge ou companheiro” refere-se a indivíduos viúvos e divorciados que não voltaram a viver em conjugalidade de facto ou de direito, bem como de solteiros que nunca experienciaram o casamento; b- Valores obtidos a partir do uso do ponderador fornecido pelo INE.

Embora os dados do IFEC2013 não permitam saber se as transições para o primeiro e o segundo filho ocorreram dentro da conjugalidade de facto ou de direito, a análise da tabela 3.3, oferece algumas pistas interessantes no que respeita à fecundidade conforme o tipo de conjugalidade, quando esta tem lugar. A primeira constatação é aquela que evidencia que a maior parte dos indivíduos com filhos vive com cônjuge, sendo que esta fração tende a ser ainda mais elevada quando se trata de uma fecundidade igual ou superior a dois filhos.

Para aqueles que ainda se encontram com apenas um filho, cerca de 20% vive em coabitação (com companheiro), enquanto entre aqueles com mais de um filho, esta proporção se reduz para 12,5%. Já para aqueles que não estão a viver em conjugalidade, seja por viuvez, divórcio ou porque nunca se casaram, note-se que a fração dos que conseguiram ultrapassar a descendência de filho único tende a ser bem menor do que a daqueles que tiveram apenas um filho.

Tais dados sugerem, por um lado, que embora a presença do casamento não seja sempre uma condição necessária para se ter filhos, nomeadamente quando se trata do primeiro filho, ainda é dentro do casamento onde se verifica uma maior fecundidade realizada, já que a proporção dos que tiveram dois ou mais filhos são, em sua extrema maioria, indivíduos que se encontram casados. Estas evidências, por seu turno, sugerem que o casamento continua sendo um elemento central nas relações conjugais, como aliás referiram Billari e Kohler (2002) para a generalidade dos países da Europa do Sul, impactando a fecundidade realizada.



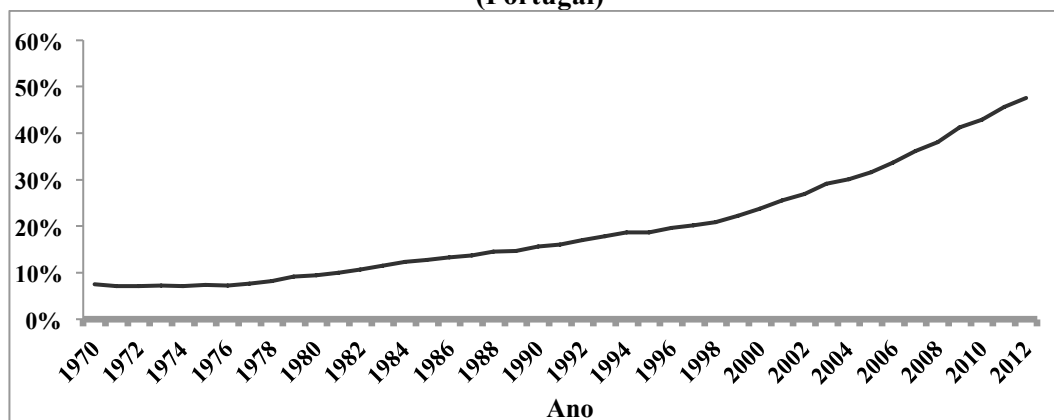
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Analisando-se as taxas de divórcio no decurso das últimas quatro décadas, é possível depreender que apesar de algumas oscilações em determinados intervalos de tempo, estas têm, realmente, vindo a aumentar gradualmente desde o 25 de Abril de 1974, com uma subida exponencial entre 1974 e 1977. Como até a Revolução do 25 de Abril de 1974 o divórcio era proibido, os casais que já viviam separados e por lei não se podiam divorciar, puderam fazê-lo a partir de então. Contudo o pico¹⁷ do número de divórcios é encontrado no ano de 2002, quando a proporção dos divórcios

¹⁷ O pico de divórcios observado em 2002 parece relacionar-se com a alteração legislativa relativa aos divórcios por mútuo-consentimento, que passaram a poder ser decretados também pelas conservatórias do Registo Civil.

passa de 1,6 indivíduos (por cada mil, em 2001) para 2,7, tendo posteriormente seguido uma tendência de declínio até 2005, quando volta novamente a aumentar até ao ano de 2010, registando-se novamente um período de declínio.

Figura 3.8: Proporção (%) de nados vivos fora do casamento no período 1970-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

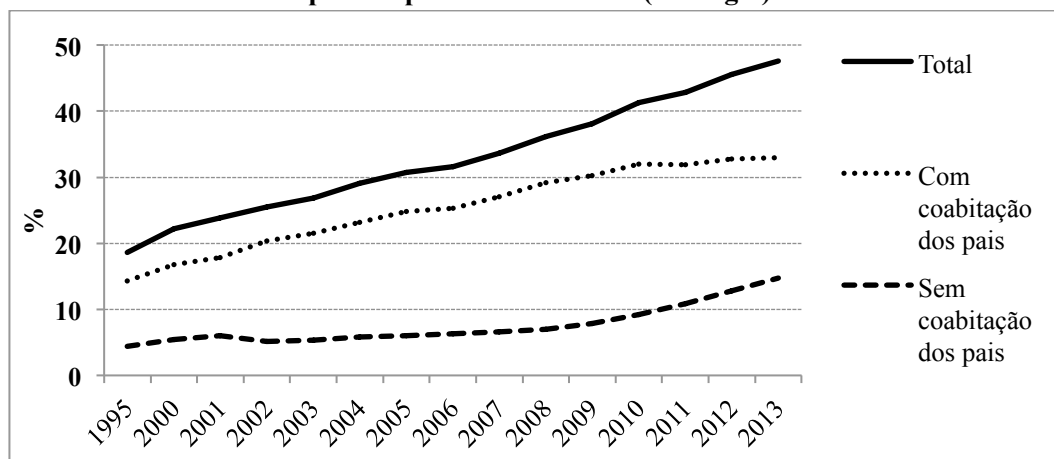
Um dos mais importantes postulados da STD relaciona-se com o aumento da proporção dos nascimentos ocorridos fora do casamento (Lesthaeghe, 2010; Surkyn & Lesthaeghe, 2004), corolário, em grande parte, da tendência para transitar para a parentalidade dentro da coabitação, que por seu turno tem sido um comportamento que também tem vindo a intensificar-se (Almeida *et al.*, 1998; Van de Kaa, 2002; Sobotka, 2008).

A análise da proporção dos nascimentos ocorridos fora do casamento não deixa dúvidas sobre o seu notável aumento a partir de finais da década de 1970 e, nomeadamente a partir da viragem do século, quando este aumento se torna exponencial. Assim, se por um lado nas coortes mais antigas se confirma a baixa proporção da fecundidade ocorrida fora do casamento (Billari e Kohler, 2002), assim como uma fraca tendência para experimentar a coabitação como um estágio inicial da vida em casal, nos anos mais recentes, tal situação vem se tornando bastante expressiva como já haviam sinalizado Lesthaeghe e Willems (1999).

Se no decurso da década de 1970 a proporção de crianças nascidas fora do casamento se caracterizava por valores substancialmente reduzidos (não chegando aos 10%), atualmente tais valores assumem uma assinalável dimensão, rondando quase 50% dos nascimentos, com a grande maioria ocorrendo dentro da coabitação. Importa ainda referir que apesar do aumento dos nascimentos ocorridos fora da coabitação dos

país, a maioria dos nascimentos ainda continuam a ocorrer dentro da coabitação, que segundo Lesthaeghe (2010), é também a realidade de maioria dos países Europeus. Assim, ainda que o casamento não seja condição indispensável para a entrada na parentalidade, a presença de um relacionamento conjugal estável ainda parece ser um elemento central nas questões reprodutivas.

Figura 3.9: Proporção (%) de nados vivos fora do casamento com e sem coabitação dos pais no período 1995-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

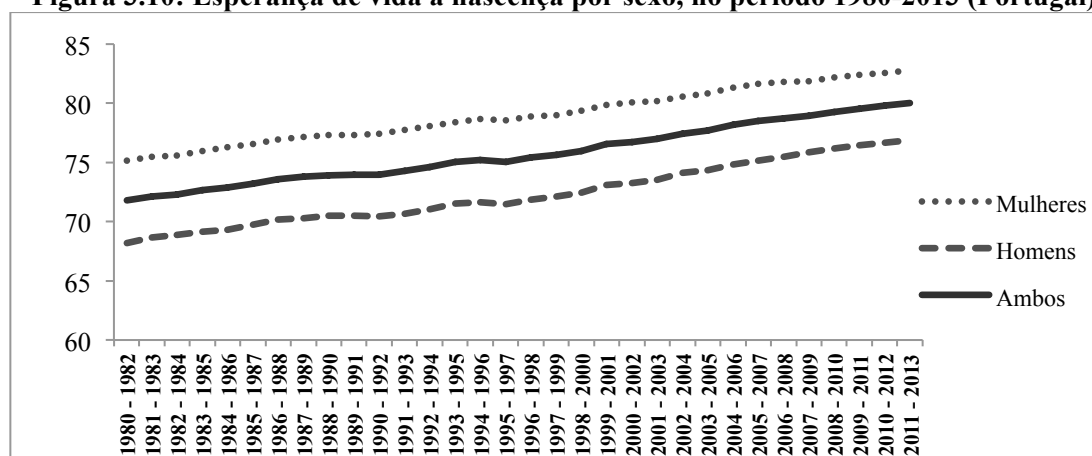
Embora Portugal, a exemplo dos países do Sul da Europa, seja geralmente marcado por padrões familiares mais tradicionais, como lembraram Domínguez-Folgueras & Castro-Martín (2008) e Lesthaeghe (2010), significativas mudanças vêm ocorrendo ao longo das décadas mais recentes. As trajetórias das taxas brutas de divórcio, da elevação da idade ao primeiro casamento, do aumento da coabitação entre os grupos etários mais jovens, bem como a proporção de crianças nascidas fora do casamento, vêm dar conta destas transformações e confirmar os postulados da STD em Portugal, como sugerem Van de Kaa (2002), Surkyn e Lesthaeghe (2004) e Lesthaeghe (2010).

Um dos principais resultados da sustentada manutenção do ISF a níveis substancialmente reduzidos, durante sucessivas décadas, é o agravamento do processo de envelhecimento populacional e uma constante redução das mulheres em idades férteis (Lanzieri, 2013; Van de Kaa, 2002). Regra geral, quanto mais rápido for o declínio da fecundidade, mais rápido será o envelhecimento demográfico e maiores serão os desafios que se colocam à sustentabilidade económica do país (Livi-Bacci, 2001b; Bongaarts, 2002; Lutz, 2006).

Complementarmente, estas baixas taxas de fecundidade em associação com o aumento da esperança de vida à nascença – que representa o número médio de anos que uma pessoa, logo à nascença, pode esperar viver, mantendo-se as mesmas taxas de mortalidade por idades, observadas no momento – tende a intensificar ainda mais o envelhecimento demográfico (Qu *et al.*, 2000; Sobotka, 2004; McDonald, 2006; Lutz, 2006; Bloom & Sousa-Poza, 2010; Lee & Mason, 2010; Bandeira, 2012).

Os progressos alcançados pela medicina bem como as melhorias nas condições de vida dos indivíduos (Machado, 2012), em combinação com a redução das taxas de mortalidade infantil – que permitem às pessoas viverem por mais tempo – tem feito com que as taxas de mortalidade tendam a se concentrar principalmente nas idades mais avançadas, contribuindo assim para elevar a esperança de vida à nascença.

Figura 3.10: Esperança de vida à nascença por sexo, no período 1980-2013 (Portugal)



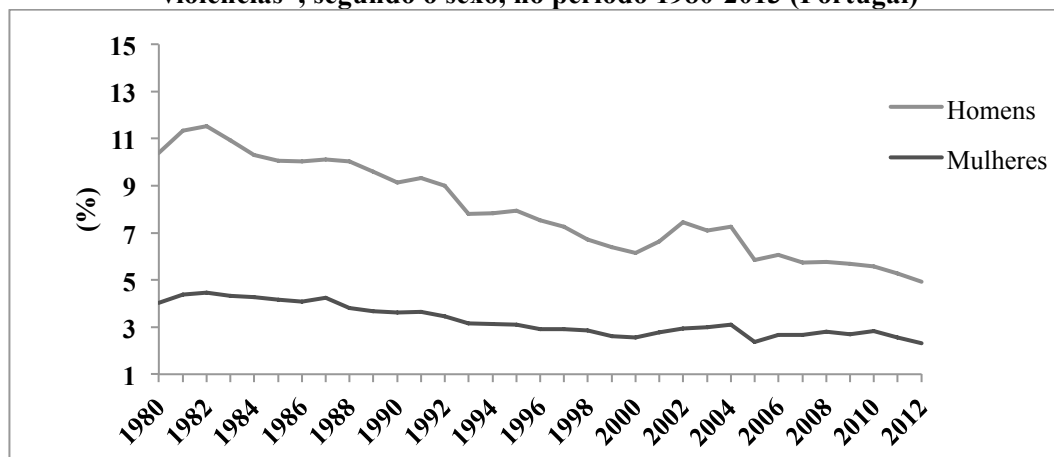
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Como se observa na figura 3.10, a esperança de vida tem aumentado gradualmente ao longo do tempo, sendo as mulheres ainda mais longevas que os homens, apesar da redução do diferencial entre ambos, no decorrer dos anos. As diferentes trajetórias adotadas por homens e mulheres ao longo da sua vida, como sejam os cuidados para com a saúde ou uma maior exposição a diferentes tipos de riscos de mortalidade, é um dos fatores que ajudam a explicar este diferencial conforme o sexo, positivo para as mulheres.

De facto, se olharmos para a evolução da mortalidade provocada por acidentes, envenenamentos e violências, constatamos que a incidência deste tipo de causa é bem menos frequente entre as mulheres, com tendência para a redução, tanto

das proporções dos que morrem por tal tipo de causa, como também do diferencial entre sexos.

Figura 3.11: Proporção da mortalidade provocada por “acidentes, envenenamento e violências”, segundo o sexo, no período 1980-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

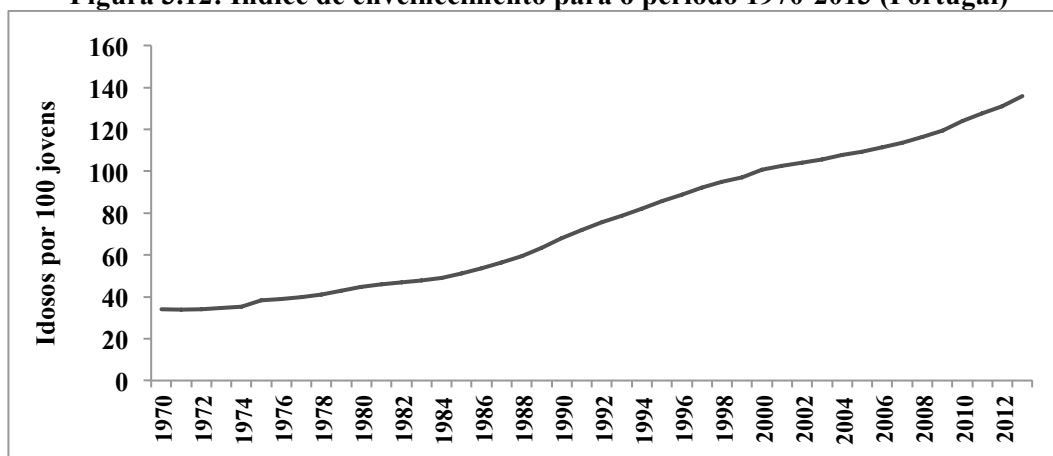
Como referido anteriormente, a conjugação das baixas taxas de fecundidade com o aumento da esperança de vida à nascença tende a intensificar o processo de envelhecimento demográfico (Qu *et al.*, 2000; Sobotka, 2004; McDonald, 2006; Lutz, 2006; Bloom & Sousa-Poza, 2010; Lee & Mason, 2010; Bandeira, 2012), importando por isso, olhar para a evolução deste indicador ao longo das últimas décadas.

O envelhecimento populacional pode ser medido de várias maneiras, sendo as mais comuns o Índice de Envelhecimento – medido pela relação entre a população com 65 e mais anos relativamente àquela com até 14 anos completos de idade – e, o Índice de Sustentabilidade Potencial – que mede a relação entre a população em idade economicamente ativa (compreendida entre os 15 e os 64 anos) e a população idosa (pessoas com 65 ou mais).

Como se observa na Figura 3.12, o índice de envelhecimento – que mede a relação entre a população idosa e a população jovem – tem sido crescente ao longo do horizonte temporal analisado. O aumento deste índice retrata um progressivo aumento dos indivíduos em idades mais avançadas (pessoas com 65 ou mais anos) em detrimento do peso daqueles em idades jovens (pessoas com idades inferiores aos 15 anos exatos). O aumento deste índice, por seu turno, reflete tanto o prolongamento da esperança de vida (com uma concentração da mortalidade em idades cada vez mais avançadas) quanto da menor proporção de jovens no cômputo do total populacional – resultante da quebra do ISF no decurso de várias décadas consecutivas, o que na

perspetiva de Mendes (2012), foi o principal responsável pelo acentuado envelhecimento demográfico da sociedade portuguesa.

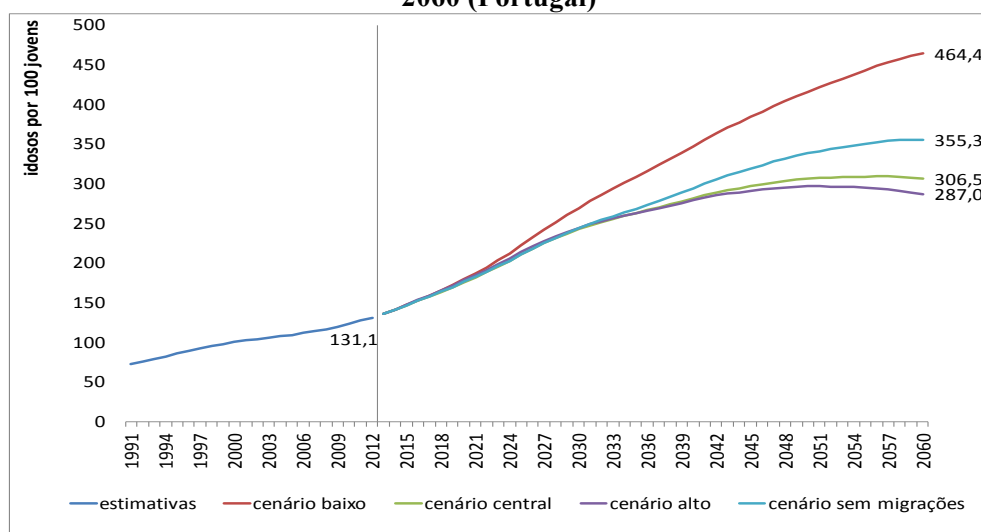
Figura 3.12: Índice de envelhecimento para o período 1970-2013 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Há quatro décadas atrás, a proporção de idosos na população portuguesa era substancialmente menos expressiva do que aquela verificada atualmente. Enquanto em 1970 havia cerca de 34 idosos para cada 100 jovens, em 2013, tal índice atingiu o valor de 136 idosos por cada 100 jovens. Se o aumento do índice de envelhecimento foi avassalador durante o período analisado, as expectativas futuras não são, contudo, mais otimistas, uma vez que as estimativas e projeções demográficas (ver figuras 3.13, 3.14, 3.15 e 3.16) apontam que a proporção de idosos (indivíduos com 65 anos ou mais) deverá ser em 2050, cerca de 3 ou mais vezes superior à proporção de jovens no total populacional.

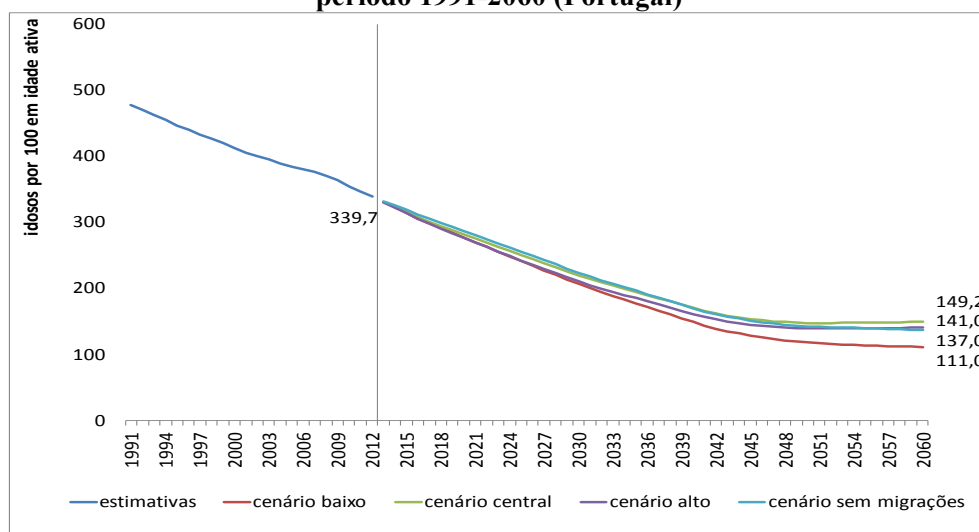
Figura 3.13: Estimativas e projeções do índice de envelhecimento para o período 1991-2060 (Portugal)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

O gradual envelhecimento demográfico da população portuguesa indubitavelmente terá fortes impactos sociais e económicos. Um olhar sobre as perspetivas de evolução do índice de sustentabilidade potencial – que mede a relação entre a população em idade economicamente ativa (idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) e a população idosa (pessoas com 65 ou mais) – oferece uma ideia dos desafios que estão por vir.

Figura 3.14- Estimativas e projeções do índice de sustentabilidade potencial para o período 1991-2060 (Portugal)

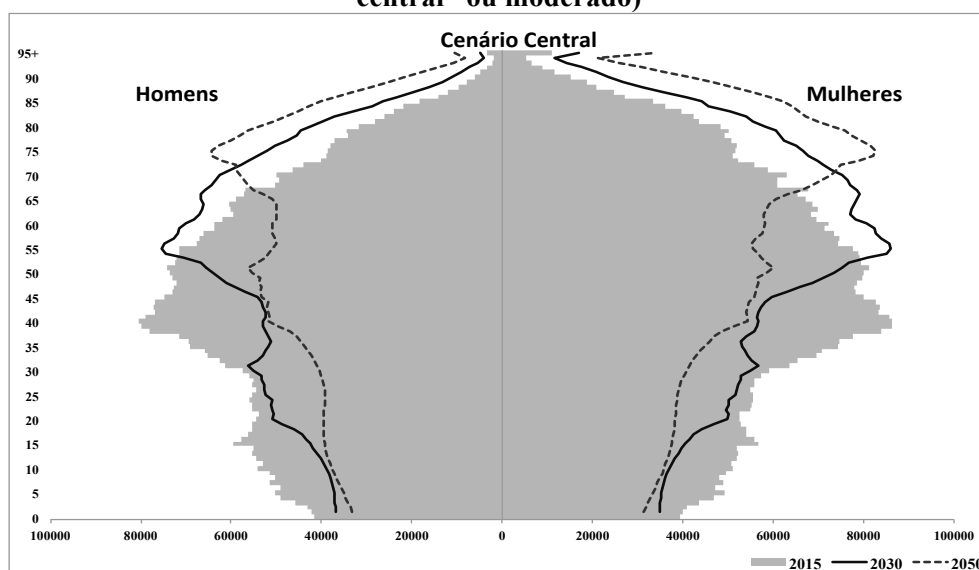


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Enquanto em 2015 há aproximadamente 3,4 ativos por cada indivíduo com 65 ou mais anos, em 2050 esta proporção deverá variar entre 1,2 e 1,4 ativos para cada idoso, conforme o cenário que se perspetiva. O proeminente envelhecimento demográfico, já em curso há algumas décadas, tenderá a agravar-se nos anos vindouros, como se depreende das figuras 3.13 e 3.14, o que significa que nas próximas décadas, a proporção da população idosa relativamente àquela em idade ativa deverá, na melhor das perspetivas, duplicar.

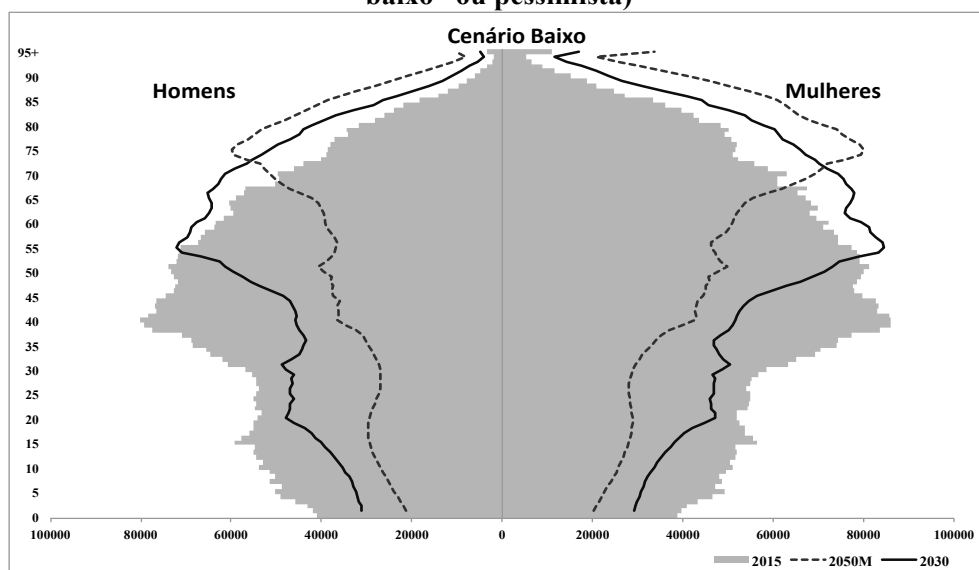
A evolução da estrutura etária populacional portuguesa apresenta assim, um aumento dos desequilíbrios entre a população jovem (e também em idade economicamente ativa) e aquela em idades mais avançadas, com um estreitamento da participação dos primeiros (base da pirâmide) em detrimento do aumento da população idosa, nomeadamente a do sexo feminino, com o acentuar do alargamento do topo da pirâmide, como se observa nas figuras 3.15 e 3.16.

Figura 3.15- Pirâmide etária de Portugal em 2015, 2030 e 2050 (projeção com o “cenário central” ou moderado)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura 3.16- Pirâmide etária de Portugal em 2015, 2030 e 2050 (projeção com o “cenário baixo” ou pessimista)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O acentuar dos desequilíbrios tendem a se intensificar ainda mais conforme o cenário que se perspetiva para a evolução dos principais indicadores demográficos. Naquele cenário baixo ou pessimista em que as taxas de fecundidade poderão ser mais contidas e o saldo migratório negativo, a base da pirâmide tende a ser ainda mais estreita. Contudo, independente do cenário que se perspetiva para as taxas de natalidade e para os saldos migratórios, o acentuado envelhecimento da população portuguesa é uma realidade indiscutível em quaisquer deles, dado o acréscimo de pessoas idosas no cômputo total da população, decorrentes tanto da redução do ISF

como do alongamento da esperança de vida.

Portanto, a persistência do ISF a níveis bem inferiores ao limiar necessário para se garantir a renovação das gerações em conjugação com o aumento da esperança de vida à nascença, vem impondo ao país um contundente processo de envelhecimento demográfico, sinalizando ainda que existirão futuramente menos mulheres em idades férteis, ou seja, potenciais mães, o que por sua vez condicionará os nascimentos futuros (Van de Kaa, 2002; Lanzieri, 2013). Esta interação de fatores, ao reforçar-se mutuamente, origina uma espécie de “espiral descendente” conducentes a baixas taxas de fecundidade (Kohler *et al.*, 2006; Lutz, 2006).

Tais conjunturas por serem passíveis de vir a constituir profundos problemas económicos e sociais (Bongaarts & Feeney, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999; Livi-Bacci, 2001b; Cunha, 2012b), com importantes efeitos sobre o próprio modelo de bem-estar social (Bloom & Sousa-Poza, 2010; Lesthaeghe, 2010), originam uma grande preocupação social e política, tornando particularmente relevantes a compreensão da evolução futura dos comportamentos reprodutivos (Engelhardt, 2004; Sobotka, 2004, 2008, 2009; Frejka & Sobotka, 2008; Billari *et al.*, 2009; Goldstein *et al.*, 2009; Spéder & Kapitány, 2009).

Desta forma, face ao atual cenário de baixíssima fecundidade portuguesa, tanto no quadro dos países Europeus quanto no panorama mundial, a análise das determinantes conducentes a tal contexto, tendo em consideração o comportamento do *quantum* e do *tempo*, tornam-se extremamente relevantes e pertinentes. Se por um lado as variações no comportamento dos indicadores demográficos evidenciam uma adaptação tardia às mudanças estruturais, por outro lado, importa interrogar se simultaneamente não poderá estar a sociedade portuguesa a demonstrar maior tendência para optar por famílias de dimensões mais reduzidas, como sejam aquelas de descendências únicas.

Capítulo 4 – Os ideais de fecundidade em Portugal e na Europa do Sul

4.1 – Introdução

Neste capítulo, tem-se como principal objetivo analisar os ideais de fecundidade entre os residentes em Portugal e na Europa do Sul. Após décadas de convivência com taxas de fecundidade, muitas vezes, bastante aquém do limiar mínimo necessário para se garantir a renovação das gerações, estarão os ideais de fecundidade a tornar-se mais reduzidos? Serão eles diferenciados conforme as distintas gerações e conforme o facto de ser homem ou mulher? Será que o nível de escolaridade e a situação conjugal são aspectos relevantes no que concerne à definição da dimensão familiar ideal?

Segundo o paradigma da STD, as transformações que se tem operado na sociedade Europeia desde a última metade do século XX (Bongaarts, 2002; Gauthier et al., 2004; Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010) viriam a influenciar profundamente a organização familiar e os percursos reprodutivos (Bongaarts, 1998; Torres, 2001; Sobotka, 2004; Inglehart, 2008; Cunha, 2012a). De entre estas transformações, destacam-se o significativo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o prolongamento das trajetórias escolares, o aumento da experiência da coabitação e o expressivo adiamento da fecundidade para idades cada vez mais tardia (Bongaarts, 1998; Almeida *et al.*, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999; Van de Kaa, 2002; Frejka & Sobotka, 2008; Sobotka, 2008; Balbo et al., 2012), facilitado pela existência e difusão dos modernos métodos contraceptivos (Adsera, 2006a; Kohler *et al.*, 2006; McDonald, 2008), com efeitos tanto sobre o *quantum* quanto sobre o *tempo* da parentalidade.

De igual forma, verifica-se uma alteração das funções dos filhos (Cunha, 2005b; Adsera, 2006a). No passado, além da ausência de métodos contraceptivos eficazes, como a direção do fluxo da riqueza fluía dos filhos para os pais, um maior número de filhos era imprescindível ao bom andamento da economia familiar (Caldwell, 1976; Kirk, 1996; Bauman, 2004; Cunha, 2007), enquanto atualmente sua chegada tem sido impulsionada sobretudo por expectativas de natureza emocional e afetiva (Mendes, 1987; Almeida *et al.*, 1998; Dalla Zuanna, 2001; Giddens, 2006; Cunha, 2007; Sobotka, 2008; Tanturri & Mencarini, 2008; Billari, 2009).

No que concerne às formas de se viver a conjugalidade, ainda que estas tenham se alterado profundamente (Giddens, 1993), a existência de uma união conjugal estável, ainda é referida como sendo um elemento essencial na realização dos planos reprodutivos (Schoen *et al.*, 1999; Kohler *et al.*, 2006; Lutz, 2006; Spéder & Kapitány, 2009; Mills *et al.*, 2011; Aassve *et al.*, 2012; Balbo *et al.*, 2012; Buber *et al.*, 2012).

A par da massificação do acesso à educação e dos seus efeitos (adiamento) sobre a fecundidade do momento (Reher, 1998; Livi-Bacci, 2001b; Billari & Kohler, 2002; Billari, 2009; Van de Kaa, 2002; McDonald, 2006; Oliveira, 2007; Buber *et al.*, 2012), a educação pode contribuir ainda para moldar os ideais e as preferências reprodutivas. Segundo Hakim (2003, 2006, 2008), as preferências reprodutivas tanto dos homens quanto das mulheres (principalmente) são o resultado de suas preferências por determinados estilos de vida, com alguns indivíduos sendo mais voltados para a construção de uma carreira profissional, outros mais voltados para a família, existindo ainda, um grupo intermédio (e de maior peso) que tenta combinar vida profissional e familiar. E ainda, face às tradicionais desigualdades de género, nomeadamente na esfera privada (McDonald, 2000, 2006; Van Peer, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2007; Puur *et al.*, 2008; Goldscheider *et al.*, 2010), os ideais de fecundidade, bem como o desejo de constituir uma família de maior (ou menor) dimensão, poderão ser diferentes entre homens e mulheres.

Ao pensar-se nos ideais de fecundidade torna-se imprescindível considerar ainda as alterações que o “lugar” dos filhos tem experimentado ao longo do tempo. Tais alterações, segundo Ariès (1981), datam do século XVII, época em que os filhos se tornam insubstituíveis, e se torna imperativo limitar o seu *quantum*. Desta forma, o fluxo da história parece vir progredindo no sentido de uma parentalidade de requisitos mais exigentes (Qu *et al.*, 2000; Demeny, 2003; Sobotka, 2008; Morgan & Rackin, 2010), com um grande investimento tanto sentimental como financeiro nos filhos (Gauthier *et al.*, 2004; Giddens, 2006; Billari, 2009; Lee & Mason, 2010; Lawson & Mace, 2011), o que por seu turno desestimula o desejo por um maior número de filhos (Kirk, 1996; Morgan, 2003; Tanturri & Mencarini, 2008).

Como recomendou Lutz (2006), ao nível individual, os ideais não devem ser vistos como indicadores diretos da fecundidade, mas sim como um indicador da direção em que se move o desejo de ter filhos, ou seja, se há um desejo por famílias

mais alargadas ou, pelo contrário, por família mais restritas. Desta forma, é como um esforço adicional para se tentar compreender se os diminutos níveis de fecundidade do momento refletem uma redução do número de filhos desejados ou idealizados, que se tem verificado um crescente interesse neste tipo de análise, na medida em que declínios na dimensão familiar ideal pode conduzir a um declínio ainda mais profundo nos futuros níveis de fecundidade (Lutz, 2006; Sobotka, 2009).

Se a existência e a utilização generalizada dos modernos métodos contraceptivos (Kohler *et al.*, 2006; Oliveira, 2007; Frejka & Sobotka, 2008; McDonald, 2008), cujo efeito "libertador" (Leridon, 1987; Van de Kaa, 2002), permite conceber um filho, em princípio, apenas quando ele é de facto desejado (Ariès, 1980; Giddens, 1993; Cunha, 2002; Van de Kaa, 2002; Hakim, 2003; Lutz *et al.*, 2006), um melhor entendimento sobre as preferências reprodutivas, como aquelas que versam sobre a dimensão ideal familiar (Bongaarts, 1998, Hin *et al.*, 2011; Testa, 2012a), permite-nos compreender melhor os comportamentos reprodutivos atuais e a sua possível evolução subsequente (Heiland *et al.*, 2005; Testa & Grilli, 2006), embora estas decisões envolvam propósitos bastante complexos na medida em que se encontram ligadas a vários outros fatores, tanto de ordem biológica, como social e económica.

Tal como refere Cunha (2005a), de uma forma mais precoce ou menos precoce, vários são os cenários de fecundidade que podem ser vislumbrados pelos indivíduos. De um lado, um cenário que exclui a presença de filhos e, por outro lado, um cenário que contempla a sua presença. Este último cenário entretanto, abre um leque de possibilidades sobre o número idealizado de crianças: o ideal do filho único, o ideal dos dois filhos, o ideal das descendências mais alargadas – com três filhos ou mais – ou mesmo, um número de filhos ainda por decidir.

Conquanto as decisões reprodutivas, como por exemplo, quantos filhos ter e quando tê-los, seja cada vez mais um empreendimento pessoal ou do casal, os contextos culturais e sociais podem ajudar a moldar as formas como os indivíduos ou casais concebem estas decisões (Buber & Fliegenschnee, 2011). Enquanto Ajzen e colegas (Ajzen 1991, 2006; Ajzen & Fishbein, 2005; Ajzen & Klobas, 2013) defendem, por exemplo, que os comportamentos executados por amigos e familiares podem incentivar os indivíduos a se comportarem de forma similar, Heineck (2006)

bem como Westoff & Frejka (2007), argumentam que os indivíduos mais religiosos apresentam, em média, uma maior dimensão familiar.

Assim, ainda que os ideais de fecundidade possam variar de indivíduo para indivíduo ou de sociedade para sociedade, eles encerram reflexos do processo de socialização (Udry, 1983) e do contexto normativo nos quais são concebidos (Friedman *et al.*, 1994; Hagewen & Morgan, 2005; Testa, 2010).

Partindo desta consideração e face aos atuais contextos de baixa fecundidade, Goldstein *et al.* (2003) alertam para os efeitos que tais conjunturas possam ter nos comportamentos reprodutivos futuros, ressaltando que é difícil imaginar que tão baixas taxas de fecundidade possam persistir, indefinidamente, sem serem acompanhadas por mudanças nos ideais reprodutivos.

Neste horizonte, Goldstein *et al.* (2003), Lutz (2006) e Lutz *et al.* (2006), acautelam para a possibilidade dos jovens socializados em sociedades onde prevalecem, durante décadas, famílias de pequenas dimensões, tornarem-se mais suscetíveis de tomar como referência, para a sua própria fecundidade, o comportamento reprodutivo das gerações anteriores, e passar a manifestar preferências por ideais familiares mais reduzidos (Hagewen & Morgan, 2005; Testa & Grilli, 2006; Testa, 2010), como já se verifica entre os jovens austríacos e alemães (Sobotka, 2009).

Alguns estudos, como por exemplo, os de Adsera (2006b), Régnier-Loilier (2006), Testa e Grilli (2006), Testa (2010) e Mathews e Sear (2013), têm oferecido suporte neste sentido, ou seja, demonstrado que o comportamento reprodutivo do contexto envolvente (pais, parentes e amigos) influenciam as preferências de fecundidade daqueles que ainda se encontram em idades reprodutivas.

Enquanto Adsera (2006b) e Régnier-Loilier (2006), identificaram que a dimensão familiar atual tende a ser maior entre indivíduos oriundos de famílias mais alargadas, Testa e Grilli (2006) indicam que quanto menor for a fecundidade concluída numa determinada região, menor é a possibilidade de se preferir famílias de maiores dimensões e, quanto maior a percentagem de indivíduos sem filhos, menor é a probabilidade de se desejar crianças, passando-se exatamente o contrário naquelas regiões onde a geração dos pais alcançou famílias de maiores dimensões, com as gerações subsequentes sendo mais propensas a também declararem preferências por

famílias de maiores dimensões (Testa 2010). É a partir desta constatação que McDonald (2008), assim como Lutz *et al.* (2006), advertem para uma possível "armadilha da baixa fecundidade".

Entretanto, apesar das baixas taxas de fecundidade que ora se verificam em diversos países, nas pesquisas de opinião realizadas entre os diferentes países Europeus, a dimensão familiar ideal comumente referida ainda assenta no “ideal dos dois filhos” (Goldstein *et al.*, 2003; Testa, 2006; Frejka, 2008).

Se considerarmos que a “norma” dos dois filhos parece ser o resultado de pressões normativas em duas direções opostas: "para cima" – quando são afetadas pelo estereótipo das consequências negativas de se ter um filho único – e, "para baixo" – advinda da preocupação de que descendências mais alargadas possam restringir os recursos necessários para a preservação de um nível de vida satisfatório, bem como para a completa realização do potencial de cada criança (Morgan & Rackin, 2010; Sobotka e Beaujouan, 2014), uma vez que um maior número de filhos envolve uma redistribuição dos recursos monetários e não monetários dos pais, afetando assim o investimento que cada criança passa a receber (Schultz, 1974; Blake, 1981; Downey, 1995; Lawson & Mace, 2009) – o modelo normativo da descendência ideal dos dois filhos, poderá estar a refletir um certo "viés da desejabilidade social" (Livi-Bacci, 2001a; Berrington, 2004; Ajzen & Fishbein, 2005; Hin *et al.*, 2011), na medida em que tais preferências tendem a satisfazer as expectativas gerais.

Apesar dos ideais de fecundidade serem relativamente estáveis – exatamente por refletirem, em certa medida, o contexto normativo no qual são formados – eles não são imutáveis, o que significa que podem ser (re)ajustados no decorrer do ciclo de vida, em conformidade com as mudanças nas perspetivas socioeconómicas (Udry, 1983; Kohler *et al.*, 2006) ou conforme os indivíduos sintam a necessidade de os combinar com sua (nova) realidade (Bongaarts & Feeney, 1998; Udry, 1983; Van Peer, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Philipov, 2006a; Régnier-Loilier, 2006; Ajzen & Klobas, 2013), como por exemplo, quando desafiados pelos inesperados constrangimentos tanto nos domínios da vida familiar quanto profissional (Liefbroer, 2009; Iacovou & Tavares, 2011), sendo portanto o resultado de um processo sequencial e condicional (Engelhardt, 2004).

Sob esta perspectiva, o número ideal de filhos seria então um “teto hipotético” a ser alcançado apenas sob condições também ideais (Bongaarts, 1998; Testa & Grilli, 2006; Testa, 2007, 2012a; Philipov, 2009a; Sobotka, 2009), com “uma tendência geral para manter em aberto a opção por mais uma criança adicional até que haja uma decisão definitiva” (Westoff & Ryder, 1977:449).

De ressaltar que este “reajustamento” dos ideais de fecundidade – normalmente para baixo – é referido como sendo, em grande parte, responsável pela existência do diferencial entre o número de filhos que se idealizou e o número de filhos que se conseguiu concretizar ao longo do percurso reprodutivo (Van Peer, 2002; Goldstein *et al.*, 2003; Adsera, 2006a; Philipov, 2009a; Régnier-Loilier, 2006; Testa, 2006, 2007; Liefbroer, 2009; Sobotka, 2009; Hin *et al.*, 2011), visto que as circunstâncias ideais de vida frequentemente não conseguem ser satisfeitas (Philipov, 2009a).

Adicionalmente, os ideais de fecundidade também podem vir a alterar-se após a entrada na conjugalidade, em função de uma “negociação” com as preferências do companheiro(a), como refere Adsera (2006a) e Cunha (2010).

Se o número de filhos desejados assim como o número ideal de filhos podem ser reajustados conforme as pessoas envelhecem – em resposta às mudanças nas condições de vida (Philipov, 2009a; Testa, 2010) bem como em função de uma negociação em casal (Adsera, 2006a; Cunha, 2010) – esta seria uma situação que atingiria particularmente os jovens (Weinstein, 1980; Van Peer, 2002; Berrington, 2004; Liefbroer, 2009), nomeadamente aqueles que ainda não experienciaram a parentalidade (Régnier-Loilier, 2006), o que nas atuais conjunturas, parece ser a realidade de uma grande maioria, dado o padrão mais tardio da entrada quer na maternidade, quer na paternidade (Kohler *et al.*, 2006).

Alguns autores, como por exemplo Weinstein (1980), Van Peer (2002), Berrington (2004) e Liefbroer (2009), defendem que em idades mais jovens as pessoas podem ser mais optimistas em relação aos possíveis eventos futuros – ou “irrealisticamente optimistas” conforme a terminologia de Weinstein (1980) – e à medida que envelhecem e se defrontam com constrangimentos imprevistos – como, por exemplo, o desemprego, o divórcio ou a dificuldade em conciliar vida profissional e vida familiar – tendem a reajustar, geralmente para baixo, os seus ideais familiares

(Livi-Bacci, 2001a; Régnier-Loilier, 2006; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Heiland *et al.*, 2008). Em consequência das considerações acima, é lícito supor que a fecundidade poderá ser ainda mais reduzida se a dimensão familiar ideal estiver também a diminuir.

Face aos atuais contextos de fecundidade entre os países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália) e à luz das evidências apontadas pela literatura acima referida, foram construídas três hipóteses de investigação:

Hipótese 4.1: Assume-se que os ideais de fecundidade numa mesma coorte de nascimento tendem a alterar-se conforme se avança na idade, sinalizando que “o ajustamento” dos ideais reflita um efeito da idade. O raciocínio implícito a esta hipótese é que conforme envelhecem, as coortes mais jovens passam a ter uma maior “compreensão” das complexidades que a parentalidade envolve e podem vir a reajustar os seus ideais.

Hipótese 4.2: Considerando-se que a conjugalidade permanece como uma das principais determinantes no que respeita às decisões reprodutivas e, que a presença de um parceiro possa representar, em princípio, um maior suporte na criação dos filhos, conjectura-se assim, que aqueles que vivem em uma relação conjugal tendem a demonstrar uma menor inclinação às preferências por descendências ideais mais reduzidas.

Hipótese 4.3: Como tradicionalmente as dificuldades em conciliar vida familiar e profissional têm sido mais elevadas entre as mulheres, presume-se que estas possam ser mais propensas a demonstrarem ideais mais reduzidos relativamente aos homens.

4.2 – Dados, metodologia e seleção de variáveis

Para a realização das análises deste capítulo sobre os ideais de fecundidade, foram utilizados os dados sobre o “*Family Planning*” (planeamento familiar), disponibilizados pelo Eurobarómetro de 2006 (EB2006) e pelo Eurobarómetro de 2011 (EB2011), numa análise comparativa entre Portugal e os demais países da Europa do Sul (Espanha, Itália e Grécia). Para algumas das análises descritivas foram utilizados ainda os dados recolhidos pelo Inquérito à Fecundidade em Portugal, de 2013 (IFEC2013) recolhidos pelo INE.

Em ambos os inquéritos do EB, os inquiridos foram questionados sobre a dimensão familiar considerada ideal para si, através da pergunta “pessoalmente, qual seria o número ideal de crianças que gostaria de ter ou gostaria de ter tido”? Sendo o número ideal de filhos desejados ao nível pessoal a variável de interesse, e como se pretendia mensurar os ideais de fecundidade, foram excluídas todas as observações com valores omissos (neste caso, todas as respostas não quantificáveis como “Não sei” ou “Depende, “Não existe um número ideal de filhos”) na variável resposta, bem como nas variáveis explicativas.

Num primeiro momento, as análises centram-se numa componente descritiva, procurando sintetizar alguns dos atributos mais proeminentes no delineamento dos ideais de fecundidade. A fim de obter uma estimativa mais precisa, todos os dados foram ponderados pelos pesos de *design* (ponderador), fornecidos pelos respetivos instrumentos de recolha.

Sabendo-se, em princípio, que a opção pelo ideal dos dois filhos constitui a norma, pretende-se testar a tendência para se desviar desta “norma”, tendo em consideração distintas variáveis sociodemográficas e a forma como estas possam estar a influenciar os ideais de fecundidade. Para a realização deste segundo conjunto de análises, foram utilizados modelos de regressão multinomial, por constituírem uma ferramenta apropriada para tais objetivos, uma vez que permitem identificar simultaneamente o desvio para o ideal das descendências “mais restritas” e o desvio para o ideal das descendências “mais alargadas”.

Considerando que o número ideal de filhos possa ser diferente entre homens e mulheres, podendo ainda variar conforme as diferentes idades ou entre coortes de nascimentos, bem como entre os distintos estados civis, podendo ainda estar relacionados com os distintos níveis de escolaridade e de religiosidade, para se realizar as análise relativas ao desvio da “norma dos dois filhos” foram selecionadas as variáveis “sexo”, “grupo etário ou coorte de nascimento”, “educação”, “estado civil” e “nível de religiosidade”.

Para analisar a influência das variáveis explicativas: sexo, grupo etário (no caso dos modelos de regressão multinomial “1” e “2”) ou coorte de nascimento (no

caso dos modelos de regressão multinomial “3” e “4”)¹⁸, nível de educação, estado civil e nível de religiosidade (apenas para o modelo multinomial “1”)¹⁹ sobre o número ideal de filhos entre os residentes nos países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), foram ajustados três modelos de regressão multinomial, sendo o 4º modelo uma réplica do 3º modelo, mas a partir da utilização de dados diferentes.

Em todos os modelos multinomiais a variável resposta foi baseada no número ideal de filhos (NIF) definida como:

0 – número ideal de filhos **igual** a dois (categoria de referência);

1 – número ideal de filhos **menor que dois** (“menores ideais”, ou “ideais restritos”);

2 – número ideal de filhos **maior que dois** (“maiores ideais” ou “ideais alargados”).

As expressões “menores ideais”, “ideais mais reduzidos”, “ideais mais diminutos” ou “ideais mais restritos” são utilizadas de forma intercambiável, assim como as expressões “maiores ideais”, ideais mais alargados” e “ideais mais amplos”, são utilizadas para se referir ao número ideal de filhos superior a dois.

A variável “religião” colocada apenas pelo EB2006 e, portanto, presente apenas no primeiro modelo, é uma medida do nível de religiosidade avaliada pela questão “para além de casamentos e funerais, com que frequência assiste a atos religiosos?” Esta variável foi dicotomizada por agregação das suas categorias, considerando-se como pessoas mais religiosas aquelas que declararam assistir a atos religiosos até, no mínimo, uma vez por mês, e como menos religiosas, aquelas que só assistiam a tais atos esporadicamente (a cada 3 ou 4 meses; 1 vez no ano ou ainda menos ou mesmo nunca).

Uma vez que ambos os inquérito não traziam dados sobre o mais elevado nível de ensino concluído pelos respondentes, a variável “educação” representa uma *proxy* do mais elevado nível de ensino concluído, tendo sido criada a partir da questão “que idade tinha quando interrompeu os seus estudos a tempo inteiro?” Aqueles que interromperam os estudos até aos 17 anos foram considerados como tendo ensino

¹⁸ Todos os modelos multinomiais foram ajustados com a utilização do peso normalizado obtido pela divisão do peso final w_i pela sua média $\bar{w}$, como referido na metodologia.

¹⁹ A variável religião apenas faz parte do modelo multinomial 1 (relativo aos dados do EB2006) uma vez que os dados de 2011 não a contemplam, bem como não apresentam quaisquer questões que remetam ao nível de religiosidade dos inquiridos.

básico, os que interromperam entre os 18 e os 21 anos como tendo ensino secundário e, aqueles que só o fizeram depois dos 21 anos, como tendo ensino superior.

A variável “estado civil” contempla três categorias: 1) casados ou em coabitação e viúvos; 2) solteiros; 3) separados e divorciados. Importa referir que não se faz distinção entre pessoas legalmente casadas e aquelas que vivem em união de facto. A variável grupo etário presente nos modelos de regressão multinomial “1” e “2”, utilizou os quatro grupos de idade empregados nos EB2006 e EB2011. São eles: 1) 15-24 anos; 2) 25-39 anos; 3) 45-54 anos e, 4) 55 anos ou mais.

Para os modelos de regressão multinomiais “3” e “4”, utilizou-se ao invés de grupos etários, as coortes de nascimento, com o objetivo de se verificar a estabilidade (ou instabilidade) dos ideais de fecundidade dentro de uma mesma coorte de nascimento, mas em momentos distintos da sua vida reprodutiva.

Nestes dois últimos modelos como o foco da análise recai sobre os indivíduos em idades reprodutivas (quer no início da sua vida fértil, quer quando estão a concluir seu período reprodutivo), na ronda do EB2006 foram selecionados os indivíduos com idades entre os 15 e os 44 anos, que na ronda do EB2011 teriam entre 21 e 50 anos de idade, deixando-se de fora todos aqueles indivíduos que em 2011 já teriam hipoteticamente concluído o seu período reprodutivo. Desta forma, fazem parte destas análises apenas os indivíduos nascidos entre 1962 e 1991.

É importante mencionar, que para uma análise com maior precisão seriam necessários dados longitudinais – que “seguissem” os indivíduos ao longo da sua vida reprodutiva. Face à inexistência deste tipo de dados para Portugal, considerar as coortes de nascimento foi a alternativa encontrada para ultrapassar tal limitação e, poder se encontrar pistas se os ideais de fecundidade poderão estar ou não a refletir um efeito geracional – caso em que teríamos uma estabilidade dos ideais de fecundidade conforme o avançar da idade – ou, um efeito específico da idade – em que os ideais de uma mesma coorte de nascimento em momentos distintos da sua vida reprodutiva se revelariam diferenciados nas diferentes rondas.

Assim, para os modelos de regressão multinomiais “3” e “4”, foram consideradas três coortes: 1) nascidos entre 1982 e 1991; 2) nascidos entre 1972 e 1981 e, 3) nascidos ente 1962 e 1971. As coortes mais jovens, nascidas entre 1982 e 1991, tinham entre 15 e 24 anos na altura do EB2006 e entre 21 e 30 anos aquando do

EB2011. Já as coortes nascidas entre 1972 e 1981, tinham respetivamente às datas dos EB2006 e EB2011, entre 25-34 anos e, entre 31-40 anos. No caso das coortes nascidas entre 1962 e 1971, a sua idade à data do EB2006 situava-se entre os 35 e os 44 anos, enquanto à data do EB2011 era de 41-50 anos. Desta forma, como referido anteriormente, não fazem parte destas análises aqueles indivíduos que em 2011 já teriam hipoteticamente findado o seu período reprodutivo.

4.3 – Análise dos resultados

A distribuição das amostras relativas aos modelo de regressão multinomial “1” (com dados do EB2006) e “2” (com dados do EB2011), encontram-se representadas na tabela 4.1. O modelo “1” contabilizou 3642 observações distribuídas entre os residentes em Portugal (918), Espanha (908), Itália (836) e Grécia (980), enquanto o modelo “2” computou 3782 observações também distribuídas entre os residentes em Portugal (961), Espanha (938), Itália (930) e Grécia (953).

Em termos descritivos (tabela 4.1), examinou-se o número de filhos que as pessoas consideram como ideal para si próprias, evidenciando-se as proporções apresentadas. Como tem sido amplamente destacado na literatura recente, o cenário que se sobressai é o ideal de dois filhos. Este ideal prevalece entre a grande maioria dos respondentes, qualquer que seja o seu nível de religiosidade ou de educação, estado civil, grupo etário ou sexo. A única exceção é encontrada para os residentes na Grécia, na ronda de 2006, onde os ideais mais alargados superam ligeiramente o ideal de dois filhos.

Ao nível dos países observa-se ainda que os residentes em Portugal e Itália apresentam as maiores proporções de indivíduos com ideais mais reduzidos, enquanto os residentes na Grécia se destacam pela elevada proporção dos que revelam ideais mais alargados. Entre 2006 e 2011, nota-se ainda um ligeiro aumento dos ideais mais reduzidos entre os residentes em Portugal e Grécia, bem como entre os divorciados ou separados. Por outro lado, no ensino superior regista-se uma diminuição das preferências por descendências mais limitadas.

Tabela 4.1: Distribuição das variáveis (%)²⁰ segundo o número ideal de filhos (NIF) ao nível pessoal

Variáveis	NIF < 2 (%)		NIF= 2 (%)		NIF > 2 (%)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
<i>País</i>						
Portugal	14	18	59	60	27	22
Itália	18	17	59	62	23	21
Espanha	12	11	54	60	34	29
Grécia	5	10	46	56	49	34
<i>Sexo</i>						
Homem	14	14	60	61	26	25
Mulher	15	15	53	60	32	25
<i>Nível de religiosidade</i>						
Mais religiosos	12	-	51	-	37	-
Menos religiosos	16	-	58	-	26	-
<i>Estado civil</i>						
Casado/coabitação	12	13	59	61	29	26
Solteiro	22	21	52	61	26	18
Divorciado/separado	17	21	55	54	28	25
Viúvo	11	10	49	58	40	32
<i>Nível de escolaridade</i>						
Até o básico	12	12	57	60	31	28
Ensino secundário	19	18	57	62	24	20
Ensino superior	19	13	53	58	27	29
<i>Grupo etário</i>						
15-24 Anos	16	16	58	61	27	23
25-39 Anos	18	19	61	62	21	19
40-54 Anos	16	15	58	61	26	24
55 ou+ Anos	10	11	49	58	41	31

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011, com o uso do ponderador.

Entre 2006 e 2011, houve ainda um fortalecimento do ideal de dois filhos, principalmente à custa da redução dos que preferem famílias de maiores dimensões. Este aumento da proporção do ideal de dois filhos é mais evidente para o sexo feminino, entre os solteiros e viúvos, bem como entre os residentes em Espanha e na Grécia (onde inclusive, em 2011, o ideal de dois filhos passa a superar os ideais superiores a dois) e, no grupo etário mais envelhecido.

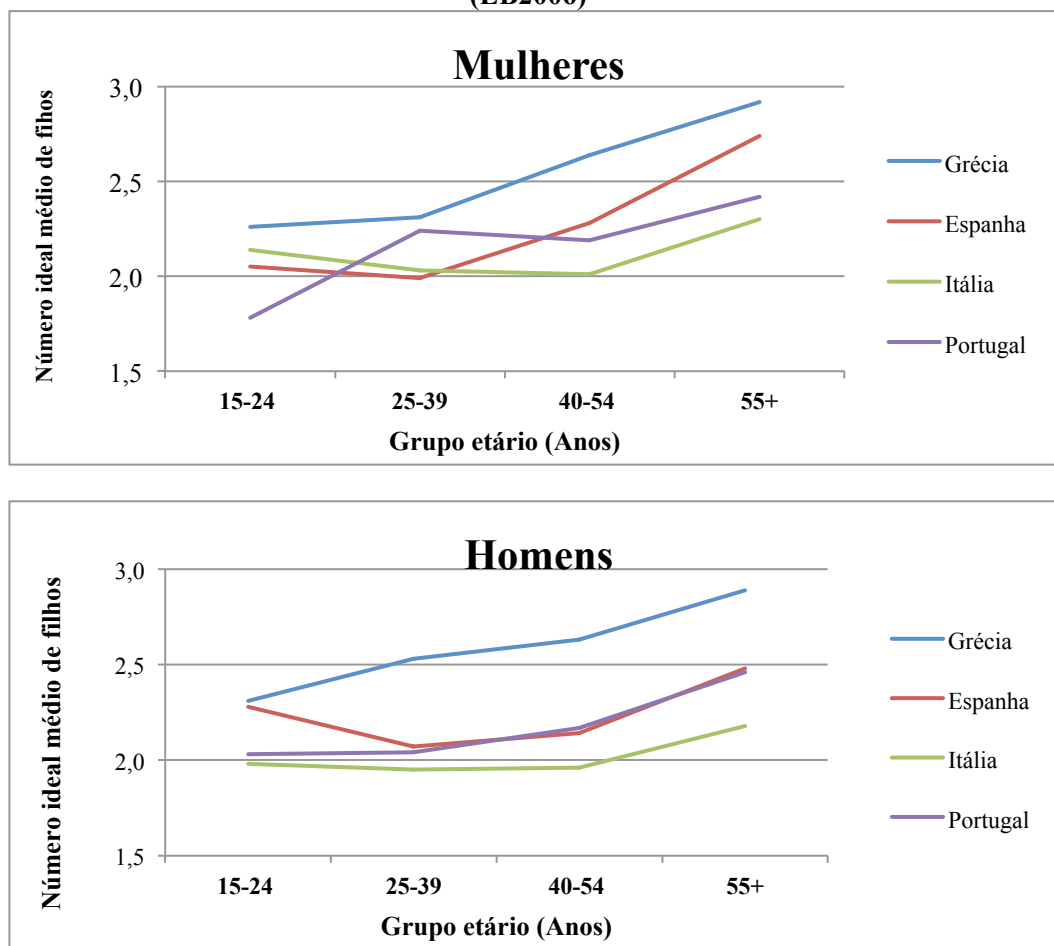
Entre aqueles que referem um número ideal de filhos superior a dois, as maiores proporções são encontradas entre os indivíduos: residentes na Grécia, com idades mais tardias (55 anos ou mais), viúvos, com um maior nível de religiosidade, e entre as mulheres (apenas para 2006).

Já a opção por ideais mais restritos é verificada principalmente entre os solteiros (e também divorciados para os dados de 2011), pessoas com o ensino secundário (e também ensino superior segundo os dados de 2006) e entre aqueles com

²⁰ Os valores percentuais encontram-se arredondados. A soma das 3 categorias do NIF de cada uma das rondas equivalem a 100%. Exemplo: em Portugal (2006) a soma do NIF<2, NIF=2 e, NIF>2 (14%+59%+27%) totalizam 100%.

idades entre os 25 e 39 anos. Com exceção dos indivíduos com ensino superior – onde entre 2006 e 2011 houve um aumento da proporção dos ideais mais alargados – evidencia-se uma redução da preferência por famílias mais alargadas em todas as demais variáveis (país, sexo, grupo etário, demais níveis de educação e estado civil).

Figura 4.1: Número ideal médio de filhos, segundo o sexo, o grupo etário e o país (EB2006)²¹



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB 2006, com o uso do ponderador.

Observa-se que o grupo etário mais envelhecido, de ambos os sexos, revela ideais mais elevados em todos os quatro países (figura 4.1). Os residentes na Grécia destacam-se por preferirem, em média, famílias de maiores dimensões. Os residentes em Itália, por outro lado, destacam-se como aqueles que apresentam uma dimensão ideal familiar mais reduzida em qualquer um dos grupos etários, com exceção do grupo etário entre os 15 e os 24 anos, onde são as mulheres residentes em Portugal que sobressaem-se, evidenciando ideais mais diminutos. Em Espanha (e Itália com

²¹ No anexo 2, encontra-se a tabela com os respetivos desvios-padrão para o número médio ideal de filhos apresentado na figura 4.1.

menor intensidade), os ideais médios apresentam um padrão em forma de “U” em função do avançar da idade, tanto entre os homens quanto entre as mulheres.

Tabela 4.2: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) dos modelos multinomiais ajustados “1” e “2” (EB2006 e EB2011), para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal <2, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados²²

NIF<2 Vs. NIF=2		EB 2006			EB 2011		
Covariáveis		$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Constante		-2.215	0.319	<0.001***	-1.223	0.130	<0.001***
Grupo etário (GE)							
15-24 anos		-0.912	0.395	0.0210*	-0.422	0.178	0.018*
25-39 anos (ref.)		1	1	1	1	1	1
40-54 anos		-0.566	0.332	0.088.	-0.156	0.128	0.223
55+ anos		-0.042	0.264	0.875	-0.285	0.138	0.039*
Sexo¹							
Homens (ref.)		1	1	1	-	-	-
Mulheres		0.311	0.115	0.007**	-	-	-
País							
Portugal (ref.)		1	1	1	1	1	1
Itália		0.055	0.147	0.708	-0.152	0.134	0.257
Grécia		-0.900	0.185	<0.001***	-0.717	0.152	<0.001***
Espanha		-0.091	0.151	0.549	-0.590	0.142	<0.001***
Nível de religiosidade (NR)²							
Mais (ref.)		1	1	1	-	-	-
Menos		-0.246	0.241	0.306	-	-	-
Nível de escolaridade (NE)							
Até o básico (ref.)		1	1	1	1	1	1
Ensino Secundário		0.656	0.196	0.001***	0.263	0.120	0.028*
Ensino Superior		0.747	0.199	0.001***	0.012	0.166	0.940
Estado civil (EC)							
Casados/coabita/viúvos (ref.)		1	1	1	1	1	1
Solteiros		1.438	0.181	<0.001***	0.570	0.130	<0.001***
Divorciados/separados		-0.172	0.339	0.613	0.691	0.192	0.001***
GE (15-24)*NR (menos)		0.412	0.435	0.3434	-	-	-
GE (40-54)*NR (menos)		0.973	0.368	0.008**	-	-	-
GE (55 ou+) *NR (menos)		0.240	0.315	0.446	-	-	-
NE (Secundário)*EC (Solteiros)		-0.941	0.317	0.003**	-	-	-
NE (Superior)* EC (Solteiros)		-0.828	0.311	0.008**	-	-	-
NE (Secundário)* EC (Div/sep)		0.776	0.643	0.227	-	-	-
NE (Superior)* EC (Div/sep)		0.914	0.581	0.116	-	-	-

Nota: 1- o sexo não foi estatisticamente significativo para o modelo ajustado “2” (EB2011), tendo apresentado um valor p= 0,184 para os ideais mais reduzidos. 2- Como referido anteriormente, os dados do EB2011 não fornecem qualquer informação sobre o nível de religiosidade.

Admitindo fixas as demais covariáveis dos modelos, pode-se concluir que se em 2006 o desvio do ideal de dois filhos era afetado pelo sexo, com os homens fortemente centrados no ideal igual a dois filhos e, as mulheres demonstrando 36%

²² Tal como recomendam Hosmer *et al.*, (2013), para a análise de valores atípicos e para o teste de bondade, dividiu-se o modelo multinomial em dois modelos binários, sendo que ambos apresentaram bom ajuste aos dados, tendo o NIF<2 (2006) apresentado um valor p = 0,12 no teste de bondade de Hosmer-Lemeshow, e o NIF>2 (2006) apresentado valor p = 0,54. No caso do modelo para 2011, o NIF<2 e o NIF>2 apresentaram respetivamente valor p = 0,77 e valor p = 0,39. Realizou-se ainda uma análise de resíduos, não se tendo detetado nenhuma observação influente em quaisquer dos modelos.

(IC_{95%} OR =]1,09; 1,71]) mais possibilidades de optar por ideais mais restritos, em 2011, tais desvios já não se verificam, não sendo portanto mais afetados pelo sexo. Desta forma, a hipótese 4.3 que presumia que as mulheres fossem mais suscetíveis de optarem por ideais reduzidas, apenas se confirma para os dados do EB2006.

Como as variáveis “grupo etário” e “nível de religiosidade” interagiram entre si, as possibilidades de um determinado grupo etário relativamente a um outro, devem ser examinadas dentro de cada nível de religiosidade, como se observa na tabela 4.3. Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, estes serão apresentados em termos de *Odds Ratio* (OR) com seus respectivos intervalos de confiança a 95% (IC_{95%}).

Tabela 4.3: OR e respectivos IC a 95 %, da interação entre o “Grupo etário” e o “Nível de religiosidade” para o modelo multinomial ajustado “1” (EB2006)

NIF<2 vs. NIF=2 (2006)	Categorias	OR	IC _{95%}
25-39 anos vs. 15-24 anos	Menos religiosos	1,65	1,07; 2,53
	Mais religiosos	2,49	1,15; 5,40

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

De acordo com a tabela 4.3, apenas há evidências estatisticamente significativas para o grupo 25-39 anos relativamente ao grupo etário mais jovem, onde o primeiro (25-39 anos) se revela como mais suscetível a preferir ideais reduzidos, tanto entre os menos religiosos quanto entre os mais religiosos (principalmente) relativamente aos mais jovens. Estes resultados indicam assim, que qualquer que seja o nível de religiosidade, os mais jovens revelam-se como menos suscetíveis a optar por ideais reduzidos relativamente àqueles indivíduos que se encontram com idades compreendidas entre os 25 e 39 anos.

Num exercício de comparação entre o modelo “1” (EB2006) e o modelo “2” (EB2011), pretende-se evidenciar os comportamento do grupo etário 25-39 anos – no qual se concentra grande parte das decisões de fecundidade – relativamente ao comportamento dos indivíduos em idades mais tardias, mas principalmente em relação ao comportamento daqueles que se encontram em idades mais jovens (15-24 anos), dos quais muitos ainda desconhecem a experiência da parentalidade.

No modelo multinomial ajustado “2” (EB2011), as possibilidades das distintas classes etárias podem ser examinadas diretamente através do cálculo dos seus

coeficientes, uma vez que não houve interações significativas entre a variável grupo etário com as demais variáveis.

Tabela 4.4: OR e respectivos IC a 95 %, para a variável “Grupo etário” do modelo multinomial ajustado “2” (EB2011)

NIF<2 vs. NIF=2 (2011)	Categorias	OR	IC _{95%}
Grupo etário	25-39 anos vs. 15-24 anos	1.54	1.08; 2.16
	25-39 anos vs. 55 ou+ anos	1.33	1.02; 1.74

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2011, com o uso do ponderador.

Tendo-se observado que, em 2006, o grupo etário mais jovem era menos suscetível a ideais familiares mais reduzidos do que os indivíduos com idades entre os 25 e os 39 anos, verifica-se que em 2011 esta tendência se mantém, evidenciando-se que nas idades onde se concentra grande parte das decisões de fecundidade (25-39 anos), se mantêm as possibilidades acrescidas de se optar por ideais reduzidos, quer quando comparados com os mais jovens (15-24 anos), quer quando comparados com os mais velhos (55 ou mais anos), como se nota na tabela 4.4.

Tabela 4.5: OR e respectivos IC a 95 %, da variável “País” para os modelo multinomiais “1” (EB2006) e “2” (EB2011)

NIF< 2 vs. NIF =2	2006		2011	
País ¹	OR	IC _{95%}	OR	IC _{95%}
Portugal vs. Itália	0,95	0,71, 1,26	1.16	0.86; 1.41
Portugal vs. Grécia	2,46	1,71; 3,54	2.04	1.57; 2.67
Portugal vs. Espanha	1,09	0,81; 1,47	1.80	1.34; 2.43

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011.

1- Os resultados entre Portugal e Itália não são estatisticamente significativos nem em 2006 nem em 2011, sendo que os resultados entre Portugal e Espanha também não o são para 2011 (tons mais claros).

O país de residência também se mostrou relevante no delineamento dos ideais de fecundidade, sendo os residentes em Portugal, quer em 2006, quer em 2011, bastante mais inclinados que os residentes na Grécia, a preferirem uma dimensão ideal familiar mais restrita. Para os dados de 2011, verifica-se que os residentes em Portugal apresentam ainda possibilidades acrescidas na opção por esta dimensão familiar ideal relativamente aos residentes em Espanha.

No que respeita à comparação entre os residentes em Portugal relativamente aos residentes em Itália, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre ambos em nenhum momento, o que significa que apresentam possibilidades semelhantes (ver tabela 4.5). Em 2006, por exemplo, com 95% de confiança, a razão de possibilidades entre ambos está entre 0,71 e 1,26, podendo ser igual a 1. Assim,

naqueles casos em que a possibilidade da razão de chances possa ser igual a 1, conclui-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre dois grupos de indivíduos com características distintas.

Como no modelo 1 (EB2006), o “estado civil” interagiu com a variável “nível de educação”, isto significa que a influência que um determinado estado civil exerce sobre os ideais de fecundidade depende dos diferentes níveis de educação (tabela 4.6).

Tabela 4.6: OR e respectivos IC a 95 %, da interação entre as variáveis “Nível de escolaridade” e “Estado civil” para o modelo multinomial ajustado “1”(EB2006)

NIF<2 vs. NIF=2 (2006)		Categorias	OR	IC _{95%}
Níveis de escolaridade (fixos)	Solteiros vs. Casados, coabitantes e viúvos	Ensino básico	4,21	2,95; 6,00
		Ensino secundário ¹	1,64	0,93; 2,92
		Ensino superior	1,84	1,07; 3,15

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

1- Resultado estatisticamente não significativo.

Os resultados apresentados na tabela 4.6 evidenciam a forma como o nível de escolaridade²³ influencia as possibilidades dos solteiros relativamente àqueles em união, em optar por uma descendência ideal mais contida. Uma pessoa solteira, que tenha até ao ensino básico como nível de instrução mais elevado tem aproximadamente 4 vezes mais chances de optar por um número de filhos inferior a dois do que uma outra pessoa casada ou em coabitação e que tenha o mesmo nível de escolaridade.

O mesmo ocorre relativamente àqueles com ensino superior, com os solteiros sendo quase 2 vezes mais propensos a escolherem ideais mais restritos. Já para aqueles que têm o ensino secundário, as chances dos solteiros não se diferenciam estatisticamente daquelas apresentadas pelos casados, viúvos ou pessoas em coabitação. Tais evidências permitem corroborar parcialmente a hipótese 4.2, que presumia que aqueles que vivem em um relacionamento conjugal seriam menos inclinados a ideais mais reduzidos.

No modelo multinomial 2 – que utiliza dados do EB2011 – a interação entre o estado civil e o nível de educação não foi estatisticamente significativa, o que nos permite observar diretamente (através dos coeficientes β) o efeito do estado civil na opção por um número de filhos inferior a dois. De forma análoga, o nível de educação

²³ No que respeita à comparação entre os divorciados e separados relativamente aos que vivem em união, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre ambos.

também não depende do estado civil, o significa que o efeito de um maior (ou menor) nível de educação influencia de forma semelhante quaisquer dos estados civis (ver tabela 4.7).

Tabela 4.7: OR e respetivos IC a 95 %, para as variáveis “Estado civil” e “Nível de escolaridade” para o modelo multinomial “2” (EB2011)

NIF<2 vs. NIF=2 (2011)	Categorias	OR	IC _{95%}
Estado civil	Solteiros vs. cas/coab/ viúvos	1.77	1,34; 2,34
	Div/sep. vs. cas/coab/ viúvos	2.00	1,54; 2,58
Nível de escolaridade	Secundário vs. até o básico	1.30	1,02; 1,64
	Superior vs. até o básico	1,01	0,73; 1,40

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2011, com o uso do ponderador.

Se em 2006, o comportamento dos divorciados ou separados não se diferenciava estatisticamente daquele apresentado pelos casados, coabitantes e viúvos, em 2011, tal já não se confirma. Pessoas que experimentaram rupturas conjugais (com exceção do viúvos), juntamente com os solteiros, demonstram possibilidades acrescidas de optar por descendências mais reduzidas relativamente àqueles que vivam em união ou sejam viúvos (tabela 4.7).

Assim, enquanto os resultados de 2006 permitiam apenas corroborar parcialmente a hipótese 4.2, as evidências para o EB2011 permitem corroborar-la integralmente, pois se constatou que os indivíduos que vivem numa relação conjugal tendem a demonstrar uma menor inclinação às preferências por descendências idealmente mais reduzidas, relativamente àqueles que nunca o fizeram ou que experimentaram rupturas conjugais (exceto se por viuvez).

No que relaciona-se ao nível de instrução, apenas os indivíduos com ensino secundário se destacam pela sua maior inclinação por ideais familiares mais reduzidos relativamente àqueles com ensino básico. Note-se que aqueles com ensino superior não apresentam um comportamento estatisticamente diferente dos que possuem ensino básico no que respeita à opção por descendências mais restritas.

Tendo apresentado os principais resultados para o desvio em direção aos ideais mais reduzidos, apresenta-se a seguir os resultados dos modelos multinomiais “1” e “2” para o desvio em direção a ideais mais alargados (tabela 4.8).

Tabela 4.8: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) dos modelos multinomiais ajustados “1” e “2” (EB2006 e EB2011), para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal >2, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados

NIF>2 vs. NIF=2	2006			2011		
Covariável	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Constante	-1.243	0.234	<0.001***	-1.248	0.118	<0.001***
Grupo etário (GE)						
15-24 anos	-0.567	0.337	0.092.	0.505	0.157	0.001**
25-39 anos(ref.)	1	1	1	1	1	1
40-54 anos	-0.184	0.221	0.407	0.223	0.113	0.048*
55+ anos	0.511	0.186	0.006**	0.495	0.111	<0.001***
Sexo¹						
Homens (ref.)	1	1	1	-	-	-
Mulheres	0.279	0.081	0.001***	-	-	-
País						
Portugal (ref.)	1	1	1	1	1	1
Itália	-0.071	0.122	0.560	-0.012	0.122	0.924
Grécia	0.922	0.106	<0.001***	0.592	0.114	<0.001***
Espanha	0.471	0.110	<0.001***	0.320	0.112	0.004**
Nível de religiosidade (NR)						
Mais (ref.)	1	1	1	-	-	-
Menos	-0.756	0.190	<0.001***	-	-	-
Nível de escolaridade (NE)						
Até o básico (ref.)	1	1	1	1	1	1
Ensino Secundário	-0.102	0.156	0.511	-0.229	0.098	0.019*
Ensino Superior	-0.076	0.149	0.612	0.194	0.122	0.111
Estado civil (EC)						
Casados/coabita/viúvos (ref.)	1	1	1	1	1	1
Solteiros	-0.083	0.158	0.599	-0.407	0.126	0.001**
Divorciados/separados	-0.212	-0.221	0.336	0.059	0.174	0.737
GE (15-24)*NR (menos)	0.996	0.363	0.006**	-	-	-
GE (40-54)*NR (menos)	0.663	0.258	0.010*	-	-	-
GE (55+) *NR (menos)	0.370	0.222	0.096.	-	-	-
NE (Secundário)*EC (Solteiros)	0.427	0.263	0.105	-	-	-
NE (Superior)* EC (Solteiros)	0.961	0.250	0.001***	-	-	-
NE (Secundário)* EC (Div/sep)	1.487	0.494	0.003**	-	-	-
NE (Superior)* EC (Div/sep)	0.187	0.581	0.733	-	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011.

Nota: 1- o sexo não foi estatisticamente significativo para o modelo “2” (EB2011), tendo apresentado um valor p = 0,807 para os ideais mais alargados.

Novamente admitindo fixas as restantes covariáveis dos modelos, confirma-se que se em 2006, o desvio do ideal de dois filhos era influenciado pelo sexo, com as mulheres sendo 32% (IC95% OR =]1,13; 1,55]) mais propensas a também se desviarem do ideal dos dois filhos em direção a ideais mais alargados, em 2011 não se

verificam diferenças estatisticamente significativas entre ambos os sexos. Desta forma, importa referir que apenas em 2006 as mulheres apresentavam uma maior propensão a se desviarem tanto para ideais mais reduzidos quanto para ideais mais alargados relativamente aos homens, estando estes últimos bastante vinculados à “norma” dos dois filhos.

Tabela 4.9: OR e respetivos IC a 95 %, para as classes etárias referente aos modelos multinomiais “1” (EB2006)²⁴ e “2” (EB2011)

NIF>2 vs. NIF=2	2006		2011	
Grupos etários:	OR	IC _{95%}	OR	IC _{95%}
15-24 anos vs. 25-39 anos	1,53	1,09; 2,16	1,66	1,22; 2,25
40-54 anos vs. 25-39 anos	1,62	1,23; 2,11	1,25	1,00; 1,56
55 ou+ anos vs. 25-39 anos	2,41	1,85; 3,14	1,64	1,32; 2,04

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011.

A tabela 4.9, evidencia que qualquer um dos grupos etários se revela como mais suscetível a ideais alargados do que o grupo de idades entre os 25 e os 39 anos, tanto em 2006 quanto em 2011. Quando examinamos a diferença entre aqueles com 25-39 anos e os indivíduos do grupo mais jovem (15-24 anos), verificamos que estes últimos são mais suscetíveis a se desviarem em direção a ideais mais alargados relativamente aos primeiros. Desta forma, tanto o modelo “1” como no modelo “2”, os resultados não permitem corroborar a suposição colocada por Goldstein *et al.* (2003), de uma possível maior inclinação entre os jovens para ideais familiares mais reduzidos, principalmente quando comparados àqueles com idades entre os 25 e os 39 anos, onde se tem concentrado atualmente a grande maioria dos nascimentos.

Tabela 4.10: OR e respetivos IC a 95 %, da variável “País” para os modelos multinomiais “1” (EB2006) e “2” (EB2011)

NIF>2 vs. NIF=2	2006		2011	
País	OR	IC _{95%}	OR	IC _{95%}
Itália vs. Portugal ¹	0,93	0,73; 1,18	0,99	0,78; 1,26
Grécia vs. Portugal	2,51	2,0; 3,10	1,88	1,45; 2,26
Espanha vs. Portugal	1,60	1,29; 1,98	1,38	1,11; 1,72

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011.

1- Resultado estatisticamente não significativo.

Quando se trata da comparação entre países (tabela 4.10), notavelmente, os residentes em Espanha e principalmente os residentes em Grécia destacam-se pelas suas chances acrescidas de optar por uma descendência ideal mais alargada

²⁴ Para os dados de 2006, evidencia-se apenas a influência da idade entre aqueles com um menor nível de religiosidade, onde a interação foi estatisticamente significativa.

relativamente aos residentes em Portugal. E ainda, se verifica que o comportamento dos residentes em Itália permanece bastante similar ao verificado entre os residentes em Portugal.

Tabela 4.11: OR e respetivos IC a 95 %, das variáveis “Estado civil” e “Nível de escolaridade” para o modelo multinomial “2” (EB2011)

NIF>2 vs. NIF=2 (2011)	Categorias	OR	IC _{95%}
Estado civil	Cas/coab/ viúvos vs. Solteiros	1.50	1.17; 1.92
	Div/separados vs. solteiros	1.59	1.06; 2.39
	Cas/coab/ viúvos vs. Div/sep ¹	0.94	0.67; 1.33
Nível de escolaridade	Até o básico vs. Secundário	1.26	1.04; 1.52
	Superior vs. secundário	1.53	1.19; 1.95

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2011.

1- Resultado estatisticamente não significativo.

Os resultados demonstram que os solteiros apresentam menores possibilidades de optarem por ideais mais alargados que os demais estados civis. A tabela 4.11 revela ainda, que o comportamento daqueles que vivem em união (juntamente com os viúvos) relativamente àqueles que experienciaram rupturas conjugais não são estatisticamente diferentes.

No que concerne ao nível de escolaridade, os indivíduos com ensino básico e superior apresentam chances acrescidas de escolher para si este tipo de ideal relativamente àqueles com o ensino secundário. Estes resultados permitem inferir assim, uma curva em forma de “U” para os níveis de educação, no delineamento dos ideais de descendências mais alargadas.

Apesar de se ter constatado (tanto no modelo multinomial “1” quanto no modelo multinomial “2”) que os mais jovens são menos suscetíveis a ideais mais restritos do que aqueles indivíduos nas idades onde tem ocorrido a grande maioria dos nascimentos (25-39 anos) nas duas rondas do EB, não foi possível verificar se estas menores possibilidades de preferirem descendências reduzidas refletem um efeito específico da idade ou um efeito da geração, justificando-se assim, a construção de um novo modelo multinomial com dados EB2006 (modelo “3”) e sua replicação para os dados de 2011(modelo “4”).

Novamente consideraram-se as covariáveis: sexo, país de residência, estado civil e nível de escolaridade, tendo-se substituído as classes etárias por coortes de nascimento (para aqueles ainda em idades reprodutivas), na tentativa de se perceber se as menores possibilidades dos jovens em optarem por descendências idealmente mais

reduzidas refletem um efeito geracional ou antes, um efeito específico da idade. Esta análise teve então, como único objetivo, averiguar se os indivíduos de uma mesma coorte de nascimento, quando cinco anos mais velhos, mantinham os mesmos ideais de fecundidade.

Como anteriormente referido, foram consideradas 3 conjuntos de coortes: 1) nascidos entre 1982 e 1991; 2) nascidos entre 1972 e 1981 e, 3) nascidos entre 1962 e 1971. A primeira coorte tinha entre 15 e 24 anos no EB2006 e entre 21 e 30 anos no EB2011. A segunda coorte tinha respetivamente 25-34 anos (EB2006) e 31-40 anos (EB2011), enquanto a terceira coorte tinha 35-44 anos (EB2006) e 41-50 anos (EB2011). A amostra final do modelo multinomial “3” (EB2006) contou com 1736 observações enquanto a amostra do modelo “4” (EB2011) teve 2031 observações para os residentes na Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia). A distribuição das amostras relativas a ambos os modelos encontram-se representadas na tabela 4.12.

Tabela 4.12: Distribuição percentual das variáveis, segundo o número ideal de filhos (NIF) ao nível pessoal

Variáveis	NIF<2 (%)		NIF=2 (%)		NIF>2 (%)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
<i>Sexo</i>						
Homem	15	16	64	63	21	21
Mulher	18	18	60	61	22	21
<i>Coorte</i>						
1982-1991	16	19	57	60	27	21
1972-1981	18	17	60	64	22	19
1962-1971	17	15	64	62	19	23
<i>País</i>						
Portugal	13	23	67	61	20	16
Itália	19	20	62	61	19	19
Espanha	16	14	60	63	24	23
Grécia	8	13	58	60	34	27
<i>Estado civil</i>						
Cas/Coab/Viúvos	15	14	65	64	20	22
Solteiros	20	23	55	60	25	17
Div./Sep.	15	29	70	49	15	22
<i>Nível de escolaridade</i>						
Básico	15	16	65	61	20	23
Secundário	19	18	61	63	20	19
Superior	18	15	54	62	28	23

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011.

Nota: As percentagens encontram-se arredondadas.

Uma primeira análise exploratória a partir da distribuição percentual da amostra segundo as variáveis explicativas (tabela 4.12) já nos permite constatar que embora a família ideal de dois filhos permaneça como a preferência generalizada entre os residentes na Europa do Sul, nas diferentes coortes, estados civis e níveis de

ensino, assim como entre ambos os sexos, no período entre 2006 e 2011 houveram algumas variações.

Num espaço de cinco anos (entre 2006 e 2011), a proporção dos que revelavam ideais mais reduzidos experimentou um aumento de 10 pontos percentuais em Portugal, levando este ideal a ultrapassar a proporção daqueles que preferem famílias de maiores dimensões. Também na Grécia, a preferência por famílias alargadas tem vindo a declinar, ao mesmo tempo em que cresce em importância a preferência por um número de filhos inferior a dois. Na Espanha observa-se um pequeno crescimento dos que preferem o ideal de dois filhos, enquanto na Itália há uma relativa estabilidade do número ideal de filhos no período analisado.

Quando se analisa o estado civil, também se constata uma tendência para o decréscimo dos ideais alargados e aumento dos ideais reduzidos, com exceção do grupo dos casados, viúvos e indivíduos em coabitação, onde os ideais permanecem relativamente estáveis. Entre os solteiros, por exemplo, houve uma redução de 8 pontos percentuais nos ideais superiores a dois filhos, simultâneo ao fortalecimento dos ideais reduzidos e principalmente do ideal de dois filhos.

Entretanto, a variação mais notável é encontrada entre os divorciados ou separados: a proporção dos que indicam ideais reduzidos praticamente dobrou no espaço de 5 anos, enquanto o ideal de dois filhos, apresentou franco declínio. Quanto ao nível de educação, no ensino secundário, houve um ligeiro fortalecimento do ideal dos dois filhos. De igual forma, também no ensino superior, se verificou o fortalecimento do ideal igual a dois filhos a expensas da redução do ideal inferior a dois e, principalmente, do ideal superior a dois.

De forma geral, os dados indicam que ao longo dos últimos anos, as preferências por uma dimensão familiar mais reduzida vem crescendo em importância em alguns grupos específicos, como por exemplo entre os divorciados ou separados, residentes em Portugal, ao mesmo tempo em que os ideais mais alargados decresceram. Também é possível verificar que em alguns casos, o ideal de dois filhos tem vindo a intensificar, como por exemplo, entre os indivíduos com ensino superior, solteiros e entre as coortes mais jovens.

Tabela 4.13: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo multinomial “3” ajustado (EB2006) e sua replicação para os dados do EB2011 (modelo multinomial “4”) ²⁵, para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal <2 e >2, respectivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados ²⁶

Covariáveis	NIF<2 vs. NIF=2					
	2006			2011		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Constante	-2.911	0.384	<0.001***	-1.389	0.259	<0.001***
Gerações						
1982-1991	1	1	1	1	1	1
1972-1981	0.452	0.210	0.032*	0.001	0.160	0.996
1962-1971	0.548	0.235	0.022*	-0.147	0.171	0.392
Sexo						
Homem	1	1	1	1	1	1
mulher	0.319	0.151	0.033*	0.122	0.125	0.213
País						
Portugal	1	1	1	1	1	1
Itália	0.299	0.208	0.151	-0.114	0.176	0.515
Grécia	-0.574	0.251	0.022*	-0.637	0.197	0.001**
Espanha	0.236	0.214	0.270	-0.560	0.182	0.002**
Estado civil						
Cas/coab/viúvos	1	1	1	1	1	1
Solteiros	0.769	0.184	<0.001***	0.535	0.149	0.001***
Div./Sep.	-0.077	0.366	0.833	0.966	0.234	<0.001***
Nível escolaridade						
Até o básico	1	1	1	1	1	1
Secundário	0.307	0.170	0.070	0.024	0.153	0.875
Superior	0.298	0.206	0.146	-0.110	0.193	0.568
Covariáveis	NIF>2 vs. NIF=2					
	2006			2011		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Constante	-1.632	0.305	<0.001***	-1.164	0.242	<0.001***
Gerações						
1982-1991	1	1	1	1	1	1
1972-1981	-0.138	0.169	0.415	-0.289	0.151	0.055
1962-1971	-0.113	0.189	0.550	-0.009	0.153	0.553
Sexo						
Homem	1	1	1	1	1	1
mulher	0.220	0.121	0.069	0.058	0.113	0.609
País						
Portugal	1	1	1	1	1	1
Itália	-0.085	0.187	0.648	0.213	0.185	0.250
Grécia	0.535	0.179	0.003**	0.616	0.181	0.001**
Espanha	0.199	0.181	0.272	0.364	0.172	0.035*
Estado civil						
Cas/coab/viúvos	1	1	1	1	1	1
Solteiros	0.348	0.154	0.024*	-0.313	0.149	0.035*
Div./Sep.	-0.348	0.328	0.289	0.189	0.247	0.446
Nível escolaridade						
Até o básico	1	1	1	1	1	1
Secundário	0.039	0.144	0.785	-0.218	0.139	0.445
Superior	-0.485	0.161	0.002**	-0.008	0.166	0.960

²⁵ No anexo 3 encontram-se os coeficientes estimados ($\hat{\beta}$), respectivos desvios padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados para o modelo multinomial ajustado para os dados do EB2011.

²⁶ Através da divisão do modelo multinomial em dois modelos binários, o NIF<2 e o NIF>2 (2006) apresentaram respetivamente os valores p = 0,10 e p = 0,07 para o teste de bondade de Hosmer-Lemeshow. Já para o NIF<2 e o NIF>2 (2011) tais valores foram respetivamente p = 0,25 e p = 0,41. A análise de resíduos também não detetou a presença de nenhuma observação influente em qualquer um dos modelos.

Voltando agora para a análise anteriormente proposta, procurar-se-á identificar possíveis alterações nos desvios da norma dos dois filhos através do ajustamento do modelo multinomial “3” e sua replicação para os dados de 2011 (modelo multinomial “4”) que toma em consideração as coortes de nascimento (tabela 4.13).

De forma geral, os resultados da tabela 4.13 vêm confirmar os resultados anteriormente obtidos nos modelos multinomiais “1” e “2”, sendo as diferenças explicadas apenas pela variável “coorte de nascimento”. Confirma-se portanto que as mulheres eram mais propensas a desviarem-se da norma dos dois filhos apenas em 2006, que os residentes em Portugal, em ambas as rondas, são mais suscetíveis a optarem por ideais mais reduzidos que os residentes na Grécia e, que os solteiros (2006 e 2011) e os divorciados (2011) também são mais inclinados a este tipo de ideal.

Centrando-se agora na comparação entre as coortes de nascimento, nota-se que estas apenas são significativas para os dados de 2006, sendo que quando cinco anos mais envelhecidas as coortes deixam de diferir (estatisticamente) umas das outras. Assim, se a coorte nascida entre 1972 e 1981 (com idades entre os 25 e os 34 anos em 2006) apresentava 57% ($IC_{95} = 1,04; 2,38$) mais possibilidades de optar por ideais reduzidos do que a coorte nascida entre 1982 e 1991 (com idades entre 15 e 24 anos à data do EB2006), em 2011, quando a primeira tem entre 31 e 40 anos (coorte 1972-1981) e a segunda entre 21 e 30 anos (coorte 1982-1991), ambas deixam de apresentar diferenças estatisticamente significativas.

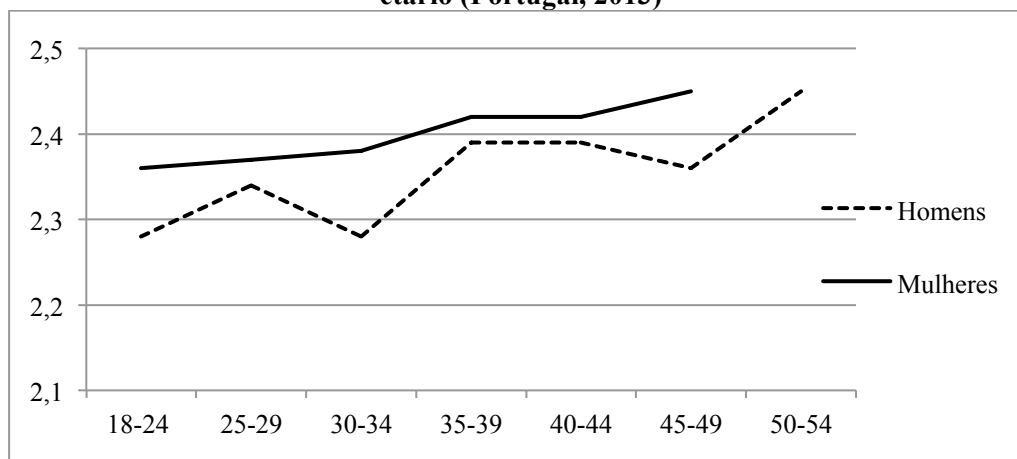
De igual forma, se a coorte nascida entre 1962 e 1971 (com idades entre 35 e 44 anos em 2006) apresentava 71% ($IC_{95} = 1,08; 2,71$) mais possibilidades de optar por ideais reduzidos do que a coorte nascida entre 1982 e 1991 (com idades entre 15 e 24 anos em 2006), em 2011, quando a primeira tem entre 41 e 50 anos (coorte 1962-1971) e a segunda entre 21 e 30 anos (coorte 1982-1991), estas deixam de diferir estatisticamente.

Estes resultados, sugerem que as principais diferenças se relacionam sobretudo com a idade em que se encontram os respondentes e não com as gerações de pertença, uma vez que a coorte mais jovem apenas diferia das demais quando tinha entre 15 e 24 anos, sendo que quando cinco anos mais envelhecida (EB2011) não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre esta e as demais, o que significa que

todas elas apresentam possibilidades estatisticamente indiferenciadas no que concerne ao desvio da “norma” de dois filhos, corroborando a hipótese 4.1, que pressupunha que os ideais de fecundidade da coorte mais jovem eram mais suscetíveis de se alterarem conforme o avançar da idade.

Olhando agora para os dados do IFEC coletados em 2013 – que são indicadores mais recentes, mas que dizem respeito apenas a Portugal – procura-se evidenciar o que os residentes em Portugal consideram ser o número ideal de filhos para uma família, independente de ser a sua própria²⁷. Neste caso trata-se de um ideal mais abstrato, ou mesmo de um “modelo cultural de descendência”, como sugere Cunha (2005a), pois refere-se a uma família que pode não ser necessariamente a do inquirido.

Figura 4.2: Número médio²⁸ ideal de filhos para uma família²⁹, segundo o sexo e o grupo etário (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

Embora os ideais considerados na figura 4.2 remetam aos ideais mais abstratos e não necessariamente ao que os indivíduos consideram ideal para si próprios, é possível observar que o “modelo cultural de descendência” não apresenta relevantes assimetrias entre homens e mulheres, embora os ideais médios apresentados pelas mulheres sejam tenuemente superiores ao dos homens, em quaisquer das faixas etárias.

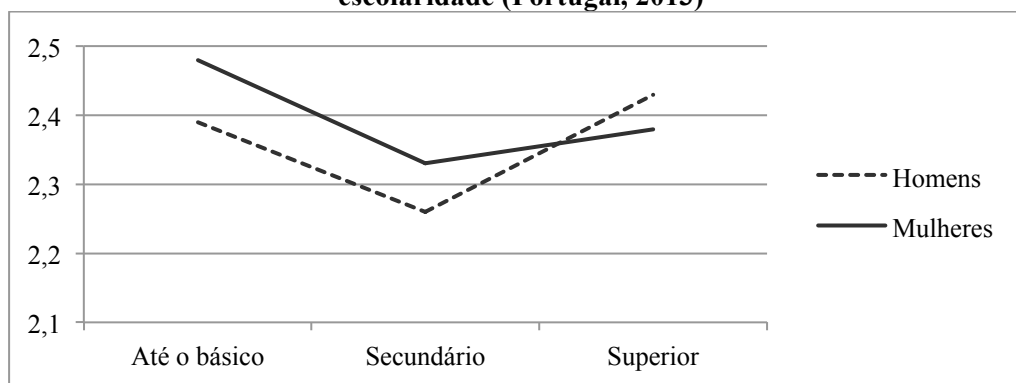
²⁷ O IFEC2013 colocou apenas a questão “em sua opinião, qual é o número ideal de filhos numa família”, deixando de fora a questão “pessoalmente, qual seria o número ideal de crianças que gostaria de ter ou gostaria de ter tido”.

²⁸ Os desvios-padrão das médias mostradas na figura 4.2 encontram-se no anexo 4.

²⁹ Nas figuras 4.2 e 4.3 utilizou-se o ponderador fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que permite fazer com que a amostra corresponda ao total da população para aquelas idades.

Também entre os diferentes grupos etários não se verificam assinaláveis assimetrias, nomeadamente entre as mulheres, apesar dos ideais médios serem ligeiramente mais elevados nas idades mais tardias, quer para os homens, quer para as mulheres. Parece haver assim, uma reprodução do padrão cultural em que as preferências reprodutivas dos indivíduos permanecem ainda fortemente centradas na norma dos dois filhos.

Figura 4.3: Número médio³⁰ ideal de filhos para uma família, segundo o sexo e nível de escolaridade (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

No que respeita à influência do nível de educação, também não se destacam grandes diferenças quer entre os sexos, quer nos diferentes níveis de educação, embora seja possível identificar uma curva em forma de “U”, com os indivíduos com escolaridade ao nível do secundário apresentando menores ideais médios. Entretanto, como se observa pela escala do gráfico, estas diferenças são bastante reduzidas.

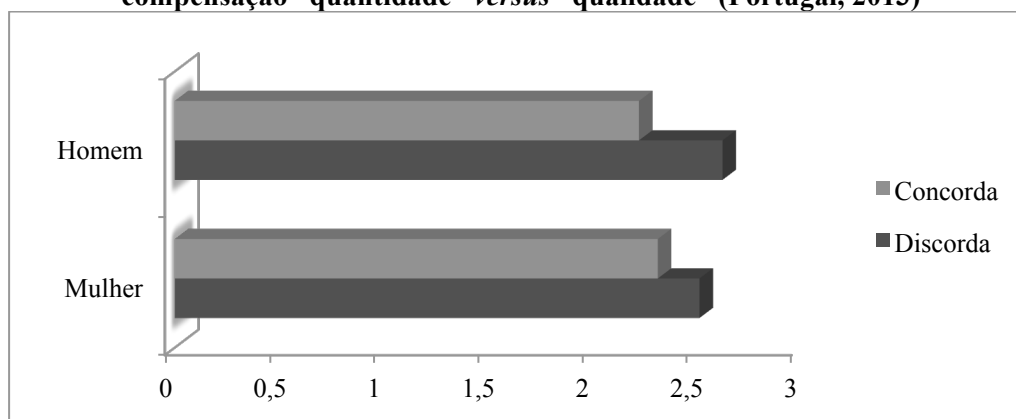
E o que dizer sobre a limitação do número de filhos como estratégia para promover a maximização dos recursos (tanto de tempo, quanto emocionais e financeiros) aplicados em cada filho? Segundo Becker e colegas (por exemplo, Becker 1960; Becker & Lewis 1974; Becker & Tomes 1976), um menor número (quantidade) de filhos tende a estimular um maior investimento no potencial de cada filho (qualidade), havendo portanto um “efeito compensação” (*trade-off*), em que uma menor “quantidade” é compensada por uma maior “qualidade”.

O IFEC2013 permite traçar um panorama do que pensam os residentes em Portugal a respeito do tema “compensação” através da questão colocada aos inquiridos: “é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a

³⁰ Os desvios-padrão das médias mostradas na figura 4.3 encontram-se no anexo 5.

ter mais filhos”, cujas respostas possíveis eram “concorda”, “discorda” e “não tem opinião”. De mencionar que apenas 0,6% dos indivíduos não tinham uma opinião sobre o assunto, enquanto quase 60% concordavam, o que demonstra que uma grande maioria tem uma opinião formada sobre a temática, destacando-se a concepção de uma fecundidade que toma em consideração o elevado valor social da criança, em que se tem em conta a maximização das suas oportunidades.

Figura 4.4: Número médio³¹ ideal de filhos para uma família, segundo o sexo e a compensação “quantidade” versus “qualidade” (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

Quando se analisa a fecundidade média ideal segundo o facto de “concordar” ou “discordar do tema “compensação”, os valores observados são bastante inferiores para quem concorda. Entre os homens, por exemplo, os valores médios decrescem de uma fecundidade ideal de 2,62 filhos entre os que discordam, para uma fecundidade ideal de 2,22 filhos para os que concordam, revelando um diferencial de 0,42 filhos. Entre as mulheres este decréscimo é bastante menor (0,2 filhos) para aquelas que concordam relativamente às que discordam.

Sobressai assim, o papel relevante que a valorização do “lugar” do filho exerce sobre os ideais de fecundidade. Para além dos indivíduos que acham ser preferível compensar “quantidade” por “qualidade” apresentarem uma fecundidade ideal inferior a daqueles que discordam, se aqueles que concordam se forem tornando também mais suscetíveis a renunciarem à sua descendência ideal em função da maximização dos investimentos destinados a cada filho, certamente que os índices de fecundidade poderão vir a ser ainda menores do que os atualmente verificados.

O facto de Portugal demonstrar maiores possibilidades de optar por ideais

³¹ Os desvios-padrão das médias mostradas na figura 4.4 encontram-se no anexo 6.

mais reduzidos e menores possibilidades de optar por ideais mais alargados, certamente influenciará o nível de fecundidade que o país deverá apresentar futuramente.

Tabela 4.14: Fecundidade final esperada³² dos indivíduos com idades entre os 20 e os 49 anos, segundo os dados do EB2011

País	Paridades (%)			
	0	1	2	3 ou +
Portugal	7	27	49	17
Itália	11	22	51	16
Espanha	9	14	59	18
Grécia	7	18	56	19
Chipre	3	8	48	42
Malta	7	21	57	15
Finlândia	9	14	39	39
Suécia	11	12	47	30
Dinamarca	9	9	51	31
Irlanda	7	7	36	50
Reino Unido	12	12	44	32
Holanda	18	10	45	27
Bélgica	11	14	45	30
Luxemburgo	12	17	44	27
França	6	13	47	35
Alemanha Ocidental	13	17	48	23
Alemanha Oriental	15	20	48	18
Áustria	16	22	43	19
Eslovénia	4	15	54	27
República Checa	4	20	60	17
Estónia	5	12	50	34
Letónia	5	20	47	28
Lituânia	5	15	56	25
Roménia	8	28	50	14
Bulgária	1	25	63	11
Eslováquia	5	21	54	20
Polónia	5	19	52	24
Hungria	6	19	47	29

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2011.

Se tivermos em conta as intenções de fecundidade ao longo do período reprodutivo declaradas pelos inquiridos – ter mais filhos ou não, e quantos filhos ainda desejam ter – é possível fazer um exercício para antecipar uma potencial descendência final. Como se pode observar pela tabela 4.14, entre os países Europeus, Portugal apresenta a segunda maior proporção de pessoas que deverão terminar o seu

³² A fecundidade final esperada agrega o número de filhos tidos por uma determinada pessoa (fecundidade realizada) e o número de filhos que ela ainda espera vir a ter (intenção) até ao final do seu ciclo de vida fértil.

período reprodutivo com apenas um filho, apresentando simultaneamente das menores proporções daqueles que deverão ter descendências mais alargadas (três ou mais filhos).

4.4 – Síntese e discussão dos resultados

Este capítulo teve como objetivo analisar os ideais de fecundidade, bem como o desvio da norma do ideal dois filhos, buscando-se contextualizar Portugal relativamente aos países da Europa do Sul (Espanha, Itália e Grécia), evidenciando-se a forma como algumas das características sociodemográficas (sexo, estado civil, nível de escolaridade, nível de religiosidade e idade) influenciam no delineamento da dimensão ideal familiar.

Apesar do debate sobre a dimensão familiar ideal não ser uma novidade, face aos atuais níveis de fecundidade ultimamente verificados em muitos países, o interesse por este tipo de análise, assim como aquelas relativas às intenções de fecundidade, têm vindo a aumentar (Heiland *et al.*, 2008; Iacovou & Tavares, 2011), por constituírem uma ferramenta fundamental para a compreensão de possíveis alterações no comportamento reprodutivo (Goldstein *et al.*, 2003), nomeadamente após décadas de convivência com taxas de fecundidade, muitas vezes, bastante aquém do limiar mínimo necessário para se garantir a renovação das gerações e sem indícios de que possam se estabilizar em níveis próximos deste patamar (Billari & Kohler, 2002; Myrskylä *et al.*, 2008; Wilson, 2013), sendo que um possível declínio na dimensão ideal familiar pode preceder um declínio ainda maior nos futuros níveis de fecundidade (Lutz, 2006; Sobotka, 2009).

Como referiram Sobotka (2008), Sobotka e Beaujouan (2014), assim como Heiland *et al.* (2005), parece que o ideal de dois filhos ainda permanece claramente predominante e sem prenúncios claros da sua erosão, tendo vindo, pelo contrário, a se expandir e consolidar-se em diversas regiões do mundo desenvolvido e em desenvolvimento (Sobotka & Beaujouan, 2014), a expensas principalmente do declínio dos ideais mais alargados (Heiland *et al.*, 2005).

Porém, apesar da proeminência do ideal de dois filhos, as análises realizadas, em consonância com o referido por Goldstein *et al.* (2003), Cunha (2005a), Adsera (2006a) e Testa (2006), apontam para um declínio das descendências alargadas,

simultaneamente com o aumento dos ideais familiares mais reduzidos (um filho e em menor proporção, nenhum filho).

No contexto particular dos países da Europa do Sul, este declínio das descendências numerosas é mais evidente entre os residentes em Portugal e Itália, como aliás também concluiu Frejka (2008), na análise das descendências finais das coortes femininas nascidas em meados da década de 1960, onde uma elevada proporção de mulheres residentes em Itália e principalmente em Portugal se destacavam por apresentarem descendências de filho único, sendo que na Grécia esta proporção foi bem menor.

Sendo os países do Sul da Europa caracterizados por um legado de fortes laços familiares (Reher, 1998) e por uma elevada centralidade do casamento e compromissos de longo prazo (Kohler *et al.*, 2006), não surpreende que a concretização de um relacionamento conjugal permaneça como um elemento essencial para o cumprimento dos planos reprodutivos (Testa, 2006) e para a configuração da dimensão ideal familiar.

Além da ausência de um relacionamento conjugal ser uma forte condicionante para a concretização dos planos reprodutivos (Berrington 2004, Testa, 2006, 2007; Morgan, & Rackin, 2010; Maciel *et al.*, 2012a), constata-se que ela também influencia os ideais de fecundidade, nomeadamente em direção a ideais mais reduzidos. Se em 2006 apenas os solteiros se destacavam pela maior possibilidade de optar por ideais reduzidos, num intervalo de cinco anos, aqueles que experimentaram rupturas conjugais (exceção feita aos viúvos), juntaram-se ao grupo “dos mais inclinados” às descendências reduzidas.

Sobressai ainda o papel relevante que o desejo de minimizar as restrições que os filhos, por ventura, possam enfrentar, exerce sobre os ideais de fecundidade. Aqueles que ponderam que é mais importante ter um só filho com mais oportunidades, apresentam menores ideais de fecundidade do que aqueles que discordam de que seja preferível ter um só filho com mais oportunidades do que ter mais filhos, quando isso possa implicar maiores restrições.

Estes resultados revelam que a descendência desejada é uma decisão cuidadosamente pensada (Giddens, 2006), corroborando as evidências dos trabalhos de outros autores que apontam para uma crescente valorização do “estatuto” do filho,

como por exemplo, os de Becker (1960), Cunha (2002), Morgan (2003), Hagewen & Morgan (2005), Morgan & Rackin (2010), Lawson e Mace (2011), entre outros. Conclui-se, assim, por uma crescente importância dos investimentos (que podem ser tanto de cunho afetivo, quanto de cunho material) na figura dos filhos, bem como por uma parentalidade que como indicou Bauman (2004), envolve avaliar constantemente o bem-estar dos filhos.

No contexto europeu, Portugal destaca-se ainda pela elevada proporção de indivíduos que deverão terminar o seu período reprodutivo com descendências finais de filho único e uma das menores proporções daqueles que deverão ter famílias mais alargadas, sugerindo que as transformações que se têm operado nas decisões de fecundidade possuem um carácter tanto quantitativo (*quantum*), quanto qualitativo (motivações para a procriação), como referiu Cunha (2007).

Relativamente ao nível de escolaridade, os ideais apresentam um padrão em forma de “U”, com aqueles que têm ensino ao nível do secundário sendo mais propensos a ideais médios inferiores aos demais níveis de escolaridade. Entretanto, apesar de haver uma relação positiva entre educação e ideais de fecundidade (Testa 2012b), é importante lembrar que as coortes com ensino superior, se caracterizam por um progressivo atraso da entrada tanto na conjugalidade quanto na parentalidade (Bongaarts, 2003; Sobotka, 2008) e por um maior déficit de crianças em relação às suas intenções de fecundidade (Morgan & Rackin, 2010; Testa, 2012a), o que as pode tornar mais suscetíveis de rever em baixa a sua dimensão familiar inicialmente desejada (Van Peer, 2002), exatamente devido ao adiamento que as caracteriza.

Relativamente ao sexo, se em 2006, as mulheres, ao contrário dos homens, demonstravam uma maior propensão para se desviar da “norma” dos dois filhos, especialmente, para ideais familiares abaixo do nível de substituição das gerações – como aliás também observou Cunha (2010) – para os dados de 2011, os desvios dessa “norma” já não são afetados pelo sexo, corroborando o referido por Testa (2012a), de que os ideais de homens e mulheres têm sido bastante próximos. Esta semelhança entre o que homens e mulheres idealizam como sua dimensão familiar fica evidente sobretudo quando se olha para as análises realizadas com os dados do IFEC2013.

O comportamento no que respeita à definição do tamanho ideal de família parece estar passando por uma transformação gradual ao longo do tempo, apesar do

modelo normativo de dois filhos permanecer como o ideal mais frequente e, embora persista a lacuna entre o que se idealiza e o que de facto se concretiza (Adsera, 2006a; Liefbroer, 2009). Em consonância com Billari (2009) e Testa (2006; 2012a) é possível depreender que as preferências por famílias mais alargadas, ou seja, com três ou mais filhos, estão se tornando uma opção cada vez menos frequente.

É principalmente nas coortes mais antigas – que decidiram a sua fecundidade num contexto de descendências mais alargadas – que as preferências por famílias mais numerosas sobressaem. Entretanto, devemos ter em mente que em idades mais avançadas, os indivíduos podem ter ajustado os seus ideais, a fim de combiná-los com o tamanho real da sua família (Testa 2012a), o que pode significar que o número de filhos considerados como ideal para estas pessoas possa ser, uma ratificação *a posteriori* do número de filhos efetivamente tidos (Régnier-Loilier, 2006; Testa & Grilli, 2006; Testa, 2012a).

Por outro lado, apesar dos mais jovens serem mais improváveis ter ideais familiares mais diminutos do que aqueles indivíduos com idades entre os 25 e os 39 anos – onde tem ocorrido a maioria dos nascimentos no decurso dos anos mais recentes – é importante lembrar, como observaram Weinstein (1980), Van Peer (2002), Berrington (2004) e Liefbroer (2009), que em idades mais jovens – geralmente se desconhecendo a realidade que a parentalidade envolve – as pessoas possam ser mais otimistas em relação aos possíveis eventos futuros e, à medida que envelhecem e se defrontam com constrangimentos imprevistos (Udry, 1983; Livi-Bacci, 2001a), como por exemplo o desemprego, o divórcio ou a dificuldade em conciliar vida profissional e familiar, eles tendam a reajustar os seus ideais familiares (Régnier-Loilier, 2006), geralmente para baixo, como também concluíram Westoff & Ryder (1977).

É aliás no mesmo sentido indicado pelos estudos de Weinstein (1980), Udry (1983), Van Peer (2002), Berrington (2004) e Liefbroer (2009) que apontam as análises que tomam em consideração as coortes de nascimento, onde as possibilidades de se optar por ideais mais reduzidos ou alargados estão fortemente relacionadas com a idade do respondente no momento da pesquisa, não se mantendo diferenças estatisticamente significativas entre as coortes.

As análises por coortes revelaram que enquanto em 2006 as gerações mais velhas eram mais suscetíveis de escolherem ideais mais reduzidos que a coorte mais jovem – nascida entre 1982 e 1991 (com idades entre 15 e 24 anos) – em 2011, quando cinco anos mais envelhecida (contando com idades entre 21 e 30 anos), estas possibilidades tornam-se estatisticamente indiferenciadas. Estes resultados indicam que o número ideal de filhos é mais suscetível alterar entre os jovens, conforme estes avançam na idade, apontando assim, na mesma direção das análises de Heiland *et al.* (2008) para a análise da fecundidade desejada na Alemanha Ocidental, onde os autores também concluem que conforme avançam na idade, os jovens tendem a alterar o seu número desejado de filhos.

Os resultados encontrados neste trabalho, assim como os de Sobotka e Beaujouan (2014), não permitem corroborar, para a Europa do Sul, a suspeita de Goldstein *et al.* (2003), de que as gerações mais jovens – socializadas em regimes de baixa fecundidade – venham expressando preferências por mais reduzidos ideais de fecundidade. Os resultados indicam que as preferências em relação à dimensão familiar ideal encontram-se moldadas principalmente pela idade, sugerindo ainda um reajustamento dos ideais em função do avançar da idade.

Contudo, é possível que as coortes mais jovens possam vir a enfrentar menos constrangimentos (ou uma menor pressão social) ao reajustar em baixa a sua dimensão familiar ideal. Se assim for, as coortes nascidas em contextos de baixa fecundidade podem não expressar necessariamente preferências por ideais mais reduzidos enquanto situadas em idades mais jovens, mas sim posteriormente, conforme avançam na idade (Philipov, 2009a), nomeadamente a partir do momento em que passa a vivenciar concretamente as experiências da parentalidade.

Complementarmente, as atitudes sociais (indicativas das mudanças de valores) podem apresentar um certo desfasamento relativamente aos comportamentos reais (Testa & Grilli, 2006), principalmente quando as consequências de se assumir determinados valores ou atitudes possam ser mais desafiadoras do que as consequências da adoção do comportamento em questão (Merz & Liefbroer, 2010). Como sugerem Surkyn e Lesthaeghe (2004), é com o decorrer do tempo que novas formas de comportamento tendem a ganhar maior aceitação e até mesmo legitimação.

Além disso, se como referido anteriormente, os ideais familiares podem ser considerados como um “teto hipotético” a ser realizado apenas em condições ideais (Westoff & Ryder, 1977; Sobotka, 2009; Testa, 2012a , 2012b), fazendo com que os constrangimentos inesperados conduzam ao seu (re)ajustamento ao longo do curso de vida (Weinstein, 1980; Udry, 1983; Van Peer, 2002; Régnier-Loilier, 2006; Liefbroer, 2009; Morgan & Rackin, 2010), as mudanças nas preferências reprodutivas deverão ocorrer sobretudo naquelas idades em que os indivíduos experienciam a parentalidade, em virtude dos constrangimentos experimentados nas suas condições de vida, tornando-os suscetíveis de rever em baixa as suas intenções e ideais reprodutivos (Van Peer, 2002; Spéder & Kapitány, 2009; Iacovou & Tavares, 2011).

De forma geral, as análises sobre os ideais de fecundidade apontam que o ideal de dois filhos ainda permanece o modelo normativo tanto em Portugal quanto na Europa do Sul, sem prenúncios evidentes da sua erosão, sendo que por outro lado, temos vindo a assistir ao aumento dos ideais de filho único em prejuízo dos ideais mais alargados.

Face ao aumento dos ideais mais reduzidos, como sejam os ideais de filho único e, com menor intensidade, do ideal que exclui a presença de filhos, importa questionar quem deverão ser os indivíduos mais suscetíveis a findarem sua vida reprodutiva com apenas um único filho, ou mesmo sem nenhum filho. Embora a ausência de filhos, profusamente designada por *childlessness*, não seja tão expressiva em Portugal como em alguns dos países Europeus, este tem sido um fenómeno que tem vindo a se intensificar em diversas sociedades nos anos mais recentes.

De igual forma, face ao aumento dos ideais de filho único, nomeadamente na sociedade portuguesa, é expectável que descendências únicas venham a crescer em importância, como aliás pressagia a tabela 4.14. Neste âmbito, é de crucial relevância interrogar as principais determinantes quer para a ausência temporária e definitiva de filhos, bem como para as descendências de filho único entre os residentes em Portugal.

Capítulo 5 – *Childlessness* e descendências de filho único

5.1 – Introdução

Embora os residentes em Portugal demonstrem um quase generalizado desejo de entrar na parentalidade (Cunha, 2005a), bem como uma forte adesão ao modelo normativo do ideal de dois filhos, o facto é que grande parte das pessoas só têm um filho e outras não têm filhos de todo, caso contrário não teríamos um ISF tão diminuto como os verificados em 2013 e 2014, onde o número de filhos por mulher se cifrou em valores de 1,21 e 1,23 filhos, respetivamente. Provavelmente isso indica que os ideais de fecundidade – apesar de constituírem uma parte importante no delineamento do *quantum* da fecundidade, sinalizando o desejo por famílias mais restritas ou alargadas – não podem ser considerados como preditivos da fecundidade realizada ou da fecundidade que se pretende concretizar no término do período reprodutivo.

Em virtude do contínuo declínio da fecundidade a níveis substancialmente inferiores àqueles sugeridos pela Primeira Transição Demográfica, que tomando em consideração os comportamento das taxas de mortalidade e fecundidade previa uma estabilização da fecundidade e um crescimento populacional próximo de zero (Bandeira, 1996), várias têm sido as abordagens e os fatores que procuram explicar o contínuo decréscimo dos índices de fecundidade. Tal como sugere Wilson (2013), parece que as questões relativas à fecundidade assumiram uma dinâmica própria.

O persistente declínio da fecundidade, tanto em Portugal como em diversas outras partes do mundo, inscreve-se num amplo processo de mudanças sociais e económicas que inúmeras sociedades têm vindo a experienciar no decurso das últimas décadas (Surkyn & Lesthaeghe, 2004; Adsera, 2006a; Inglehart, 2008; Bloom & Sousa-Poza, 2010; Merz & Liefbroer, 2010). As fortes mudanças no comportamento reprodutivo têm feito com que o declínio da fecundidade venha se espalhando por diversas partes do mundo, não tendo manifestado ainda evidências empíricas que apontem para uma possível estabilização ao nível do limiar mínimo necessário para garantir a substituição das gerações (Bongaarts, 1998, 2002; Billari & Kohler, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Wilson, 2013).

A ausência de filhos, amplamente conhecida na literatura por *childlessness* (infecundidade), embora não seja a principal força motriz da baixa fecundidade na

Europa do Sul (Kohler *et al.*, 2002) - à exceção da Itália, onde segundo Frejka (2008) tal proporção foi mais elevada entre as mulheres nascidas no início dos anos 60 - tendo inclusive atingido picos históricos entre as coortes nascidas nas primeiras décadas do século passado - cujo período reprodutivo foi contemporâneo com vários eventos calamitosos, como as duas Grandes Guerras Mundiais e a Grande Depressão (Koropecj-Cox, 1998; Morgan, 1991; Rowland, 2007) - vem sendo destacada atualmente como um dos fatores essenciais na compreensão da queda da fecundidade presentemente verificada em muitos dos países desenvolvidos (Rowland, 2007), sendo ainda um fenómeno que tem vindo a crescer no decurso das últimas décadas (Dalla Zuanna, 2001; Van de Kaa, 2002; Rowland, 2007; Tanturri & Mencarini, 2008; Basten, 2009; Merz & Liefbroer, 2010; Cunha, 2012a).

Também as descendências de filho único têm sido um comportamento que tem vindo a intensificar-se tanto na sociedade portuguesa (Cunha, 2012b; Mendes, 2012; Oliveira, 2012) quanto nos demais países da Europa do sul (Billari & Kohler, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Lesthaeghe, 2010).

O aumento da proporção de indivíduos que terminam o seu período reprodutivo com apenas um filho, ou mesmo sem filhos, constitui ainda um importante indício das mudanças nas normas sociais que têm acompanhado a diminuição da fecundidade ao longo da última metade do século XX (Ajzen & Klobas, 2013; Lesthaeghe, 2010). De igual forma, apesar da permanência da preferência pela norma dos dois filhos, a opção pela descendência de filho único - tradicionalmente vista sob um estereótipo negativo (Blake, 1981) - pode estar a mudar, uma vez que os comportamentos reais tendem a adiantar-se às mudanças nas normas sociais e, só através do “passar do tempo” que as novas formas de comportamento tendem a ganhar aceitação e legitimação (Surkyn & Lesthaeghe, 2004).

A importância da parentalidade como uma condição para se atingir a realização pessoal constitui um aspecto relevante nas decisões de fecundidade, sendo ainda, um indicador das mudanças de valores ao nível social (Koropecj-Cox & Pendel, 2007). Se no passado, a parentalidade, nomeadamente a maternidade, constituía fonte primária de estatuto social (Cunha 2002, 2007; Tanturri & Mencarini, 2008), atualmente ela concorre com outras atividades como, por exemplo, a vida profissional ou outras aspirações individuais (Morgan & Rindfuss, 1999; Barber,

2001; Weston & Qu, 2001; Berrington, 2004; Cunha, 2005b; Vitali *et al.*, 2009; Philipov, 2009b, 2011).

Como a parentalidade vem deixando de ser considerada uma característica ‘inata’ das biografias individuais (Sobotka, 2008; Merz & Liefbroer, 2010) e a satisfação gerada pela parentalidade nem sempre é uma condição básica para se alcançar a felicidade e a autorrealização – embora ainda largamente desejada (Morgan, 2003; Frejka, 2008; Morgan & Rackin, 2010; Cunha, 2012b; Testa 2012a) – a opção por uma vida sem filhos tem se tornado uma escolha cada vez mais aceite (Koropecjy-cox & Pendel, 2007; Sobotka, 2008, 2009; Tanturri & Mencarini, 2008), na medida em que se vão dissipando os estereótipos negativos acerca de tais escolhas, como por exemplo, a sua associação com uma atitude egocêntrica (Basten, 2009), principalmente entre os estratos mais instruídos (Merz & Liefbroer, 2010). Por outro lado, vem se tornando cada vez mais comum reconhecer os lados negativos da parentalidade, como as tensões e sacrifícios que esta impõe à vida pessoal e profissional (Schultz, 1974; Sobotka, 2004; Merz & Liefbroer, 2010).

Sendo os custos de oportunidades na criação dos filhos e as dificuldades de conciliar vida familiar e profissional frequentemente mais elevados para as mulheres (McDonald, 2000, 2006, 2008; Torres, 2001; Wall & Guerreiro, 2005; Mills *et al.*, 2008; Aboim, 2010; Morgan & Rackin, 2010), as questões de género constituem uma importante variável a ser adicionada no equacionar das decisões reprodutivas (Koropecjy-Cox & Pendel, 2007; Tanturri & Mencarini 2008; Balbo *et al.* 2012).

Como tem sido demonstrado por um extenso corpo da literatura, as questões da conjugalidade permanecem como fator de relevo nesta tomada de decisão, uma vez que a presença de um relacionamento conjugal estável (casamento ou coabitação), é referida como tendo um peso substancial para a parentalidade e para a descendência que se espera atingir (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990; Bongaarts, 1998; Rowland, 1998; Schoen *et al.*, 1999; Weston & Qu, 2001; Testa, 2007; Liefbroer, 2009; Aassve *et al.*, 2012).

Apesar das decisões de fecundidade serem cada vez mais entendidas como uma opção pessoal ou do casal (Demeny, 2003; Balbo *et al.*, 2012; Cunha, 2012a, 2012b), as suas consequências, entretanto, possuem um escopo mais alargado, não só pelas suas implicações sobre a dinâmica demográfica – já que a ausência de

nascimentos, bem como as descendências de filho único, contribuem para o declínio populacional a longo prazo – mas também pelas consequências que trazem para os indivíduos nas idades mais avançadas (Koropeckyj-Cox, 1998; Rowland, 2007), quando indubitavelmente precisarão de maiores suportes ou apoios, num contexto em que têm cada vez menos parentes próximos, configurando-se portanto como um relevante aspecto a ser compreendido (Rowland, 1998; Basten, 2009).

Ainda que a fecundidade em Portugal se venha mantendo, por um considerável período de tempo, a níveis bem inferiores ao necessário para a renovação das gerações, quando comparado aos vários países europeus, a proporção de indivíduos sem filhos (*childlessness*) tem sido relativamente baixa (Frejka, 2008; Tanturri & Mencarini, 2008), sugerindo que os baixos níveis de fecundidade que ora se verificam sejam, em muito, tributários do contínuo adiamento do nascimento do primeiro filho (Bongaarts, 1998; Van de Kaa, 1998; Frejka & Sobotka, 2008; Maciel *et al.*, 2012a) – que ainda não deu sinais de desaceleração – bem como de um outro adiamento menos visível que incide sobre o nascimento do segundo filho ou superiores ordens (Adsera, 2011b; Cunha, 2012a, 2012b; Oliveira, 2012). Desta forma, as baixas taxas de fecundidade atualmente verificadas na sociedade portuguesa parecem ser, fundamentalmente, o resultado de uma considerável fração de mulheres sem filhos ainda que temporariamente ou, com apenas um filho, e mesmo, uma combinação de ambas as situações (Qu *et al.*, 2000; Wilson, 2013).

O adiamento dos segundos nascimentos e ordens superiores tem sido apontado como o grande responsável pelo acentuado declínio da fecundidade em Portugal, Espanha e Itália (Adsera, 2011b ; Oliveira, 2012), dado o consecutivo declínio destas ordens de paridade (Bongaarts & Feeney, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999; Engelhardt, 2004). No caso português, Oliveira (2012), aponta que no período entre 1981 e 2009, o decréscimo dos segundos nascimentos teria sido responsável por 40% do declínio da fecundidade no país, enquanto o decréscimo dos terceiros nascimentos teria sido responsável por cerca de 25%.

Como os problemas de infertilidade tendem a agravar-se rapidamente com o avançar da idade (Rowland, 1998; Livi-Bacci, 2001a; Lutz, 2006; Joffe *et al.*, 2009; Machado, 2012), o adiamento do nascimento do primeiro filho sobressai como uma componente essencial para o entendimento das atuais tendências reprodutivas, sendo que consecutivos adiamentos podem implicar permanecer definitivamente sem filhos

ou, comprometer os nascimentos de segunda ou superiores ordens, devido não só ao agravamento dos problemas de infertilidade, bem como de um mais limitado intervalo de tempo para concretizar os planos reprodutivos (Berrington, 2004; Liefbroer, 2009; Sobotka, 2009; Spéder & Kapitány, 2009; Morgan & Rackin, 2010). Assim, quanto maior o atraso na formação da família, maior o risco de ocorrer infecundidade involuntária, bem como de se ter menos filhos do que se desejou (Morgan, 1991; Rowland, 1998; Morgan & Rindfuss, 1999; Weston & Qu, 2001; Testa, 2006).

A somar-se aos limites biológicos, as normas sociais vigentes, ao evidenciar o papel dos limites sociais (Ajzen & Klobas, 2013) – idades a partir das quais uma pessoa pode considerar inadequada (velha demais) ter filhos – acrescem as limitações de uma possível recuperação da fecundidade em idades tardias, sendo que estes mesmos limites sociais têm ocorrido consideravelmente antes do termo do período fecundo (Weston & Qu, 2001; Spéder & Kapitány, 2009; Billari *et al.*, 2011). Além disso, embora as preferências reprodutivas surjam ainda na juventude, elas não são imutáveis, podendo ser influenciadas por diferentes circunstâncias (Udry, 1983; Van Peer, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Régnier-Loilier, 2006; Liefbroer, 2009; Iacovou & Tavares, 2011).

Dado que a fecundidade humana não repousa apenas em fatores de ordem biológica, mas também naqueles de ordem económica, social e cultural (Friedman *et al.*, 1994; Parr, 2007; Merz & Liefbroer, 2010), ela necessita ser lida à luz de uma mais ampla gama de condicionantes, dentre elas as mudanças conjunturais, como sejam as questões relativas ao emprego (Adsera, 2005; Billari, 2004) e às incertezas económicas (Rindfuss & Vandenheuvell, 1990; Ahn & Mira, 2002; Billari & Kohler, 2002; Adsera, 2006a; McDonald, 2006; Cunha, 2012a), ao prolongamento dos percursos escolares e consequente adiamento da saída da casa dos pais, da entrada na conjugalidade e na parentalidade (Almeida *et al.*, 1998; Reher, 1998; Dalla Zuanna, 2001; Billari & Kohler, 2002; Van de Kaa, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2007; Mills *et al.*, 2011; Ajzen & Klobas, 2013).

Para além da situação conjugal, da estabilidade no mercado de trabalho, da idade cronológica e da idade ao nascimento do primeiro filho, estudos recentes indicam que o contínuo alongamento dos percursos escolares tem sido um fator chave nas explicações para as baixas taxas de fecundidade momentâneas, dado que o prolongamento das trajetórias escolares tem implicado uma entrada mais tardia em

outros domínios da vida, como por exemplo, no mercado de trabalho e na parentalidade (Buber *et al.*, 2012; Kreyenfeld, 2010). Como a presença de um trabalho de pago, vem se tornando cada vez mais um pré-requisito para se ter filhos, o desemprego – que por seu turno remete para a falta de segurança financeira – pode contribuir para adiar ainda mais esta tomada de decisão (Livi-Bacci, 2001a).

Contudo, no caso do desemprego momentâneo, quando os indivíduos mantêm expectativas de conseguir retornar sem grandes dificuldades ao mercado de trabalho, este pode representar um bom momento para se ter filhos (Adsera, 2006a), enquanto no caso do desemprego de longo prazo ou a percepção de que não conseguir-se-á retornar tão cedo ao mercado de trabalho aumenta a sensação de insegurança (Livi-Bacci, 2001a) e por consequência, afeta a habilidade que os indivíduos acreditam ter implementar um determinado comportamento (Ajzen, 1991).

Sabendo-se dos efeitos do prolongamento dos percursos escolares na fecundidade do momento, uma questão essencial é perceber como ele pode afetar as decisões de fecundidade ao longo do curso de vida. Será que para além de pessoas com um maior nível de escolaridade terem atualmente uma entrada mais tardia na parentalidade e uma menor fecundidade realizada (Heiland *et al.*, 2005; McDonald, 2006, 2008; Sobotka, 2008), elas são mais propensas a permanecerem sem filhos ou a ter como fecundidade final uma descendência mais reduzida?

Como as escolhas individuais não são produzidas no vácuo (Hakim, 2003), os contextos normativos presentes e passados, tendem a influenciar as decisões reprodutivas (Goldstein *et al.*, 2003; Hagewen & Morgan, 2005; Lutz, *et al.*, 2006; Régnier-Loilier, 2006; Testa & Grilli, 2006; Billari, *et al.*, 2009; Philipov, 2009b, 2011; Hin *et al.*, 2011; Mills *et al.*, 2011). Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) revelam, por exemplo, que mulheres cujos pais experienciaram uma separação conjugal são bastante mais propensas a optarem pela coabitação em detrimento do casamento, do que aquelas cujos pais nunca se separaram.

Complementarmente, sendo a chegada de um filho uma decisão muito mais amadurecida do que outrora (Giddens, 2006), os ideais de fecundidade – cujo quadro normativo ainda se assenta no modelo dos dois filhos (Cunha, 2005a; 2012a; Oliveira, 2012; Sobotka & Beaujouan, 2014) – juntamente com a suposição de que é preferível ter um só filho com mais oportunidades do que ter uma descendência mais numerosa

e com maiores restrições (Hagen *et al.*, 2006; Tanturri & Mencarini, 2008; Morgan & Rackin, 2010; Reher, 2011), nomeadamente nas atuais circunstâncias, em que se tem verificado um crescente investimento nos filhos – particularmente no alongamento dos seus percursos escolares (Morgan, 2003; Hagewen & Morgan, 2005) – assumem crescente importância nas questões reprodutivas.

Sendo os recursos parentais limitados (Blake, 1981; Downey, 1995), como sugere Johansson (1997) e Cunha (2010), a opção por uma descendência mais restrita, como sejam as descendências de filhos únicos, pode ter como objetivo assegurar um padrão de vida adequado à família em geral, tendendo a refletir ainda as aspirações que os pais nutrem acerca do futuro dos seus filhos (Easterlin, 1976; Downey, 1995; Cunha, 2002; Lee & Mason, 2010; Lawson & Mace, 2011; Reher, 2011). Na medida em que um menor número de filhos tende a estimular um maior investimento no seu capital humano e social, ou na interpretação de Becker e colegas na “sua maior qualidade” (Becker, 1960; Becker & Lewis, 1974; Becker & Tomes, 1976), o desfecho final poderá ser um aumento das descendências de filho único (Wilson, 2013).

Tendo em consideração os indícios e pistas sugeridas pela literatura acima, foram construídas quatro hipóteses de investigação para as análises relativas à ausência de filhos e, às descendências finais de filho único:

Hipótese 5.1: Para aqueles que ainda não têm filhos, à medida que a idade avança, maior será a probabilidade de permanecer sem filhos, sendo que este aumento das probabilidades pode tender a ocorrer em prazos relativamente distantes do termo do período reprodutivo.

Hipótese 5.2: Sendo as mulheres as mais afetadas pela dificuldade de conciliar trabalho e vida familiar, elas poderão ser mais cautelosas sobre o número de filhos que desejam ter como descendência final, sendo portanto mais propensas que os homens, a terem como fecundidade final apenas um filho.

Hipótese 5.3: Apesar do aumento do nível de educação ser potenciador do adiamento da entrada na parentalidade, pessoas mais instruídas – dada a sua maior capacidade de se estabelecerem no mercado de trabalho e de suportarem os custos de um filho adicional – poderão não ser mais propensas a desejar terminar o seu período reprodutivo com apenas um único filho.

Hipótese 5.4: Os valores relativos à formação familiar, como descendências ideais mais restritas e o facto de achar que é preferível ter um só filho com mais oportunidades (sobrevalorização do filho) poderão ser fatores que potenciam as descendências finais de filho único.

5.2 – Dados, metodologia e seleção de variáveis

Neste capítulo, em que o âmbito geográfico de análise é Portugal, teve-se como objetivo identificar os determinantes para: 1) a decisão de não ter entrado na parentalidade (ainda que como uma situação temporária) relativamente àqueles que já entraram; 2) a decisão de permanecer sem filhos *versus* vir a tê-los e, 3) a decisão de se ficar pela descendência de filho único *versus* ter descendências iguais ou superiores a dois filhos.

Para a realização das análises acima propostas foram ajustados três modelos de regressão logística, sendo que em todos eles a variável de interesse é dicotómica, ou seja, assume somente dois valores, que podem ser representados por “0” e “1”, estimando-se então as possibilidades do evento em questão “ocorrer” ou “não”, com base em determinadas características (variáveis explicativas ou covariáveis).

Para o primeiro modelo de regressão logística que utiliza dados do EB2006, onde se procura evidenciar os determinantes da decisão de não ter entrado na parentalidade, a variável resposta foi definida como: **0** – para aqueles que já têm algum filho e; **1** – para aqueles que (ainda) não têm filhos.

Neste primeiro modelo de regressão logística (EB2006), foram utilizadas como variáveis explicativas: a “idade”, o “sexo”, o “viver em conjugalidade”, a dimensão da “área” de residência, o “nível de escolaridade”, o “nível de religiosidade” e o “número ideal de filhos”. Relativamente à idade, considerando-se o contínuo adiamento da entrada na parentalidade, apenas se considerou os indivíduos com idades entre os 25 e os 55 anos.

A variável “viver em conjugalidade”, apenas faz distinção entre aqueles que vivem com companheiro ou cônjuge e aqueles que não vivem (solteiros, divorciados e separados). Devido ao reduzido número de observações na categoria “viúvos”, optou-se por sua junção na categoria daqueles em união.

Tal como no modelo multinomial “1” (EB2006 – que trata dos ideais de fecundidade), o nível de religiosidade considerou como sendo pessoas mais religiosas aquelas que frequentavam atos religiosos até, no mínimo, uma vez por mês, e como menos religiosas, aqueles que só os assistiam esporadicamente ou nunca os assistiam. O nível de escolaridade (*proxy* do mais elevado nível de ensino concluído) também utilizou a mesma abordagem referida anteriormente (no capítulo que versa sobre os ideais de fecundidade), ou seja, se interrompeu os estudos até os 17 anos: ensino básico, se interrompeu entre os 18 e os 21 anos: ensino secundário e, se só o fez depois dos 21: ensino superior.

No caso do “número ideal de filhos”, construída a partir da questão “pessoalmente, qual seria o número ideal de crianças que gostaria de ter ou gostaria de ter tido?”, a variável foi definida em três categorias: 1) ideal igual a dois filhos (referência), 2) ideal menor que dois e, 3) ideal maior que dois. Quanto à dimensão da área de residência, apenas se fez distinção entre os que vivem em lugares pequenos ou cidades de médio porte *versus* os que vivem em cidades grandes.

Desta forma, embora a amostra inicial do EB2006 contemplasse 1011 indivíduos residentes em Portugal à altura do inquérito, após a exclusão das observações com “não respostas” na variável resposta e nas covariáveis de interesse, a amostra final para este primeiro modelo de regressão logística, restringiu-se a 381 respondentes. No anexo 7 encontram-se todas as variáveis utilizadas neste modelo e respetivas distribuição.

No segundo e terceiro modelo de regressão logística, as análises são baseados nos dados do Inquérito à Fecundidade (IFEC2013), coletados durante o ano de 2013 onde foram inquiridos indivíduos com idades entre 18 e 54 anos (no caso dos homens) e entre 18 e 49 anos (no caso das mulheres).

Nos modelos de regressão logística (2º e 3º modelos) que utilizam os dados do IFEC2013, foram utilizadas diversas variáveis explicativas, que contemplam para além das características sociodemográficas (como o sexo, a idade, o nível de escolaridade, o rendimento *per capita*, entre outras) também aquelas relativas aos contextos familiares, as questões da conjugalidade e as questões relativas aos valores ou percepções acerca do papel da família e dos filhos. No anexo 8 encontra-se a lista detalhada das variáveis (e respetivas categorias) utilizadas nestes modelos.

Para o segundo modelo de regressão logística, como o objetivo era encontrar os principais determinantes da decisão de permanecer sem filhos (*childlessness* permanente) *versus* vir a ter filhos (*childlessness* temporário), todos os indivíduos que já tinham entrado na parentalidade foram excluídos. Novamente a variável que interessa explicar é dicotômica, tendo sido definida como: **0** – para aqueles que não têm filhos, mas pretendem tê-los (*childlessness* temporário) e; **1** – para aqueles que não têm filhos, nem pretende tê-los (*childlessness* permanente).

Como no IFEC2013 os indivíduos foram inquiridos se tinham algum filho e se ainda pretendiam ter um (ou mais) filhos durante a sua vida reprodutiva, aqueles que responderam que não tinham filhos e não pretendiam tê-los, foram considerados como *childlessness* permanente e, aqueles que não tendo filhos pretendiam tê-los, foram considerados *childlessness* temporário. A amostra final para este modelo incidiu sobre 2416 indivíduos, de ambos os sexos, também com idades compreendidas entre os 18-49 anos (se mulheres) e 18-54 anos (se homens) e, que à altura do inquérito ainda não tinham entrado na parentalidade. A distribuição percentual dos indivíduos sem filhos, segundo a expectativa de assim permanecer (*childlessness* permanente), conforme as variáveis utilizadas no modelo, pode ser consultada no anexo 9.

No terceiro modelo de regressão logística, como o objetivo era encontrar os principais determinantes da decisão de se ter apenas um único filho ao longo da vida reprodutiva, criou-se a variável denominada de “fecundidade final esperada”, que agrega o número de filhos biológicos que o indivíduo já teve, acrescido do número de filhos que ainda espera vir a ter ao longo do seu período reprodutivo. Aqueles que tendo um único filho e não desejando ter filhos adicionais, bem como aqueles que ainda não tendo filhos mencionaram pretender ter apenas um único filho, foram considerados como “descendência final esperada de filho único”.

Tendo como objetivo caracterizar as descendências de filho único relativamente às descendências de dois ou mais filhos, todos os indivíduos que mesmo não tendo filhos não demonstrava intenção de tê-los (*childlessness* permanente) foram excluídos da amostra. Assim, para o terceiro modelo de regressão logística, a variável resposta foi definida como: **0** – para aqueles que têm ou esperam ter uma descendência final igual ou superior a dois filhos e; **1** – para aqueles que esperam ter uma descendência final de apenas um filho.

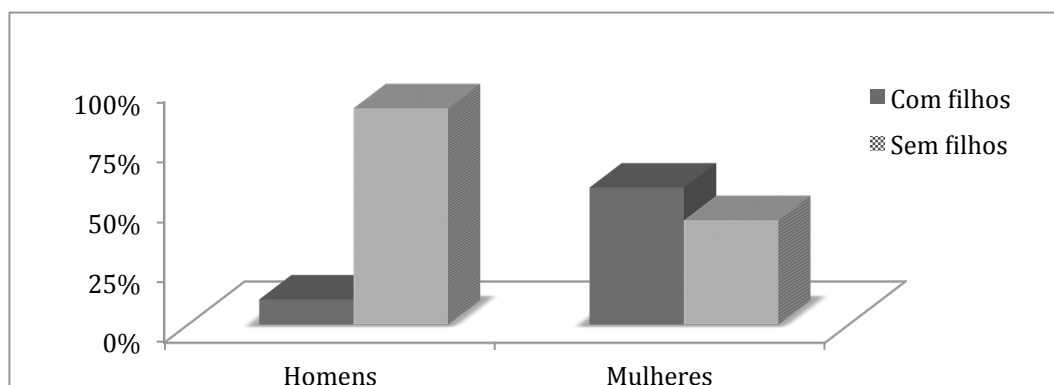
A amostra final para este modelo recaiu sobre 6531 indivíduos, de ambos os sexos, tendo as mulheres idades compreendidas entre os 18-49 anos e os homens idades entre os 18-54 anos. A distribuição percentual relativa a estes indivíduos, conforme as diferentes covariáveis utilizadas, são apresentadas no anexo 10.

5.3 – Análise dos Resultados

5.3.1 – *Childlessness*

Como primeira análise exploratória, procura-se evidenciar os diferentes níveis de parentalidade entre homens e mulheres nas idades mais jovens (entre os 25 e 29 anos), residentes em Portugal, durante o ano de 2006. Como se observa pela figura 5.1, enquanto a extrema maioria dos homens (89,7%) nestas idades ainda não havia experienciado a paternidade, mais de metade das mulheres já haviam se tornado mães (56,8%). Esta elevada proporção de homens sem filhos, reflete acima de tudo, o adiamento da entrada na parentalidade, mais acentuado entre os homens do que entre as mulheres, e não o desejo por uma vida sem filhos, como se observa na figura 5.2 - que retrata uma elevada intenção de fecundidade entre estes.

Figura 5.1: Proporção de indivíduos com idades entre os 25 e os 29 anos, com e sem filhos, segundo o sexo (Portugal)

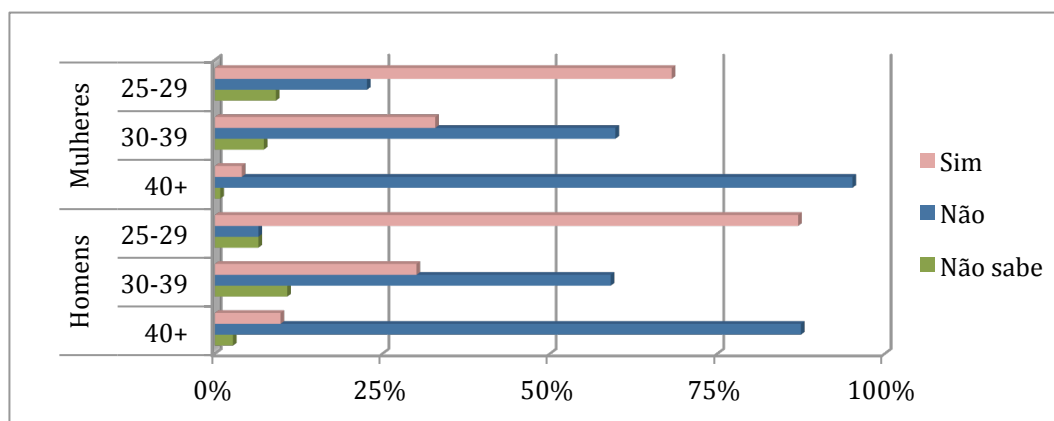


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Se por um lado, são poucos os homens em idades jovens (25-29 anos) que já transitaram para paternidade, por outro lado, é elevada a proporção daqueles que ainda pretendem realizar tal transição (figura 5.2). Nestas idades, a proporção dos que ainda tencionam ter filhos é inclusive maior entre os homens do que entre as mulheres. De referir, que as intenções de fecundidade, em ambos os sexos tendem a decrescer conforme se avança na idade. Entre as mulheres, por exemplo, com idade

igual ou superior aos 40 anos, é praticamente marginal a fração (4%) daquelas que ainda tencionam ter filhos, confirmando-se que a idade seja de facto, um elemento decisivo nas decisões reprodutivas. Esta fraca intenção de fecundidade nas idades mais tardias sinaliza ainda que nestas idades a recuperação da fecundidade deverá ser bastante limitada.

Figura 5.2: Intenções de fecundidade(%), segundo o sexo e o grupo etário (Portugal)



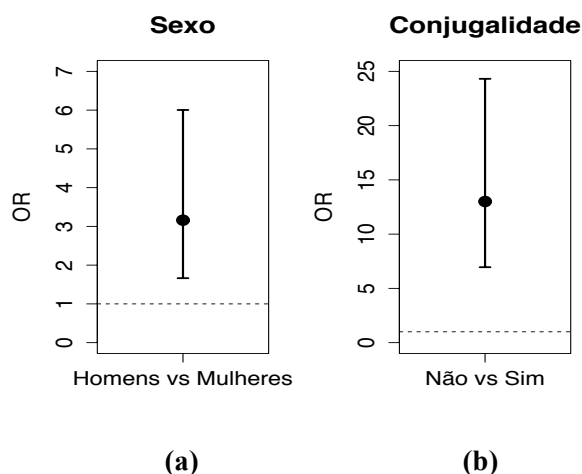
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Voltando-se agora para o primeiro modelo regressão logística – que procura explicar os determinantes que influenciam os indivíduos a não terem transitado para a parentalidade – importa referir que as variáveis relativas ao nível de religiosidade e a dimensão da área de residência (área) não foram estatisticamente significativas nem na análise univariada (ver anexo 11), nem quando em conjunto com as demais variáveis, não tendo desta forma, permanecido no modelo final. Tais resultados indicam assim, que estas duas covariáveis não são determinantes chave na explicação para uma dada pessoa não ter transitado para a parentalidade.

Os resultados deste primeiro modelo, por outro lado, permitem identificar como fatores explicativos da decisão de não ter entrado na parentalidade, a idade, o sexo, as questões relativas à conjugalidade, o nível de escolaridade e o número ideal de filhos³³. Admitindo fixas as restantes covariáveis do modelo podemos retirar como uma primeira conclusão, que o facto de uma pessoa não estar num relacionamento conjugal torna-a mais suscetível não ter experienciado a parentalidade.

³³ No anexo 12 encontram-se os coeficientes estimados ($\hat{\beta}$), respetivos desvios padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados para este modelo de regressão logística.

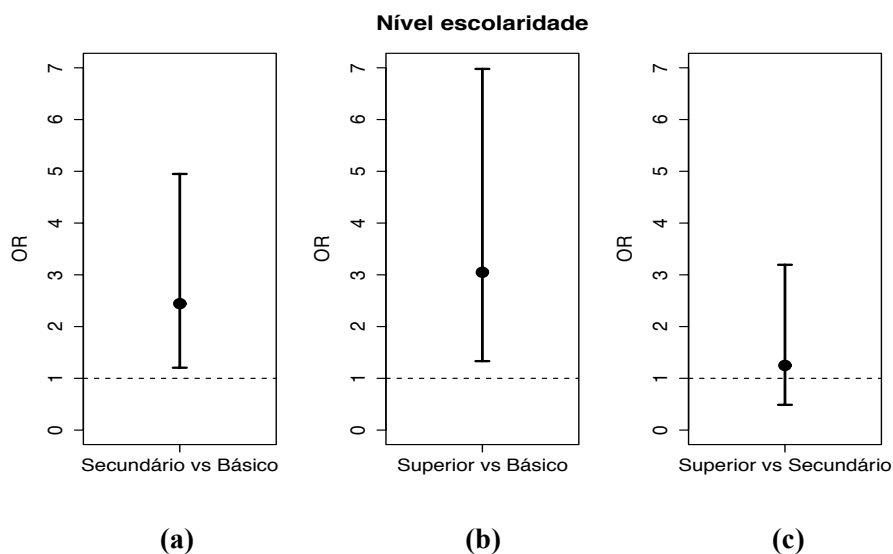
Figura 5.3: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Sexo” e “Conjugalidade” para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Também os homens se revelaram como mais suscetíveis não terem transitado para a parentalidade relativamente às mulheres (figura 5.3a). Provavelmente, estas possibilidades mais elevadas relacionam-se como a sua entrada mais tardia na paternidade, como mostrado na figura 5.1, o que por seu turno vem novamente ressaltar a importância da idade, pois se de um lado são os mais jovens os mais prováveis a não terem filhos, com o avançar da idade assiste-se a um contínuo decrescer das intenções de fecundidade (ver figuras 5.2 e 5.6).

Figura 5.4: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Nível de escolaridade”, para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)

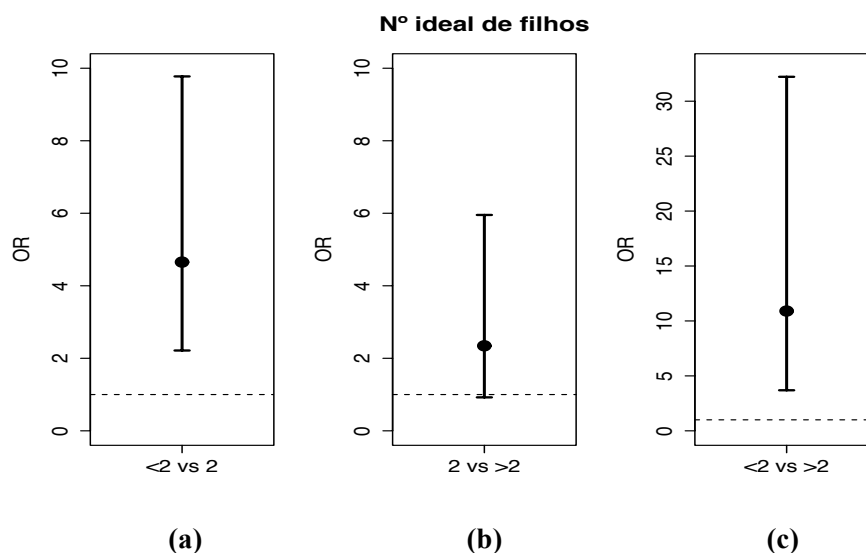


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

O nível de escolaridade também se revela como uma importante determinante

para a entrada na parentalidade, sendo que aqueles com um menor nível de escolaridade são mais propensos a já terem realizado a sua transição relativamente àqueles que possuam ensino secundário ou superior, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre estes dois últimos níveis de escolaridade (figura 5.4c). Uma pessoa com ensino secundário apresenta cerca de 2,5 mais possibilidades de não ter transitado para a parentalidade do que uma outra que tenha até ao ensino básico e, uma pessoa com ensino superior apresenta cerca de 3 vezes mais possibilidades de não ter transitado relativamente a uma outra com ensino também até ao básico.

Figura 5.5: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Número ideal de filhos”, para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)

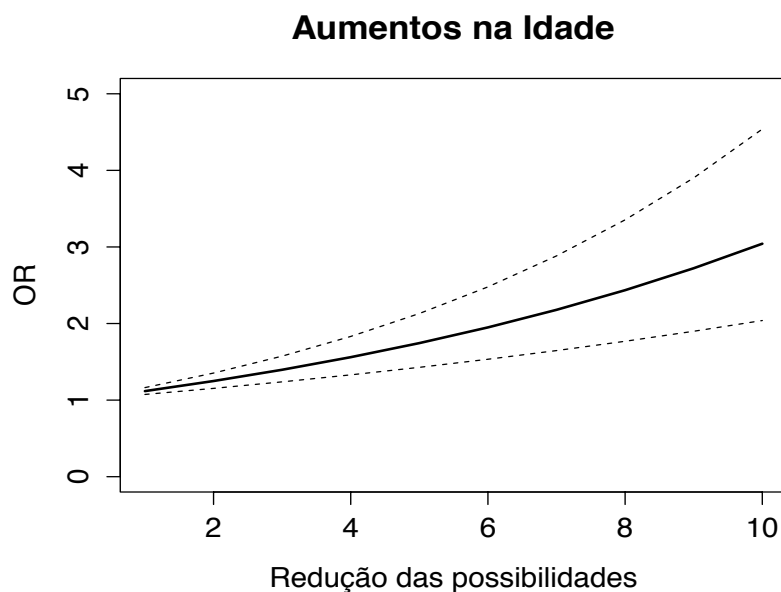


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Embora o número ideal de filhos não seja um indicador direto da fecundidade, ele permanece um determinante central também no que relaciona-se à entrada na parentalidade, sendo os indivíduos com ideais mais reduzidos (menor que dois filhos) aqueles que apresentam maiores possibilidades de não terem realizado sua transição para a parentalidade, quando comparados àqueles que tenham um ideal igual ou superior a dois filhos (figura 5.5a, 5.5b). Aqueles que têm um número ideal de filhos inferior a dois são cerca de 4,5 vezes mais propensos a não terem realizado sua transição para a parentalidade do que aqueles que têm um ideal igual a dois, sendo que entre estes últimos e aqueles com ideais superior a dois filhos não se verificam diferenças estatisticamente significativas a 95%. De forma geral, quanto menor a

dimensão ideal familiar, maiores são as possibilidades de não se ter transitado para a parentalidade.

Figura 5.6: OR e respectivos IC a 95 % (linhas a tracejado), da variável “Idade”, para quem não tem filhos relativamente aos que já têm filhos (Portugal)



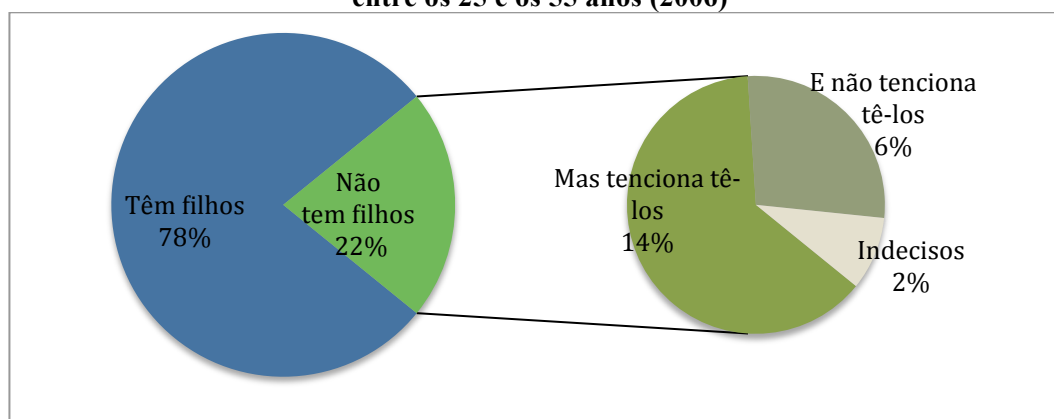
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Relativamente à idade, confirma-se que esta de facto constitui uma das mais importantes determinantes para a condição perante a parentalidade. Como se observa na figura 5.6, conforme se avança na idade diminui-se as possibilidades de não ter ainda experimentado a paternidade ou a maternidade. Assim um indivíduo 1 ano mais jovem do que um outro tem cerca de 12% mais possibilidade de não ter filhos. Se esta diferença for de 3 anos estas possibilidades aumentam para 40% e, se a diferença for de 5 anos, estas possibilidades são na ordem de 74% a mais. Desta forma, e como era de se esperar, quando menor a idade, maiores são as possibilidades de não ter transitado para a parentalidade.

Nas análises que agora se seguem pretende-se realizar uma breve contextualização da situação de fecundidade dos residentes em Portugal, procurando-se distinguir aqueles que já transitaram para a parentalidade daqueles que ainda não o fizeram, sendo que neste último caso, tenciona-se ainda distinguir entre os que esperam estar na situação de *childlessness* apenas temporariamente daqueles esperam manter-se *childlessness* permanente.

Buscando-se conhecer um pouco mais acerca desta temática, um olhar que se impõe é aquele que vem dar conta das expectativas de fecundidade entre aqueles que já entraram na parentalidade e aqueles que ainda estão por entrar. Neste caso, os parâmetros considerados são a fecundidade realizada conjugada com as intenções de fecundidade ao longo da vida reprodutiva.

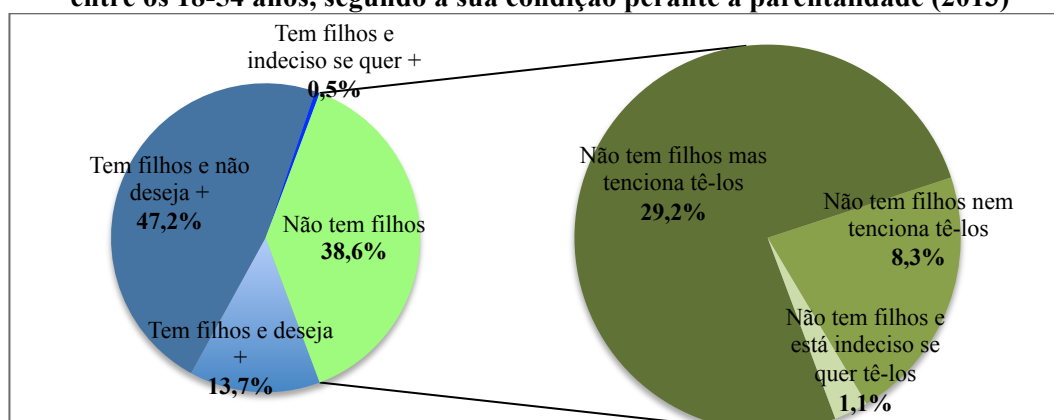
Figura 5.7: Perspetivas de fecundidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 25 e os 55 anos (2006)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Utilizando-se os dados do EB2006, averigua-se que, em 2006, entre os indivíduos residentes em Portugal com idades entre os 25 e os 55 anos cerca de 22% ainda não havia entrado na parentalidade, sendo que a maioria destes ainda pretendia fazê-lo, o que nos deixa com uma proporção entre 6% e 8% (não tenciona ter filhos acrescido dos que se encontram indecisos) dos que poderão terminar o seu período sem experienciar a parentalidade, como demonstra a figura 5.7.

Figura 5.8: Perspetivas de fecundidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18-54 anos, segundo a sua condição perante a parentalidade (2013)



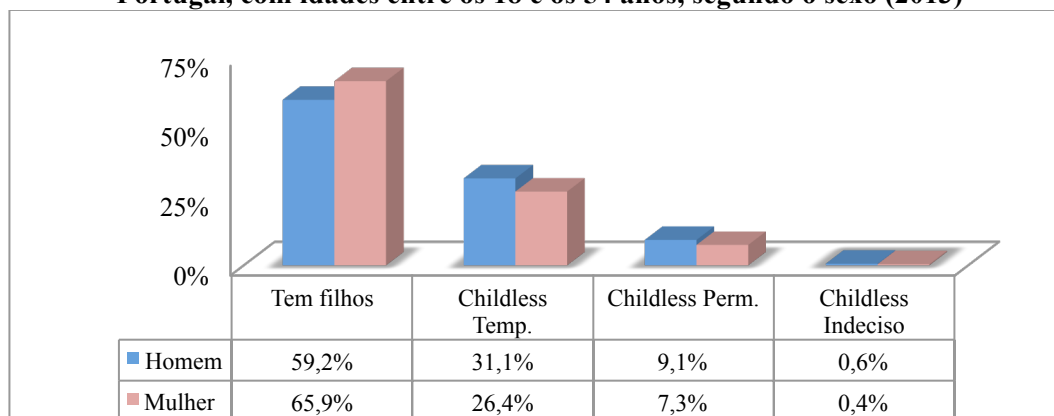
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos os indivíduos da amostra (com ou sem filhos à data do inquérito).

Numa análise a partir de dados mais recentes (IFEC2013), que toma em consideração apenas os indivíduos em idades reprodutivas (mulheres dos 18 até aos 49 anos de idade e homens dos 18 até aos 54 anos), é possível verificar, a partir da figura 5.8, que uma grande maioria dos indivíduos já tem uma ideia definida acerca da fecundidade que deseja ter, uma vez que o número de indecisos é praticamente marginal (1,6%: sendo 0,5% entre os que já têm algum filho e 1,1% entre os que ainda não têm filhos). E ainda, entre estes indivíduos, a situação mais comum para aqueles que já entraram na parentalidade era não desejar ter mais filhos, já que apenas 13,8% ainda tencionava ter outro(s) filho(s).

Com uma amostra a iniciar-se em idades mais jovens (aos 18 anos), a proporção daqueles que ainda não têm filhos é superior a 1/3 da população (38,6%), entretanto, destes, cerca de 2/3 ainda pretende ter algum filho. Excluindo-se aqueles (1,1%) que não tendo filhos ainda não fecharam as suas decisões reprodutivas, 8,3% dos residentes em Portugal esperam permanecer sem filhos no termo da sua vida reprodutiva (valor bastante próximo daquele verificado a partir dos dados do EB2006), enquanto 29,2% esperam ser *childlessness* apenas temporariamente, já que que ainda tencionam ter pelo menos um filho.

Figura 5.9: Parentalidade e perspetivas de parentalidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos, segundo o sexo (2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

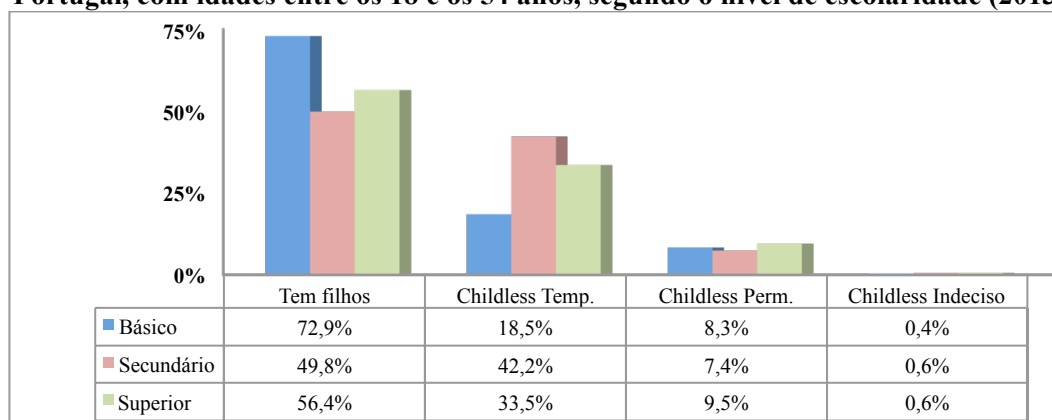
Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos da amostra (com ou sem filhos à data do inquérito).

Os dados do IFEC para o ano de 2013 confirmam que são os homens – provavelmente pela sua entrada mais tardia na paternidade – que de facto apresentam uma maior proporção entre os que não transitaram para a parentalidade (40,8%). Contudo é também entre eles que se verifica uma maior intenção de vir a transitar

(31,1%) contra 26,4% das mulheres, sendo que estas últimas apresentam um mais elevado percentual de transição.

Assim, se ambos os sexos vierem a cumprir as suas intenções reprodutivas tal como declaradas acima, a proporção global de *childlessness* permanente deverá ser ligeiramente superior entre os homens (9,1%). Contudo, vale a pena lembrar que conforme o avançar da idade, a recuperação dos nascimentos adiados pode ser desigual entre homens e mulheres, nomeadamente no que concerne às limitações de ordem biológica, o que pode implicar dificuldades acrescidas no cumprimento dos planos reprodutivos principalmente por parte das mulheres, cujo período fecundo é mais delimitado.

Figura 5.10: Parentalidade e perspectivas de parentalidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos, segundo o nível de escolaridade (2013)



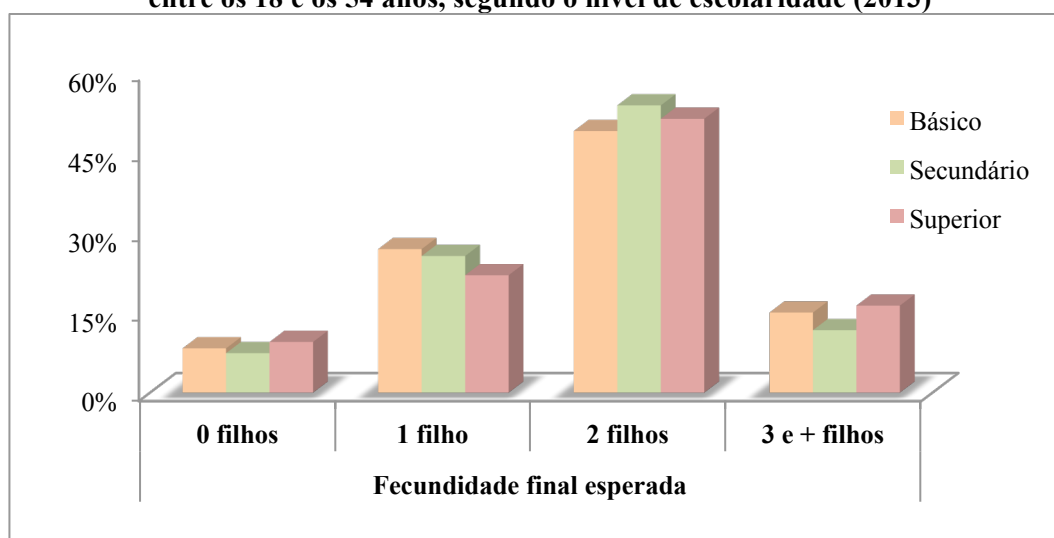
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos da amostra (com ou sem filhos à data do inquérito).

Através da figura 5.10 observa-se que a grande maioria dos indivíduos com idades entre os 18-54 anos (homens) e 18-49 (mulheres) já transitaram para a parentalidade. Todavia os níveis de transição são diferenciados conforme os distintos níveis de escolaridade. Os níveis de transição para a parentalidade são mais elevados para quem tem até ao ensino básico e mais reduzidos para aqueles que têm o ensino secundário – onde a proporção dos que já transitaram é inferior a 50% – apresentando em consequência, uma mais elevada proporção de *childlessness* total. Os níveis de escolaridade apresentam assim, um padrão em forma de “U”, com o ensino básico e a seguir o ensino superior revelando maiores níveis de transição e aqueles com ensino secundário os mais baixos níveis.

Como seria de esperar, as intenções de vir a transitar são mais acentuadas exatamente naqueles níveis de ensino (secundário e superior) onde as proporções dos que transitaram são menores. O ensino básico, com o mais elevado nível de transição apresenta assim, os menores níveis de intenção de vir a transitar (18,5%). Já no ensino secundário observa-se exatamente o oposto: menores níveis de transição e maiores intenções de vir a transitar (42,2%). Quanto ao ensino superior, este situa-se numa posição intermédia entre ambos os grupos, apresentando simultaneamente a segunda maior proporção de transição e de indivíduos que desejam transitar.

Figura 5.11: Fecundidade final esperada entre os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos, segundo o nível de escolaridade (2013)

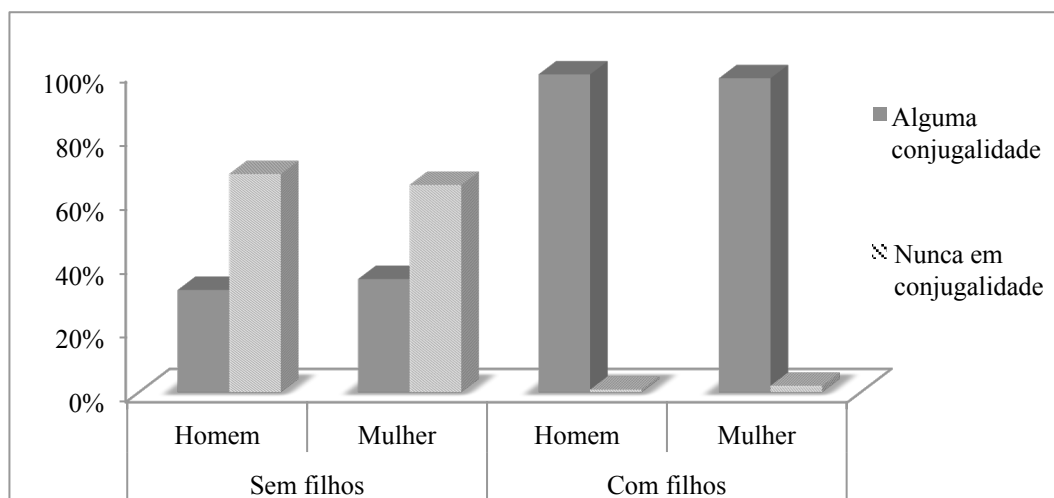


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos da amostra com exceção daqueles que não tendo filhos encontram-se indecisos quanto a tê-los.

Segundo a figura 5.11, a intenção de terminar o período reprodutivo com dois filhos é o desejo da larga maioria, nomeadamente para aqueles com ensino secundário. Verifica-se ainda que tanto as proporções de *childlessness* permanente (0 filhos) quanto a proporção das descendências mais alargadas são um pouco mais elevadas no ensino superior, sendo este também o grupo com menor adesão ao propósito de ter um único filho. Os indivíduos que mais reportam a intenção de ter apenas um único filho são aqueles com o ensino básico, onde se evidencia também a segunda maior proporção dos que pretendem encerrar a carreira reprodutiva sem ter filhos. São os indivíduos com ensino secundário os que menos perspetivam não transitar para a parentalidade e também os que menos aderem à ideia das descendências alargadas.

Figura 5.12: Distribuição dos indivíduos (18-54 anos), segundo a condição perante a parentalidade, por sexo e experiência de conjugalidade (Portugal, 2013)

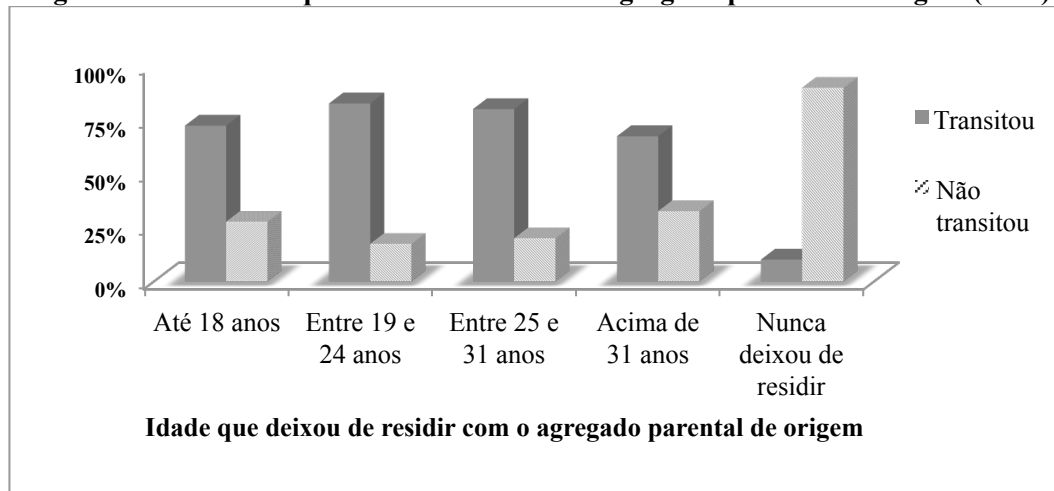


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos da amostra (com ou sem filhos à data do inquérito).

Os dados realçam que as questões da conjugalidade são determinantes para a entrada na parentalidade (figura 5.12), com aquelas pessoas que nunca experimentaram um relacionamento conjugal (seja casamento ou coabitação), sendo mais propensas a não terem transitado para a parentalidade. Adicionalmente, para aqueles que já transitaram, é marginal a fração dos que nunca viveram em casal (2% entre as mulheres e 0,8% entre os homens), destacando novamente a importância dos laços conjugais.

Figura 5.13: Situação perante a parentalidade dos residentes em Portugal (18-54 anos), segundo a idade com que deixou de residir no agregado parental de origem (2013)



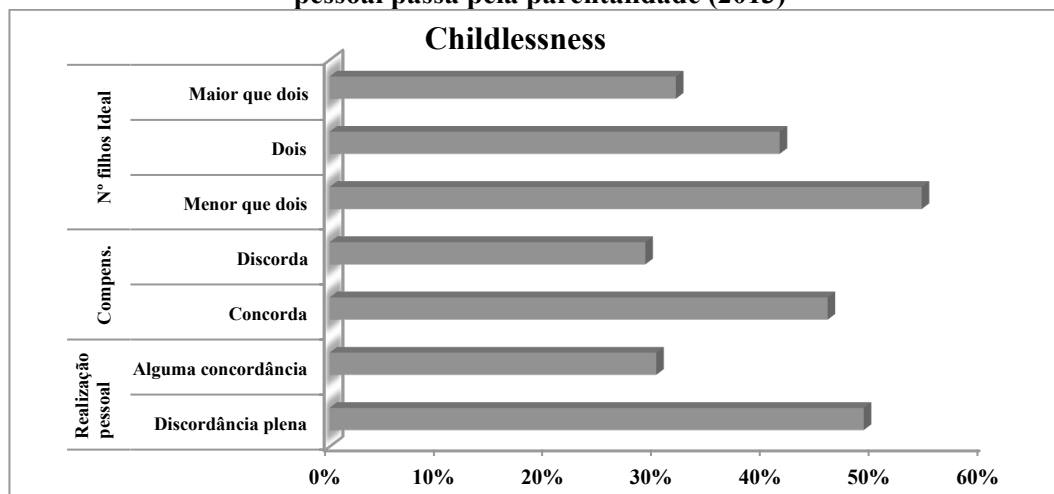
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos da amostra (com ou sem filhos à data do inquérito).

Complementarmente, a idade à saída da casa dos pais (ou do agregado parental de origem) sobressai como uma forte condicionante para a entrada na parentalidade, uma vez que são aqueles que ainda residem com os pais, ou que já não residindo apenas o fizeram acima dos 31 anos, onde se verifica a maior proporção dos que não transitaram para a parentalidade (Figura 5.13).

Também como abordagem exploratória, procura-se evidenciar na figura 5.14 alguns dos valores relativos aos filhos e à parentalidade entre os indivíduos (ainda) sem filhos. De salientar que a dimensão familiar ideal desempenha um papel de relevo sobre a ausência de filhos, pois são nos ideais mais restritos (menor que dois), onde se observam as maiores proporções de *childlessness*, enquanto nos ideais mais alargados, ou seja, com três ou mais filhos, se verificam as menores proporções. Conforme já evidenciado anteriormente na figura 5.5, confirma-se que, regra geral, quanto menor for o número ideal de filhos para uma família, maior é a proporção de indivíduos sem filhos.

Figura 5.14: Distribuição dos indivíduos sem filhos residentes em Portugal (18-54 anos), segundo o que consideram ser o número ideal de filhos para uma família, o concordar que é preferível ter um só filho com mais recursos (compensação) e que a realização pessoal passa pela parentalidade (2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise apenas os indivíduos sem filhos.

Outro fator que se manifesta relevante para as decisões reprodutivas prende-se com o elevado valor social que criança assume atualmente. Tal valorização assenta numa fecundidade que toma em consideração as suas oportunidades futuras e que prima pelo seu bem-estar às expensas do *quantum*, naquilo que Becker e colegas definiram como “*trade-off quantity by quality*”, analisada aqui como “compensação”: é preferível ter um só filho com mais oportunidades do que ter mais filhos, se estes

tiverem de enfrentar maiores restrições. Tal como sugere a figura 5.14 aqueles que concordam com a assertiva acima parecem ser mais cautelosos sobre a entrada na parentalidade, uma vez que apresentam maiores proporções de infecundidade.

Embora a parentalidade ainda permaneça largamente ambicionada como demonstram, por exemplo, as figuras 5.7 e 5.8, é possível verificar, pela figura 5.14, que aqueles para quem a realização pessoal não passa pela condição de ser pai ou mãe, são mais propensos a não terem transitado para a parentalidade. De referir que não é o facto de uma pessoa não poder ter filhos, ou ter atingido idades avançadas sem os ter, o que circunscreve a consideração de que a parentalidade não é condição básica para se alcançar a realização pessoal (ver anexo 14), sendo que de forma geral, quanto mais jovem o indivíduo, maior é a proporção dos que discordam plenamente da consideração acima (anexo 15). Tais evidências por sua vez, sugerem um gradual desvanecimento dos estereótipos negativos acerca de tais escolha sem filhos.

Tendo-se realizado uma análise exploratória acerca de alguns dos atributos dos indivíduos sem filhos, procurar-se-á, nas análises subsequentes, distinguir o *childlessness* temporário do *childlessness* permanente. Importa primeiramente questionar em que medida os planos de fecundidade entre estes indivíduos poderá ser diferente conforme a idade a que pertencem. Procurando-se responder a esta indagação, a tabela 5.1 procura realçar as idades médias e medianas daqueles que pretendem transitar para a parentalidade, bem como daqueles que esperam permanecer sem filhos.

Tabela 5.1: Idade média (e mediana) dos indivíduos sem filhos (Portugal, 2013)

	Temporários		Permanentes	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade mediana	26	25	41	40
Idade média	27,2	25,8	38,7	36,9
Desvio padrão	7,1	5,9	11,1	9,5

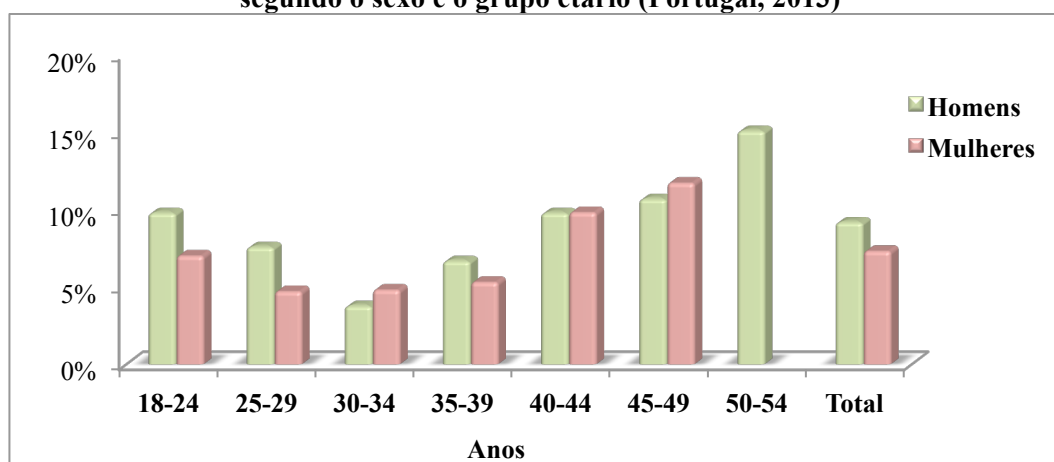
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: apenas fazem parte desta análise os indivíduos (18-54 anos) que ainda não entraram na parentalidade.

A idade média (e mediana) quer dos homens quer das mulheres que ainda pretendem ter filhos é bastante menor do que a daqueles que já não o pretendem fazê-lo. A grande maioria dos indivíduos que ainda não têm filhos mas pretendem tê-los, tem, em média, menos de 28 anos de idade, enquanto metade dos que não têm e não pretendem ter filhos tem uma idade superior a 40 anos.

A idade média – por ser muito sensível à presença de valores extremos – tende a ser ligeiramente maior que a idade mediana entre aqueles que ainda pretendem ter filhos, passando-se o inverso (idade mediana superior à idade média) entre aqueles que não pretendem entrar na parentalidade. Note-se ainda que o desvio padrão (que mede o quanto os valores se afastam da média), tende a ser mais elevado entre os homens do que entre as mulheres. Estes valores refletem certamente a amplitude etária diferenciada entre os sexos, que entre os homens varia dos 18 aos 54 anos, enquanto entre as mulheres varia entre os 18 e 49 anos de idade.

Figura 5.15: Proporção das pessoas (18-54 anos) que esperam permanecer sem filhos, segundo o sexo e o grupo etário (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE)., com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos da amostra (com ou sem filhos à data do inquérito), sendo que no grupo dos 50-54 anos apenas os homens foram inquiridos.

Apesar de globalmente a proporção de indivíduos que esperam não experienciar a parentalidade se situar nos 8,3%, ao decompor os dados por grupos etários e por sexo, a realidade que se evidencia é bastante diferenciada (figura 5.15). Verifica-se que entre os homens o percentual total dos que esperam permanecer sem filhos, ou seja, ter uma fecundidade final igual a zero, é ligeiramente superior (cerca de 2% a mais) ao das mulheres, sendo que quando se considera apenas as idades entre os 45 e os 49 anos, a proporção de mulheres tende a ser ligeiramente maior. Já nas idades anteriores aos 29 anos, passa-se exatamente o oposto, com os homens demonstrando maior inclinação a este tipo de decisão

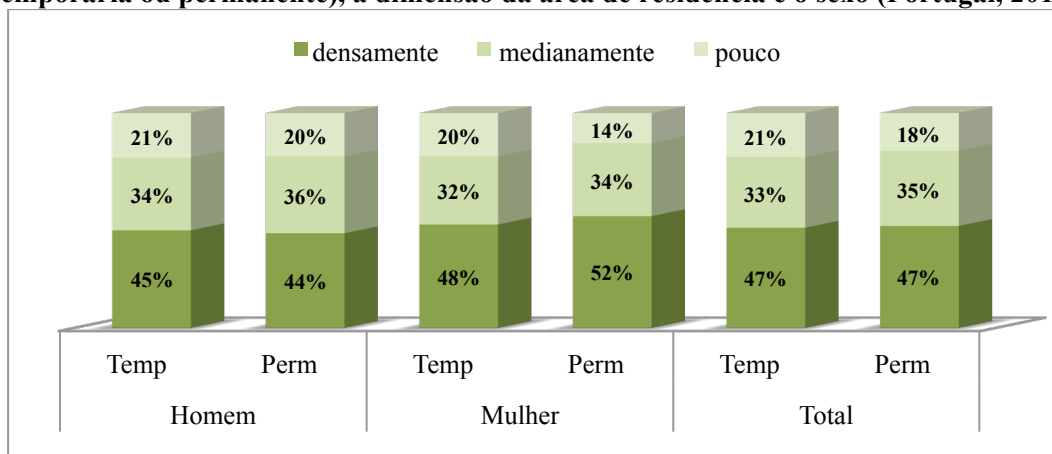
Interessante ainda notar a existência de uma curva em forma de “U” quando se analisa as diferentes idades, com as menores proporções de *childlessness* ou infecundidade permanente para ambos os sexos sendo verificada nas idades compreendidas entre os 30-34 anos. No que respeita ao sexo feminino, as proporções

são relativamente próximas nas idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos, enquanto entre os homens há uma maior variabilidade.

Um outro aspecto interessante é que os 40 anos de idade parecem marcar um ponto decisivo no propósito de permanecer sem filhos. As proporções daqueles que não pretendem ter filhos tendem a acentuar-se quando se passa do grupo 35-39 anos para o grupo 40-44 anos. Assim, se por um lado, nas idade mais jovens, o relativo distanciamento do fim do período reprodutivo ainda permite aos indivíduos perspetivar ter filhos um pouco mais tarde, por outro lado, aqueles que vêm aproximar o termo da sua vida reprodutiva, são menos otimistas (ou desejosos) relativamente à entrada na parentalidade.

Como as intenções de fecundidade tendem a ser bastante reduzidas nas idades mais avançadas, como se depreende da figura 5.2, bem como da tabela 5.1 – em que metade dos indivíduos com 40 anos ou mais, que não têm filhos também já não pretende tê-los – pode-se assumir que o grupo etário 45-49 anos praticamente já concluiu a sua fecundidade, o que por seu turno evidencia que esta coorte de indivíduos – nascidos entre 1964 e 1968 – terão uma proporção de *childlessness* permanente de aproximadamente 11% entre os homens e 12% entre as mulheres (figura 5.15).

Figura 5.16: Proporção de pessoas (18-54 anos) sem filhos (segundo a condição temporária ou permanente), a dimensão da área de residência e o sexo (Portugal, 2013)



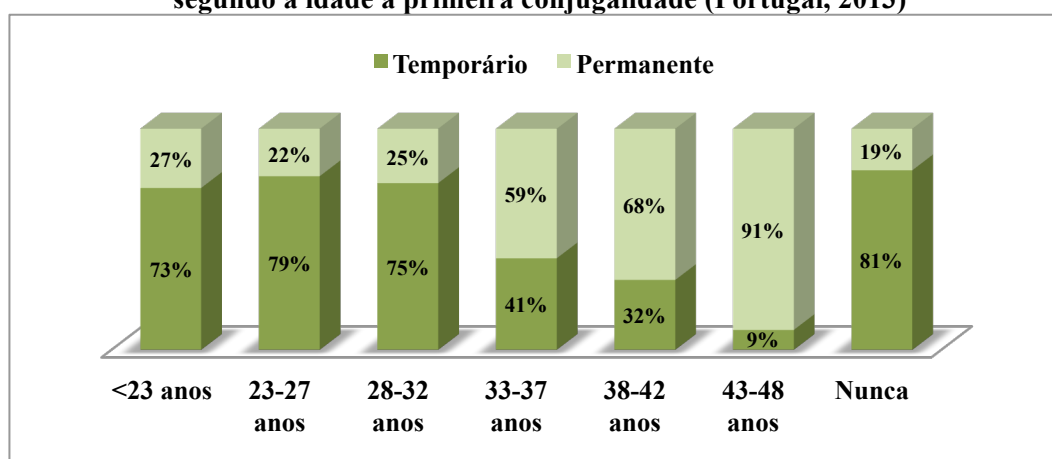
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE)., com o uso do ponderador.

Nota: apenas fazem parte desta análise os indivíduos que ainda não entraram na parentalidade.

Quanto a dimensão da área de residência, a proporção de *childlessness* permanente é ligeiramente maior nas áreas medianamente povoadas (22,8%) e menor nas áreas pouco povoadas (19,2%), enquanto nas áreas densamente povoadas é na

ordem dos 22% (proporções não apresentadas na figura 5.16). Tanto entre as mulheres quanto entre os homens, o percentual dos que deverão terminar o seu período reprodutivo sem ter experienciado a parentalidade aumenta ligeiramente conforme o grau de povoamento da área de residência. Assim, a menor proporção de *childlessness* permanente é verificada entre os residentes em áreas pouco povoadas, enquanto a maior proporção é encontrada entre os residentes em áreas densamente povoadas (figura 5.16).

Figura 5.17: Proporção de pessoas (18-54 anos) sem filhos (temporária e permanente), segundo a idade à primeira conjugalidade (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: apenas fazem parte desta análise os indivíduos que ainda não entraram na parentalidade.

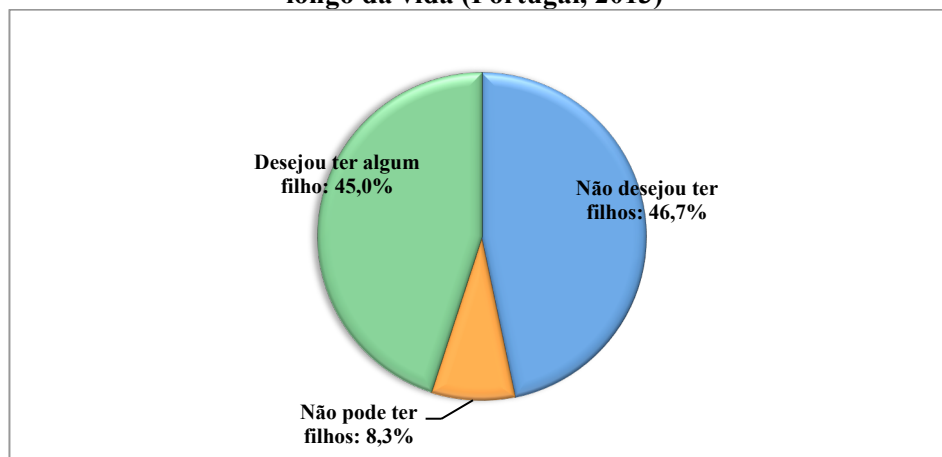
Procura-se a partir da figura 5.17, evidenciar a forma como a idade à entrada na conjugalidade (seja coabitação ou casamento) se relaciona com a intenção de vir (ou não) a transitar para a parentalidade. De forma geral, quanto maior a idade à primeira conjugalidade, maior é a proporção dos que deverão permanecer infecundos (*childlessness* permanente). Note-se que a esmagadora maioria daqueles que experienciam a conjugalidade após os 42 anos, perspetivam permanecer sem filhos ao termo do seu período reprodutivo, enquanto a maioria daqueles que a experienciam até os 32 anos, perspetivam ter filhos. Quem nunca viveu em conjugalidade³⁴ – essencialmente os mais jovens – são os que apresentam as maiores proporções dos que tencionam ter filhos (*childlessness* temporários).

Ao examinar a fecundidade desejada ao longo da vida é possível averiguar ainda, se os indivíduos que não pretendem transitar para a parentalidade alguma vez

³⁴ Aqueles que nunca vivenciaram qualquer tipo de conjugalidade situam-se sobretudo nas idades mais jovens: 55% tem menos de 25 anos; 20% tem entre 25 e 29 anos; 9% entre 30-34 anos; 6% entre 35-39 anos e 10% tem 40 anos ou mais.

já ponderaram a possibilidade de serem pais ou mães, ou se, pelo contrário, a parentalidade foi um projeto colocado de parte.

Figura 5.18: *Childlessness* permanente (18-54 anos), segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida (Portugal, 2013)³⁵



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Como demonstra a figura 5.18, os projetos de vida à margem da parentalidade nem sempre foram a única opção considerada, já que menos de metade dos indivíduos colocaram o projeto parental de parte (referindo que o seu número de filhos desejados ao longo da vida era “zero”), enquanto 45% mencionaram ter desejado filhos ao longo da vida. Já para 8,3%, a ausência de filhos parece ser o resultado da sua impossibilidade de procriar, não sendo contudo possível saber (devido a ausência de informações nos dados) se tais impossibilidades se relacionam com problemas de infertilidade, ou se são outros problemas de saúde que determinam esta impossibilidade.

Importa assim referir que a fecundidade renunciada (desejou ter filhos mas já não tenciona tê-los) é responsável por quase metade do *childlessness* permanente. Ademais, embora seja nas idades mais tardias que se verifica a maior proporção daqueles que abandonaram os seus projetos parentais, as idades inferiores a 40 anos ainda representam pouco mais de 1/3 da fecundidade abandonada.

Tendo-se explorado algumas das características que distinguem a intenção de permanecer sem filhos da ausência temporária de filhos, debruça-se agora sobre o segundo modelo de regressão logística, que procura exatamente explicar os

³⁵ Nota: entre os que alguma vez desejaram ter algum filho e não pretendem mais tê-los (fecundidade abandonada), 17% tem menos de 30 anos de idade; 18,5% tem entre 30-39 anos e 64,5% tem 40 anos ou mais.

determinantes que influenciam os indivíduos a permanecerem sem filhos relativamente àqueles que ainda esperam tornar-se pais ou mães, utilizando-se novamente uma gama de variáveis (explicativas) sociodemográficas, caracterizadoras do agregado familiar de origem, da situação de conjugalidade atual, da participação no mercado de trabalho e das percepções ou valores relativos à parentalidade.

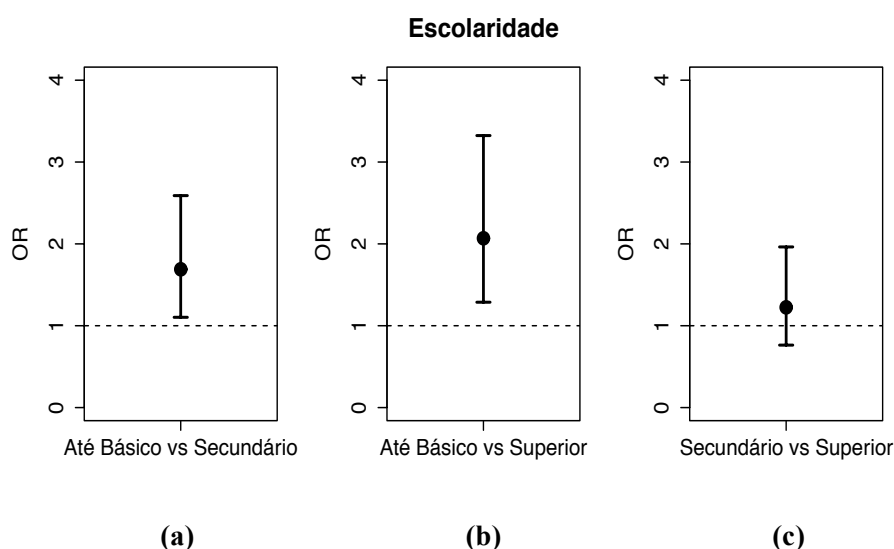
Como o comportamento individual de uma variável (análise univariada) pode ser bastante diferente do seu comportamento em conjunto com outras variáveis (análise multivariada), opta-se por apresentar somente os resultados do modelo final ajustado. Assim, as variáveis dimensão da área de residência, nível de escolaridade dos pais, número de irmãos, idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem, presença de enteados, condição do cônjuge (quando a conjugalidade tem lugar) perante o trabalho, rendimento *per capita*, conciliação materna, presença materna (“é prejudicial, para uma criança até à idade escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?”), presença paterna (“é prejudicial, para uma criança até à idade escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”) papéis de género (“as mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham fora de casa? Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?”), e importância da família (“uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada?”) não foram significativas no modelo final.

Embora todas as variáveis explicativas mencionadas (ver anexo 8) tenham sido testadas na análise univariada e, aquelas com valor $p < 0,25$ tenham sido introduzidas no modelo multivariado como recomenda Hosmer e Lemeshow (2000) e Hosmer *et al.* (2013), nem todas permaneceram significativas quando em conjunto com as demais variáveis explicativas. O efeito de parte considerável destas variáveis desapareceu após a inclusão de outras características mais determinantes no modelo.

Algumas destas variáveis, contudo, estão relacionadas com a idade do inquirido, como por exemplo, a variável número de irmãos, sendo que neste caso, quanto maior a idade do inquirido, maior é o número de irmãos, e quanto mais jovem, maior é a proporção de indivíduos sem irmãos. No anexo 16, é possível constatar, por exemplo, que em função do declínio da fecundidade ao longo das décadas mais recentes, nas idades mais jovens, o peso daqueles que são filhos únicos ou que têm apenas um irmão, somados, atingem cerca 65%.

Além disso, algumas variáveis, definidas com duas ou mais categorias acabaram por serem dicotomizadas³⁶, na procura por um modelo mais simples e parcimonioso – que permitissem uma boa interpretação dos dados – tal como recomendam Hosmer e Lemeshow (2000), Hosmer *et al.*, (2013) e, Turkman e Silva (2000). Em função dos resultados obtidos a partir do modelo ajustado³⁷, onde apenas permanecem as variáveis significativas, ou seja, aquelas que contribuam para explicar corretamente o modelo, pode-se verificar a forma como o nível de escolaridade, a dimensão ideal familiar (número ideal de filhos para uma família em geral) e a importância da parentalidade para a autorrealização, assumem nas decisões de pretender findar o período reprodutivo sem experimentar a parentalidade.

Figura 5.19: OR e respectivos IC a 95 %, da variável “Nível de escolaridade” para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

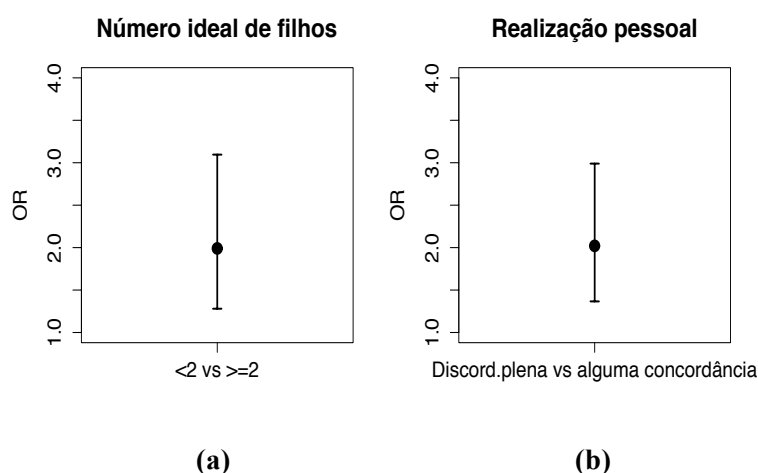
Para perfis fixos relativamente às demais variáveis do modelo, verifica-se que aqueles com educação até ao nível do ensino básico, apresentam maiores possibilidades de permanecer sem filhos, relativamente aos que tenham o ensino

³⁶ Na variável “horas de trabalho do próprio” se averiguou que aqueles que trabalhavam “até 36 horas” não diferiam estatisticamente da categoria “desempregado”, tendo-se então procedido à junção de ambas as categorias. Na variável “número ideal de filhos” para uma família em geral, o “ideal igual a dois” também não apresentava diferenças estatisticamente significativas relativamente ao “ideal superior a dois”, tendo por este motivo sido juntos numa categoria. Na variável “nível de educação do próprio”, apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas entre aqueles com “ensino secundário” e aqueles com “ensino superior”, optou-se por manter as categorias separadas.

³⁷ As estimativas dos coeficientes do segundo de modelo regressão logística, assim como o teste de bondade de Hosmer e Lemeshow (que avalia a bondade do modelo ajustado comparando as frequências observadas e as esperadas) estão apresentadas nos anexos 17 e 18.

superior ou secundário (figura 5.19a) não havendo diferenças estatisticamente significativas entre estes dois últimos níveis de ensino (secundário e superior, figura 5.19c). Assim, se aqueles com mais elevados níveis de ensino se mostravam mais propensos a não terem entrado na parentalidade (figura 5.10), quando se considera a intenção de vir a transitar, são eles que maiores possibilidades apresentam.

Figura 5.20: OR e respetivos IC a 95 %, das variáveis “Número ideal de filhos” e “Realização pessoal” (um homem e/ou mulher precisam de ter filhos para se sentir realizado) para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, dos residentes em Portugal



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

O número ideal de filhos (figura 5.20a) novamente se revelou determinante para a decisão de permanecer ou não sem filhos, sendo os indivíduos com ideais mais reduzidos (menor que dois filhos) aqueles que maiores possibilidades apresentam de não vir a transitar para a parentalidade quando comparados aos que têm ideais mais elevados (igual ou superior a dois filhos). Também aqueles, para quem a realização pessoal não passa pelos projetos de parentalidade, demonstram maiores possibilidades (cerca de 2 vezes mais) de se conservarem definitivamente sem filhos, relativamente aos que consideram que uma pessoa para se sentir realizada, precisa ser pai ou mãe (figura 5.20b).

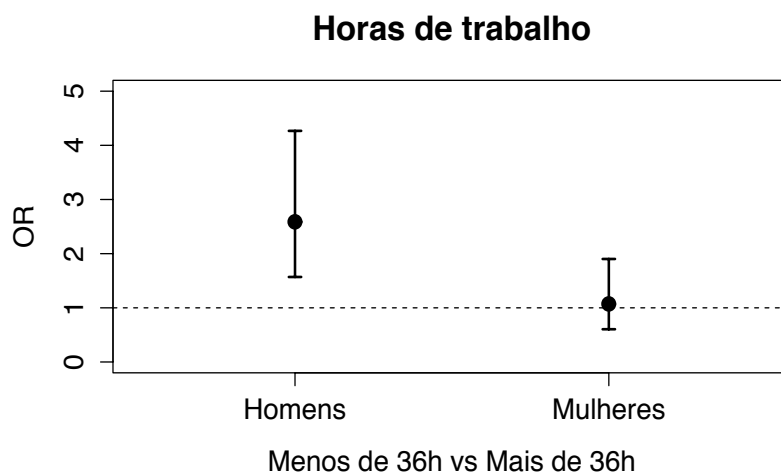
Importante ressaltar que embora não seja possível estabelecer a direção da causalidade – ou seja, se é o não desejar ter filhos que influencia esta consideração, ou se é o facto de não considerar que a parentalidade seja condição *sine qua non* para a realização pessoal que faz com que os indivíduos optem por uma vida sem filhos – tal como referido anteriormente, os dados (ver anexo 14) revelam que não é a situação de

não poder ter filhos, ou ter atingido idades avançadas sem tê-los, o que circunscreve esta consideração.

De referir, que o efeito do número de horas semanais despendidas no trabalho remunerado depende do sexo de pertença e, que a influência da conjugalidade varia em função da idade. Entre os homens, as possibilidades de não se transitar para a parentalidade é influenciada pela quantidade de horas semanais dedicadas ao trabalho remunerado, enquanto entre as mulheres não se verifica o mesmo (figura 5.21).

Desta forma, o facto de participar mais intensamente no mercado de trabalho tem um impacto diferenciado para homens e mulheres, com um maior peso para os homens. Um homem que não tenha trabalho remunerado ou que trabalhe até 35 horas por semana apresenta maiores probabilidades de permanecer sem filhos do que um outro homem que trabalhe 36 horas ou mais (figuras 5.21 e 5.23).

Figura 5.21: OR, e respetivos IC a 95 %, dos indivíduos sem filhos, residentes em Portugal, que trabalham menos de 36 horas em relação aos que trabalham 36 horas ou mais, em função do sexo de pertença, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter



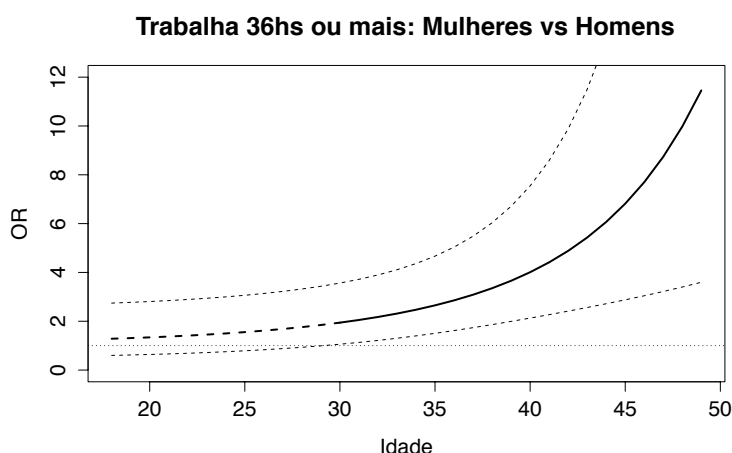
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

A idade, mais uma vez, revela-se decisiva para os planos reprodutivos em ambos os sexos. Em conformidade com as análises anteriores (ver, por exemplo, figura 5.2 e tabela 5.1) que indicavam que quanto maior a idade, menores eram as intenções de se transitar para a parentalidade, observa-se que tanto entre os homens quanto entre as mulheres, o aumento da idade é potenciador da decisão de permanecer sem filhos como se verá adiante na figura 5.23, nomeadamente quando estas idades se aproximam do fim do período fértil.

Contudo, embora o adiamento da entrada na parentalidade aumente as chances de permanecer sem filhos em ambos os sexos, este aumento é mais evidente entre as mulheres, conforme demonstra a figura 5.22, onde se evidencia um cenário em que tanto os homens como as mulheres trabalhem 36 horas ou mais por semana. Note-se que a partir dos 30 anos de idade, as mulheres tornam-se cada vez mais propensas a não transitarem para a parentalidade relativamente aos homens, sendo que estas possibilidades tendem a acentuar-se exponencialmente a partir dos 40 anos de idade.

Esta diferença entre ambos os sexos reflete provavelmente o facto de os homens perspetivarem poder ter filhos até mais tardiamente, ao passo que entre as mulheres, estas intenções tendem a decrescer – cada vez mais – quando se encontram ainda nos seus trinta e poucos anos. Assim, embora o aumento da idade pese para ambos os sexos, este peso tende a ser mais forte entre as mulheres, cujo *deadline* fértil é mais restrito.

Figura 5.22: OR³⁸, e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado), para as mulheres em relação aos homens, ambos sem filhos, entre os que trabalham 36 ou mais horas em função da idade, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, dos residentes em Portugal



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

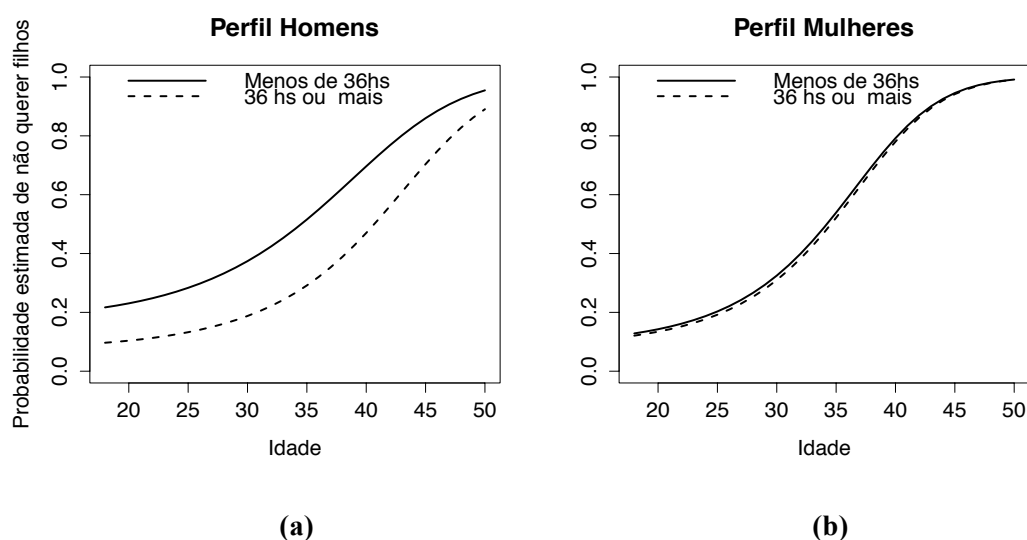
Conforme referido anteriormente, quer entre os homens quer entre as mulheres, o aumento da idade é potenciador da decisão de permanecer sem filhos, como se observa na figura 5.23, que descreve a evolução do perfil, com probabilidade elevada, dos indivíduos permanecerem sem filhos no termo da sua vida reprodutiva, fazendo variar estas probabilidades de acordo com a idade e o número de horas

³⁸ A interrupção da linha tracejada pela linha contínua delimita as idades nas quais a diferença entre mulheres e homens se tornam significativas.

semanais dedicadas ao trabalho remunerado para cada sexo. Para traçar este perfil utilizaram-se as características potenciadoras do *childlessness* permanente: ter um nível de educação até ao ensino básico, não viver em conjugalidade, ter um número ideal de filhos inferior a dois e discordar plenamente de que a realização pessoal passe pelos projetos de parentalidade.

Assim, enquanto a figura 5.23(a) compara um homem com uma jornada de trabalho menos intensa relativamente a um outro homem com uma jornada de trabalho mais intensa nas diferentes idades, a figura 5.23(b) compara uma mulher com uma jornada de trabalho menos intensa relativamente a uma outra mulher com uma jornada de trabalho mais intensa, também nas diferentes idades.

Figura 5.23: Evolução do perfil com probabilidade elevada dos indivíduos permanecerem sem filhos em função da idade, do sexo e do número de horas de trabalho pago, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, dos residentes em Portugal



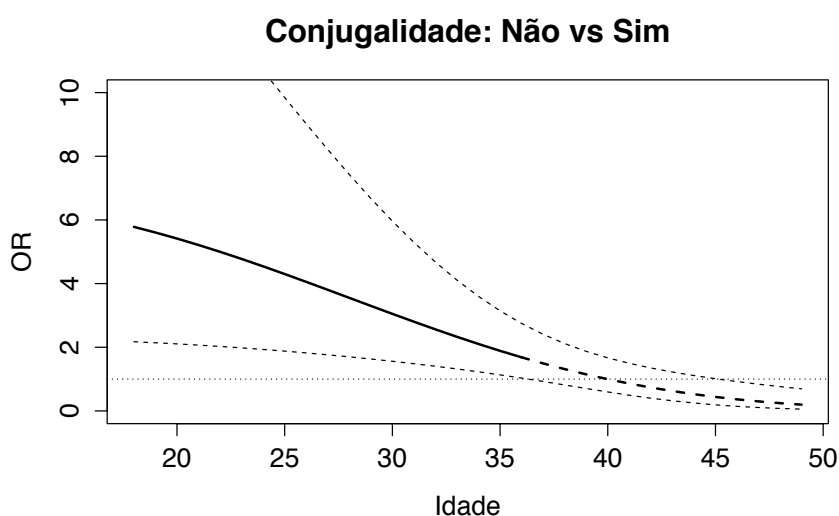
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Embora o período fértil feminino potencialmente se prolongue até os 49 anos de idade, a figura 5.23(b) evidencia que entre as mulheres há uma subida exponencial das probabilidades de se permanecer sem filhos a partir de idades ainda relativamente distantes do termo do período reprodutivo. Complementarmente, o comportamento feminino consoante o número de horas em que participa no trabalho remunerado é bastante semelhante, com o acentuar das probabilidades das mulheres “decidirem” permanecer infecundas a partir dos trinta e poucos anos de idade. No caso dos homens, embora estes também sintam o “peso” da idade, o acentuar destas

probabilidades tende a ocorrer em idades um pouco mais tardias, principalmente quando estes participam de forma mais intensa no mercado de trabalho.

Tais resultados permitem confirmar a hipótese 5.1, onde se presumira que à medida que a idade avançasse, maiores seriam as probabilidades de permanecer sem filhos, sendo que este aumento poderia ocorrer em períodos relativamente afastados do término do período reprodutivo.

Figura 5.24: OR, e respetivos IC a 95 % (linhas a pontilhado), para os indivíduos sem filhos residentes em Portugal, que não vivem em conjugalidade (de direito ou de facto) em relação aos que vivem, em função da idade³⁹, para quem não tem filhos e não pretende tê-los em relação aos que pensam vir a ter, residentes em Portugal



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE)

A conjugalidade, também demonstra ser uma componente fundamental para os planos reprodutivos entre os residentes em Portugal, nomeadamente para aqueles com idades até aos 36 anos, em que a ausência de um relacionamento conjugal favorece a que não venham a transitar para a parentalidade. Entretanto, para aqueles que vivendo em conjugalidade atinjam os 36 anos de idade sem ter experimentado a paternidade ou maternidade, o facto de viverem com um cônjuge ou companheiro deixa de ser um fator protetor em relação ao *childlessness* permanente, uma vez que a partir desta idade, deixa de haver diferenças estatisticamente significativas entre os que não vivem em coabitação ou casamento relativamente aos que vivem.

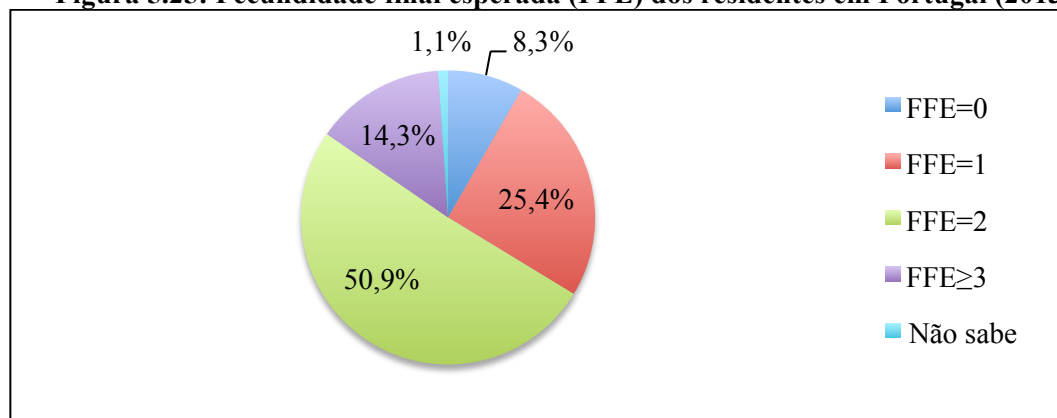
³⁹ A interrupção da linha contínua por linhas a tracejado delimitam as idades entre as quais a diferença entre quem vive e quem não vive em conjugalidade deixam de ser significativas.

5.3.2 – Filho único

Tendo-se encontrado os principais fatores que potenciam que um determinado indivíduo seja mais suscetível de não ter transitado para a parentalidade, bem como de não vir a transitar, pretende-se a partir de agora olhar para a intenção de ter apenas um único filho ao longo de toda a vida reprodutiva. Apesar de ser dominante em Portugal o modelo familiar ideal de dois filhos, a maioria das famílias têm apenas um filho (Oliveira, 2012; Mendes, 2012), importando assim, olhar mais atentamente para esta temática.

A partir da junção da fecundidade realizada e da intenção de vir a ter filhos ao longo do ciclo reprodutivo, é possível fazer um exercício para antever a fecundidade que os indivíduos esperam ter no término do seu período reprodutivo (fecundidade final esperada), ou seja, predizer aqueles que pretendem terminar a sua vida reprodutiva sem nenhum filho (*childlessness* permanente) como foi examinado anteriormente, mas também prognosticar aqueles que pretendem ter como descendência final apenas um filho ou, ter dois ou mais filhos.

Figura 5.25: Fecundidade final esperada (FFE) dos residentes em Portugal (2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

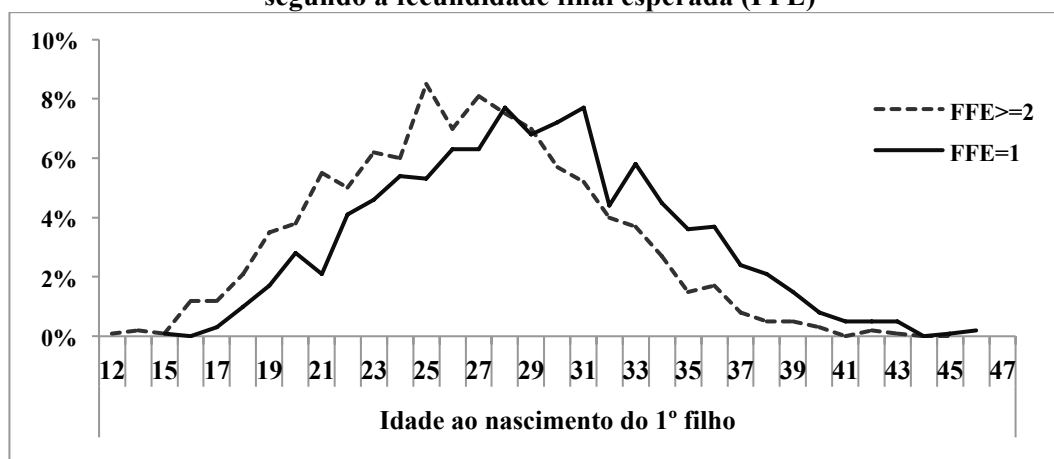
Nota: fazem parte desta análise a totalidade dos indivíduos (18-54 anos) da amostra, com ou sem filhos à data do inquérito.

A figura 5.25 evidencia que a ‘norma dos dois filhos’, ou seja, o desejo pela descendência final de dois filhos, constitui a vontade da grande maioria dos residentes em Portugal. Em contrapartida, as famílias mais alargadas, ou seja, com três ou mais filhos, são aspirações menos frequentes (14,3%) inclusive que as descendências de filho único (25,4%). Estes dados sinalizam para a crescente importância que as descendências de filho único têm vindo a assumir no panorama da fecundidade

portuguesa, às expensas das descendências mais numerosas, uma vez que a norma dos dois filhos ainda predomina nas aspirações de uma indiscutível maioria.

Examinando-se as descendências finais de filho único, caracterizadas por muitos estudiosos (por exemplo, Cunha, 2012a; Oliveira, 2012) como sendo a principal responsável pelos atuais baixos níveis de fecundidade registados em Portugal, procura-se primeiramente, através de uma análise exploratória, evidenciar o calendário da entrada na parentalidade, ou seja, a idade ao nascimento do primeiro filho, entre aqueles que pretendem transitar para segundas ordens de nascimento ou superiores e, aqueles cuja descendência final esperada deverá ficar pelo filho único.

Figura 5.26: Idade ao nascimento do primeiro filho entre os residentes em Portugal (%) segundo a fecundidade final esperada (FFE)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: apenas fazem parte desta figura as pessoas (18-54 anos) que já entraram na parentalidade, sendo que os indivíduos ainda sem filhos não puderam ser contemplados.

Com efeito, constata-se que aqueles que pretendem ter uma descendência final de, pelo menos dois filhos, entraram na parentalidade mais cedo do que os que pretendem ter descendências únicas. Enquanto os picos da curva para os que tencionam ter mais que um filho se situam nos 25 e nos 27 anos, para aqueles que pretendem ter um único filho, o pico da curva desloca-se para os 28 e 31 anos (figura 5.26). E ainda, enquanto metade (50%) da proporção dos que esperam ter dois ou mais filhos tem um primeiro nascimento até os 26 anos de idade, quase metade (46%) dos que pretendem ter um só filho o fazem a partir dos 30 anos de idade (dados não apresentados na tabela 5.26).

Quando se consideram as idades médias (e medianas) com que os indivíduos ainda sem filhos pretendem entrar na parentalidade, de forma similar, verifica-se que tanto os homens quanto as mulheres que pretendem ter uma descendência final de

dois ou mais filhos tencionam entrar na parentalidade mais cedo relativamente aos que pretendem ter descendências de filho único.

Tabela 5.2: Idade média (e mediana) com que os indivíduos sem filhos pretendem entrar na parentalidade, segundo a fecundidade final esperada (FFE), Portugal

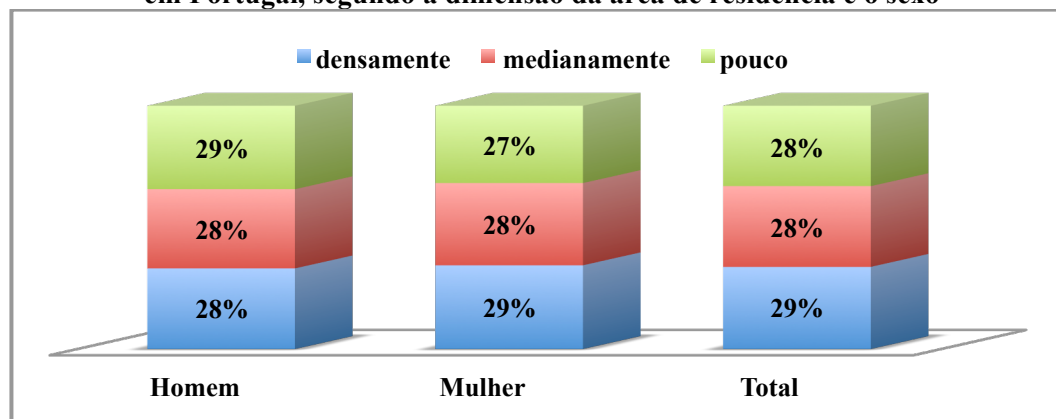
	FFE=1		FFE=2	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade mediana	35,0	33,0	30,0	30,0
Idade média	37,4	34,1	32,8	30,2
Desvio padrão	10,2	6,6	7,7	4,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador

Nota: apenas fazem parte desta análise os indivíduos (18-54 anos) que ainda não entraram na parentalidade, mas que o desejam fazer.

Metade daqueles homens que pretendem ter apenas um filho deseja tê-lo a partir dos 35 anos, enquanto os que pretendem ter dois ou mais filhos pretende ter o seu primeiro filho antes dos 30 anos de idade. Entre as mulheres, metade daquelas que desejam ter apenas um filho desejam tê-lo a partir dos 33 anos, ao passo que aquelas que desejam ter mais que um filho, metade pretende entrar na maternidade até aos 30 anos de idade (tabela 5.2).

Figura 5.27: Distribuição das descendências de filho único (FFE=1)⁴⁰ entre os residentes em Portugal, segundo a dimensão da área de residência e o sexo



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise apenas os indivíduos 18-54 anos (com ou sem filhos à data do inquérito) que reportaram como fecundidade final esperada apenas um filho.

Interessante notar, através da distribuição apresentada na figura 5.27, que a proporção de indivíduos que referem uma fecundidade final de apenas um filho não apresenta assimetrias relevantes consoante o grau de urbanização da área de residência. Pessoas que residam em grandes centros urbanos, quer homens, quer

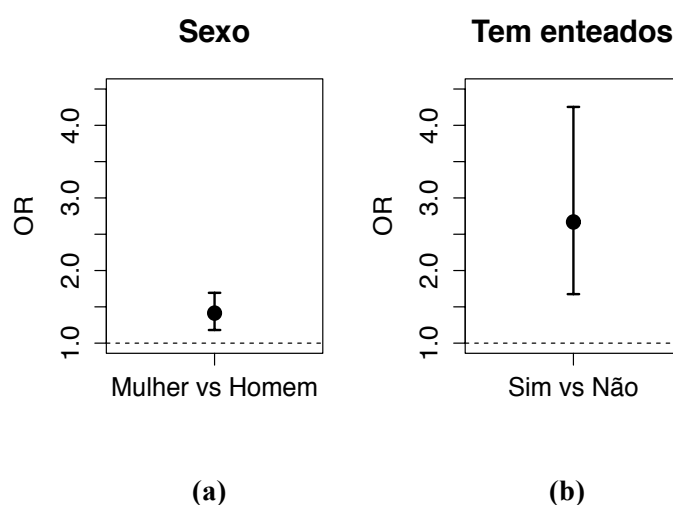
⁴⁰ As percentagens apresentadas referem-se somente à fecundidade final (FFE) esperada de filho único, sendo a diferença relativa à fecundidade desejada superior a um filho. Exemplo: para os homens, residentes em áreas densamente povoadas, enquanto 28% referem uma FFE igual a um filho, 72% (percentual omitido) referem uma fecundidade final esperada superior a um filho.

mulheres, apresentam proporções bastante semelhantes àsquelas exibidas pelos indivíduos que residam em lugares de menores dimensões ou de média dimensão. Estas proporções parecem sinalizar que a opção por descendências restritas (filho único), não deverão variar significativamente consoante a dimensão da área de residência.

Numa análise que procura agora, explicar os principais determinantes que conjuntamente melhor explicam a decisão de ter como fecundidade final apenas um filho, apresenta-se o modelo de regressão logística para as descendências únicas, identificando-se apenas os resultados estatisticamente significativos no modelo ajustado. As estimativas dos coeficientes deste modelo, a sua capacidade discriminativa e o teste de bondade de Hosmer e Lemeshow estão apresentadas nos anexos 19 e 20.

Os resultados deste modelo de regressão logística permitem identificar como fatores explicativos da decisão de ficar pelo filho único, o sexo, a idade, o nível de escolaridade, a presença de um relacionamento conjugal, o facto do(a) cōnjuge ou companheiro(a) já ter algum filho, a idade ao nascimento do primeiro filho, o escalão de rendimento *per capita*, a compensação (“preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições”), o número ideal de filhos para uma família, o agregado parental de origem, e ainda, o nível de escolaridade dos pais.

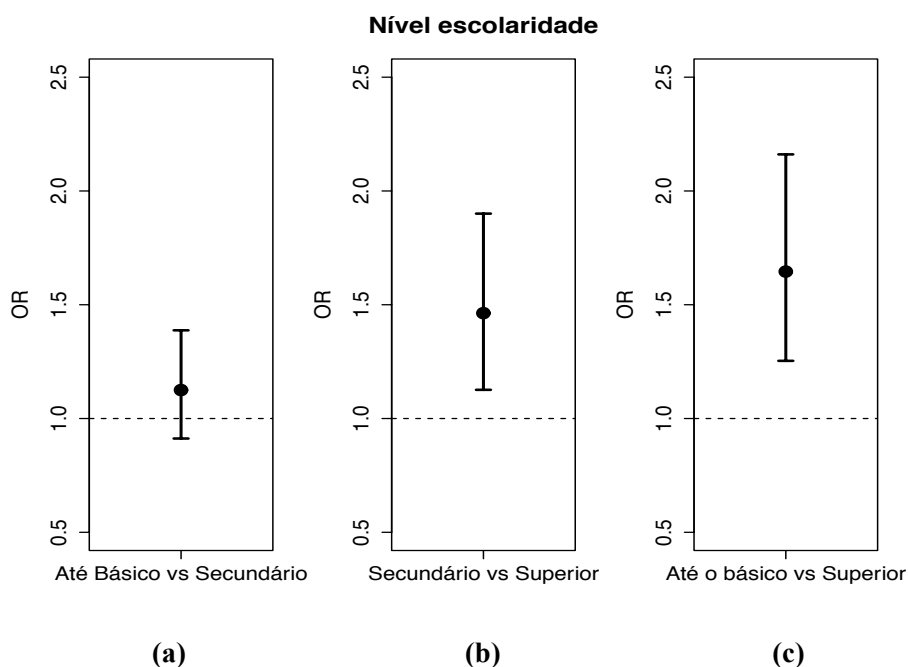
Figura 5.28: OR e respectivos IC a 95 % das variáveis “Sexo” e “Tem enteados” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Admitindo fixas as demais covariáveis do modelo pode-se concluir, que o sexo constitui uma importante variável no que respeita à decisão por uma descendência final mais restrita (filho único), com as mulheres apresentando cerca de 40% mais possibilidades (figura 5.28a) relativamente aos homens, corroborando-se portanto a hipótese 5.2. Outra componente chave referente a esta “opção” relaciona-se com o facto de o(a) cônjuge ou companheiro(a) já ter algum filho – fruto de um relacionamento anterior – uma vez que aqueles que têm algum enteado revelam quase o triplo das possibilidades (figura 5.28b) de terem uma fecundidade final assente no filho único.

Figura 5.29: OR e respectivos IC a 95 % da variável “Nível de escolaridade” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho

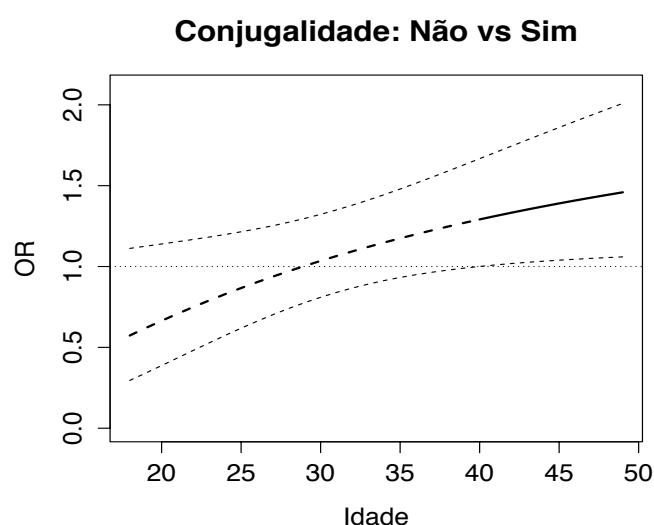


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Quanto ao nível de escolaridade do indivíduo, apesar do adiamento para se entrar na parentalidade que o prolongamento dos percursos escolares geralmente implica, é possível verificar que ele possui um efeito protetor contra descendências mais reduzidas, uma vez que são aqueles com ensino superior os menos suscetíveis a optarem ficar pelo filho único, enquanto os indivíduos com um nível de ensino secundário e básico (principalmente) são os que mais possibilidades apresentam de optar por este tipo de descendência final.

Estes resultados permitem corroborar a hipótese 5.3, onde se conjectura que apesar do adiamento da entrada na parentalidade que o prolongamento das trajetórias escolares fomentam, pessoas com maiores níveis de educação poderiam ser menos propensas a desejarem findar o seu período reprodutivo com apenas um filho.

Figura 5.30: OR e respectivos IC a 95 % (linhas a pontilhado) da variável “Vive em conjugalidade” em função da “Idade” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho⁴¹



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

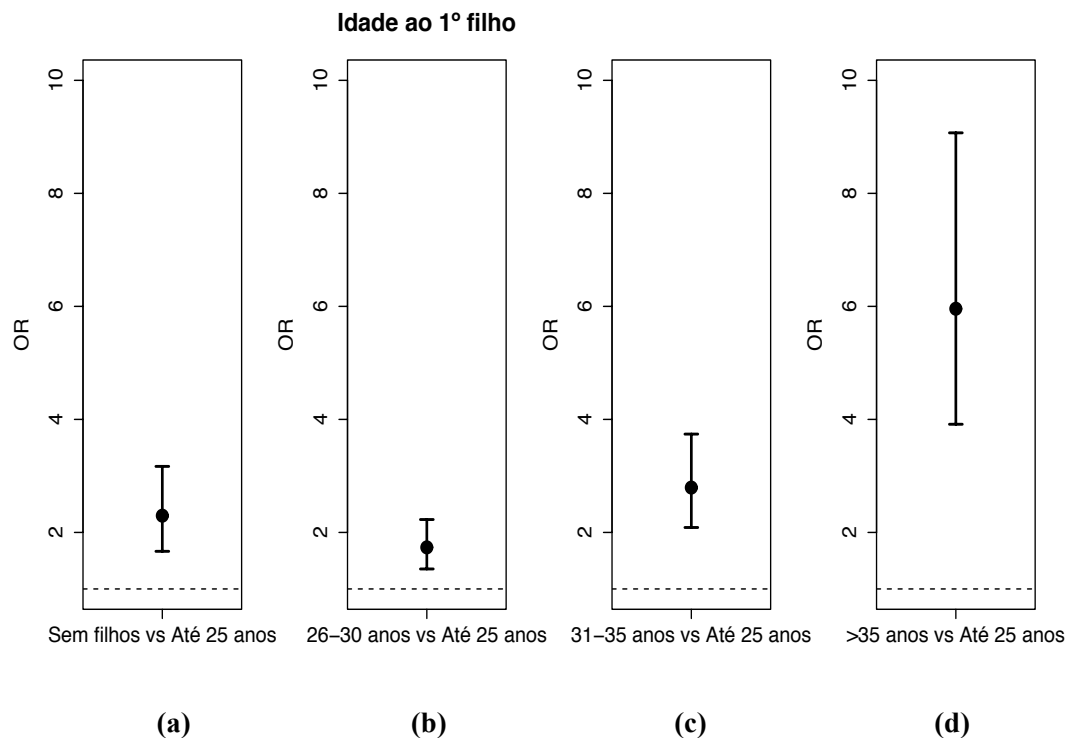
A presença de um relacionamento conjugal em conjugação com a idade do indivíduo (a exemplo da decisão de não vir a transitar para a parentalidade), também demonstra ser relevante nas decisões relativas ao *quantum* da fecundidade. Um indivíduo com 40 anos de idade e que não viva em união conjugal, tem cerca de 30% mais possibilidades de ficar pelo filho único do que um outro de mesma idade e que viva em união. Para aqueles com, por exemplo, 45 anos de idade, estas possibilidades sobem para cerca de 40%, atingindo os 50% aos 49 anos de idade. Embora as diferenças apenas se tornem estatisticamente significativas a partir dos 40 anos de idade como se observa na figura 5.30, é possível verificar que a tendência de aumento destas possibilidades inicia-se por volta dos trinta e poucos anos de idade.

O adiamento do nascimento do primeiro filho constitui, indubitavelmente, uma das determinantes mais significativas no que concerne ao *quantum* da

⁴¹ A linha a tracejado delimita as idades entre as quais a diferença entre quem vive e quem não vive em conjugalidade deixam de ser significativas.

fecundidade que se espera concretizar, condicionando assim as possibilidades de se avançar para um segundo (ou posterior) filho. Os que mais cedo entram na parentalidade são os que demonstram menores chances de terminar a sua vida reprodutiva com apenas um filho (figura 5.31), sendo por isso mais suscetíveis de progredirem para ordens de nascimento superiores a um filho.

Figura 5.31: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Idade ao nascimento do primeiro filho” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho

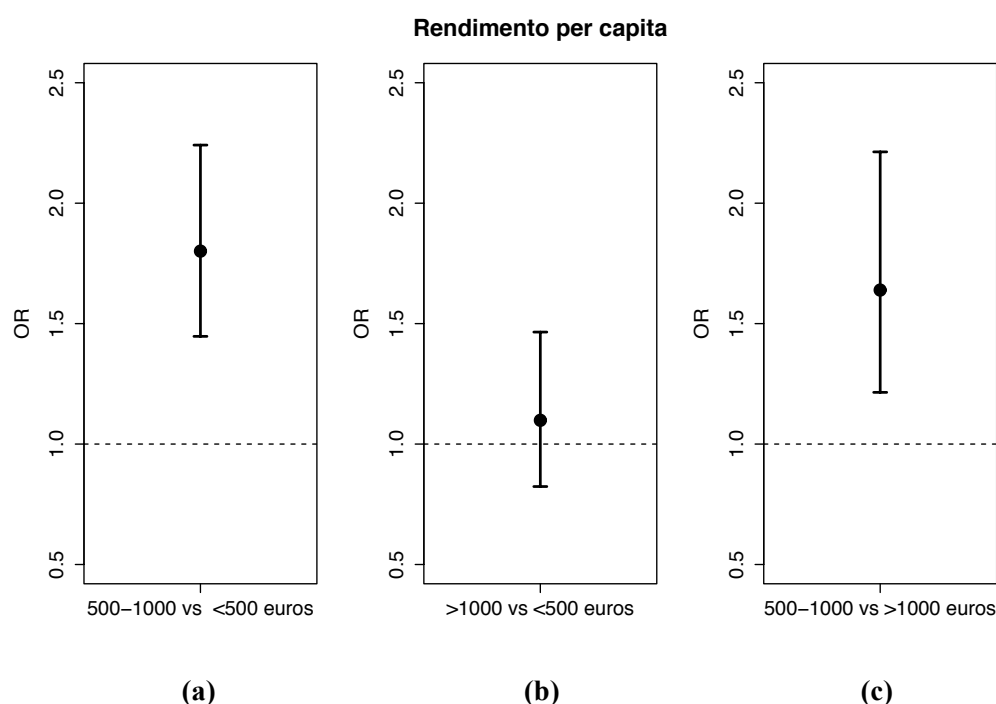


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Segundo a figura 5.31, aqueles que entraram na parentalidade entre os 26 e os 30 anos (b) de idade têm cerca de 75% mais possibilidade de não ter mais que um filho relativamente àqueles que iniciaram a sua vida reprodutiva até aos 25 anos. Se o nascimento do primeiro filho ocorrer entre os 31 e 35 anos (c), estas possibilidades sobem para quase 3 vezes mais e, quando ocorre em idades ainda mais avançadas, ou seja, após os 35 anos, estas possibilidades são cerca de 6 vezes maiores (d). Já aqueles que ainda não têm filhos apresentam 2,3 vezes mais chances (a) de ter apenas um filho em todo o seu período reprodutivo do que aqueles que transitaram para a parentalidade até no máximo aos 25 anos de idade.

Novamente, embora os dados não permitam obter a direção de causalidade – ou seja, se é ter o primeiro filho mais tardiamente que condiciona a expectativa de se ficar pelo filho único, ou se é o facto de não se desejar ter mais que um filho que contribui para protelar o adiamento do nascimento deste filho, podendo ser ainda uma combinação de ambas as situações⁴² – as evidências, contudo, não deixam dúvidas de que quanto mais tardia for a idade ao nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de se terminar o período reprodutivo com apenas um filho.

Figura 5.32: OR e respectivos IC a 95 % da variável “Classes de rendimento *per capita*” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho

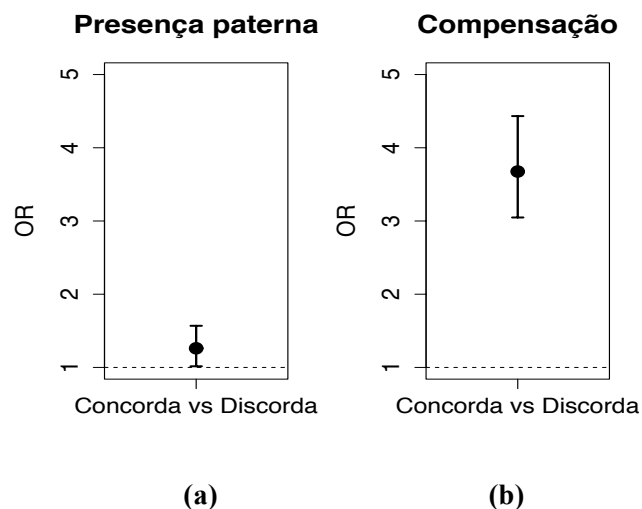


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

O nível de rendimento *per capita* também se mostra relevante para a decisão sobre a descendência final esperada. A figura 5.32 permite inferir uma curva em forma de “U”, indicando que aqueles com rendimentos *per capita* entre 500€ e 1000€ são mais propensos a ficar pelo filho único do que aqueles cujo rendimento se situa abaixo de 500€ (c) ou acima de 1000€ (a). Já aqueles que têm um rendimento *per capita* superior a 1000€ não se diferenciam estatisticamente daqueles com rendimento inferior a 500€ nas possibilidades de se ficar pelo filho único.

⁴² Tal como nesta situação, em muitos casos não é possível controlar o problema da endogeneidade, em função da causalidade entre algumas variáveis explicativas e as decisões de fecundidade. Neste âmbito, é possível que a variável explicativa (idade ao nascimento do 1º filho) possa ser tanto consequência como causa da variável dependente (decisão de ter um único filho ao término da vida reprodutiva).

Figura 5.33: OR e respectivos IC a 95 % das variáveis “Compensação”⁴³ e “Presença paterna”⁴⁴ para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

As questões relativas aos valores familiares parecem continuar sendo uma parte integrante das decisões reprodutivas, com impacto sobre a dimensão da descendência que se pretende concluir. A “compensação”, ou seja, “menor quantidade” *versus* “maior investimento nos filhos”, medida pela questão: “é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”, sobressai, juntamente com a idade ao nascimento do primeiro filho, como uma das determinantes cruciais no que respeita às expectativas de se ficar pelo filho único.

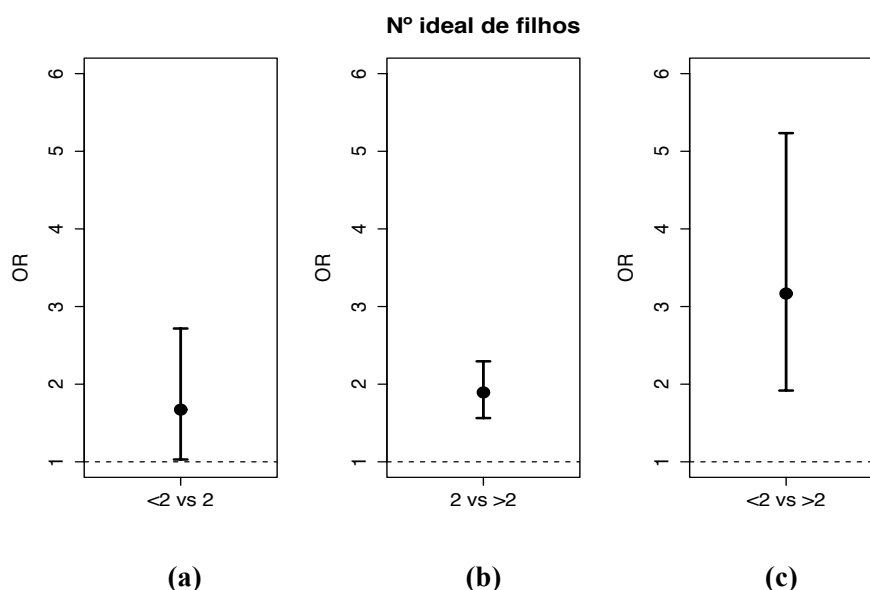
Aqueles que concordam que é preferível ter um só filho para que este tenha melhores oportunidades e menos restrições, são quase 4 vezes mais propensos a ter como descendência final apenas um filho. Já aqueles que concordam que é prejudicial, para uma criança até a idade escolar, que o pai trabalhe fora de casa, têm 27% mais possibilidades de não ter mais que um filho.

A dimensão ideal familiar também confirma-se como uma componente fundamental no delineamento da fecundidade final esperada: quanto menor for o número de filhos considerados como ideal para uma família, maiores são as possibilidades de se terminar o período reprodutivo com apenas um filho.

⁴³ “É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?”

⁴⁴ “É prejudicial, para uma criança até à idade escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”

Figura 5.34: OR e respetivos IC a 95 % da variável “Número ideal de filhos para uma família” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013(INE).

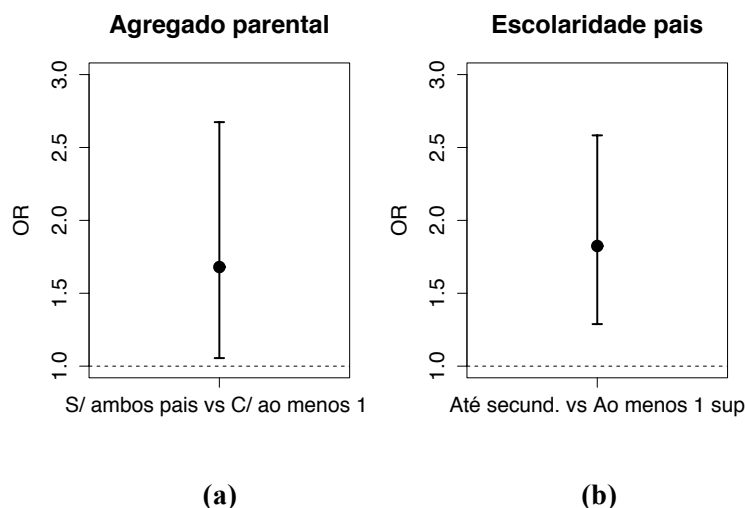
Aqueles cujo número ideal de filhos se situa na norma, ou seja, nos dois filhos, têm cerca de 2 vezes mais possibilidades de terminar o seu período reprodutivo com apenas um filho relativamente aos que referem ideais mais alargados (com três ou mais filhos). Se o número ideal de filhos para uma família for inferior a dois, estas possibilidades elevam-se para 3 vezes mais. Tais resultados indicam que apesar dos ideais de fecundidade não poderem ser considerados como indicadores diretos da fecundidade concluída, ideais familiares mais restritos contribuem para que a fecundidade final também seja mais restrita.

Tais resultados confirmam assim a hipótese 5.4, onde se presumia que os valores relativos à parentalidade e aos filhos, como sejam um mais reduzido número ideal de filhos e o facto de se achar que é preferível ter um só filho com mais oportunidades poderiam se configurar como fatores que estimulariam a opção pela descendência final de filho único.

Para além do contexto atual configurar-se como um importante determinante para aos planos reprodutivos, constata-se que o contexto da família de origem também afeta significativamente o propósito de optar pela descendência de filho único, já que pessoas oriundas de agregados parentais que não contavam com a presença de ambos ou ao menos um dos pais (ou seja, pessoas que foram criadas por outros parentes),

têm cerca de 70% mais possibilidade de terminar seu período reprodutivo com apenas um filho do que aquelas que cresceram junto dos pais.

Figura 5.35: OR e respectivos IC a 95 % das variáveis “Agregado parental de origem” e “Nível de escolaridade dos pais” para os residentes em Portugal, que esperam ter como fecundidade final apenas um filho relativamente aos que esperam ter mais que um filho



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Adicionalmente, indivíduos procedentes de famílias em que pelo menos um dos pais tenha um nível de ensino superior são menos suscetíveis a perspetivarem descendências de filho único, relativamente àqueles cujos pais tenham até, no máximo, o ensino secundário, sendo que estes últimos são quase 2 vezes mais suscetíveis de eleger descendências únicas do que os seus homólogos oriundos de agregados familiares com um maior nível de escolaridade (ao menos um dos pais com ensino superior).

Desta forma, tanto os indivíduos com um maior nível de escolaridade, quanto os indivíduos em que pelo menos um dos pais tenha um maior nível de escolaridade, destacam-se como sendo menos suscetíveis de terminarem o seu período reprodutivo com apenas um filho. Tais resultados demonstram que o contexto familiar de origem ainda tem um peso significativo nas decisões de fecundidade e que o prolongamento das trajetórias escolares, apesar do adiamento que implica, não são potenciadores das descendências mais contidas.

5.4 – Síntese e discussão dos resultados

Num contexto em que tem havido um sustentado declínio da fecundidade,

procurou-se evidenciar algumas das características determinantes para o entendimento da temática do *childlessness* e das descendências de filho único, que em muito têm contribuído para as baixas taxas de fecundidade que ora se verificam na sociedade portuguesa.

Como ressalta Rowland (2007), embora o fenómeno do *childlessness* (infecundidade) não seja recente, tendo inclusive atingido maiores proporções do que aquelas atualmente verificadas, no passado este evento parece ter sido mais imperceptível, uma vez que ocorreu em contextos de altas taxas de fecundidade, enquanto atualmente, dada as baixas taxas de fecundidade, a sua visibilidade tende a ser maior.

Assim como refere a literatura corrente (por exemplo, Kohler *et al.*, 2002; Morgan, 2003; Koropeckyj-Cox & Pendel, 2007; Sobotka, 2008; Morgan & Rackin, 2010; Cunha, 2012a, 2012b; Testa, 2012a), constata-se que, também em Portugal, a parentalidade permanece uma aspiração bastante valorizada, pois a grande maioria dos indivíduos têm pelos menos um filho e entre aqueles que ainda não têm nenhum filho, uma fração considerável pretende tê-los, o que nos deixa com uma proporção em torno de 8,3% de pessoas que pretendem terminar o seu período reprodutivo sem experienciar a parentalidade.

Apesar do aumento do *childlessness* em muitos dos países desenvolvidos (Basten, 2009), Portugal quando comparado aos demais países Europeus, ainda se encontra distante dos elevados padrões apresentados por alguns destes países, como por exemplo, a Holanda, Áustria e Alemanha, não se destacando assim pela elevada proporção de pessoas nesta condição, como aliás também concluíram Cunha (2012a), Frejka (2008), Tanturri e Mencarini (2008) e, como se depreende da tabela 4.14. Entretanto, face ao retardar do calendário reprodutivo, a fração daqueles que apesar de desejarem a parentalidade poderão nunca vir a experimentá-la poderá exceder os 8,3% das intenções declaradas de não o fazer.

Não obstante o quase generalizado desejo de se tornar pais e mães, para uma considerável parcela (cerca de 47%) da população, a parentalidade não é condição *sine qua non* para a sua realização pessoal, o que é válido mesmo para aqueles que são ou pretendem tornar-se pais/mães, como já indiciava Cunha (2010) a partir da

utilização de dados coletados ainda em finais dos anos 1990⁴⁵. No referido estudo, Cunha (2010) já assinalava a existência de uma notável fração de homens e mulheres em idades reprodutivas, residentes em Portugal, que concebiam outras fontes de gratificação que não a parentalidade. Estes resultados parecem corroborar o argumento de Van de Kaa (2004) e Ariès (1980), de que ter filhos nem sempre é um pré-requisito para se alcançar a autorrealização, embora as evidências deixem claro que a parentalidade continue a ser amplamente desejada, constituindo a aspiração de cerca de 90% da população portuguesa.

Ao contrário do que se poderia pensar, não é o facto de não poder ter filhos⁴⁶, ou ter atingido idades avançadas sem tê-los, o que determina pensar que a realização pessoal não passa pelos projetos de parentalidade, sendo principalmente entre os mais jovens que se verifica a maior proporção daqueles que admitem tal consideração, o que, por seu turno, sugere indicar uma crescente aceitação dos estilos de vida que não contemplem a presença de crianças (Koropecjy-Cox, 1998; Koropecjy-cox & Pendel; 2007; Sobotka, 2008; Tanturri & Mencarini, 2008), nomeadamente entre as gerações mais jovens, cujas posturas tendem a ser mais tolerantes relativamente a certos valores e atitudes, quando comparadas às gerações mais velhas (Inglehart, 2008).

Entretanto, entre os indivíduos que não têm filhos, aqueles que concordam que a realização pessoal não passa pelos projetos de parentalidade, como seria de esperar, mostram-se mais propensos a encerrarem a sua carreira reprodutiva sem experimentá-la. Estas decisões, possivelmente, podem estar relacionadas com a busca de realização pessoal em outros domínios da vida, como por exemplo, numa carreira profissional mais ativa, bem como na recusa em aceitar os sacrifícios que a parentalidade implica (Tanturri & Mencarini, 2008), nomeadamente nos atuais contextos, em que esta tem assentado em critérios muito mais exigentes do que outrora (Qu *et al.*, 2000; Morgan, 2003; Sobotka, 2008; Morgan & Rackin, 2010), o que pode gerar, para alguns, a sensação de possível incapacidade no cumprimento de tais responsabilidades (Weston & Qu, 2001).

⁴⁵ Os dados utilizados por Cunha (2010) são provenientes do Inquérito à Fecundidade e Família, realizado pelo INE em 1997.

⁴⁶ A proporção daqueles que relataram não poder ter filhos, soma apenas 1,5% do total dos que discordam com a afirmação de que “um homem ou uma mulher precisam ter filhos para se sentirem realizados”.

Ainda que a dimensão familiar ideal seja um teto hipotético para o número de filhos que os indivíduos gostariam de ter ao longo da sua vida reprodutiva (Westoff & Ryder, 1977; Bongaarts, 1998; Testa & Grilli, 2006; Philipov, 2009a; Sobotka, 2009; Testa, 2012a, 2012b), ela continua a ter um papel relevante nas decisões de fecundidade e particularmente no *tempo* da entrada na vida reprodutiva. Indivíduos que idealizam uma descendência mais alargada (3 ou mais filhos), têm mais chances de já terem entrado na parentalidade do que aqueles que idealizam descendências mais reduzidas, sendo que estes últimos são também mais prováveis de não transitar para a parentalidade ou terminar o seu período reprodutivo com apenas um filho, corroborando-se o argumento de Goldstein *et al.* (2003), de que os ideais de fecundidade mais restritos contribuem para a persistência das baixas taxas de fecundidade.

Se a transição para a parentalidade parece ser destino praticamente certo entre a maioria dos residentes em Portugal, bem como na generalidade dos países da Europa do Sul como salientaram Kohler *et al.* (2002), a transição para um segundo filho e para ordens superiores – como também concluiu Oliveira (2012) – já se torna bem mais incerta, dado que $\frac{1}{4}$ da população pretende terminar o seu período reprodutivo com apenas um filho.

Como as intenções de fecundidade se tornam contingentes no longo prazo (Philipov, 2009a) e, subsequentes adiamentos podem conduzir a um “reajuste” destas mesmas intenções, a proporção daqueles que poderão findar o seu período reprodutivo com apenas um filho poderá vir a ser superior às intenções declaradas de o fazer (25% da população), evidenciando-se assim a noção de que as descendências de filho único podem ser o resultado de expectativas mais realistas (em função do adiamento e das circunstâncias que as caracteriza) e não apenas uma questão de preferências (Blake, 1981).

A idade, como refere a literatura corrente (Engelhardt, 2004; Philipov, 2009a; Spéder & Kapitány, 2009; Buber *et al.*, 2012), revela-se indubitavelmente um elemento central nas decisões reprodutivas. Como era expectável, é essencialmente entre os mais jovens onde se verifica uma maior proporção dos que não entraram para a parentalidade. Se por um lado os mais jovens – dado o seu mais alargado *timing* fértil – ainda esperam ter filhos em algum momento de sua vida (Philipov, 2009a; Merz & Liefbroer, 2010), por outro lado, aqueles cujas idades se vão aproximando do

fim do período fértil tornam-se mais inclinados a permanecerem sem filhos como também já havia concluído Morgan (1991).

Entretanto, influenciados pelas normas sociais vigentes (Ajzen & Klobas, 2013), os limites sociais – idades a partir das quais os indivíduos consideram inadequadas ou “tarde demais” para ter filhos – coexistem com os limites biológicos, sendo os primeiros – como apontam Billari *et al.* (2011) e demonstram, por exemplo, a figura 5.23 – consideravelmente inferiores aos segundos, nomeadamente entre as mulheres, conforme propuseram Weston & Qu (2001).

Todavia, o avançar da idade possui um peso diferenciado entre homens e mulheres, pesando-se mais para estas últimas, dado que as suas expectativas de transitar para a maternidade começam a diminuir rapidamente a partir dos trinta e poucos anos de idade, ao passo que as aspirações dos homens, pelo contrário, se mantêm até idades um pouco mais tardias, como aliás, também já havia sinalizado Cunha (2010, 2012b).

Desta forma, a idade ao nascimento do primeiro filho, tanto entre as mulheres quanto entre os homens, destaca-se como uma das determinantes mais significativas do comportamento reprodutivo (Machado, 2012), condicionando tanto a ‘presença’ como o *quantum* dos filhos que se espera atingir (Rowland, 1998; Joffe *et al.*, 2009; Adsera, 2011a), sendo que a ausência de filhos pode ser o resultado final de uma série de adiamentos (Morgan, 1991; Weston & Qu, 2001; Lutz, 2006; Merz & Liefbroer, 2010), nomeadamente entre as mulheres, dado o declínio da sua capacidade de conceber nas idades mais tardias – capacidade esta, que segundo Lutz (2006), começa a declinar por volta dos 30 anos, tornando-se significativamente reduzida após os 35 anos.

Ao elevar a idade ao nascimento do primeiro filho, os indivíduos de forma geral e as mulheres em particular – cujo período fértil é mais delimitado que o dos homens – para além de terem um maior risco de infertilidade involuntária (Morgan, 1991; Lutz, 2006; Machado, 2012) possuem também um mais reduzido intervalo de tempo para alcançar os seus planos reprodutivos (Morgan, 1991; Sobotka, 2009), o que eleva a sua propensão de também terminar o período fértil com menos filhos do que se desejou inicialmente, sendo que quanto maior for o adiamento, maiores são as possibilidades de se ficar pela descendência do filho único, como observaram Spéder

e Kapitány (2009) no seu estudo para a Hungria. Também é nesta direção que evidenciam as análises de Adsera (2011b) no seu estudo para as mulheres residentes em Espanha, ao destacar que aquelas que se tornaram mães mais tardiamente tinham menores probabilidades de terem progredido para um segundo filho, bem como uma menor fecundidade concluída.

Tais resultados evidenciam assim, o importante papel que o adiamento exerce nas questões reprodutivas e sobre a fecundidade final dos indivíduos, influenciando tanto a proporção de *childlessness* e de filhos únicos, quanto no facto de não se atingir a dimensão familiar inicialmente planeada, sendo por isso, em grande parte, responsável pelas baixas taxas de fecundidade que presentemente se verificam (Van de Kaa, 1998, 2002; Frejka & Sobotka, 2008; Spéder & Kapitány 2009; Maciel *et al.*, 2012a; Oliveira, 2012).

Conforme sugeriram Parr (2007) bem como Ajzen e Klobas (2013), as decisões reprodutivas ainda permanecem influenciadas por atitudes e valores. Como os recursos parentais são finitos e um maior número de filhos tendem a diluí-los (redistribuição), implicando por isso um menor investimento em cada criança (Blake, 1981; Downey, 1995), a “convicção” de que é preferível ter um só filho com mais oportunidades do que ter uma descendência mais numerosa e de “futuro incerto” (Badinter, 1985) – que por seu turno tende ainda a refletir a importância das normas sociais acerca do valor e do ‘lugar’ dos filhos (Ajzen & Klobas, 2013) – tem um peso significativo nas decisões de fecundidade e na dimensão potencial da fecundidade que se espera concluir, sendo aqueles que concordam que é melhor ter um só filho com menos restrições, os mais propensos a ainda não se terem tornado pais ou mães, bem como os mais suscetíveis de ficarem pela descendência de filho único.

Em linha com Easterlin (1976), Johansson (1997) e Cunha (2010), estes resultados indicam que a opção pela descendência de filho único também reflete as aspirações que os pais têm acerca das oportunidades futuras dos filhos, como aliás também propôs Downey (1995), sinalizando que os filhos continuam a ocupar um papel de relevo no seio familiar, com uma grande valorização de sua posição (Becker & Lewis, 1974; Becker & Tomes, 1976; Hagen *et al.*, 2006; Morgan, 2003; Morgan & Rackin, 2010; Reher, 2011; Tanturri & Mencarini, 2008). Ao que tudo indica a limitação do número de filhos e, especialmente a decisão por descendências restritas,

passam pela manutenção de um melhor padrão de vida para a família em geral e para os filhos em particular.

Sendo a chegada de um filho uma decisão muito mais amadurecida e ponderada do que outrora (Giddens, 2006), e as suas oportunidades futuras pensadas antes mesmo de sua chegada (Mills *et al.*, 2011), o familismo – como propôs Dalla Zuanna (2001) – parece contribuir para gerar maiores preferências por descendências mais reduzidas como uma estratégia para assegurar maiores privilégios e oportunidades para cada criança, especialmente num contexto em que restrições económicas (ou de outros carizes) se consubstanciam como importantes fatores que podem colocar em causa o futuro dos filhos (Adsera, 2006a).

Ademais, como lembrou Lutz (2006), devido à diminuição da fecundidade ao longo das últimas décadas, os jovens atuais tiveram de partilhar os recursos parentais com menos irmãos, tendendo ainda a terem aspirações de consumo mais elevadas. Se as aspirações resultam da própria experiência de socialização como propõe Easterlin (1976), esta infância e juventude com maiores recursos e investimentos terão reflexos na idade da transição para a vida adulta e para a parentalidade, conforme sugere Livi-Bacci (2001b).

Segundo Livi-Bacci (2001b:151), aqueles jovens que tendo um rendimento salarial ainda permanecem em casa dos pais, gozando de considerável liberdade e um bom padrão de vida, podem não estar dispostos a abrir mão de tal situação para constituir um domicílio independente, na medida em que isto possa implicar uma queda neste mesmo padrão de vida. Assim para além do familismo gerar preferências por descendências mais reduzidas, ele pode contribuir ainda para o adiamento da saída da casa dos pais (Dalla Zuanna, 2001) – uma etapa importante da transição para a vida adulta e para a parentalidade.

Com efeito, os dados apontam que a baixa fecundidade portuguesa parece estar associada ao adiamento da saída da casa dos pais, em paralelo com o aumento da idade à conjugalidade e ao prolongamento dos percursos escolares (Almeida *et al.*, 1998; Reher, 1998; Billari & Kohler, 2002; Van de Kaa, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2007), uma vez que são os indivíduos que ainda residem com os pais – ou que não mais residindo, o fizeram mais tardiamente – onde se verifica uma mais elevada proporção dos que ainda não entraram na parentalidade.

Num contexto em que se tem verificado um aumento dos índices de desemprego e de empregos precários, nomeadamente entre os jovens, elevam-se as incertezas no início da vida adulta (Ahn & Mira, 2002; Billari & Kohler, 2002; Adsera, 2006a; Testa, 2007; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008). Como referiram Guerreiro e Abrantes (2007), bem como Billari e Kohler (2002), uma parcela considerável dos jovens tende a adiar a saída da casa dos pais, tal como o início da vida familiar (Cunha, 2012a), devido a falta de independência económica. Conforme lembraram Kohler *et al.* (2002), a assimetria entre a irreversibilidade do nascimento de um filho e a reversibilidade dos planos acerca do calendário reprodutivo (*tempo*), fornece um incentivo para adiar a decisão de ter (mais) filhos como forma de reduzir as incertezas associadas à situação económica futura.

Parafraseando Livi-Bacci (2001b:148), na medida em que “o caminho para a reprodução implica a construção gradual da estabilidade”, elevadas taxas de desemprego ou de empregos precários contribuem para aumentar a sensação de insegurança e fomentar o adiamento da formação familiar e da entrada na parentalidade (Adsera, 2006a; Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008).

De referir, tal como apontam algumas pesquisas (como por exemplo, Adsera, 2006a; McDonald, 2006), também neste estudo, as evidências apontam que as possibilidades de se ter transitado ou vir a transitar para a parentalidade são diferenciadas conforme a idade, o sexo e a jornada de trabalho, importando por isso, apreender o fenómeno a partir de uma perspectiva de género (Balbo *et al.*, 2012, Cunha, 2012a).

Os homens são mais suscetíveis de não terem (ainda) filhos, refletindo certamente a sua entrada mais tardia na parentalidade relativamente às mulheres (Heiland *et al.*, 2005), apresentando, contudo, uma maior intenção de vir a transitar, sendo que estas possibilidades encontram-se influenciadas pelo modo como estes participam do mercado de trabalho. Consistente com os resultados de Parr (2007), Philipov (2009b) e, Spéder e Kapitány (2009), confirma-se que a situação perante o emprego constitui um importante requisito para a concretização das intenções de fecundidade entre os homens.

Para os homens – tradicionalmente considerados “provedores” da família – a ausência de um trabalho pago ou de um trabalho a tempo inteiro tem um peso

acrescido na decisão de permanecer sem filhos, sendo que aqueles que participam mais intensamente no mercado de trabalho são mais suscetíveis de transitar para a parentalidade quando comparados com os seus homólogos que trabalham a tempo parcial ou não têm emprego, o que por seu turno pode estar relacionado com a sensação de uma possível falta de recursos, sinalizando que aqueles que consideram mais escassos os seus recursos são mais hesitantes em ter filhos (Easterlin, 1976).

Desta forma, apesar de ao longo das últimas décadas as responsabilidades financeiras para com a família se terem tornado menos acentuadas entre os sexos (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990), com uma progressiva erosão dos velhos modelos de masculinidade assentes no “homem-provedor” (Aboim, 2010; Wall, 2010), sendo a estratégia do “duplo salário” a opção mais racional entre os jovens (Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008), o modelo “do ganha-pão masculino” sugere não ter sido completamente abolido da sociedade portuguesa (Wall & Guerreiro, 2005; Wall, 2010), que ao que parece conserva simultaneamente traços de tradição e modernidade (Torres, 2001; Aboim, 2010).

Entre as mulheres, o número de horas dedicadas ao mercado de trabalho não se revelou estatisticamente significativo, o que significa que, entre estas, uma jornada de trabalho mais intensa não as torna mais inclinadas a abrirem mão do projeto parental do que as suas homólogas com trabalho a tempo parcial ou desempregadas, não se confirmando assim a ideia de que as mulheres mais ativas são mais propensas a recusarem o seu papel maternal (Cunha, 2005a).

No que respeita à possibilidade de se ter mais que um filho, a classe de rendimento *per capita* constitui um importante fator que condiciona a decisão de não se avançar para um segundo nascimento. Existe uma curva em forma de “U”, indicando que aqueles com rendimentos *per capita* abaixo de 500€ e acima de 1000€ são mais propensos a progredir para uma segunda ou posterior ordem de nascimento do que os indivíduos cujos rendimentos se situam entre os 500 e os 1000€ – mais propensos a ficarem pelo filho único. Uma das possíveis explicações para estes resultados é que enquanto aqueles com maiores rendimentos têm mais recursos para arcar com a criação de um segundo filho, aqueles que possuem um rendimento intermédio (entre 500 e 1000 €), possam não ser abrangidos por incentivos ou benefícios que contemplem famílias com rendimentos mais restritos (inferior a 500€), tornando assim, mais difícil a sua transição para mais elevadas ordens de nascimento.

Conforme ressalta Billari (2004), tanto o rendimento quanto a estabilidade do rendimento – uma componente da segurança financeira – são fatores chave nas tomadas de decisão de fecundidade, o que faz com que a participação e a forma como se dá esta participação no mercado de trabalho, bem como o rendimento, constituam determinantes importantes para a entrada na parentalidade e para se decidir ter um filho adicional, uma vez que influenciam a sensação de possível “capacidade” que os indivíduos acreditam ter para arcar com a criação dos filhos (Weston & Qu, 2001; Goldstein *et al.*, 2003; Adsera, 2005; Kohler *et al.*, 2006; Lutz *et al.*, 2006; Spéder & Kapitány, 2009; Kreyenfeld, 2010).

Como a chegada de uma criança tende a ser subordinada à disponibilidade de recursos que possibilitem a sua criação (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990), quando os indivíduos sentem que não estão reunidas todas as condições que julgam necessárias, eles simplesmente adiam ou renunciam – ainda que parcialmente – aos filhos que desejam ter (Cunha, 2012b).

É neste âmbito que McDonald (2006) destaca que políticas públicas e arranjos institucionais que aumentem a sensação de segurança nas famílias, como por exemplo, a expectativa de um emprego seguro que reduza a “noção de risco”, possa ter efeitos positivos tanto no *quantum* quanto no *tempo* da fecundidade. Contudo, como refere Cunha (2012b), tais políticas públicas precisam ser coerentes e estáveis para produzir nos indivíduos a confiança necessária para realizarem as suas escolhas reprodutivas. Uma maior sensação de segurança proporcionaria, por exemplo, melhores condições para que os jovens pudessem empreender mais cedo a formação familiar, e para aqueles que são pais e perspetivam ter mais filhos, uma maior segurança ou condições para se avançar para posteriores ordens de nascimentos, inibindo assim, o adiamento ou mesmo o abandono, ainda que parcial, dos projetos reprodutivos.

Sendo os custos de oportunidade na criação dos filhos e as dificuldades de conciliar vida familiar e profissional mais elevados para o sexo feminino (Torres, 2001; Wall & Guerreiro, 2005; McDonald, 2006, 2008; Aboim, 2010; Morgan & Rackin, 2010), as mulheres parecem de facto mais cautelosas em relação ao número de filhos que planeiam ter, pois são elas, relativamente aos homens, as mais propensas a terem como descendência final famílias de filho único. Segundo Balbo *et al.* (2012), este seria o caso em geral da Europa do Sul, marcada pelo já referido familismo e pela

tradicional (e desigual) divisão das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos. Neste sentido, tal como argumenta McDonald (2000), as mulheres podem optar por um mais reduzido número de filhos como um esforço para melhorar as suas condições de vida.

Num cenário em que o papel económico das mulheres tem sido cada vez mais reconhecido como crucial para o bem-estar das famílias (Domínguez-Folgueras & Castro-Martín, 2008), muitas mulheres apesar de serem estimuladas a participarem no mercado de trabalho – devido à necessidade de contribuir para o rendimento familiar – continuam confrontadas com expectativas socialmente construídas, como sejam as relações familiares estruturadas em papéis de género tradicionais (Mason, 1995; McDonald, 2000) e as pressões normativas para interromper a sua vida profissional nomeadamente quando os filhos ainda são pequenos (Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010).

Tais incongruências são, possivelmente, fatores que tornam as decisões de fecundidade ainda mais ponderadas (Kohler *et al.*, 2006; Puur *et al.*, 2008; Vitali *et al.*, 2009; Goldscheider *et al.*, 2010; Wall, 2010) e o desfecho final, poderá ser o que Dalla Zuanna (2001) denomina de "vitória de Pirro do sistema familiar forte", uma vez que tais sociedades incorrem no risco de rápido envelhecimento demográfico e declínio populacional, dada a sua maior incapacidade de “procriar”, resultantes, em grande parte, dos altos custos de oportunidades que a interação entre os papéis de género tradicionais e o familismo fomentam (Lesthaeghe, 2010).

As questões relativas à conjugalidade (seja casamento ou coabitação) como também concluíram vários outros estudos (ver por exemplo, Blake, 1981; Schoen *et al.*, 1999; Tanturri & Mencarini, 2008; Spéder & Kapitány, 2009; Aassve *et al.*, 2012; Buber *et al.*, 2012; Cunha, 2012b), continuam sendo de relevância crucial, quer para a entrada na parentalidade, quer no que refere à fecundidade que se espera atingir (Bongaarts, 1998). Pessoas que atualmente não vivam em união conjugal são mais propensas a terminarem o seu período reprodutivo com apenas um filho do que os seus homólogos em união.

Neste seguimento, em consonância com Morgan (1991), é possível assinalar que aqueles que não vivem (ou nunca tenham vivido) em conjugalidade são mais propensos a não terem experimentado a parentalidade, bem como, de nunca a

experimental, enquanto o facto de viver em união – seja ela coabitação ou casamento – está associado a uma menor propensão de permanecer sem filhos (Bongaarts, 1998; Engelhardt, 2004; Parr, 2007).

As questões da conjugalidade podem, contudo, estar relacionadas com a possibilidade dos casais partilharem responsabilidades e associarem rendimentos, aumentando assim o nível de bem-estar material e a sensação de um ambiente mais seguro na criação dos filhos (Rowland, 1998; Barber, 2001; Weston & Qu, 2001; Lutz, 2006; Heiland *et al.*, 2008; Aassve *et al.*, 2012). Neste âmbito, conforme salientam Ahn e Mira (2002), os salários femininos têm se tornado uma importante determinante nas decisões de fecundidade dos casais, particularmente em contextos de crescente incerteza relativamente ao mercado de trabalho e de aumento das taxas de desemprego.

Entretanto, tal como mencionaram Cunha (2005b), Tanturri e Mencarini (2008) e Lesthaeghe (2010), é preciso lembrar que os relacionamentos conjugais têm valor por si próprios, não estando, para muitos indivíduos, necessariamente subordinados à procriação. Para aqueles em idades mais tardias (37 anos ou mais), em união mas ainda sem filhos, a conjugalidade deixa de ser um fator protetor contra o *childlessness* permanente, e as suas possibilidades tornam-se estatisticamente indiferenciadas daqueles que não vivem em casal.

Aqueles que apesar de viverem em conjugalidade atinjam idades mais avançadas sem terem entrado na parentalidade – talvez pelo desejo de aproveitar melhor a relação a dois, ou pelo contrário, devido a uma possível fragilidade dos laços conjugais (Adsera, 2006b; Tanturri & Mencarini, 2008; Parr, 2010; Cunha, 2012a) – tornam-se assim tão propensos a permanecerem sem filhos quanto os seus homólogos que não vivam em casal. Estes resultados podem ser ainda um indício, tal como defende (Lesthaeghe, 2010), de um possível aumento das proporções do *childlessness* também dentro das uniões – uma das características da STD.

No que respeita ao papel da educação, tal como refere um extenso corpo da literatura (como por exemplo, Billari & Kohler, 2002; Adsera, 2006b; McDonald, 2006; Sobotka, 2008; Spéder & Kapitány, 2009; Mills *et al.*, 2008, 2011), verifica-se que apesar do aumento do nível de escolaridade implicar, regra geral, um adiamento para a entrada na parentalidade – uma vez que são entre os indivíduos com ensino

básico onde se observam os maiores níveis de entrada na parentalidade – por outro lado, constata-se que entre aqueles que ainda não transitaram para a parentalidade, são nos níveis de ensino mais elevados onde se encontra as mais elevadas possibilidades de se transitar.

Os indivíduos com um mais elevado nível de ensino são ainda aqueles que menores possibilidades apresentam de desejar terminar o seu período reprodutivo com apenas um filho, demonstrando por isso, como também constatou Cunha (2012b), uma maior receptividade à chegada de mais um filho. Desta forma, apesar do adiamento que os investimentos em educação implicam (McDonald, 2006, 2008), constata-se que também em Portugal, pessoas mais instruídas não são mais propensas a desejarem terminar a sua vida reprodutiva com apenas um filho, como igualmente concluiu Heiland *et al.* (2005) na análise para a Alemanha Ocidental e Cunha (2012b) numa análise anterior para Portugal.

Se maiores níveis de educação podem ser assumidos como *proxy* para uma maior expectativa/capacidade de se estabelecer no mercado de trabalho, bem como de auferir melhores rendimentos (Mincer & Polachek, 1974; Mills *et al.*, 2008; Spéder & Kapitány, 2009; Aassve *et al.*, 2012), os indivíduos com uma maior nível de escolaridade seriam aqueles que mais condições teriam para suportar os custos da entrada na parentalidade (Mills *et al.*, 2011), bem como para ultrapassarem a descendência final do filho único (Heiland *et al.*, 2005; Testa, 2012b), enquanto para aqueles com um menor nível de escolaridade, tais menores possibilidades podem estar relacionadas, como sugerem Mills *et al.* (2008), com a falta de recursos, nomeadamente em conjunturas onde são altas as expectativas de investimentos em cada criança.

Sendo os indivíduos heterogêneos nas suas experiências sociais e económicas (Hakim, 2003), os resultados do presente estudo corroboram o pressuposto de que os contextos de origem e de socialização, assim como os valores – como por exemplo o “valor” consagrado às crianças – continuam pesando sobre as decisões reprodutivas de homens e mulheres, como indicaram Hakim (2003), Surkyn e Lesthaeghe (2004), Heiland *et al.* (2005) e Heiland *et al.* (2008). Indivíduos que cresceram sem a presença de pelo menos um dos pais são mais propensos a terem, como fecundidade final, apenas um filho, enquanto aqueles em que ao menos um dos pais tenha

instrução superior são, pelo contrário, menos propensos a vislumbrarem a descendência de filho único.

Como constatarem os estudos de Weston e Qu (2001) para a Austrália, também em Portugal, se constata que a presença de enteados afeta as decisões de fecundidade, pois aqueles que têm algum enteado são mais propensos a pretenderem terminar o seu período reprodutivo tendo apenas um filho biológico, o que por seu turno revela que a ausência de intenção de progredir para segundos ou posteriores nascimentos, se relaciona não apenas com a presença de filhos biológicos, mas também com a presença de enteados.

Apesar da parentalidade permanecer largamente desejada pela sociedade portuguesa e o ideal de dois filhos ser a norma, subsequentes adiamentos podem provocar um “reajuste” das intenções de fecundidade, o que por seu turno poderá conduzir a que a proporção de pessoas que findam o seu período reprodutivo com apenas um filho, ou mesmo sem nenhum filho, seja superior às intenções declaradas de o fazer, na medida em que tais decisões possam resultar de expectativas mais realistas e não apenas das suas preferências.

Desta forma, face ao importante papel do adiamento sobre o *quantum* da fecundidade e, face às elevadas aspirações que os pais têm acerca das oportunidades futura dos filhos, como seja a “convicção” de que é preferível ter um só filho com mais oportunidades a ter uma descendência mais alargada e com maiores restrições, sinalizam para uma conformação com a ideia das descendências de filho único como forma de assegurar um melhor padrão de vida para a família em geral, e para os filhos em particular.

Capítulo 6 – As intenções de fecundidade ao longo da vida reprodutiva e o diferencial entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade realizada

6.1 – Introdução

Tendo-se examinado os fatores determinantes para a ausência de filhos (*childlessness*), bem como para as descendências de filho único e, tendo-se constatado que a parentalidade permanece amplamente ambicionada entre os residentes em Portugal – sendo reduzida a fração daqueles que colocam o projeto parental de lado – permanece a indagação se o desejo de parentalidade pode ser satisfeito através do projeto parental mínimo, como sejam as descendências de filho único.

Neste sentido, as intenções de fecundidade ao longo do curso de vida podem oferecer algumas pistas interessantes, sinalizando, por exemplo, se o desejo de progredir para um segundo filho – o modelo normativo – é tão forte quanto o desejo de se entrar na parentalidade.

Na medida em que as descendências de filho único podem ser não apenas uma questão de preferências, mas também o resultado de expectativas mais realistas, importa indagar como as perspetivas futuras e o aumento da idade poderão influenciar as intenções de fecundidade. Face ao retardar do calendário reprodutivo, que por seu turno, possui fortes implicações sobre as taxas de fecundidade ora verificadas, importa também interrogar quais as suas possíveis implicações sobre as possibilidades de se concretizar (ou não) as pretensões reprodutivas delineadas nos projetos parentais.

Considerando-se que as intenções de fecundidade no longo prazo são contingentes face à ocorrência de possíveis constrangimentos e, que sucessivos adiamentos podem condicionar a fecundidade que se espera concluir no termo da vida reprodutiva (Maciel *et al.*, 2012a), a análise sobre o protelamento do projeto parental para idades mais tardias assume particular relevância na análise sobre o diferencial entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade efetivamente concretizada (Bongaarts, 2002). Como lembrou Philipov (2009a), o estudo do diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada permite identificar alguns dos obstáculos que impediram a concretização da fecundidade desejada, bem como os indivíduos por ele afetados, fornecendo informações valiosas para a ação das políticas

públicas.

É aliás, face à existência deste desfazamento entre o que se desejou inicialmente e o que de facto se conseguiu concretizar, que temos vindo a assistir, ao longo dos últimos anos, ao ressurgimento do interesse nas questões relativas às intenções de fecundidade, bem como aquelas relativas à dimensão familiar inicialmente desejada, uma vez que a experiência recente tem mostrado que as aspirações de fecundidade têm superado a “disposição” real em ter (mais) filhos (Livi-Bacci, 2001a), sendo que a fecundidade tem diminuído muito mais rapidamente que as “preferências” reprodutivas (Bongaarts, 1998).

Desta forma, o interesse no estudo do diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade concretizada decorre principalmente da constatação de que esta última tem sido frequentemente inferior à primeira (Bongaarts, 1998; Heiland *et al.*, 2005; Adsera, 2006a; Philipov, 2009a; Liefbroer, 2009), apesar do ideal de dois filhos ainda ser a norma tanto na sociedade portuguesa (Cunha, 2005a), como numa parte considerável da Europa (Demeny, 2003; Goldstein *et al.*, 2003; Heiland *et al.*, 2005; Frejka, 2008; Sobotka, 2008; Sobotka & Beaujouan, 2014).

Uma das possíveis explicações para a ocorrência deste diferencial, é que os indivíduos tendem a manter em aberto a preferência por mais uma criança adicional até tomarem uma decisão definitiva (Westoff & Ryder, 1977) e ainda, que o número ideal de filhos seja um “teto hipotético” a ser concretizado apenas sob condições também ideais (Bongaarts, 1998; Testa & Grilli, 2006; Testa, 2007, 2012a, 2012b; Philipov, 2009a; Sobotka, 2009).

Adicionalmente, os desejos de fecundidade podem mudar ao longo do tempo (Udry, 1983; Bongaarts & Feeney, 1998; Van Peer, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Régnier-Loilier, 2006; Ajzen & Klobas, 2013) em função dos diversos constrangimentos e, muitos pais podem decidir delimitar a sua fecundidade com vista a dedicar maiores investimentos a cada filho (Gauthier *et al.*, 2004), uma vez que as condições ideais de vida dificilmente conseguem ser satisfeitas (Philipov, 2009a).

Assim, outra possível explicação para a discrepância entre fecundidade desejada (assim como para a fecundidade idealizada) é que em virtude dos obstáculos ou constrangimentos que os indivíduos enfrentam ao longo da sua vida reprodutiva (como por exemplo as rupturas conjugais, a dificuldade de conciliação entre trabalho

e família, o desemprego, a instabilidade financeira ou económica, as restrições biológicas, etc.), eles não consigam ter os filhos que desejaram ter (Toulemon & Testa, 2005; Lutz, 2006; Philipov, 2009a; 2011; Miettinen *et al.*, 2011), tendendo a rever em baixa suas metas reprodutivas (Van Peer, 2002; Régnier-Loilier, 2006; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Liefbroer, 2009; Iacovou & Tavares, 2011), de forma a adequá-las à sua realidade ou condição atual (Livi-Bacci 2001a), podendo estar ainda relacionadas a preferências concorrentes (Bongaarts, 1998, 2002) ou mesmo, à percepção de que os custos psicológicos e fisiológicos são mais pesados do os que esperavam (Livi-Bacci, 2001b).

Apesar dos ideais de fecundidade serem relativamente estáveis, eles não podem ser vistos como indicadores diretos da fecundidade ao nível individual, não sendo, portanto, capazes de prever corretamente os níveis de fecundidade (Lutz, 2006; Philipov, 2009a). Contudo, eles elucidam-nos a respeito da direção em que o desejo de ter mais (ou menos) filhos está se movendo, possibilitando um melhor entendimento dos comportamentos reprodutivos atuais (Lutz, 2006; Hin *et al.*; 2011), fornecendo ainda pistas sobre a evolução futura da fecundidade (Heiland *et al.*, 2005).

Na medida em que tendem a refletir o contexto normativo no qual são engendrados (Hagewen & Morgan, 2005; Testa & Grilli, 2006), os ideais de fecundidade podem, por exemplo, sinalizarem as mudanças nos contextos socioculturais, sendo que a opção por ideais mais restritos pode indiciar uma mais difícil reversão dos atuais níveis de fecundidade, bem como a consolidação das preferências por dimensões familiares mais contidas.

Assim, apesar de vivermos em sociedades cada vez mais secularizadas e fomentadas por valores individualistas (Ariès, 1980; Van de Kaa, 1998, 2002), vários estudos (por exemplo, Barber, 2001; Heiland *et al.*, 2005; Régnier-Loilier, 2006; Tanturri & Mencarini, 2008; Billari *et al.*, 2009; Testa, 2010; Mathews & Sear, 2013), têm apontado que as normas sociais e o comportamento reprodutivo do contexto envolvente (pais, parentes e amigos) continuam a exercer significativa influência sobre as atuais preferências de fecundidade, o que significa que também a dimensão ideal familiar permanece uma componente importante nos comportamentos reprodutivos (Bongaarts, 1998).

De igual forma, os valores acerca dos papéis parentais são referidos como

tendo um impacto significativo nas decisões de fecundidade (Friedman *et al.*, 1994; Testa, 2007; Ajzen & Klobas, 2013). Os papéis parentais remetem ainda para atitudes mais (ou menos) tradicionais acerca dos papéis de género, como por exemplo, aqueles relativos a importância da presença materna na criação dos filhos ou da participação feminina no mercado de trabalho (Barber, 2001; Berrington, 2004) quando os filhos ainda são pequenos.

A disponibilidade de modernos métodos contraceptivos, o nível de escolaridade, a situação perante o mercado de trabalho, as expectativas acerca das futuras condições de vida e a presença de um companheiro(a) que ofereça suporte na criação dos filhos, configuram-se também como questões de relevo para as decisões de fecundidade por se encontrarem vinculadas à habilidade que os indivíduos acreditam ter para executarem um determinado comportamento (Ajzen, 1991; Ajzen & Fishbein, 2005) como por exemplo, entrar na parentalidade ou ampliar a sua família (Schoen *et al.*, 1999; Barber, 2001; Heiland *et al.*, 2005; Testa, 2006, 2007, 2010; Spéder & Kapitány, 2009).

Embora as rupturas conjugais sejam frequentemente referidas como condicionante para os planos reprodutivos, alguns autores, como por exemplo, Lutz (2006), Lesthaeghe (2010) e Balbo *et al.* (2012), alegam que quando estas são seguidas por uma nova união, elas podem estimular a fecundidade. O pressuposto subjacente a esta ideia é o de que a chegada de um filho comum pode ajudar a fortalecer a nova união conjugal.

No que respeita à relação entre fecundidade e participação feminina no mercado de trabalho, embora esta tenha vindo a tornar-se positiva a partir dos anos de 1980, a relação nem sempre é unidirecional, podendo diferir entre países (Ahn & Mira, 2002; Lanzieri, 2013), ou mesmo dentro de um próprio país conforme as distintas idades e o tipo de trabalho (Adsera, 2006a).

Lanzieri (2013) destaca, por exemplo, que nos anos mais recentes, em alguns países, como em Portugal e Espanha, a relação entre fecundidade e emprego feminino tem sido positiva – com as mulheres empregadas apresentando uma fecundidade superior à daquelas desempregadas – enquanto em outros países (como por exemplo, Alemanha e Roménia) a relação permanece negativa.

Já Adsera (2006b), encontrou evidências de que as mulheres residentes em Espanha, que trabalharam durante vários anos consecutivos apresentam uma dimensão familiar inferior à daquelas que permaneceram inativas. Num outro grupo de análises, Adsera (2006a) assinala que o tipo de trabalho também é importante, indicando que as mulheres que enfrentam mais elevadas taxas de desemprego nos seus vinte e poucos anos de idade tendem a restringir a sua fecundidade a limites inferiores ao seu número ideal de filhos e, que também aquelas que trabalham no sector privado apresentam um maior diferencial entre fecundidade desejada e fecundidade realizada relativamente às suas homólogas que trabalham no sector público – onde as dificuldades de conciliar trabalho e vida familiar são menores – ou que estejam desempregadas.

A idade cronológica e a idade ao nascimento do primeiro filho representam, contudo, as determinantes mais relevantes relativamente às questões reprodutivas. Como se sabe, o período fértil – quer dos homens, quer das mulheres – é delimitado pela sua idade biológica, tendendo a decrescer conforme envelhecem. No caso feminino, a sua duração é ainda mais restrita do que na vertente masculina, iniciando-se, em princípio, por volta dos 15 anos e findando por volta dos 49 anos. Como a capacidade de procriar não é constante ao longo de todo o período reprodutivo, tendendo a decrescer de forma mais abrupta em idades bastante anteriores aos 40 anos (Morgan, 1991; Lutz, 2006; Mills *et al.*, 2011), quanto maior o adiamento, maiores são as possibilidades de apresentar problemas de infertilidade.

O adiamento da fecundidade para idades mais tardias pode resultar assim na diminuição da habilidade para procriar (restrições biológicas), sendo que quanto maior a idade ao nascimento do primeiro filho, menor será também o intervalo de tempo que os indivíduos terão para concretizar os seus planos reprodutivos (Morgan, 1991; Sobotka, 2004, 2009), fazendo com que aqueles que adiam continuamente o nascimento dos filhos possam ter uma fecundidade final inferior àquela inicialmente desejada (Morgan, 2003; Adsera, 2006a, Joffe *et al.*, 2009, Liefbroer, 2009; Morgan & Rackin, 2010).

Por outro lado, quanto maior a idade, maior é o tempo em que o indivíduo esteve exposto ao evento da procriação – e por consequência, ao risco de um nascimento (Bongaarts, 2003) – o que faz com que aqueles que se encontrem em

idades mais avançadas sejam também os mais prováveis já terem pelo menos um filho.

No que respeita às intenções de fecundidade, para além dos limites biológicos que a idade impõe, coexistem ainda os limites sociais, ou seja, idades a partir das quais os indivíduos consideram inadequado ter (mais) filhos (Cunha, 2005a; Spéder & Kapitány, 2009; Billari *et al.*, 2011).

E ainda relativamente às intenções de fecundidade, um dos elementos essenciais a ser tido em linha de conta é a ordem de paridade (Buber *et al.*, 2012; Maciel *et al.*, 2012b), pois estas remetem à aspirações distintas (Rindfuss & Vandenheuvel, 1990), podendo ser mais elevadas entre aqueles que ainda não entraram na parentalidade (Morgan & Rindfuss, 1999; Kohler *et al.*, 2006; Frejka & Sobotka, 2008).

Enquanto entre aqueles que ainda não têm filhos as intenções se relacionam com o desejo de entrar na parentalidade, para aqueles que já são pais, representam o desejo por uma criança adicional, sendo que este desejo pode ser revisto após cada nascimento (Udry, 1983; Engelhardt, 2004; Ajzen & Klobas, 2013), tendendo a decrescer nas idades mais tardias (Philipov, 2009a), como mostra a experiência concreta da generalidade da Europa do Sul (Billari & Kohler, 2002) e de Portugal (Oliveira, 2012), onde a recuperação dos nascimentos nas idades mais avançadas tem sido bastante reduzida.

Tendo em consideração os indícios apontados pela literatura acima e face às reduzidas taxas de fecundidade verificadas ao longo dos anos mais recentes, foram elaboradas três hipóteses de investigação:

Hipótese 6.1: Ponderando-se que o desejo da parentalidade possa ser satisfeito através do projeto parental mínimo como sejam as descendências de filho único, presume-se que as intenções de progredir para um segundo filho são mais fracas do que as intenções de entrar na parentalidade.

Hipótese 6.2: Considerando-se que a idade é uma componente de extrema relevância no que respeita às decisões reprodutivas, pressupõe-se que quanto menor for a idade, maiores sejam as possibilidades de desejar ter filhos (6.2a), e também maiores deverão ser as chances de se ter uma fecundidade realizada inferior à inicialmente desejada (6.2b).

Hipótese 6.3: Tendo em consideração o protelar do projeto parental para idades cada vez mais tardias e ainda, os atuais índices de fecundidade, conjectura-se que o adiamento do nascimento do primeiro influencie de forma negativa no cumprimento das metas reprodutivas iniciais. Neste caso, presume-se que quanto maior for a idade ao nascimento do primeiro filho (adiamento), maiores deverão ser as possibilidades de não se ter conseguido atingir os propósitos reprodutivos iniciais.

6.2 – Dados, metodologia e seleção de variáveis

Com o objetivo de analisar os projetos de fecundidade dos residentes em Portugal, tomando em consideração as suas intenções de fecundidade ao longo do período reprodutivo, procurou-se definir um possível perfil dos indivíduos que tencionam ter (mais) filhos, a partir da construção de um modelo de regressão logística, onde se procura avaliar o efeito de diferentes covariáveis sobre estas intenções, usando para tal os dados do EB2006, mais ricos em informações do que os dados do EB2011, como referido anteriormente.

De igual forma e considerando que as intenções de fecundidade de longo prazo possam ser contingentes por estarem sujeitas a diversas condicionantes, procurou-se verificar os fatores que contribuem para que uma determinada pessoa não consiga atingir as suas metas reprodutivas iniciais, ou seja, tenha uma fecundidade realizada inferior àquela inicialmente desejada. Também neste caso, recorreu-se à utilização a um modelo regressão logística como ferramenta de análise, a partir do uso dos dados do EB2006.

No inquérito do EB2006, os indivíduos foram questionados sobre algumas questões relativas ao projeto parental, como por exemplo o número de filhos que desejaram ter no início da vida reprodutiva, o número de filhos que efetivamente tiveram, bem como sobre as suas intenções de fecundidade ao longo do seu percurso reprodutivo.

Considerando que o período reprodutivo feminino, em princípio, finda após os 49 anos de idade e, que mesmo entre os homens são poucos os casos daqueles que têm filhos a partir desta idade, fazem parte das análises sobre as intenções de fecundidade ao longo do curso de vida apenas os indivíduos com idades inferiores a 50 anos. Assim, para encontrar as principais características dos indivíduos, residentes

em Portugal, que revelaram intenção de ter filhos em algum momento de sua vida (intenções ao longo do curso de vida), a variável resposta foi definida como: **0** – não tem intenção de ter filhos e; **1** – tem intenção de ter filhos.

As variáveis explicativas consideradas neste modelo de regressão logística foram: o sexo, o nível de escolaridade (*proxy*), a situação conjugal, a idade, o número de filhos tidos (ordens de paridade), o número de filhos considerados como ideal, se a fecundidade realizada era igual à da família de origem, a “influência” dos amigos, a perspectiva da situação doméstica no futuro próximo e ainda uma questão relativa à percepção da importância da presença materna quando as crianças ainda estão em idade pré-escolar.

Como o EB2006 não inquiriu os indivíduos acerca do mais alto nível de ensino concluído, novamente construiu-se uma *proxy* do mais elevado nível de ensino alcançado, a partir da questão “que idade tinha quando interrompeu os seus estudos a tempo inteiro?” Como referido nos modelos anteriores que utilizam os dados do Eurobarómetro, os indivíduos que interromperam os seus estudos até os 17 anos foram considerados como tendo ensino básico, aqueles que interromperam entre os 18 e os 21 anos como tendo ensino secundário e, aqueles que só o fizeram depois dos 21 anos, como tendo ensino superior, sendo a idade (cronológica) a única variável contínua já que todas as demais foram dicotomizadas ou distribuídas em três ou quatro categorias.

A variável “situação conjugal” foi agrupada em três categorias: 1) casados (pela primeira, segunda ou mais vezes), viúvos e indivíduos em coabitação, não se fazendo assim, distinção entre pessoas legalmente casadas e aquelas em união de facto; 2) solteiros e; 3) separados e divorciados. Relativamente às ordens de paridade, construída a partir da questão “teve algum filho... quantos”, dado o reduzido número de indivíduos com mais de dois filhos, a variável foi decomposta em três categorias: 1) paridade zero para aqueles que até a altura do inquérito não tinham nenhum filho; 2) para aqueles que tinham apenas um filho e; 3) para aqueles que tinham dois ou mais filhos.

Quanto ao número de filhos considerados como ideal, fez-se distinção entre aqueles que: 1) referiram os dois filhos (em geral, a norma, por isso pertencem à categoria de referência); 2) aqueles que mencionaram um ideal inferior a dois filhos e;

3) aqueles que indicaram um ideal superior a dois filhos.

Procurando-se descobrir se os contextos normativos possuíam alguma relevância sobre as intenções de fecundidade, considerou-se ainda as variáveis “influência de amigos”, “tem tantos filhos quanto os pais” e “filhos sofrem”. As respostas possíveis às duas primeiras questões foram “mencionou” e “não mencionou”. Desta forma, “mencionou” foi assumido como “sim” e “não mencionou” foi assumido como uma resposta negativa (não). Tais variáveis foram construídas a partir das seguintes questões:

- a) “influência de amigos”: a partir da questão “a maioria dos seus amigos pensa que deveria ter um (outro) filho”?
- b) “tem tantos filhos quanto os pais”, ou seja, se a fecundidade realizada era igual à da família de origem, a partir da questão “tem o mesmo número de filhos como os seus pais?”
- c) “filho sofre”: se “uma criança no momento pré-escolar é mais susceptível de sofrer porque a sua mãe trabalha fora”, sendo que neste caso, considerou-se como categoria de referência 1) aqueles que tendem a concordar; 2) os que discordam ou tendem a discordar e, 3) aqueles que concordam totalmente.

Ponderando-se que as perspectivas futuras possam ser relevantes na tomada de decisão sobre ter ou não um (outro) filho, incluiu-se nesta análise a covariável “Perspetiva Lar 2 anos”, construída a partir da questão “pensa que nos próximos 2 anos a sua situação doméstica estará (...)”⁴⁷. Devido à reduzida dimensão da amostra e o limitado número de observações em algumas das categorias, faz-se distinção apenas entre 1) os que acham que nos próximos dois anos a sua situação doméstica estará melhor (referência) e; 2) aqueles que acham que estará igual ou pior .

Após a exclusão de todos os casos com “não respostas” na variável de interesse (pensa ainda ter filhos) e nas variáveis explicativas descritas acima, a amostra final ficou constituída por 334 indivíduos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos. A distribuição da amostra, segundo a intenção de ter filhos e as variáveis explicativas utilizadas, encontram-se apresentadas na tabela 6.2.

Já na análise do diferencial entre a fecundidade que desejou inicialmente e a fecundidade que se conseguiu concretizar, apenas fazem parte os indivíduos com

⁴⁷ As possíveis respostas a esta questão eram: “muito melhor”, “um pouco melhor”, “ igual ao que era”, “um pouco pior” e “muito pior”.

idades iguais ou superiores a 25 anos, pois foi apenas a partir desta idade que os indivíduos foram inquiridos sobre o número de filhos biológicos que desejavam ter quando tinham cerca de 20 anos de idade (aqui referido como fecundidade inicialmente desejada ou, de forma intercambiável, pretensões reprodutivas iniciais).

A partir da conjugação da questão “quando tinha cerca de 20 anos, quantos filhos biológicos queria ter” e da questão relativa ao número de filhos efetivamente tidos, construiu-se a variável que interessa investigar, referente ao “diferencial entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade de facto realizada, aqui referida, por vezes, apenas pelos vocábulos “desfasamento” ou “diferencial”.

Face ao objetivo de averiguar a existência deste “diferencial” e os indivíduos por ele afetado, todas as observações que não contemplavam o número de filhos inicialmente desejados (como por exemplo, “não sei”, “desejei mas não sabia quantos” ou “não me preocupava com isso”) tiveram de ser excluídas, uma vez que não permitia mensurar o diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada. Assim, para identificar os principais fatores que influenciam a que uma determinada pessoa tenha menos filhos do que aqueles inicialmente desejados, recorreu-se novamente ao ajuste de um modelo de regressão logística, com variável resposta definida como: **0** – teve um número de filhos igual ou superior ao inicialmente desejado e; **1** – teve menos filho do que inicialmente desejou.

Para além de ter como principal objetivo modelar o provável perfil daqueles que não atingiram os seus planos reprodutivos iniciais, como definido nas hipóteses de investigação, teve-se particular interesse em verificar a forma como o adiamento do nascimento do primeiro filho poderia influenciar a ocorrência deste evento. Deste modo, apenas fazem parte da amostra, aqueles indivíduos que já haviam entrado na parentalidade e que portanto, podiam mencionar a idade ao nascimento do primeiro filho.

Após a remoção das observações omissas na variável de interesse e nas variáveis explicativas, a amostra final utilizada neste modelo de regressão ficou constituída por 485 respondentes de ambos os sexos, sendo que desta amostra, 24% teve mais filhos que o inicialmente planeado, 44% teve o mesmo número que planeou e, 32% teve menos filhos do que inicialmente planeou (ver figura 6.7, na pag. 185).

Para este modelo foram empregadas como variáveis explicativas: o sexo, a idade ao nascimento do primeiro filho, a idade do indivíduo, a situação de conjugalidade, a participação no mercado de trabalho (se trabalha a tempo inteiro ou não), o nível de escolaridade (*proxy* do mais elevado nível de ensino concluído) e a dimensão do local de residência. A distribuição percentual das variáveis explicativas, assim como as suas respetivas categorias, segundo a variável resposta “teve menos filhos do que inicialmente desejou” encontram-se na tabela 6.13.

A idade do respondente à altura do inquérito e a idade do indivíduo ao nascimento do primeiro filho são ambas variáveis contínuas, sendo todas as demais variáveis dicotómicas ou tricotómicas. Tal como no modelo anterior – que analisa as intenções de fecundidade ao longo do curso de vida – a variável “situação conjugal”, faz distinção entre três categorias: 1) casados, viúvos e em coabitação; 2) solteiros e; 3) separados e divorciados. Também aqui se utiliza uma *proxy* para o mais elevado nível de ensino alcançado, distinguindo-se 1) aqueles que tenham até ao ensino básico; 2) o ensino secundário e; 3) o ensino superior.

Relativamente ao número de horas dedicadas ao mercado de trabalho, devido ao reduzido número de observações em algumas das categorias, optou-se por dicotomizar a partida esta variável, fazendo-se distinção entre os que têm trabalho a tempo inteiro *versus* aqueles que não trabalham a tempo inteiro. Relativamente à área de residência, o modelo distingue as três categorias fornecidas pelo EB2006: 1) zona rural ou aldeia; 2) cidade pequena ou média e; 3) cidade grande.

De mencionar que com o intuito de alcançar estimativas mais precisas, todas as análises incluem os pesos do design fornecidos pelo Eurobarómetro 2006 e ainda que todos os dados utilizados na parte descritiva são relativos às amostras utilizadas nos modelos de regressão logística.

6.3 – Análise dos resultados

6.3.1 – As intenções de fecundidade ao longo do curso de vida

Em primeiro lugar importa ainda referir que da amostra considerada para as intenções de fecundidade, 49,5% dos indivíduos não tinham intenção de ter (mais) filhos, enquanto 50,5% o tinham. A idade média e mediana da amostra total é de 32

anos, sendo que são entre aqueles que ainda planeiam ter filhos onde se verificam as menores idades (média e mediana), enquanto entre os que não planeiam ter filhos tais idades são mais elevadas.

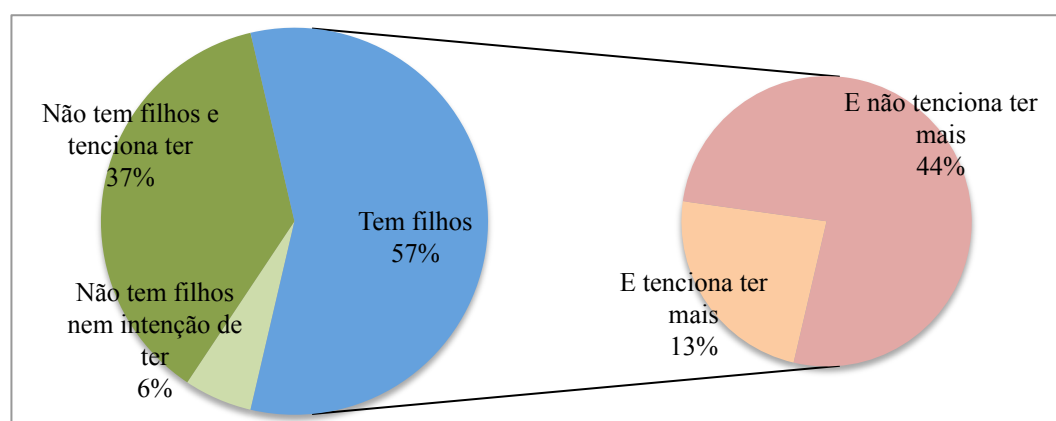
Tabela 6.1: Idades médias (e medianas) da amostra total, por intenções de fecundidade e por sexo (Portugal)

	Idade mediana (anos)	Idade média (anos)	Desvio padrão (anos)
Amostra (total)	32,0	32,1	9,6
Homens (total)	34,0	34,2	9,3
Mulheres (total)	31,0	31,2	9,7
Indivíduos com intenção	24,0	25,7	7,2
Indivíduos sem intenção	39,0	38,6	6,9
Homens com intenção	26,0	26,9	7,6
Homens sem intenção	38,0	38,3	7,2
Mulheres com intenção	24,0	24,5	6,5
Mulheres sem intenção	40,0	38,9	6,5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Sendo a idade mediana daqueles que têm intenções de vir a ter filhos igual a 24 anos, depreende-se assim, que grande parte das intenções de fecundidade estão concentradas nas idades mais jovens, quer entre os homens, quer entre as mulheres. As idades média e mediana das mulheres sem intenção de ter filhos são ligeiramente superiores às dos homens que também não pretendem ter (mais) filhos, enquanto entre aqueles que ainda pretendem ter filhos, as mulheres são mais jovens que os homens.

Figura 6.1: Intenções de fecundidade entre os residentes em Portugal, com idades entre os 15 e os 49 anos



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Nota: entre os 13% que tencionam ter mais filhos, 10% tem 1 filho e, 3% tem dois ou mais filhos.

A figura 6.1, que retrata as intenções de fecundidade entre os residentes em Portugal com idades entre os 15 e os 49 anos, além de confirmar ser reduzida a fração

daqueles que colocam o projeto parental de lado, revela ainda que entre aqueles que já têm filhos, a grande maioria não planeia aumentar a sua fecundidade. Enquanto entre aqueles que não têm filhos, verifica-se que a extrema maioria pretende transitar para a parentalidade, entre os que já têm algum filho, apenas 13% planeiam ter um filho adicional. Tais valores sugerem assim, que o desejo de entrar na parentalidade tende a suplantir o desejo de ultrapassar a descendência de filho único, como sugerido na hipótese 6.1.

Tabela 6.2: Distribuição percentual das variáveis segundo a variável resposta “intenção de ter (mais) filhos ao longo da vida reprodutiva” (Portugal)

Intenção de ter (mais) filhos ao longo da vida reprodutiva		
Variáveis	Sim (%)	Não (%)
<i>Sexo</i>		
Masculino	51,3	48,7
Feminino	49,6	50,4
<i>Nível de escolaridade (proxy)</i>		
Até o ensino básico	39,8	60,2
Ensino secundário	63,1	36,9
Ensino superior	69,7	30,3
<i>Situação conjugal</i>		
Casados, pessoas em coabitação e viúvos	29,4	70,6
Solteiros	88,5	11,5
Divorciados ou separados	38,5	61,5
<i>Idade do indivíduo (variável contínua)^a</i>	-	-
<i>Ordem de paridade</i>		
Nenhum	86,6	13,4
Um	42,7	57,3
Dois ou mais	10,6	89,4
<i>Nº ideal de filhos</i>		
Menor que dois	46,0	54,0
Dois	51,8	48,2
Maior que dois	49,0	51,0
<i>Tem tantos filhos quanto os pais</i>		
Não	53,3	46,7
Sim	23,9	76,1
<i>Influência amigos^b</i>		
Não	48,6	51,4
Sim	77,4	22,6
<i>Perspetiva Lar 2 anos^c</i>		
Melhor	61,2	38,8
Igual ou pior	34,7	65,3
<i>Filhos sofrem^d</i>		
Tendem concordar	45,4	54,6
Discordam ou tendem a discordar	62,9	37,1
Concordam totalmente	45,3	54,7

a- As medidas de tendência central relativas à idade podem ser consultadas na tabela 6.1.

b- Os amigos pensam que deveriam ter um (outro) filho.

c- Perspetiva de como estará a sua situação doméstica nos próximos 2 anos.

d- Uma criança no período pré-escolar é mais suscetível de sofrer porque a mãe trabalha.

A análise descritiva da tabela 6.2 já nos fornece algumas pistas acerca de quem são os indivíduos que planeiam ter filhos, seja o primeiro filho ou, um filho

adicional. Através da tabela 6.2 evidencia-se a distribuição percentual das diferentes variáveis consideradas na amostra, segundo as intenções de fecundidade. Neste caso, o “sim” representa o inquirido que pensa (ainda) ter filhos, enquanto o “não” representa que o inquirido não tem intenção de ter (mais) filhos.

Examinando-se a distribuição das intenções entre os sexos, constata-se que esta distribuição é bastante equilibrada e quase idêntica, não havendo praticamente nenhuma diferença entre homens e mulheres. Também relativamente ao número ideal de filhos, as proporções entre os que têm intenção de vir a ter filhos não apresentam grandes diferenças relativamente aos que não têm intenção, nos distintos ideais.

No nível de escolaridade, são aqueles que têm ensino superior os que mais intenções apresentam. Quanto ao estado civil, quase 90% dos solteiros pretendem ter filhos, sendo entre os casados onde se verifica a menor proporção dos que tencionam ter (mais) filhos. Complementarmente, são os indivíduos sem filhos aqueles que mais intenção demonstram, sendo que quanto maior a ordem de paridade menor é esta intenção. Entre aqueles que têm um único filho, pouco mais de 40% ainda pretende ter um filho adicional, o que indica que a maioria destes deverá ficar pela descendência de filho único.

Quanto aos divorciados e separados, embora a maioria não planeie ter outro filho, cerca de quase 40% ainda demonstra alguma intenção. Por se tratar de intenções ao longo do curso de vida, estes dados sugerem, que para uma parte considerável destes indivíduos, ainda subsiste o desejo pela formação de uma nova família, insinuando tal como apontam Lutz (2006), Lesthaeghe (2010) e Balbo *et al.* (2012), de que o divórcio, se seguido por uma nova união, pode estimular a fecundidade.

A grande maioria dos indivíduos que mencionaram ter uma fecundidade idêntica à de seus pais já não pretende ter mais filhos, enquanto um pouco mais da metade daqueles que não o referiram tenciona ter. Cerca de 80% dos que mencionaram que os amigos acham que deveriam ter um (outro) filho demonstram intenção de o fazer. Adicionalmente, são entre os que têm uma melhor perspetiva para a sua situação doméstica futura e entre os que discordam que uma criança durante o período pré-escolar é mais suscetível de sofrer porque sua mãe trabalha fora, os que mais demonstram intenção de ter filhos.

Importa referir que entre as variáveis descritas acima (tabela 6.2), o sexo, o nível de escolaridade e a situação conjugal não foram significativas quando em conjunto com as demais variáveis, não permanecendo portanto no modelo final. Assim, com exceção destas três variáveis, todas as demais variáveis explicativas utilizadas neste modelo permaneceram significativas, contribuindo para explicar corretamente o modelo final ajustado.

No caso da variável sexo, esta não foi significativa em nenhum momento (nem na análise univariada, nem na análise multivariada), o que significa que as intenções de fecundidade ao longo do curso de vida não são afetadas pelo sexo do inquirido. O teste Mantel-Haenszel, confirma a ausência de associação entre as intenções de fecundidade e o sexo (valor $p=0,778$), bem como, a ausência de associação entre as intenções de fecundidade e o sexo condicionalmente ao grupo etário⁴⁸ de pertença (valor $p=0,573$).

Relativamente à variável nível de escolaridade, apesar desta não ter sido significativa no modelo ajustado (ou seja, em conjunto com as demais variáveis), ela o foi na análise univariada (que por seu turno só indica o que o nível de escolaridade explica por si só, desagregado das outras características), indicando uma relação positiva com as intenções, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, maiores eram as possibilidades de tencionar ter filhos.

Tabela 6.3: Ordens de paridade segundo o nível de escolaridade (Portugal)

Ordem de Paridade		Até o básico	Secundário	Superior	Total
Zero	Observado	80	79	38	197
	Esperado	117,9	51,6	27,5	197
	Resíduos ajustados	-7,3	5,8	2,8	
Um	Observado	77	19	14	110
	Esperado	65,9	28,8	15,3	110
	Resíduos ajustados	2,5	-2,4	-0,4	
Dois ou +	Observado	122	24	13	159
	Esperado	95,2	41,6	22,2	159
	Resíduos ajustados	5,3	-3,9	-2,6	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Como se observa pela tabela 6.3, existe, contudo, uma associação significativa (valor $p<0,001$) entre o nível de escolaridade e a ordem de paridade. Por um lado, os indivíduos que têm até o ensino básico estão muito associados às ordens de paridade igual a um, dois ou mais (sendo os casos observados superiores ao esperado),

⁴⁸ Os grupos etários considerados foram: 1-(15-29 anos), 2- (30-39 anos) e, 3(40-49 anos).

enquanto os indivíduos com o nível de ensino secundário e superior estão muito associados à paridade “zero” (onde o número de casos observados é superior ao esperado). Como as intenções também dependem das ordens de paridade e sendo a intenção maior na paridade zero, o facto de pessoas com níveis de ensino secundário e superior demonstrarem mais intenções de vir a ter filhos, está assim, relacionado sobretudo com o evento de ainda não terem nenhum filho.

Também a variável situação conjugal, significativa apenas na análise univariada, acabou por perder a sua significância estatística no modelo final ajustado – que contempla as diversas covariáveis – não contribuindo para explicá-lo corretamente. Na análise univariada, esta variável indicava que eram os solteiros aqueles que mais possibilidades apresentavam de tencionar ter filhos. Novamente, o que se observa (tabela 6.4) é que existe uma associação significativa (valor $p < 0,001$) entre a situação conjugal e a ordem de paridade.

Entre os solteiros, o número de casos observados é superior ao esperado na paridade zero (nenhum filho), enquanto nas demais ordens de paridade, o número de casos observados é inferior ao esperado. Já o grupo dos casados, viúvos e em coabitação encontra-se bastante associado principalmente às ordens de paridade dois e um e, os divorciados e separados à ordem de paridade igual a um.

Tabela 6.4: Ordens de paridade segundo a situação conjugal (Portugal)

Ordem de Paridade		Situação conjugal			Total
		Casados, coabitação e viúvos	Solteiros	Separados e divorciados	
Zero	Observado	41	157	4	202
	Esperado	120,4	70,0	11,5	202
	Resíduos ajustados	-15,0	17,0	-3,0	
Um	Observado	97	2	11	110
	Esperado	65,6	38,1	6,3	110
	Resíduos ajustados	7,0	-8,3	2,2	
Dois ou+	Observado	144	5	12	161
	Esperado	96	55,8	9,2	161
	Resíduos ajustados	9,5	-10,4	1,2	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

O facto dos solteiros terem mais intenção de ter filhos está assim, certamente, relacionado com a sua menor idade (a idade média é 22,2 anos e mediana de 22 anos), bem como pela (quase) ausência de filhos (ver fecundidade média realizada na tabela 6.5). Por outro lado, quer as pessoas em união, quer aquelas que experimentaram rupturas conjugais, apresentam uma idade média e mediana bastante

superior, estando ambos os grupos relativamente próximos dos 40 anos de idade. Complementarmente, são aqueles que vivem em união conjugal (juntamente com os viúvos) os que apresentam uma maior fecundidade média realizada, seguidos pelo grupo dos separados e divorciados.

Tabela 6.5: Idades médias e medianas segundo a situação conjugal e fecundidade média realizada, desvio padrão e mediana segundo a situação conjugal (Portugal)

	Casados, em coabitação e viúvos	Solteiros	Separados e divorciados
Idade mediana	38,0	22,0	37,0
Idade média	36,7	23,2	38,1
Desvio padrão	7,4	6,5	6,1
Mediana fecundidade realizada	2,0	0,0	1,0
Média fecundidade realizada	1,57	0,08	1,47
Desvio padrão fecundidade realizada	1,1	0,4	1,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Decompondo-se a fecundidade média realizada segundo o nível de escolaridade (tabela 6.6), observa-se que são aqueles que têm até o ensino básico os que apresentam uma maior fecundidade média realizada, enquanto aqueles que têm até o secundário apresentam os menores valores (seguidos por aqueles com ensino superior, numa diferença de apenas 0,05 filhos). Tal como na situação conjugal – e como era de se esperar – verifica-se que as maiores proporções de pessoas com intenções de fecundidade no ensino secundário e superior (como mostrado na tabela 6.2), estão provavelmente relacionadas com a sua menor fecundidade média realizada.

Tabela 6.6: Fecundidade média realizada entre os residentes em Portugal, segundo o nível de escolaridade (*proxy*)

	Até o Básico	Secundário	Superior
Média fecundidade realizada	1,36	0,58	0,63
Desvio padrão fecundidade realizada	1,21	0,88	0,84

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

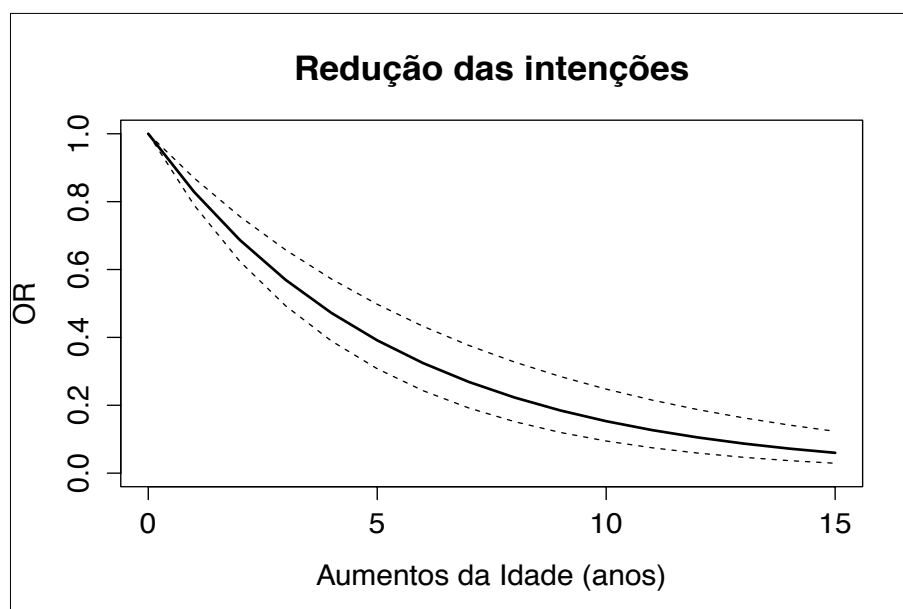
Dirigindo agora a atenção para os resultados do modelo de regressão logística ajustado, começa-se por explicitar a forma como a variável idade influencia as decisões de vir a ter filhos futuramente. Admitindo fixas as restantes covariáveis do modelo ajustado⁴⁹, pode-se concluir que, de facto, esta é uma variável fulcral nas

⁴⁹ As estimativas dos coeficientes do modelo de regressão logística ajustado, bem como o teste de bondade de Hosmer e Lemeshow, estão apresentadas nos anexos 21 e 22.

decisões reprodutivas. Como se observa pela figura 6.2, por cada ano adicional na idade, as possibilidades de tencionar ter filhos diminuem cerca de 18%.

Um aumento de 5 anos na idade (ou seja, um indivíduo 5 anos mais velho que outro), tem 61% menos possibilidades de desejar ter filhos e; a um aumento de 10 anos na idade, tais possibilidades decrescem em 85%. Desta forma, as evidências apontam para uma relação negativa entre a idade e as intenções de fecundidade, sendo que quanto maior for a idade, menores são as possibilidades de se pretender ter algum (ou outro) filho. Confirma-se assim, a hipótese 6.2a que conjecturava que quanto menor fosse a idade do indivíduo maiores seriam as suas possibilidades de desejar ter algum filho.

Figura 6.2: Reduções das possibilidades de tencionar ter filhos (OR e respectivos IC a 95%), para valores de diferença de idades entre 1 e 15 anos



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

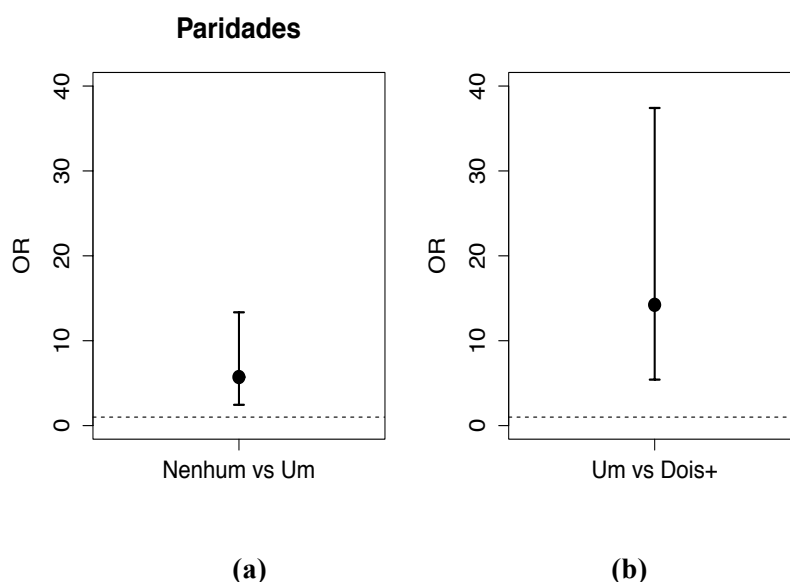
Nota: a linha contínua representa as possibilidades (OR) e, as linhas a tracejado representam os intervalos de confiança (95%) superiores e inferiores.

Indubitavelmente, a ordem de paridade configura-se como um dos elementos mais decisivos no que respeita às decisões de fecundidade e, como se conjecturou anteriormente, as intenções decrescem conforme se avança nas ordens de paridade. São aqueles que ainda não transitaram para a parentalidade os que apresentam as mais elevadas possibilidades de tencionar ter filhos. Quem ainda não tem filhos tem cerca de 6 vezes mais possibilidades de manifestar intenção relativamente a quem já tenha um filho (figura 6.3a), enquanto aqueles que têm apenas um filho têm

aproximadamente 13 vezes mais possibilidades de desejar ter outro filho do que aqueles que já tem dois filhos (figura 6.3b).

Como aqueles sem filhos apresentam uma maior intenção de vir a ter filhos do que aqueles que já têm um filho e, estes por seu turno apresentam maiores intenções do que os que têm dois filhos, é possível concluir que o desejo de ter filhos é mais elevado para quem ainda não experienciou a parentalidade e, apenas em seguida, para aqueles que tenham um filho. Estes resultados confirmam a hipótese 6.1, onde se presumia que as intenções de fecundidade seriam mais fracas entre aqueles que já tivessem filhos e mais fortes para os que ainda não haviam entrado na parentalidade.

Figura 6.3: OR e respectivos IC a 95 % da variável “Paridade”, para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos

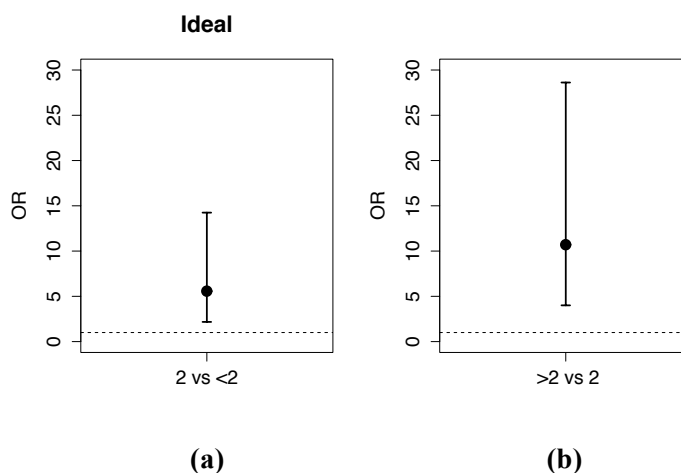


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

A dimensão ideal familiar, aqui representada pelo número de filhos que os indivíduos consideram ser o ideal para a sua própria família também desempenha um papel importante nas decisões reprodutivas. Quanto maior o número de filhos considerado como ideal, maior é a possibilidade de pretender vir a ter filhos. Note-se que aqueles que definem como seu ideal a norma dos dois filhos têm quase 6 vezes mais possibilidades de demonstrar alguma intenção do que aqueles que preferem um dimensão familiar mais reduzida, ou seja, inferior a dois filhos (figura 6.4a). Contudo, são aqueles que pensam que o ideal para si é ter três ou mais filhos, os mais suscetíveis a planearem ter (mais) filhos, pois têm 10 vezes mais possibilidades do que os que possuem um ideal igual a dois (figura 6.4b).

Assim, embora a influência de determinadas normas sociais possam ter diminuído no decurso das últimas décadas, as questões relativas à fecundidade parecem continuar, de certa forma, a serem influenciadas por determinados padrões socioculturais e contextos normativos, entre os quais, para além dos ideais, se incluem também as preferências ou opções reprodutivas do círculo familiar e de amigos, bem como a percepção que têm acerca do papel materno, no que respeita à educação e ao bem-estar dos filhos.

Figura 6.4: OR e respectivos IC a 95 % da variável “Número ideal de filhos”, para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

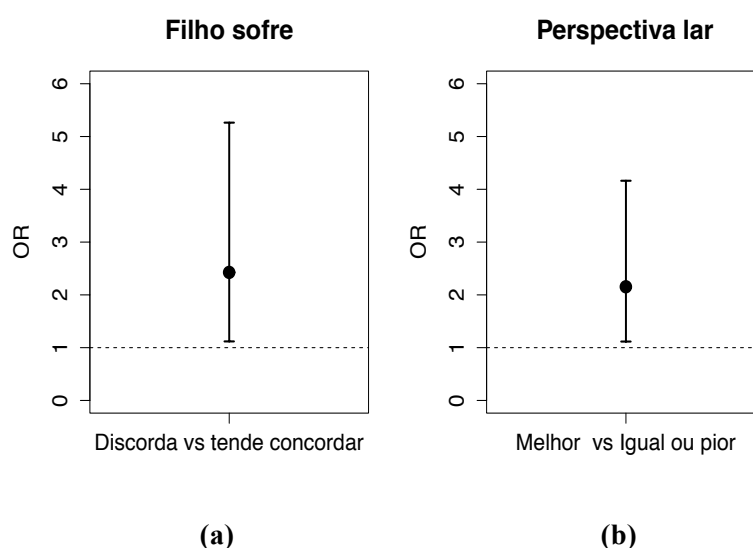
Relativamente às percepções sobre a importância da presença materna durante o período pré-escolar dos filhos – representada aqui pela questão “uma criança no momento pré-escolar é mais susceptível de sofrer porque a sua mãe trabalha” – a figura 6.5, revela que tal “preocupação” é importante no propósito de ter filhos, sendo aqueles que discordam ou tendem a discordar de tal assertiva, os que mais possibilidades apresentam de tencionar ter filhos, e os que concordam ou tendam a concordar, os menos suscetíveis de planear ter filhos.

Dada as atuais conjunturas, em que muitas mulheres são incentivadas a participar no mercado de trabalho e a contribuírem para o rendimento do agregado familiar, o facto de não acreditar que o bem-estar dos filhos (nomeadamente quando estes são ainda pequenos) possa ser comprometido pela sua ausência enquanto se dedica ao trabalho remunerado, é potenciador das intenções de fecundidades.

Com efeito, as expectativas de melhorias na situação do agregado familiar revelam-se importantes para os planos reprodutivos futuros. Aqueles que pensam que

nos próximos dois anos a sua situação doméstica estará melhor têm o dobro das possibilidades de tencionar ter filhos do que aqueles que pensam que a sua situação estará igual ou pior (figura 6.5), o que permite concluir que são aqueles com perspectivas mais otimistas os mais suscetíveis de apresentarem intenções de fecundidade.

Figura 6.5: OR e respetivos IC a 95 % das variáveis “Uma criança no momento pré-escolar é mais susceptível de sofrer porque a sua mãe trabalha” (Filho sofre) e “Perspetiva lar” para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos

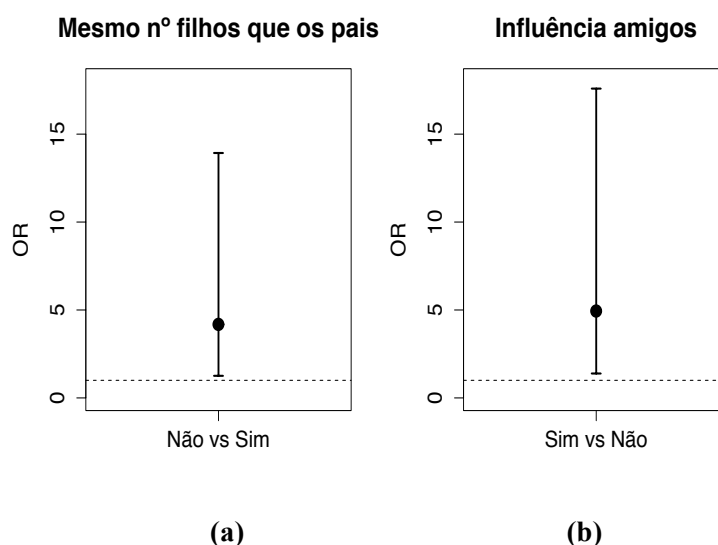


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

As relações sociais e os contextos familiares também parecem continuar a influenciar a forma como os indivíduos concebem os seus planos reprodutivos. Como se observa na figura 6.6, aqueles que referiram que os amigos pensam que deveriam ter um (outro) filho, são muito mais suscetíveis de planearem tê-los do que aqueles que não o referiram. Também aqueles que têm uma fecundidade diferente da fecundidade de sua família de origem são mais suscetíveis de planearem ter um (outro) filho do que aqueles que mencionaram uma fecundidade igual.

Aqueles que reportaram uma fecundidade diferente daquela da família de origem, parece tratar-se ainda de uma fecundidade inferior à do agregado de origem (não sendo todavia, possível afirmar-se com certeza, pelo facto do EB2006 não trazer mais dados sobre a fecundidade do agregado parental de origem, como por exemplo, o número de irmãos do inquirido), uma vez que quase metade dos respondentes ainda não entraram na parentalidade, enquanto 23,6% têm apenas um filho (ver anexo 23).

Figura 6.6: OR e respectivos IC a 95 % da variável “ Tem o mesmo número de filhos que os pais” e “Influência de amigos”, para quem tem intenção de vir a ter filhos vs. quem não tem intenção de ter filhos



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Aponta-se assim que, em Portugal, são mais prováveis de tencionar ter filhos indivíduos com idades mais jovens, que não tenham filhos (principalmente) ou que tenham no máximo um filho, que considerem que o ideal é ter três filhos ou mais, que tenham uma fecundidade diferente (supostamente inferior) à da família de origem, que tenham uma perspetiva mais otimista relativamente à melhoria da sua situação doméstica nos próximos dois anos e que discordem ou tendam a discordar que uma criança durante o período pré-escolar é mais suscetível de sofrer porque a sua mãe trabalha fora.

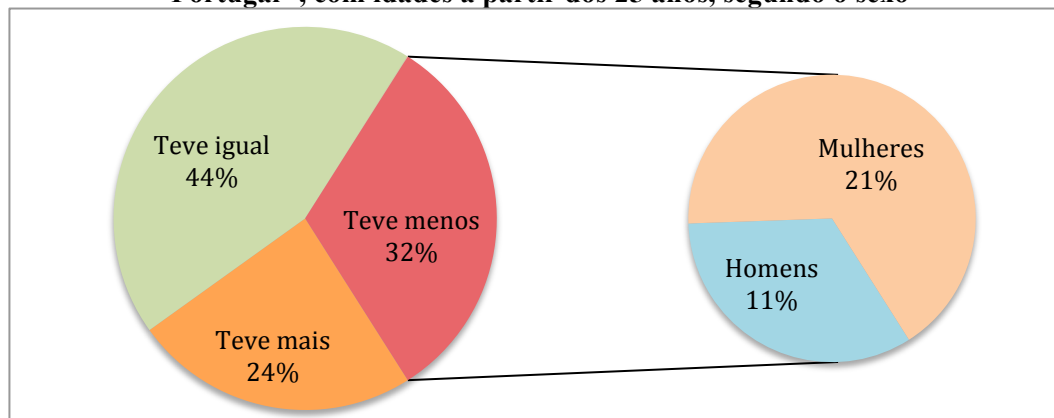
6.3.2 – O diferencial entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade realizada

Após se ter identificado as principais características que tendem a potenciar as intenções de fecundidade ao longo da vida reprodutiva, pretende-se, a partir de agora, identificar as principais características que contribuem para que a fecundidade realizada seja inferior àquela inicialmente desejada, começando-se primeiramente por explorar alguns dos atributos que caracterizam os indivíduos afetados por este diferencial, através da análise descritiva.

Em primeiro lugar, evidencia-se a proporção dos indivíduos segundo a

concretização de suas metas reprodutivas iniciais. Com uma amostra a iniciar-se a partir dos 25 anos estendendo-se até idades bastante mais tardias (como aliás se pode notar pelas idades médias e medianas apresentadas na tabela 6.7), observa-se que quase $\frac{1}{4}$ dos respondentes referiram ter mais filhos do que desejavam ter, ao passo que aproximadamente $\frac{1}{3}$ ficou aquém das suas metas reprodutivas iniciais, sendo as mulheres as mais afetadas por este evento.

Figura 6.7: Cumprimento das metas reprodutivas iniciais entre os residentes em Portugal⁵⁰, com idades a partir dos 25 anos, segundo o sexo



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB (2006), com o uso do ponderador.

A idade mediana da amostra total é de 49 anos e a idade média é de 50,7 anos (com um desvio-padrão de 15,6 anos)⁵¹. Como metade da amostra tem idades superiores a 49 anos, falamos assim de uma amostra, onde grande parte dos indivíduos já encerrou ou está para encerrar a sua vida reprodutiva. Embora quer a idade média, quer a idade mediana daqueles que não atingiram os seus objetivos reprodutivos iniciais (teve menos filhos do que desejou inicialmente), sejam inferiores às idades daqueles que já o atingiram ou até mesmo o ultrapassaram, tais idades ainda se destacam pela sua proximidade do fim do período reprodutivo (ver tabela 6.7).

Tabela 6.7: Idade média e mediana da amostra segundo o diferencial entre a fecundidade desejada no início da vida reprodutiva e a fecundidade realizada (Portugal)

	Teve a quantidade de filhos desejada	Teve menos filhos que o desejado	Teve mais filhos que o desejado
Idade mediana	52,0	42,0	49,0
Idade média	53,7	45,4	52,0
Desvio padrão	15,1	14,1	16,7

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

⁵⁰ Nota: entre os 13% que tencionam ter mais filhos, 10% tem 1 filho e, 3% tem dois ou mais filhos.

⁵¹ Dados não apresentados na tabela 6.7.

Ainda como análises preliminares, importa referir, que o número médio de filhos desejados no início da vida reprodutiva daqueles que tiveram mais filhos que o planeado, era relativamente baixo (cerca de 1,5 filhos), enquanto entre os que tiveram menos filhos, a média desejada era relativamente alta. Para aqueles que tiveram uma fecundidade alcançada igual à inicialmente planeada, o número médio de filhos foi 2,1 – valor muito próximo do ideal normativo dos dois filhos.

Tabela 6.8: Fecundidade média desejada e fecundidade média realizada, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada e realizada (Portugal)

		Teve a quantidade de filhos que inicialmente desejou	Teve menos filhos do que inicialmente desejou	Teve mais filhos do que inicialmente desejou
Fecundidade desejada no início da vida reprodutiva	Mediana	2,0	2,0	2,0
	Média	2,1	2,9	1,5
	Desvio padrão	0,7	1,2	1,3
Fecundidade realizada	Mediana	2,0	1,0	3,0
	Média	2,1	1,4	3,4
	Desvio padrão	0,7	0,6	2,1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Se por um lado aqueles que não conseguiram concretizar as suas metas reprodutivas são justamente os desejavam inicialmente um maior número de filhos, por outro lado, aqueles que tiveram mais filhos do que desejaram, são os que expressavam o desejo por uma descendência mais restrita. Contudo, ainda que o número de filhos desejados entre aqueles que não atingiram as suas metas reprodutivas iniciais seja relativamente alto (quase 3 filhos), evidencia-se, ainda, o quão a sua fecundidade realizada (1,4 filhos) se encontra distante deste alvo. Já para aqueles que conseguiram atingir ou até mesmo ultrapassar as suas metas iniciais, a fecundidade média realizada é de 2,1 e 3,4 filhos respetivamente.

Tabela 6.9: Médias (e medianas) da idade ao nascimento do primeiro filho, do número de filhos desejados no início da vida reprodutiva e da fecundidade realizada, segundo o nível de escolaridade (*proxy*) entre os residentes em Portugal (2006)

		Até o Básico	Secundário	Superior
Idade ao nascimento do primeiro filho	Idade Mediana	23,0	24,0	28,9
	Idade Média	23,95	24,7	28,6
	Desvio padrão	4,5	4,5	4,1
Fecundidade desejada no início da vida reprodutiva	Mediana	2,0	2,0	2,0
	Média	2,14	2,26	2,44
	Desvio padrão	1,1	1,2	1,9
Fecundidade realizada	Mediana	2,0	2,0	2,0
	Média	2,25	2,06	1,68
	Desvio padrão	1,4	1,6	0,6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Separando as “fecundidades” segundo o nível de escolaridade (tabela 6.9) verifica-se que o ensino superior é marcado por um padrão reprodutivo mais tardio, enquanto o ensino básico é marcado por um padrão mais jovem, com uma diferença de aproximadamente seis anos entre ambos. Relativamente à fecundidade média desejada no início da vida reprodutiva, esta é mais elevada sobretudo entre os indivíduos com ensino superior e mais reduzida entre aqueles com ensino básico. Se tivermos em consideração a mediana, nota-se entretanto que a fecundidade desejada em quaisquer dos níveis de ensino corresponde ao padrão normativo dos dois filhos.

No que concerne à fecundidade realizada, a mediana, independentemente do nível de escolaridade, também remete ao modelo dos dois filhos, enquanto a fecundidade média tende a ser menor quando o nível de ensino é maior, sendo o desvio padrão para o ensino superior mais reduzido. Este menor desvio padrão verificado no ensino superior reflete a menor variabilidade da fecundidade realizada como se observa na tabela 6.10, onde as ordens de paridade se situam entre um e três filhos, enquanto nos demais níveis, ela oscila entre um e dez filhos, como é o caso, por exemplo, do ensino básico.

Como demonstra a tabela 6.10, quanto menor o nível de escolaridade maior é o percentual das ordens de paridade igual ou superior a três filhos, passando-se o inverso nos maiores níveis de escolaridade, onde é maior a proporção de filhos únicos. No ensino básico, constata-se que aqueles que tiveram descendências mais alargadas (três ou mais filhos) apresentam proporções muito próximas dos que tiveram descendências únicas (diferença de apenas 1,5% a mais para as descendências de filho único).

Tabela 6.10: Distribuição percentual das ordens de paridade, segundo o nível de escolaridade (*proxy*) entre os residentes em Portugal (2006)

Fecundidade realizada	Nível de escolaridade (%)			Total
	Até o básico	Secundário	Superior	
Um	28,8	35,6	38,2	30,4
Dois	43,9	45,8	55,9	45,0
Três	14,5	11,9	5,9	13,5
Quatro	6,4	3,4	-	5,5
Cinco	2,2	-	-	1,8
Seis	1,7	-	-	1,3
Sete	1,4	-	-	1,1
Nove	0,3	-	-	0,2
Dez	0,8	3,4	-	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Já no ensino superior, são poucos os casos daqueles que tiveram descendências mais alargadas, estando muito presente o padrão normativo dos dois filhos e ainda, uma mais elevada proporção de descendências únicas. Também no ensino secundário, verifica-se que a proporção daqueles que tiveram descendências únicas é praticamente o dobro daqueles que tiveram três ou mais filhos. Contudo, a ordem de paridade igual a dois filhos sobressai em todos os níveis de escolaridade, embora seja mais evidente no ensino superior.

Apenas para efeitos de comparação, examina-se agora a idade média ao nascimento do primeiro filho, bem como a fecundidade média desejada ao longo da vida e a fecundidade média realizada somente para aqueles que já entraram na parentalidade, a partir da utilização de uma amostra com um maior número de observações e também mais recente: o IFEC2013.

Tabela 6.11: Médias, desvio padrão e mediana da idade ao nascimento do primeiro filho, do número de filhos desejados no início da vida reprodutiva e da fecundidade realizada, segundo o nível de escolaridade (Portugal, 2013)

		Até o Básico	Secundário	Superior
Idade ao nascimento do primeiro filho	Idade Mediana	25,0	28,0	30,0
	Idade Média	25,7	27,7	30,6
	Desvio padrão	5,1	5,0	4,3
Fecundidade desejada ao longo da vida reprodutiva	Mediana	2,0	2,0	3,0
	Média	2,51	2,45	2,67
	Desvio padrão	1,3	1,0	1,2
Fecundidade realizada	Mediana	2,0	1,0	2,0
	Média	1,77	1,5	1,59
	Desvio padrão	0,9	0,6	0,7

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Constata-se novamente, que de facto, é entre os indivíduos com ensino superior onde se observa a maior fecundidade média (e mediana) desejada, enquanto a menor fecundidade desejada pertence ao grupo dos indivíduos com o ensino secundário. É também entre aqueles que têm o ensino secundário e superior onde a fecundidade média realizada é menor e no ensino básico onde ela é maior.

Os dados do IFEC2013 confirmam ainda o padrão reprodutivo mais tardio dos indivíduos com maiores níveis de ensino, com tendência de aumento para a idade média em que se tem o primeiro nascimento, quando comparado aos dados do EB2006. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, quanto maior for o nível de escolaridade mais tardia é a transição para a parentalidade, sendo que a idade média (e

mediana) em que os homens se tornam pais é mais elevada do que aquelas em que as mulheres se tornam mães.

Tabela 6.12: Média, desvio padrão e idade mediana ao nascimento do primeiro filho, segundo o nível de escolaridade (Portugal)

		Até o básico	Secundário	Superior
Homens	Idade mediana	27,0	29,0	31,0
	Idade média	27,3	29,1	31,5
	Desvio padrão	4,8	4,9	4,5
Mulheres	Idade mediana	23,0	26,0	30,0
	Idade média	23,9	26,5	29,9
	Desvio padrão	4,7	4,8	4,1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013, com o uso do ponderador fornecido pelo INE.

Atualmente, a idade média em que as mulheres com ensino superior se tornam mães situa-se nos 30 anos, enquanto as suas homólogas menos instruídas o fazem em idades bastante mais jovens (aproximadamente aos 24 anos), confirmando-se que maiores níveis de instrução conduzem a um inegável adiamento, mas não ao desejo por menores níveis de fecundidade, como se evidencia na tabela 6.11.

Examinando-se agora o modelo de regressão logística, que utiliza os dados do EB2006 para identificar as principais determinantes de se ter uma fecundidade realizada inferior àquela inicialmente desejada, começa-se por evidenciar a distribuição das variáveis utilizadas, consoante a variável resposta, sendo que o “sim” representa a proporção daqueles que tiveram menos filhos do que desejaram inicialmente.

A distribuição percentual daqueles que reportam uma fecundidade realizada inferior à inicialmente desejada revela, novamente, que são as mulheres, mais que os homens, as mais constrangidas à ocorrência deste evento. Já na situação conjugal, esta posição pertence àqueles que experimentaram rupturas conjugais, ou seja, os divorciados ou separados e, na situação perante o trabalho, aos que trabalham a tempo inteiro. Os indivíduos com menores níveis de escolaridade são os que menos evidenciam um número de filhos inferior ao inicialmente desejado. Quanto ao grau de urbanização (área de residência), quanto menor for este, maior é a proporção dos que apresentam uma fecundidade realizada aquém da inicialmente desejada.

Tabela 6.13: Distribuição percentual das variáveis explicativas segundo a variável resposta “teve menos filhos do que desejava quando tinha cerca de 20 anos de idade” (Portugal, 2006)

Teve menos filhos do que desejou inicialmente		
Variáveis	Sim (%)	Não (%)
<i>Sexo</i>		
Masculino	27	73
Feminino	36	64
<i>Idade ao nascimento do primeiro filho</i> (variável contínua) ^a	-	-
<i>Idade do indivíduo</i> (variável contínua) ^b	-	-
<i>Situação conjugal</i>		
Casados, pessoas em coabitação e viúvos	30	70
Solteiros	21	79
Divorciados ou separados	55	45
<i>Trabalho a tempo inteiro</i>		
Não	21	79
Sim	42	58
<i>Nível de escolaridade (proxy)</i>		
Até o ensino básico	29	71
Ensino secundário	36	64
Ensino superior	53	47
<i>Área de residência</i>		
Zona rural ou aldeia	34	66
Cidade pequena ou média	31	69
Cidade grande	28	72

a- A idade média ao nascimento do primeiro filho daqueles que tiveram menos filhos do que desejou inicialmente é de 24,4 anos (desvio-padrão de 5,0) e idade mediana de 25 anos, enquanto que para aqueles que tiveram uma fecundidade igual ou superior à inicialmente desejada a idade média, desvio-padrão e idade mediana são respetivamente: 23,1 anos, 4,4 anos e 23 anos.

b- Os valores relativos às idades média, mediana e desvios-padrão (do inquirido) estão identificados na tabela 6.7.

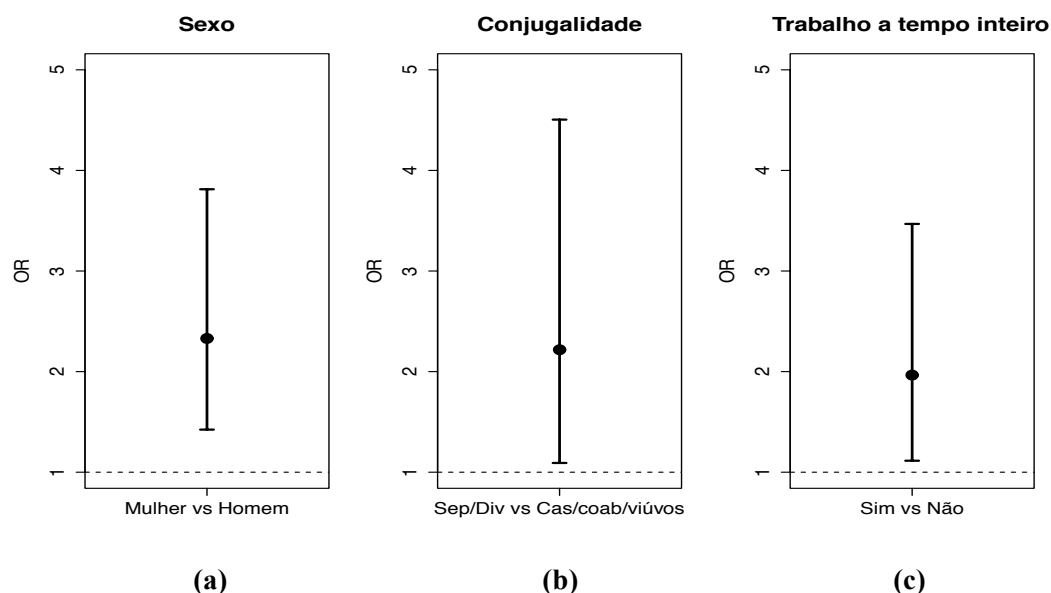
Das variáveis explicativas discriminadas na tabela 6.13, a área de residência não se mostrou significativa nem na análise univariada nem em conjunto com as demais variáveis explicativas. Quanto ao nível de escolaridade, este apenas foi significativo na análise univariada (indicando que pessoas com ensino superior eram mais suscetíveis a terem menos filhos do que o inicialmente desejado), perdendo contudo, a sua significância estatística na presença das demais variáveis explicativas.

Assim, com exceção da área de residência e do nível de escolaridade, todas as demais covariáveis presentes na tabela 6.13 permaneceram significativas no modelo ajustado⁵², sendo portanto capazes de contribuir para explicar o evento de interesse. Neste modelo pode-se apontar que o sexo, a forma como os indivíduos participam no mercado de trabalho, a situação de conjugalidade, a idade do indivíduo e a idade ao

⁵² As estimativas dos coeficientes do modelo de regressão logística ajustado, bem como o teste de bondade de Hosmer e Lemeshow, estão apresentadas nos anexos 24 e 25.

nascimento do primeiro filho são fatores importantes na explicação para se ter menos filhos do que inicialmente se desejou.

Figura 6.8: OR e respectivos IC a 95 %, das variáveis “Sexo”, “Situação conjugal” e “Trabalho”, para quem teve menos filhos do que inicialmente desejou vs. quem teve um número de filhos igual ou superior ao inicialmente desejado



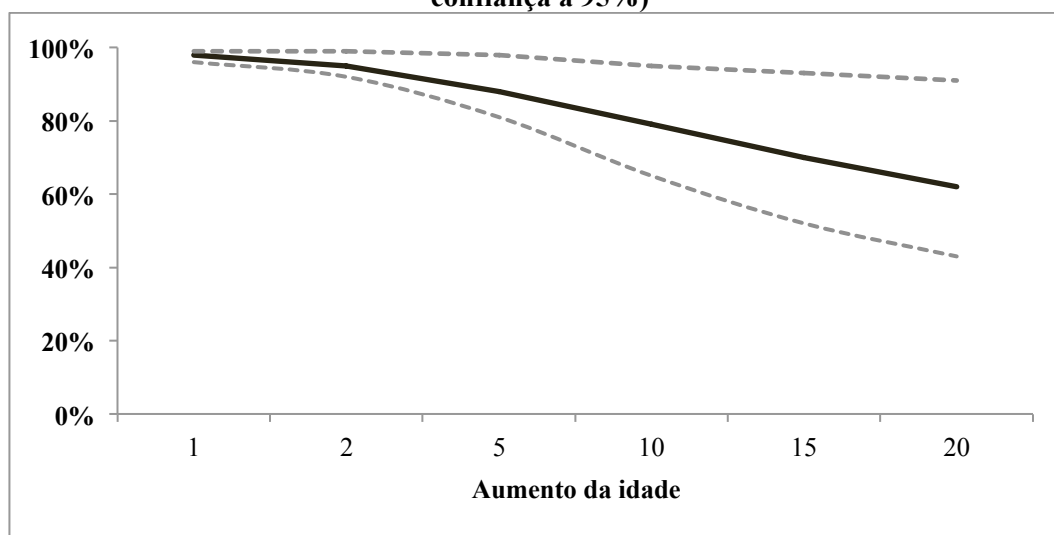
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

O sexo, como se pode observar pela figura 6.8(a), destaca-se como um dos determinantes essenciais na explicação do diferencial entre a fecundidade preliminarmente desejada e a fecundidade realizada, com as mulheres revelando mais que o dobro de possibilidades (relativamente aos homens) de ter uma fecundidade concretizada aquém daquela inicialmente desejada. De igual forma, como se nota na figura 6.8(b), o facto de ter experimentado uma ruptura conjugal (exceto se por viuvez) também acrescem as possibilidades de não se atingir a fecundidade inicialmente desejada, uma vez que são mais suscetíveis à ocorrência deste evento os indivíduos separados e divorciados relativamente àqueles que vivem em união.

Quanto aos solteiros, embora não haja evidência estatística de que estes se diferenciem dos casados, estes resultados merecem cautela, uma vez que a proporção de solteiros representa tão somente 3% da amostra. Estas baixas proporções de solteiros na amostra, por seu turno, reflete a circunstância da amostra considerada ser “relativamente” envelhecida (ver tabela 6.7, que retrata as idades médias e medianas da amostra), logo, mais prováveis a terem experimentado algum relacionamento conjugal.

Também o facto de trabalhar a tempo inteiro (figura 6.8c) se mostrou relevante na explicação do diferencial. Pessoas que mencionaram trabalhar a tempo inteiro têm aproximadamente o dobro das possibilidades de terem tido menos filhos do que inicialmente desejaram quando comparados aos que não trabalham a tempo inteiro.

Figura 6.9: Redução das possibilidades de ter menos filhos do que inicialmente desejou, segundo o aumento da idade (as linhas a tracejado representam os intervalos de confiança a 95%)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

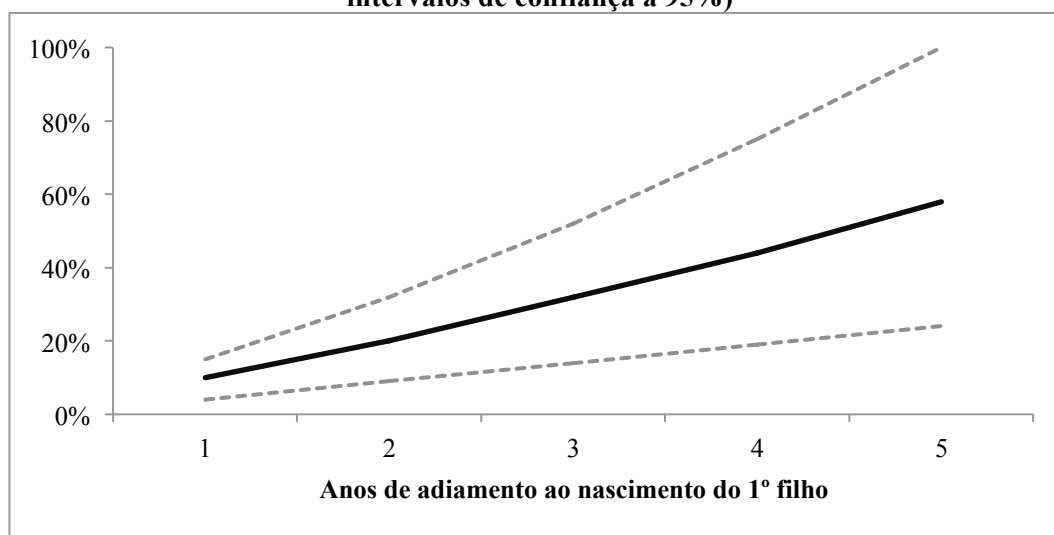
A idade, como indica a figura 6.9, foi a única variável que influenciou no sentido de reduzir as possibilidades de se ter menos filhos do que o anteriormente pretendido. Isto significa que pessoas mais jovens apresentam maiores possibilidades de não ter atingido a sua fecundidade inicialmente desejada e que, conforme avançam na idade, estas possibilidades tendem a reduzir-se. Uma pessoa com menos dois anos que uma outra tem 5% mais possibilidade de ter tido menos filhos que o desejado quando tinha cerca de 20 anos de idade. Se a diferença de idades for de 5 anos (um indivíduo 5 anos mais jovem que um outro), estas possibilidades aumentam para 12%; se for de 10 anos aumentam para 21% e, se for de 15 anos elevam-se para 30%. Desta forma, quanto menor a idade, maiores são as possibilidades de ter uma fecundidade inferior àquela desejada nos primeiros anos do seu período reprodutivo, corroborando-se a hipótese 6.2(b).

Contudo, se o aumento da idade faz diminuir as chances de se ter uma fecundidade realizada aquém daquela preliminarmente desejada, é a idade ao nascimento do primeiro filho o fator que mais influencia este diferencial. Note-se que a cada ano de adiamento ao nascimento do primeiro filho (figura 6.10) as

possibilidades de não se ter uma correspondência entre o desejo e a sua concretização tende a aumentar substancial e continuamente.

Um ano de adiamento corresponde a um aumento de 10% nas possibilidades de ter menos filhos que o desejado no início do período reprodutivo, enquanto um adiamento de 3 anos e de 5 anos elevam respetivamente para 32% e 58% estas possibilidades. Estes resultados corroboram a hipótese 6.3, onde se presumia que o adiamento do nascimento do primeiro filho influenciaria de forma negativa o cumprimento das metas reprodutivas, conduzindo a que os indivíduos terminassem o seu período reprodutivo com menos filhos do que inicialmente planeou.

Figura 6.10: Possibilidades de ter menos filhos do que inicialmente planeado, segundo o adiamento do nascimento do primeiro filho (as linhas a tracejado representam os intervalos de confiança a 95%)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Buscando-se agora realizar algumas análises complementares, a partir da utilização de dados mais recentes acerca da fecundidade portuguesa (IFEC2013), explora-se, a seguir, algumas das características que marcam o desfasamento entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, bem como entre a fecundidade desejada e a fecundidade que os indivíduos esperam ter no término da sua vida reprodutiva.

A questão relativa à fecundidade desejada diz respeito, entretanto, à fecundidade que os indivíduos desejam ter ao longo da sua vida reprodutiva e não à fecundidade desejada no início da vida reprodutiva. É claro que para alguns, nomeadamente para os mais jovens, ambas as fecundidades coincidem.

No caso do IFEC2013, ao contrário do EB2006, todos os indivíduos ainda se encontram em idades reprodutivas, sendo que uma considerável fração destes está relativamente distante do termo de sua vida reprodutiva, uma vez que a idade mediana de toda a amostra é de 36,9 anos (portanto bastante mais jovem que a amostra do EB2006, que era de 49 anos) e a idade média de 35,9 anos (com um desvio-padrão de 9,7 anos). Nestas análises realizadas com os dados do IFEC2013, com o intuito de se obter estimativas mais precisas, recorre-se ao uso do ponderador fornecido pelo INE, que permite uma aproximação da amostra com as suas reais proporções na população.

Tabela 6.14: Fecundidade média desejada e fecundidade média realizada, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada e a realizada, para os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos

		Teve a quantidade de filhos que inicialmente desejou	Teve menos filhos do que inicialmente desejou	Teve mais filhos do que inicialmente desejou
Fecundidade desejada ao longo da vida reprodutiva	Mediana	2,0	2,0	1,0
	Média	1,91	2,58	1,44
	Desvio padrão	0,71	1,15	0,95
Fecundidade realizada	Mediana	2,0	1,0	3,0
	Média	1,91	0,74	2,83
	Desvio padrão	0,71	0,85	1,18
Idade do indivíduo	Mediana	42,0	34,0	42,0
	Média	41,6	33,4	41,8
	Desvio padrão	7,20	9,52	7,09

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013, com o uso do ponderador fornecido pelo INE.

Analisando-se o diferencial entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada ao longo da vida, é possível referir que apenas 2,8% dos indivíduos teve mais filhos que o desejado, 21,2% teve o mesmo número de filhos que desejou, enquanto 76,1% tinha, à altura do inquérito, menos filhos que o desejado (dados não mostrados na tabela 6.14). A baixa proporção de indivíduos que tiveram mais filhos que o desejado, sugere que os nascimentos não planeados ou desejados têm vindo a tornar-se cada vez menos frequentes – face à existência e ao acesso a métodos contraceptivos mais eficazes – como aliás apontaram Adsera (2006a), Bongaarts (1998) e Cunha (2005a).

A exemplo do que se evidenciou na tabela 6.8, a fecundidade média desejada ao longo da vida reprodutiva é mais reduzida (1,44 filhos) entre os que ultrapassaram seu desejo e, mais elevada (2,58) entre os que (ainda) não conseguiram concretizá-lo.

Já para aqueles que alcançaram sua fecundidade desejada, o número médio de filhos foi 1,9 – valor muito próximo da família normativa de dois filhos.

A idade média (e mediana) daqueles indivíduos que até ao momento da entrevista reportaram uma fecundidade realizada inferior àquela desejada ao longo da vida encontra-se ainda relativamente distante do termo do seu período reprodutivo, sendo ainda inferior às mesmas idades (média e mediana) daqueles que atingiram ou ultrapassaram as suas metas (desejo) de fecundidade. Entre os que se encontram aquém das suas metas reprodutivas, as evidências sugerem ainda um contínuo adiamento do nascimento dos filhos (note-se que mais de metade tem mais de 34 anos).

Assim, apesar de falarmos de indivíduos que ainda se encontram relativamente distante do fim do seu período reprodutivo, o desfasamento entre a fecundidade desejada e a realizada – para aqueles que “ainda” não conseguiram atingir os seus planos reprodutivos – é bastante elevado. Este acentuado diferencial deixa assim dúvidas sobre o cumprimento de tais metas reprodutivas (2,6 filhos), sugerindo que aqueles que desejam um maior número de filhos poderão terminar o seu período reprodutivo sem alcançar os seus objetivos, como referido anteriormente.

Tabela 6.15: Fecundidade final esperada, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, para os residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos

		Teve a quantidade de filhos que inicialmente desejou	Teve menos filhos do que inicialmente desejou	Teve mais filhos do que inicialmente desejou
Fecundidade final esperada	Mediana	2,0	1,0	3,0
	Média	1,9	1,45	2,97
	Desvio padrão	0,9	0,9	1,4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013, com o uso do ponderador fornecido pelo INE.

Com efeito, os próprios inquiridos sinalizam na direção do incumprimento das suas metas de fecundidade, pois quando adicionamos o número de filhos que ainda desejam ter (intenções de fecundidade ao longo da vida) ao número de filhos tidos, mantém-se o desfasamento entre a fecundidade média desejada (2,6 filhos) e a fecundidade média que esperam ter ao final de sua vida reprodutiva (1,45 filhos) – aqui referida como fecundidade final esperada – que se caracteriza por ser uma ‘fecundidade potencial’, uma vez que depende da concretização das intenções de ter

(mais) filhos. Entre aqueles que reportam uma fecundidade realizada superior à desejada, destaca-se novamente o reduzido número de filhos que desejavam ter tido (1,4 filhos, conforme tabela 6.14) relativamente tanto à fecundidade realizada quanto à fecundidade que esperam ter no termo da sua vida reprodutiva (também 3 filhos), como se observa na tabela 6.15.

Não deixa de ser intrigante o facto de que os que desejavam ter menos filhos são, os que têm uma maior fecundidade realizada e que deverão terminar o seu período reprodutivo também com uma fecundidade mais elevada, em contraste com aqueles que apesar de desejarem um maior número de filhos, têm atualmente uma menor fecundidade realizada, devendo ainda terminar o seu período reprodutivo com um menor número de filhos (1,45 filhos). Estes resultados sugerem que quando a fecundidade desejada é relativamente alta, torna-se mais difícil o cumprimento de tais metas, enquanto que o desejo por uma fecundidade bastante mais reduzida torna mais provável a superação das metas iniciais.

6.4 – Síntese e discussão dos resultados

Os resultados sobre a intenção de ter um (outro) filho ao longo do período reprodutivo, bem como a contingência da não realização das intenções reprodutivas iniciais, são distintas conforme os diferentes fatores considerados, como por exemplo, a idade e a ordem de paridade, sendo que cada um destes fatores tem uma força distinta.

Relativamente ao sexo, não se encontraram evidências estatisticamente significativas de que as intenções de fecundidade sejam afetadas por este, mas entretanto, no que concerne ao desfasamento entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade realizada, as mulheres são mais afetadas que os homens. Como o adiamento se configura como uma das mais importantes razões para se ter uma fecundidade realizada inferior à inicialmente desejada e, sendo o período reprodutivo feminino mais restrito que o masculino, tal como sugere Sobotka (2004), parece que nem sempre as mulheres que adiam a sua fecundidade são capazes de recuperá-la nas idades mais tardias.

Apesar das mulheres continuarem a serem as principais prestadoras de cuidados infantis e terem portanto maiores dificuldades em conciliar vida familiar e

vida profissional relativamente aos homens (Barber, 2001; Morgan, 2003; Testa, 2007; Sobotka, 2008), os resultados deste estudo apontam, contudo, que o trabalho a tempo inteiro afeta tanto os homens quanto as mulheres, no que respeita às possibilidades de se ter menos filhos do que desejaram no princípio da sua vida reprodutiva.

Estes resultados são parecidos – embora mais abrangentes, por contemplarem também os homens – com aqueles realizados por Cunha (2005a) e Adsera (2006a, 2006b, 2011b)⁵³, que apenas analisaram a situação feminina. Enquanto Adsera (2011b) ressalta que as mulheres mais ativas experienciam transições mais lentas para um segundo filho, Cunha (2005a) na análise para as mulheres residentes em Portugal, e Adsera (2006b), na análise para a Espanha, constata uma mais elevada proporção de mulheres que não conseguiram alcançar as suas metas reprodutivas iniciais entre aquelas que não interromperam sua participação no mercado de trabalho.

Como referem Adsera (2006a, 2011a) e Lanzieri (2013), a forma como os indivíduos participam no mercado de trabalho nem sempre é unidirecional, podendo ser diferenciada quer entre países quer dentro de um mesmo país, consoante as diferentes idades e o tipo de emprego. Assim, se por um lado, o desemprego e o trabalho precário ou a tempo parcial podem implicar maiores restrições económicas e aumento da sensação de insegurança (Livi-Bacci, 2001a), dificultando, por exemplo, a entrada na parentalidade, o trabalho a tempo intensivo, por outro lado, pode dificultar a conciliação com a vida familiar e restringir a fecundidade final dos indivíduos (Adsera, 2006b, 2011a).

Se, como sugere Barber (2001), o resultado de qualquer comportamento é o seu custo de oportunidades – ou os sacrifícios que a sua implementação exige – e que quando dois comportamentos concorrem entre si a capacidade de implementar ambos fica comprometida, é possível que, em face de uma mais pesada rotina de trabalho, tanto homens quanto mulheres sejam mais cautelosos sobre a decisão de ter um filho adicional, sendo que jornadas de trabalho menos intensas, regra geral, representam também menores rendimentos, não sendo por isso, uma opção ponderada por muitos como forma de solucionar os problemas da ‘conciliação’, já que pode afetar o padrão de vida ao qual a família não está disposta a renunciar Cunha (2010).

⁵³ As análises de Adsera (2006a, 2006b), incidem apenas sobre a fecundidade das mulheres em união.

Adsera (2006a) refere, por exemplo, que o trabalho a tempo parcial representa uma das mais fracas razões que levaria as mulheres que decidiram encerrar a sua carreira reprodutiva – incluindo aquelas que não atingiram a sua dimensão familiar desejada – a ter um filho adicional. Desta forma, juntamente com a dificuldade de reinserção a tempo inteiro no mercado de trabalho, os menores rendimentos recebidos pelo trabalho a tempo parcial sugerem ser um dos principais motivos que fazem com que este tipo de trabalho não seja uma opção tão popular nos países da Europa do Sul (Adsera, 2011a).

Conforme sugeriu Liefbroer (2009), é plausível ainda que o envolvimento numa jornada de trabalho mais intensa (nomeadamente, nas idades reprodutivas mais tardias, quando o *timing* do período fértil tende a aproximar-se do seu fim) seja particularmente suscetível de conduzir a que homens e mulheres decidam encerrar a sua vida reprodutiva ainda que não tenham concretizado plenamente as suas intenções iniciais, contribuindo assim para a lacuna entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada.

Verifica-se ainda, como referiu Testa (2007), que enquanto os planos reprodutivos iniciais daqueles que tiveram menos filhos do que desejaram são caracterizados por metas reprodutivas mais ambiciosas (em média, quase 3 filhos), no caso dos que tiveram uma fecundidade realizada superior à desejada, as suas metas reprodutivas são particularmente reduzidas (1,5 filhos em média). Na sociedade portuguesa, aqueles que tiveram menos filhos do que desejaram são justamente os que apresentavam pretensões reprodutivas iniciais relativamente altas (em média 2,9 filhos conforme a tabela 6.8).

Assim, como sugeriram Morgan e Rackin (2010), ao que tudo indica, também em Portugal, pessoas com pretensões reprodutivas mais alargadas são mais prováveis de não alcançarem as suas intenções reprodutivas iniciais enquanto aqueles que expressam desejos por descendências mais reduzidas são mais possíveis de as ultrapassarem, embora esta última situação esteja a tornar-se cada vez menos frequente, em virtude da difusão e acesso a métodos contraceptivos mais modernos e eficazes (Bongaarts, 1998; Cunha, 2005a; Adsera, 2006a).

Adicionalmente, a compensação “quantidade” *versus* “qualidade” é passível de conduzir à lacuna entre o que se desejou inicialmente e o que se decidiu ou se

conseguiu concretizar, uma vez que as normas sociais (no âmbito da parentalidade mais responsável e exigente) têm motivado os pais a dedicarem não só maiores investimentos financeiros como também de tempo, na criação dos filhos, o que pode conduzir ao “reajuste” da opção por menos filhos, desde que estes tenham maiores recursos (Gauthier *et al.*, 2004).

A idade, como referido anteriormente, constitui uma componente de extrema relevância quando se analisa quer as intenções de fecundidade, quer o diferencial entre os filhos preliminarmente desejados e os filhos efetivamente tidos. No caso das intenções, similarmente às análise de Philipov (2009b) para a Bulgária, verifica-se que nas idades mais tardias as possibilidades de tencionar ter filhos tendem a decrescer.

Em linha ainda com o sugerido por Bongaarts (1998, 2003), Testa (2006) e Maciel *et al.* (2012b), constata-se que a medida que os indivíduos se aproximam do fim do seu período fértil, o efeito negativo do adiamento tende a diminuir e a fecundidade realizada tende a aproximar-se daquela desejada. Por outras palavras, isso significa que medida que a idade aumenta há uma redução nas possibilidades de ainda não se ter atingido a fecundidade inicialmente desejada.

O facto de um aumento na idade reduzir as possibilidades dos indivíduos planearem ter (mais) algum filho e, também, de terem uma fecundidade realizada inferior à desejada, relaciona-se com o tempo que estes tiveram para cumprir os seus planos reprodutivos (Bongaarts, 1998; Testa, 2006). Além disso, no caso das intenções de fecundidade, os fatores biológicos também podem ter um papel importante, uma vez que o avançar da idade tende a diminuir a capacidade que os indivíduos têm de procriar (Bongaarts, 1998; Morgan, 2003; Joffe *et al.*, 2009; Liefbroer, 2009; Mills *et al.*, 2011).

Por outro lado, face ao constante adiamento do nascimento do primeiro filho, os mais jovens são, em contrapartida, mais prováveis não terem ainda entrado na parentalidade nem conseguido cumprir os seus planos reprodutivos, apresentando por isso, maiores possibilidades de planejar ter filhos. Estes resultados não são, contudo, uma particularidade da sociedade portuguesa, uma vez que outros estudos, como por exemplo, os de Berrington (2004) para o Reino Unido, também constataram que as intenções de fecundidade tendem a decrescer com o avançar da idade.

Considerando que a paternidade e a maternidade ainda são extremamente desejadas pelos residentes em Portugal como ressaltou Cunha (2005a) e demonstram as análises acima apresentadas relativas ao *childlessness*, não surpreende, assim, que sejam essencialmente os mais jovens – e que ainda não transitaram para a parentalidade – aqueles que apresentem maiores intenções de fecundidade, o que faz com que a ordem de paridade também seja uma das componentes mais decisivas no que concerne aos planos de vir a ter (mais) filhos.

No presente estudo, tal como nas análises de Buber *et al.*, (2012) constatou-se que também na sociedade portuguesa as maiores intenções remetem para o desejo quase generalizado de entrar na parentalidade, e de forma mais ténue avançar para o modelo normativo dos dois filhos, uma vez que são os indivíduos sem filhos e com menor intensidade aqueles com apenas um único filho, os que demonstram maiores possibilidades de tencionar ter filhos, quando comparados com os seus homólogos, pais de duas ou mais crianças, o que por seu turno, reforça o argumento de Oliveira (2012), de que a descida da fecundidade portuguesa resulta principalmente da diminuição da ocorrência de segundas e posteriores ordens de nascimentos.

Neste sentido, Portugal parece seguir a mesma tendência dos demais países da Europa do Sul, onde diversos estudos (por exemplo, Morgan & Rindfuss, 1999; Billari & Kohler, 2002; Kohler *et al.*, 2006; Frejka & Sobotka, 2008) constataram uma baixa progressão de segundas e posteriores ordens de nascimentos. Assim, Portugal, a exemplo dos países da Europa do Sul (Kohler *et al.*, 2006), tem se caracterizado por um sistemático adiamento da idade em que se tem o primeiro filho (efeito *tempo*) – que ainda não cessou a sua tendência de aumento – e por uma fraca recuperação da fecundidade nas idades mais tardias (Cunha, 2012a; Oliveira, 2012).

Em linha com Morgan (2003); Adsera (2006a), Joffe *et al.*, (2009), Liefbroer (2009) e, Morgan e Rackin (2010), os resultados permitem inferir que aqueles que continuamente adiam o nascimento dos filhos – não encontrando o momento certo para ter o seu primeiro filho ou para alargar a sua família (Testa, 2007) – são suscetíveis de ter uma dimensão familiar menor do que aquela inicialmente desejada, sendo que quanto maior for este adiamento, maiores são as possibilidades de não se atingir as pretensões iniciais de fecundidade. Desta forma, a fecundidade subsequente parece guardar uma estreita relação com a idade ao nascimento do primeiro filho.

Se por um lado, como referem Bongaarts (1998), Morgan (2003) e Joffe *et al.*, (2009), uma possível explicação para a ocorrência deste diferencial pode estar relacionada com os problemas de infertilidade (limites biológicos) que o avançar da idade pode transportar, outros fatores também são plausíveis de influenciar este resultado. Entre estes fatores estão os limites sociais, ou seja, idades em que os indivíduos se consideram ‘velhos demais’ para ter mais filhos (Cunha, 2005a; Spéder & Kapitány, 2009; Billari *et al.*, 2011) e ainda, as restrições sociais e económicas (Iacovou & Tavares, 2011) que afetam a habilidade que os indivíduos acreditam ter para implementar um determinado comportamento (Ajzen, 1991). Ao que tudo indica, tal como preconiza a Teoria do Comportamento Planeado (TPB), quando os indivíduos sentem que não estão reunidas todas as condições (recursos e oportunidades) que viabilizem a criação de um filho, eles simplesmente adiam-no ou restringem suas intenções iniciais (Cunha, 2012b).

Por conseguinte, os obstáculos ou limitações económicas e sociais, como o desemprego, a situação financeira considerada insuficiente, os rompimentos conjugais, a incapacidade de compatibilizar trabalho e família, etc. (Schoen *et al.*, 1999; Ajzen & Fishbein, 2005; Toulemon & Testa, 2005; Billari *et al.*, 2009; Miettinen *et al.*, 2011; Philipov, 2011), são importantes constrangimentos que dificultam a concretização de determinadas metas reprodutivas, nomeadamente aquelas mais alargadas, podendo conduzir a que os indivíduos revejam em baixa suas expectativas anteriores (Liefbroer, 2009).

Embora a Segunda Transição Demográfica aponte para um enfraquecimento das normas sociais sobre o comportamento demográfico (Van de Kaa, 1988), em virtude de vivermos em sociedades cada vez mais secularizadas e fomentadas por valores individualistas (Ariès, 1980; Van de Kaa, 2002), as normas subjetivas, os contextos sociais e os valores acerca dos papéis parentais sugerem continuar relevantes nas questões relativas à fecundidade (Barber, 2001; Ajzen & Klobas, 2013). No caso dos ideais de fecundidade, apesar destes não conseguirem prever adequadamente os atuais níveis de fecundidade, eles possibilitam-nos uma melhor compreensão acerca dos comportamentos reprodutivos atuais e futuros (Lutz *et al.*, 2006), na medida em que fornecem a base motivacional para as intenções comportamentais (Hin *et al.*, 2011).

Neste estudo constatou-se que quanto maior a dimensão familiar ideal, maior é a possibilidade de pretender ter filhos, sendo que aqueles que consideram que o ideal é ter uma família mais alargada são os que maiores intenções apresentam. Contudo, em Portugal – assim como na grande maioria dos países Europeus – os ideais de fecundidade permanecem ainda fortemente centrados na família de dois filhos (Demeny, 2003; Goldstein *et al.*, 2003; Frejka, 2008; Testa, 2006), apesar dos índices de fecundidade se situarem bem abaixo deste valor.

E ainda relativamente às normas e aos contextos sociais, os dados sugerem que estes permanecem aspectos significativos nos desígnios reprodutivos como sugeriram Billari *et al.* (2009), tendo-se constatado que a “pressão” exercida por pessoas “relevantes” influencia significativamente as intenções de fecundidade, pois aqueles que referiram que os amigos acham que “deveria ter um (outro) filho” são muito mais suscetíveis desejar fazê-lo do que aqueles que não o referiram.

As evidências apontam assim, como também argumentaram Heiland *et al.*, (2005), que as relações familiares e sociais continuam a influenciar a forma como os indivíduos concebem os seus planos reprodutivos. Considerando que os respondentes possam tomar, em certa medida, como referência para a sua própria família, o tamanho da sua família de origem (Régner-Loilier, 2006; Testa, 2010), constata-se que uma pessoa que não mencionou ter o mesmo número de filhos que os pais (tendo supostamente uma fecundidade inferior a estes), tem maiores possibilidades de demonstrar intenção de ter filhos, o que por seu turno sugere que os indivíduos oriundos de famílias de maiores dimensões sejam mais propensos a tencionar ter filhos do que aqueles originários de famílias de menor dimensão.

Verificou-se ainda que o facto de uma pessoa tender a achar que uma criança é suscetível de sofrer porque sua mãe trabalha fora de casa – caso em que a fecundidade pode representar uma limitação ao exercício do trabalho remunerado – tem um efeito negativo nas intenções. Aparentemente, como refere Berrington (2004), indivíduos que defendam posturas mais igualitárias sobre a importância do trabalho feminino são menos propensas a tencionar ter filhos, assim como aqueles que demonstram atitudes menos positivas para com as crianças (Barber, 2001).

Como as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos, estes resultados insinuam que quando o seu trabalho fora de

casa é visto – não só por estas, mas pela sociedade em geral – como penalizador para o bem-estar dos filhos (Testa, 2007), o conflito entre a família e a vida profissional pode ser desfavorável à fecundidade (Barber, 2001; Demeny, 2003).

Desta forma, nas atuais circunstâncias, em que muitas mulheres são estimuladas a realizarem um trabalho remunerado para ajudar a complementar o rendimento do agregado familiar (Sobotka, 2008), os constrangimentos normativos – como aqueles que coloquem em causa o bem-estar dos filhos em função da sua ausência para o exercício do trabalho remunerado – apresenta uma relação negativa com as intenções de fecundidade, sugerindo que a predominância de papéis de género mais tradicionais afete de forma negativa a fecundidade, tal como defendem McDonald (2000), Kohler *et al.* (2006), Puur *et al.* (2008) e Goldscheider *et al.* (2010).

Assim como Testa (2006, 2010), Philipov (2009b), Spéder e Kapitány (2009), encontrou-se ainda evidências de que expectativas mais otimistas acerca da situação futura do agregado familiar favorecem a que os indivíduos sejam mais propensos a manifestarem intenções de fecundidade, relativamente àqueles que a avaliam as suas expectativas como igual ou pior, o que permite concluir que as circunstâncias futuras do agregado familiar – como assinalou Adsera (2006a; 2011b) – são elementos determinantes para se planear a chegada de um (outro) filho.

Embora as evidências da análise descritiva em consonância com Barber (2001), Buber *et al.* (2012) e Cunha (2005a), apontem que quanto maior o nível educacional, maior tende a ser a idade média ao nascimento do primeiro filho – tanto entre os homens quanto entre as mulheres – bem como maior tende a ser a intenção de vir a ter filhos, como aliás, também concluíram Hin *et al.* (2011) e Heiland *et al.* (2005), é importante ressaltar, que a exemplo das observações de Van Peer (2002), não se encontrou evidências estatisticamente significativas de que o nível de escolaridade afete o desfasamento entre a fecundidade inicialmente desejada e a fecundidade alcançada.

O que se observa, é que as possibilidades de não se atingir a fecundidade inicialmente desejada tendem a aumentar conforme o adiamento do nascimento do primeiro filho, significando isso, que independente do nível de ensino, pessoas que tendam a adiar continuamente a entrada na parentalidade são mais propensas a

terminarem o seu período reprodutivo com uma fecundidade realizada inferior àquela inicialmente aspirada, como igualmente concluiu Berrington (2004).

Se por um lado aqueles que detêm um maior nível de ensino são os que têm uma menor fecundidade média realizada, por outro lado, são também eles que apresentam maiores intenções de vir a ter filhos. Como os nascimentos dependem do número de filhos nascidos anteriormente (Oliveira, 2012), as intenções de fecundidade encontram-se fortemente associadas com a ordem de paridade (Sobotka, 2008; Maciel *et al.*, 2012b).

No que concerne ao desfasamento entre a fecundidade preliminarmente desejada e a fecundidade realizada, a presença de um companheiro(a), ainda que na forma de coabitação, permanece fundamental para a concretização dos planos reprodutivos (Bongaarts, 1998; Schoen *et al.*, 1999; Morgan, 2003; Berrington, 2004; Testa, 2006, 2007; Morgan & Rackin, 2010), tendo os resultados apontado que as rupturas conjugais constituem um forte motivo para não se atingir fecundidade inicialmente desejada.

Relativamente às intenções de fecundidade, a situação conjugal encontra-se fortemente associada com a idade do indivíduo e com a ordem de paridade, sinalizando que aqueles que nunca viveram um relacionamento conjugal, para além de terem idades mais jovens, se encontram extremamente concentrados na paridade zero (ou seja, ainda não transitaram para a parentalidade), onde também é mais evidente a intenção de vir a ter filhos em algum momento da sua vida reprodutiva.

Provavelmente, por se tratar de intenções de fecundidade ao longo do curso de vida (ou seja, uma pretensão de ter filhos num futuro mais distante, quando a situação conjugal dos respondentes poderá ser diferente da atual), a presença de um relacionamento conjugal atual, a exemplo dos resultados de Iacovou e Tavares (2011), também não se mostrou significativa. Logo, a presença dos laços conjugais, parece ser, como sugerem Spéder e Kapitány (2009), mais relevante quando se trata de intenções de curto prazo.

Conforme Spéder e Kapitány (2009), no curto prazo as intenções de fecundidade têm poucas chances de virem a concretizar-se na ausência de laços conjugais, pois a presença de um parceiro representa, em princípio, mais apoio nos cuidados com os filhos e desde que os casais possam associar rendimentos, um maior

suporte nos requisitos financeiros que a criação dos filhos impõe (Barber, 2001; Heiland *et al.*, 2008; Testa, 2007).

Como síntese final, pode-se dizer que os resultados evidenciam que a parentalidade permanece como uma condição extremamente desejada pela sociedade portuguesa e embora exista um desejo pelo padrão normativo dos dois filhos, tal padrão tende a ser mais fraco do que o desejo de se tornar pai ou mãe, o que por seu turno, remete, mais uma vez, para a conformação com o modelo das descendências únicas.

Adicionalmente, confirma-se que o adiamento é uma forte condicionante para a fecundidade realizada, sendo que quanto maior for este adiamento, maiores são as chances dos indivíduos não cumprirem os seus planos reprodutivos iniciais, já que que a intenção de vir a ter filhos tende a decrescer substancialmente com o avançar da idade, o que por sua vez, sinaliza que as decisões de fecundidade são frequentemente o resultado de expectativas mais realistas – como sejam o aproximar do término do período reprodutivo e as expectativas futuras – e não apenas uma função das preferências reprodutivas.

Capítulo 7 – Do passado ao presente

7.1 – Contextos da família de origem

Após se ter evidenciado que a fecundidade subsequente parece guardar uma estreita relação com a idade ao nascimento do primeiro filho, sendo ainda influenciada pelas expectativas futuras e por determinados contextos normativos e familiares, o que se pretende neste capítulo é justamente destacar algumas destas características e, posteriormente analisar o *quantum* e o *tempo* da fecundidade portuguesa ao longo das últimas décadas, bem como a fecundidade de uma coorte de mulheres que já findou ou está praticamente a findar o seu período reprodutivo, procurando-se evidenciar as suas expectativas reprodutivas iniciais e em que medida estas conseguiram (ou não) atingir as suas metas reprodutivas. De igual forma, pretende-se perceber se entre estas mulheres as descendências de filho único são o resultado do seu desejo inicial ou de uma conformação posterior.

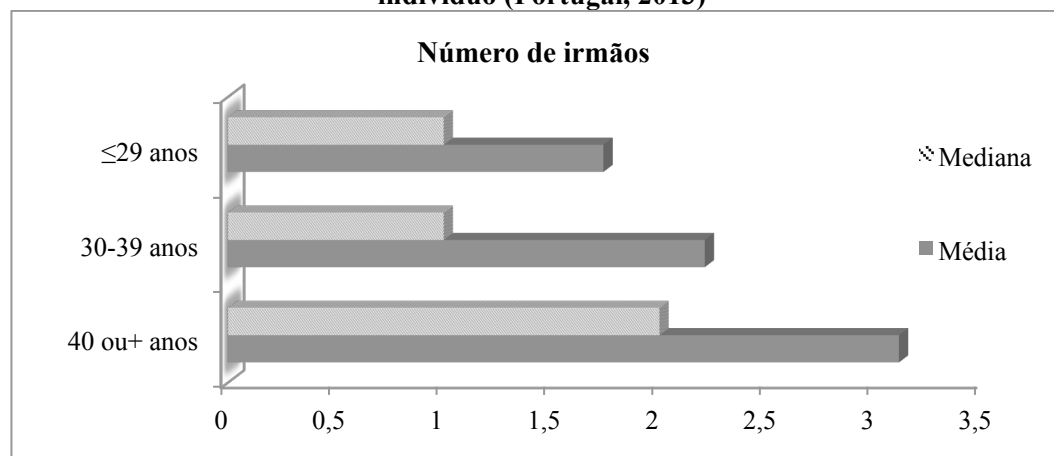
Como as aspirações e escolhas individuais não são formadas no vácuo (Hakim, 2003), os contextos de socialização possuem importantes repercussões nos comportamentos dos indivíduos (Heiland *et al.*, 2008), com impacto sobre as suas aspirações e valores, dentre os quais se incluem as decisões reprodutivas (Inglehart, 1971, 2008; Udry, 1983; Friedman *et al.*, 1994; Hagewen & Morgan, 2005; Koropecj-Cox & Pendel, 2007; Merz & Liefbroer, 2010; Testa, 2010).

Por esta razão, antes de se analisar a transição para a fecundidade e examinar as questões relativas ao *quantum* e ao *tempo*, assim como a fecundidade final das mulheres que estão a encerrar a sua carreira reprodutiva, importa explorar, ainda que de forma sucinta, os contextos da família de origem dos indivíduos que ainda se encontram em idades reprodutivas, bem como as mudanças subjacentes ao *quantum* da fecundidade ocorridas nas suas famílias de origem ao longo das últimas décadas, através da observação do seu número de irmãos (fratria).

O número médio de irmãos (incluindo meios-irmãos) varia conforme a idade do inquirido, o que por sua vez, se relaciona com os contextos em que a sua família de origem decidiu e realizou os seus respetivos percursos reprodutivos. Entre os indivíduos mais velhos (nascidos antes de 1974), o número médio de irmãos é de aproximadamente 3,1, enquanto que entre os mais novos é de 1,74. Importa ainda

ressaltar, que metade daqueles nascidos após o ano de 1974 – que coincide com a Revolução do 25 de Abril – tem um irmão, enquanto os nascidos antes desta data, metade tem 2 irmãos.

Figura 7.1: Número médio (e mediana) de irmãos, segundo o grupo etário do próprio indivíduo (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: os desvios-padrão para as idades <29 anos, 30-39 e 40 anos ou mais são, respetivamente, 1,78; 2,33 e 2,85. Fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

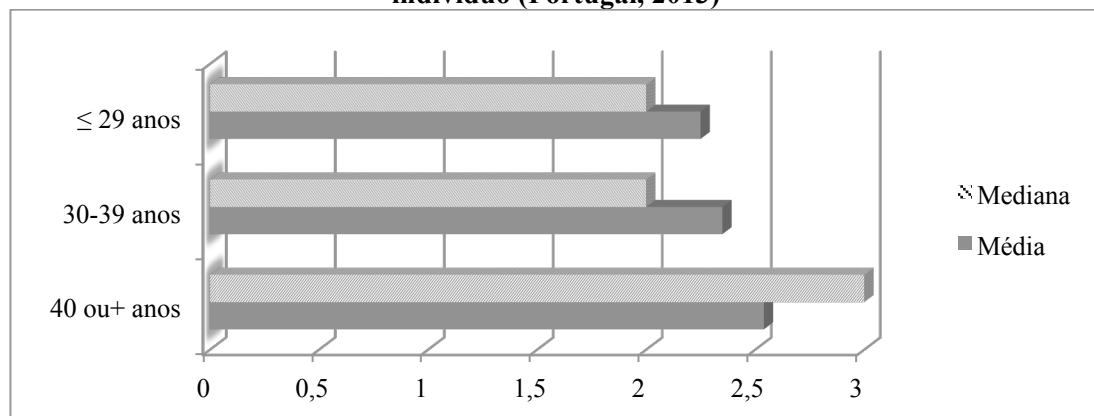
Provavelmente, estas famílias mais contidas para aqueles nascidos a partir de 1974, são um reflexo do maior sucesso do planeamento familiar por parte dos seus pais – com o crescente uso de métodos contraceptivos mais eficazes – bem como de uma tendência para reduzir o *quantum* dos filhos, a partir do massivo controlo da fecundidade tanto fora quanto dentro do casamento (Mendes, 1987, 2012; Cunha, 2012b).

Ao adicionarmos o inquirido ao seu número de irmãos encontramos a sua fratria, ou seja, a dimensão média do número de filhos que seus pais tiveram, o que por seu turno, oferece algumas pistas sobre os percursos reprodutivos daquelas gerações, responsáveis em grande parte, pelo declínio da fecundidade portuguesa ao longo da última metade do século passado e início do século atual.

Na figura 7.2, quando tomarmos em consideração as médias e medianas (principalmente), podemos distinguir dois comportamentos distintos: um anterior à Revolução do 25 de Abril de 1974 (indivíduos atualmente com 40 anos de idade ou mais) e o outro, posterior ao 25 de Abril (indivíduos com menos de 40 anos de idade). Enquanto os agregados anteriores à Revolução do 25 de Abril tendem a ser um pouco maiores, aqueles posteriores, tendem a ser menores. Ainda que o comportamento reprodutivo dos pais dos inquiridos nascidos entre 1974 e 1983 seja bastante similar

ao comportamento daqueles nascidos após o ano de 1984 (≤ 29 anos), neste último caso, as descendências médias tendem a ser ligeiramente menores.

Figura 7.2: Dimensão média (e mediana) da fratria, segundo o grupo etário do próprio indivíduo (Portugal, 2013)



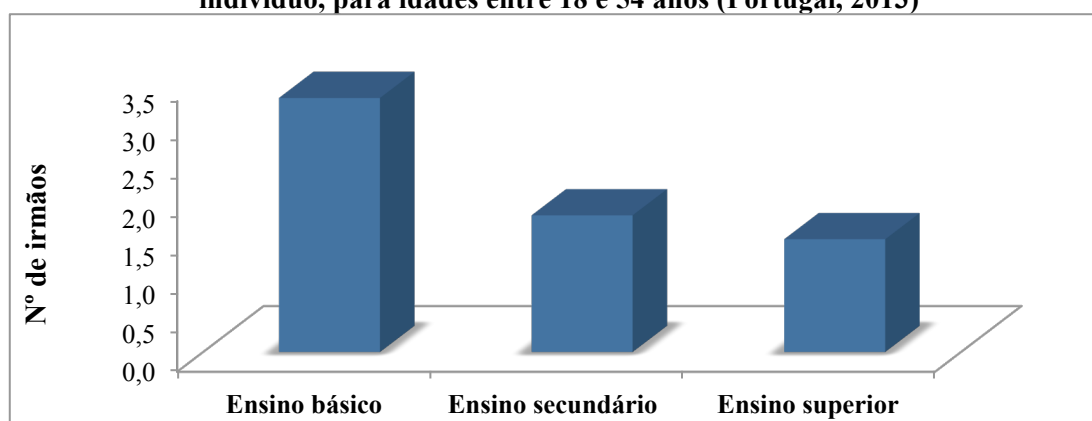
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: os desvios-padrão para as idades ≤ 29 anos, 30-39 anos e 40 anos ou mais são respetivamente 0,69; 0,67 e; 0,65. Fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

Todavia, também se constata que a dimensão média do agregado de origem é sempre superior ao limiar necessário à renovação das gerações. Mesmo se tomarmos como referência o grupo etário mais jovem – nascidos já num contexto de baixa fecundidade – verificamos que a fecundidade média dos seus pais (medida aqui através da dimensão do agregado de origem) se mantém superior a dois filhos, indiciando, tal como defendem Bongaarts (1998, 2002), Lesthaeghe e Willems (1999) e Mendes (2012), que a fecundidade real dos indivíduos, no término do seu período reprodutivo, pode não ser tão baixa quanto sugere o ISF. Por outro lado, os dados não deixam dúvidas sobre a progressiva redução do *quantum* da fecundidade, com as gerações mais jovens nascendo em famílias de menores dimensões.

Assim como propõe Inglehart (1971), a obtenção de maiores níveis de ensino está intimamente relacionada com a dimensão e a situação da família de origem (ver figuras 7.3 e 7.4). O nível de escolaridade do indivíduo é distinto consoante o seu número médio de irmãos, sendo que quanto menor for este número, mais elevados são os capitais escolares dos inquiridos. Enquanto aqueles que atualmente possuem o ensino superior têm, em média, 1,46 irmãos, os que possuem no máximo o ensino básico têm cerca de 3,3 irmãos.

Figura 7.3: Número médio de irmãos segundo o nível de escolaridade do próprio indivíduo, para idades entre 18 e 54 anos (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: as respetivas medianas e desvios-padrão para o ensino básico, secundário e superior são por essa ordem: 2,0 (2,9); 1,0 (1,8) e 1,0 (1,4). Fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

Apesar do processo de massificação da educação ser coincidente com o declínio da fecundidade, a tabela 7.1 deixa claro que independente do grupo etário do inquirido, quanto menor a sua dimensão média familiar, maior é o seu nível de escolaridade. As evidências apontam assim, no sentido proposto por Blake (1981) e Bloom e Sousa-Poza (2010), de que nos agregados de menores dimensões, há um mais elevado investimento em capital humano por filho, uma vez que os agregados de menor dimensão são justamente aqueles onde os inquiridos apresentam um mais elevado nível de escolaridade.

Tabela 7.1: Dimensão da fratria segundo o nível de escolaridade e, grupo etários (Portugal, 2013)

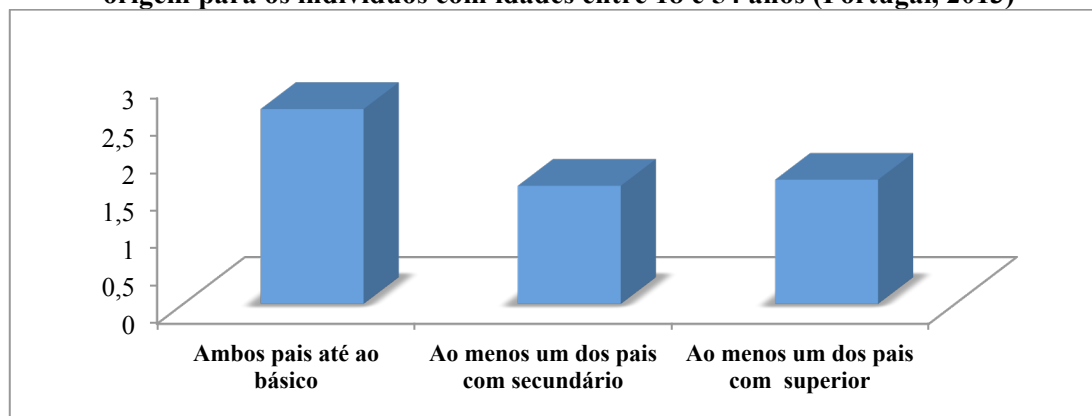
		Ensino básico	Secundário	Superior
<29 Anos	Mediana	3,0	2,0	2,0
	Média	2,43	2,15	2,10
	Desvio padrão	0,67	0,69	0,65
30-39 anos	Mediana	3,0	2,0	2,0
	Média	2,58	2,25	2,14
	Desvio padrão	0,58	0,69	0,66
40 anos ou +	Mediana	3,0	3,0	2,0
	Média	2,69	2,41	2,23
	Desvio padrão	0,57	0,68	0,74

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Uma das possíveis explicações para este diferencial segundo os níveis de escolaridade, como propõe Downey (1995), é que como os recursos dos pais (sejam eles de tempo, energia, dinheiro, etc.) são limitados, à medida que o número de filhos

aumenta, a disponibilidade dos recursos parentais tende a diminuir devido à sua redistribuição entre um maior número de crianças.

Figura 7.4 - Número médio de irmãos segundo o nível de escolaridade do agregado de origem para os indivíduos com idades entre 18 e 54 anos (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

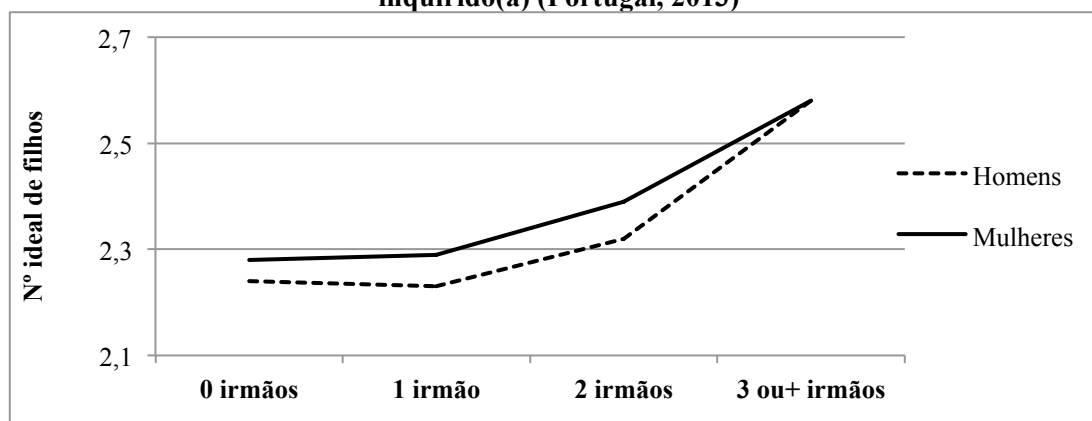
Nota: as respetivas medianas e desvios-padrão para os níveis de ensino dos pais são: até o básico 2,0 (2,6); ao menos um com ensino secundário 1,0 (1,7) e ao menos com ensino superior 1,0 (1,7).

Através da figura 7.4 constata-se ainda que quanto menor for o nível de escolaridade dos pais, maior tende a ser a sua dimensão familiar média. Os inquiridos(as) cujos pais possuem no máximo o ensino básico, têm cerca de 2,5 irmãos, enquanto aqueles em que ao menos um dos pais tem ensino superior, o número médio de irmãos decresce para 1,65.

De notar, que a menor dimensão familiar é encontrada entre aqueles onde, pelo menos, um dos pais tenha o ensino secundário e o outro um nível de escolaridade inferior. As evidências apontam ainda que aqueles “pais” com escolaridade igual ou superior ao ensino secundário foram os primeiros a decresceram o seu número médio de filhos, tal como também concluiu Bongaarts (2003), ao analisar a transição da fecundidade entre um amplo conjunto de mulheres de diversos países.

Os agregados de origem com maiores capitais escolares destacam-se assim, por apresentarem uma dimensão familiar média mais contida do que aqueles com menores níveis de instrução. Desta forma, embora as mudanças na fecundidade sejam, geralmente, vistas como consequência de um processo mais amplo de mudanças sociais e económicas, o contrário, como defende Reher (2011), também parece ser verdadeiro, na medida em que a redução da fecundidade no agregado parental de origem potenciou o aumento dos níveis de ensino das atuais gerações.

Figura 7.5: Número ideal de filhos para uma família segundo o número de irmãos do inquirido(a) (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: as respetivas medianas e desvios-padrão dos ideais para nenhum (0), um, dois e, três ou mais filhos entre os homens são respetivamente: 2,24 (1,0); 2,23 (0,64); 2,32 (0,68); e 2,58 (0,98). Entre as mulheres tais valores são respetivamente: 2,28 (0,65); 2,29 (0,59); 2,39 (0,62); e 2,58 (0,84). Fazem parte desta análise todos os indivíduos com idades entre os 18 e os 54 anos.

Embora as diferenças no número ideal de filhos sejam bastante reduzidas, ou seja, aqueles com três ou mais irmãos têm um ideal médio de apenas cerca de 0,3 filhos a mais do que aqueles que são filhos únicos, em consonância com a literatura corrente (como por exemplo, Blake, 1981; Adsera, 2006b; Testa & Grilli, 2006; Testa, 2010, Heiland *et al.*, 2008, entre outros) verifica-se que, de forma geral, quanto maior o número de irmãos, maior tende a ser o número de filhos considerado como ideal para uma família, sendo que o comportamento entre homens e mulheres apresenta uma tendência similar. Aqueles que são filhos únicos têm, em média, a mesma dimensão familiar ideal daqueles com apenas um irmão, e aqueles oriundos de famílias mais extensas (três ou mais irmãos) apresentam ideais ligeiramente mais elevados.

7.2 – Caracterização dos indivíduos que não podem ter filhos pela sua condição perante a parentalidade

Importa agora, olhar para aqueles indivíduos sem filhos e que reportaram não poder tê-los. Tais indivíduos equivalem a 1,8% do total populacional⁵⁴, sendo que destes, mais de metade (55%) pertencem ao sexo feminino. A idade média destes indivíduos, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, é de cerca de 43 anos. Esta elevada idade média sugere, por um lado, que a “impossibilidade” de conceber se

⁵⁴ Resultados obtidos a partir da análise dos dados do IFEC, com o uso do ponderador fornecido pelo INE.

agrave com o avançar da idade – dada a menor habilidade de procriar nas idades mais tardias (Morgan, 1991; Mills *et al.*, 2011) – sendo que, por outro lado, também é possível, que as reais proporções de pessoas nesta situação possam estar subestimadas, na medida em que os mais jovens poderão só vir a tomar conhecimento da dificuldade de procriar, a partir do momento em que decidirem ter filhos e não obtiverem sucesso nas suas tentativas.

Tabela 7.2: Idade média dos indivíduos (18-54 anos) que não podem ter (mais) filhos (Portugal, 2013)

	Sem filhos		Com filhos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade mediana	44,0	45,0	45,0	44,0
Idade média	43,0	42,7	44,5	43,3
Desvio padrão	7,9	6,5	6,7	4,6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Os indivíduos com pelo menos um filho mas que não podem ter mais filhos equivalem a 2,6% do total populacional, sendo que quase 2/3 destes são do sexo feminino (dados não mostrados na tabela 7.2). A idade média destes indivíduos, entre os homens é de 44,5 anos e entre as mulheres ligeiramente mais baixa: aos 43,2 anos. Tomando como referência a mediana, constata-se que metade dos homens têm mais de 45 anos e metade das mulheres mais de 44 anos. Importante ainda referir que não existem informações se “o não poder ter (mais) filhos” se deve especificamente a problemas de infertilidade ou se, de diferente forma, são outros problemas de saúde que impedem estes indivíduos de terem (mais) filhos.

Analisando-se a tabela 7.3, constata-se que entre os indivíduos que não podem ter filhos, enquanto a maioria daqueles sem nenhum filho não vive em conjugalidade, para os que já são pais ou mães passa-se exatamente o contrário: quase 94% vive em união, sendo que a situação mais comum é ser casado(a).

No que respeita à condição perante o trabalho, embora a circunstância mais frequente seja ter emprego, chama a atenção a elevada proporção daqueles sem filhos com incapacidade permanente para o trabalho. De referir, que a condição doméstico(a) é mais habitual entre aqueles que já têm algum filho. Outro aspecto interessante e que marca uma grande distinção entre estes indivíduos conforme a sua situação perante a parentalidade relaciona-se com a “razão” que motivou a saída do agregado parental de origem, quando esta teve lugar.

Tabela 7.3: Indivíduos (18-54 anos) que não podem ter filhos pela condição de parentalidade, segundo características seleccionadas (Portugal, 2013)

Covariáveis		Sem filhos e não podem tê-los (%)	Com filhos e não podem ter mais (%)
Sexo	Homem	45,2	34,6
	Mulher	54,8	65,4
	Total	100,0	100,0
Situação de conjugalidade	Sem cônjuge ou companheiro	51,9	6,3
	Com cônjuge	42,2	81,5
	Com companheiro	5,9	12,2
	Total	100,0	100,0
Nível de escolaridade	Até ao básico	59,9	71,5
	Secundário	11,3	19,5
	Superior	28,8	9,0
	Total	100,0	100,0
Condição	Com emprego	49,8	63,6
	Desempregado	20,0	23,2
	Reformado/pensionista	4,2	1,0
	Incapacitado permanente para o trabalho	23,8	0,6
	Doméstico(a)	2,2	10,6
	Outra situação de inatividade	-	1,0
	Total	100,0	100,0
Qualificações do agregado de origem	Ambos pais até ao básico	86,4	89,0
	Ao menos um com ens. secundário	5,4	4,1
	Ao menos um com ens. superior	5,8	3,4
	Não sabe	2,4	3,5
	Total	100	100
Número de irmãos	Nenhum	13,1	1,6
	Um	27,9	21,1
	Dois	16,7	13,1
	Três ou mais	42,3	64,3
	Total	100,0	100,0
Razão principal da cessação de coabitação com quem viveu até aos 15 anos	Estudos	15,8	1,1
	Casamento ou coabitação	20,2	72,9
	Vontade de viver só	12,6	2,2
	Motivos profissionais	10,6	9,8
	Outros motivos	5,0	9,2
	Não sabe/ Não respondeu	9,7	2,4
	Nunca deixou de residir	26,1	2,3
	Total	100,0	100,0
Área de residência	Densamente povoada	32,5	33,6
	Medianamente povoada	57,3	45,0
	Pouco povoada	10,2	21,4
	Total	100,0	100,0
Número ideal de filhos numa família ¹	Nenhum	1,9	1,0
	Um	9,5	1,7
	Dois	45,2	52,5
	Três ou mais	41,4	43,6
	Não sabe	1,9	1,2
	Total	100,0	100,0
Presença de filhos	Não	95,3	-
	Adotados	4,3	0,0
	Enteados	0,3	(5,3) ^a
	Biológicos	-	100
	Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: a)- Para aqueles que já entraram na parentalidade, todos os que têm enteados têm também filhos biológicos.

Entre os que são pais ou mães, 73% deixou de residir com o agregado parental de origem quando resolveu entrar em conjugalidade, sendo escassos (2,3%) os casos daqueles que ainda residem com os pais, como aliás era expectável. Para os que não têm filhos, apenas 20% deixou a casa dos pais para viver em conjugalidade, sendo elevada a fração daqueles que ainda continuam a residir com o agregado de origem (26%). Também é entre estes últimos que o desejo de “viver só” tende a ser mais frequente.

Relativamente ao nível de escolaridade dos pais, a maioria destes indivíduos são originários de agregados com baixos capitais escolares, sendo que as proporções entre ambos os grupos (com ou sem filhos) não demonstram grandes diferenças. Quanto ao nível de escolaridade do próprio indivíduo, estes tendem a concentrar-se no ensino básico, o que já era de certa forma expectável, dado o elevado peso que este nível de ensino representa, nomeadamente, para as gerações mais velhas, como é o caso daqueles que não podem ter (mais) filhos, como se verifica pela sua elevada idade média (tabela 7.2).

E ainda, como um reflexo desta elevada idade média, não surpreende que a maioria destes indivíduos tenha nascido em famílias com três ou mais filhos (o próprio indivíduo acrescido do número de irmãos). Note-se que a grande maioria destes indivíduos nasceu antes da década de 1970, quando a fecundidade portuguesa ainda era relativamente alta.

Tabela 7.4: Valores acerca da parentalidade entre os indivíduos (18-54 anos) que não podem ter filhos, pela sua condição de parentalidade e sexo (Portugal, 2013)

		Sem filhos e não podem tê-los (%)			Com filhos e não podem ter mais (%)		
		Homem	Mulher	Ambos	Homem	Mulher	Ambos
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	Concorda	45,9	42,0	43,8	71,3	53,8	59,7
	Discorda	54,1	58,0	56,2	28,7	46,2	40,3
	Total	100	100	100	100	100	100
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	Concorda	60,3	36,1	47,0	72,3	41,4	52,3
	Discorda	39,7	63,9	53,0	27,7	58,6	47,7
	Total	100	100	100	100	100	100
É preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos	Concorda	55,0	58,8	57,1	38,0	41,8	40,5
	Discorda	45,0	41,2	42,9	62,0	58,2	59,5
	Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

No que concerne ao número de filhos considerados ideal para uma família, a extrema maioria remete para a norma dos dois filhos, sendo também elevada a

proporção dos que referem três ou mais filhos. Contudo, cabe aqui a ressalva de que estes ideais possam ser válidos apenas para as famílias de uma forma geral e não para si próprios. Também não foi possível desvendar se entre estes indivíduos houve algum desejo de entrar na parentalidade, ou no caso daqueles que já entraram, se havia um desejo de ter mais filhos do que aqueles que efetivamente tiveram, uma vez que a questão acerca da fecundidade desejada ao longo da vida não foi aplicada a nenhum destes inquiridos.

Para aqueles que têm filhos, a maioria concorda que a realização pessoal passa pelos projetos de parentalidade, sendo que esta posição tende a variar intensamente conforme o sexo, sendo mais evidente entre os homens. Enquanto mais de 70% destes últimos concordam que a realização pessoal passa pela paternidade e pela maternidade, entre as mulheres pouco mais da metade admitem que a realização pessoal passe pela maternidade e quase 60% discorda que ela passe pela paternidade. Também são entre os que já têm filhos que se verifica uma mais elevada proporção dos que discordam que seja “preferível ter um só filho com mais oportunidades a ter mais filhos”.

Para aqueles sem filhos, de forma geral, passa-se o contrário do verificado no grupo anterior, com a maioria discordando que a realização pessoal dependa da presença de filhos, sendo que esta posição não é, contudo, unânime entre os sexos. Quando se examina a posição dos homens e das mulheres separadamente, 60% dos homens defendem que para se sentirem realizados é preciso ter filhos, enquanto entre as mulheres não se verifica o mesmo (nem para a maternidade, e menos ainda para a paternidade), sugerindo assim, que a parentalidade seja percebida como mais ‘imprescindível’ à realização dos homens que das mulheres. De referir que os indivíduos sem filhos tendem a apresentar uma maior concordância de que seja preferível ter um só filho com mais oportunidades, a ter mais filhos.

7.3 – Transição para a maternidade

Após se ter passado em revista, ainda que de forma sucinta algumas das características do contexto da família de origem – parte integrante da biografia daqueles residentes em Portugal ainda em idades reprodutivas – bem como daqueles que não podem (mais) ter filhos, procura-se a seguir, dar conta de algumas das

características pessoais daquelas mulheres que estavam a transitar para a maternidade durante o ano de 2013.

São vários os indicadores demográficos que salientam as profundas transformações que a sociedade portuguesa tem vindo a experimentar ao longo das últimas décadas. O aumento do nível de instrução, a crescente participação feminina no mercado de trabalho, o protelamento da entrada na parentalidade e no casamento, bem como o aumento dos nascimentos fora do casamento são exemplos destas contundentes alterações, marcando ainda a ruptura e modificação de muitas das normas e valores tradicionais que até então pautavam a vida familiar (Bongaarts, 1998; Torres, 2001; Sobotka, 2004; Hakim, 2008; Inglehart, 2008; Cunha, 2012a).

Dentre estas mudanças, o forte adiamento na transição para a parentalidade (Bongaarts, 1998; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010) desempenha um papel fundamental nos atuais níveis de fecundidade (Balbo *et al.*, 2012), assim como na definição dos itinerários percorridos pelas famílias atuais.

Como no IFEC2013 os indivíduos foram inquiridos sobre diversas questões relativas às suas características sociodemográficas, atitudes, valores, bem como sobre a presença e intenção de vir a ter (mais filhos), aquelas mulheres grávidas à data do referido inquérito e que reportaram não ter filhos, compõem a população alvo de interesse nas análises que se seguem, onde se procura evidenciar alguns dos atributos que marcam a sua transição para a maternidade.

Tabela 7.5: Idade média das mulheres que estavam a fazer a sua transição para a maternidade em 2013 (Portugal)

	Apenas a resposta das próprias mulheres	Resposta das próprias mulheres e dos cônjuges ou companheiros	Companheiras grávidas	Mulheres em conjugalidade (apenas resposta das próprias inquiridas)
Idade mediana	30	30	33	30
Idade média	28,33	29,52	31,82	30,53
Desvio padrão	5,27	4,94	3,05	4,78

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Como um primeiro exercício, na tabela 7.5 retrata-se a idade média das grávidas e companheiras grávidas pela primeira vez. Quando se examina apenas as respostas dadas pelas próprias mulheres, a idade média daquelas que estavam a fazer a transição para o seu primeiro filho, no ano de 2013, era de 28,3 anos – um valor bastante próximo daquele apresentado pela *Human Fertility Database* para Portugal

para o ano de 2012. Quando se adiciona a informação dada pelo cônjuge ou companheiro acerca da idade das suas companheiras grávidas do primeiro filho, esta idade é superior em um ano, revelando um valor muito próximo daquele apresentado pelo INE para o ano de 2013.

Analisando apenas a transição dentro da conjugalidade (seja ela casamento ou coabitação), observa-se que a idade média da transição para a maternidade tende a ocorrer mais tardiamente, aproximadamente aos 30,5 anos (apenas respostas dadas pelas mulheres em conjugalidade), e quando se considera as informações dadas apenas pelos companheiros (acerca das companheiras grávidas), esta idade tende a ser ainda mais tardia em cerca de 1,3 anos.

Considerando que as diferenças de idade neste indicador possam resultar de possíveis erros ou confusão nas idades referidas pelos companheiros – o que admite presumir que as respostas das próprias inquiridas sejam mais fiáveis – nas análises subsequentes, que tomam como parâmetros as transições ocorridas antes e após a idade média ao nascimento do primeiro filho, apenas serão consideradas as respostas dadas pelas próprias inquiridas.

De forma a tornar as análises mais perceptíveis, adota-se as expressões “transição precoce” para aquelas mulheres grávidas que tenham até 28 anos de idade (inferior à idade média ao nascimento do primeiro filho) e, “transição tardia” para aquelas cujas idades sejam superiores aos 28 anos. Como o “ponto de corte” foi baseado na idade média (sendo considerada “transição precoce” aquelas transições ocorridas antes dos 29 anos), as distribuições de ambas transições são próximas mas não equivalentes: a transição “precoce” representa 49,7% e a “tardia” representa 51,3%.

Tabela 7.6: Transições precoces e tardias em 2013, segundo a conjugalidade (Portugal)

	Vive em conjugalidade (%)	
	Sim	Não
Transição Precoce	56,2%	43,8%
Transição Tardia	100,0%	0,0%
Total	78,2%	21,8%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

No cômputo total (agregando-se as transições precoces e tardias), 78% das primeiras gravidezes ocorrem dentro das uniões (casamento ou união de facto), sendo que 47,2% ocorre dentro do casamento e 31% dentro da coabitação (dados não

mostrados na tabela 7.6). Contudo, enquanto a transição tardia se concentra dentro da conjugalidade, cerca de 44% das transições precoces ocorrem fora desta. Face ao elevado percentual das transições que ocorrem dentro da conjugalidade, é possível inferir, que a presença de um relacionamento conjugal permanece de facto decisiva para a entrada na parentalidade (Bongaarts, 1998; Merz & Liefbroer, 2010; Aassve *et al.*, 2012).

Tabela 7.7: Transições precoces e tardias em 2013, segundo a condição das grávidas (do primeiro filho) com e sem companheiro, perante o trabalho (Portugal)

	Situação perante o trabalho do casal e da mulher (%)				
	Ambos com trabalho	Apenas um trabalha	Ambos sem trabalho	Sem comp/conj. e com trabalho	Sem comp/conj. e sem trabalho
Precoce	42,5	7,8	5,8	13,9	29,9
Tardia	82,5	14,3	3,2	0,0	0,0
Total	62,7	11,1	4,5	6,9	14,9

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

A situação mais comum é transitar dentro da conjugalidade (como referido anteriormente) e, sobretudo quando ambos os elementos do casal possuem um trabalho remunerado (tabela 7.7), seja a transição precoce ou tardia (principalmente), indicando que a transição para a parentalidade tende a ocorrer nomeadamente quando o casal já se encontra de certa forma “estabelecido” no mercado de trabalho (Adsera, 2006a; Billari & Kohler, 2009).

Aquelas mulheres que não vivem em conjugalidade, concentram-se na transição precoce. O exame mais detalhado sobre este grupo de mulheres será apresentado mais adiante, na tabela 7.9. Para as desempregadas, a transição precoce é mais comum do que a tardia, todavia, a taxa de desemprego é maior nos níveis de ensino mais baixos. As proporções das desempregadas dentro de cada nível de ensino são respetivamente: 38% para as que têm ensino básico, 22% para as que têm ensino secundário e apenas 1,5% para as que possuem ensino superior (dados não mostrados na tabela 7.8).

Tabela 7.8: Transições precoces e tardias em 2013, segundo a situação da grávida (do primeiro filho) perante o trabalho (Portugal)

		Precoce (%)	Tardia (%)	Total (%)
Situação da grávida perante o trabalho	Tem trabalho	61,5	86,6	74,1
	Desempregado	22,6	13,4	18,0
	Estudante	11,1	0,0	5,5
	Outra inatividade	4,8	0,0	2,4
	Total	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Considerando-se apenas a participação no mercado de trabalho por parte das mulheres grávidas, confirma-se que tanto as transições precoces quanto as tardias (principalmente) tendem a ocorrer sobretudo quando as mulheres têm um trabalho remunerado. São poucos os casos daquelas que fazem a sua transição enquanto estão a estudar, sendo este sobretudo o caso das transições precoces.

Apesar da grande maioria das primeiras gravidezes ocorrerem dentro da conjugalidade, uma fração superior a 1/5 (essencialmente as mais jovens, como se depreende da tabela 7.6) ocorre fora desta, justificando-se assim um olhar mais atento para este tipo de transição. Neste sentido, explora-se a seguir as suas proporções segundo algumas características.

Tabela 7.9: Transição para a maternidade das mulheres que em 2013 não estavam a viver com cônjuge ou companheiro, segundo algumas características selecionadas (Portugal)

Nível de escolaridade	Até o básico (%)	Secundário (%)	Superior	Total
	21,1	78,9	-	100%
Condição perante o trabalho	Tem trabalho	Desempregada	Estudante	
	31,8	42,5	23,1	100%
Escolaridade do agregado de origem	Ambos o pais até ao ens. básico	Ao menos um dos pais com o ens. secundário	Ao menos um dos pais com ens. superior	
	100,0	-	-	100%
Número de irmãos ¹	Um	Dois	Três ou mais	
	45,9	30,1	24,0	100%
Reside com o agregado parental de origem	Não ²	Sim ³	-	
	18,5	81,5	-	100%
Existência de primeira conjugalidade	Não	Sim	-	
	49,7	50,3	-	100%
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	Medianamente povoada	Pouco povoada	
	13,2	62,7	24,1	100%
Pretensão de ter mais filhos	Não	Sim	Não sabe	
	24,1	+1 45,9	+2 11,5	18,5 100%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Notas: 1- Nenhuma destas mulheres mencionou a ausência de irmãos, o que indica que não são provenientes de agregados de filho único; 2- aquelas que já não residem com o agregado parental de origem (18,5%), reportaram deixar de residir para constituir família. 3- Entre as que residem com o agregado parental de origem, 88,2% não tem cônjuge ou companheiro, 1,6% tem cônjuge e 12,2% tem companheiro.

Começando por se explorar os capitais escolares desta fração de mulheres que não estavam a viver com cônjuge ou companheiro, evidencia-se que a maior parte delas tem no máximo o ensino secundário, sendo procedentes de agregados com

baixos capitais escolares e de famílias com três ou mais filhos (54,1%), com residência, sobretudo, em áreas medianamente povoadas. Quanto aos projetos reprodutivos futuros, quase 1/5 encontram-se indecisas, cerca de ¼ pretende ficar pelo filho único, 11,5% deseja ter uma família mais alargada (com três filhos) e, a grande maioria (quase 46%) pretende ter dois filhos.

Sendo a existência de uma primeira conjugalidade (50,3%) bastante superior a proporção daquelas que mencionaram não residir no agregado parental de origem (18,5%), os dados apontam para a existência de coabitação dentro da casa dos pais (ver nota 3 da tabela 7.9). De referir que apesar de se tratar de mulheres que já não estão a viver com cônjuge ou companheiro, 50,3% destas já a experimentaram a conjugalidade, podendo-se falar então em cessação de coabitação (por motivos que não se consegue determinar, já que os dados não permitem responder a tais questões). Se assim for, a proporção de gravidezes que foram geradas dentro de um relacionamento conjugal (embora os seus filhos possam vir a nascer fora deste) é bastante superior àquela apresentada anteriormente.

Retomando novamente as questões relativas às transições precoces e tardias, explora-se a seguir os capitais escolares das mulheres segundo o *tempo* da sua transição. Enquanto as mulheres com ensino básico são caracterizadas por uma fecundidade precoce, aquelas com ensino superior são marcadas, sobretudo, por uma transição mais tardia. Desta forma, confirma-se o argumento que o prolongamento das trajetórias escolares implica um protelamento da maternidade para idades mais tardias (Barber, 2001; Van de Kaa, 2002; Billari & Kohler, 2009; Adsera, 2011a).

Tabela 7.10: Transições precoces e tardias em 2013, segundo o nível de escolaridade da grávida (Portugal)

		Precoce (%)	Tardia (%)	Total (%)
Nível de escolaridade	Até o básico	86,1	13,9	100,0
	Secundário	57,7	42,3	100,0
	Superior	19,6	80,4	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Entre aquelas com níveis de ensino intermédios, as suas transições tendem a ocorrer antes dos 29 anos, não sendo porém desprezível a proporção (42,3%) daquelas que também tende a adiar o nascimento do primeiro filho para idades mais tardias. A distribuição da fecundidade precoce segundo o nível de escolaridade apresenta as seguintes proporções: 30,3% (básico), 56,3% (secundário) e 13,4% (superior),

enquanto na fecundidade tardia estas proporções são respetivamente: 4,8%, 40,8% e 54,4% (dados não mostrados na tabela 7.10).

Na tabela 7.11, observa-se ainda que quanto maior o nível de escolaridade dos pais, mais tardias tendem a ser as transições para a maternidade. Aquelas cujos pais têm menores capitais escolares transitam mais cedo, enquanto aquelas procedentes de agregados de maior escolaridade tendem a transitar, na sua extrema maioria, a partir dos 29 anos de idade, o que sugere que os contextos de socialização (Ajzen & Klobas, 2013; Testa, 2010; Udry, 1983) influenciam também o *tempo* da transição para a maternidade.

Tabela 7.11: Transições precoces e tardias em 2013, segundo algumas características selecionadas (Portugal)

		Precoce (%)	Tardia (%)	Total (%)
Escolaridade do agregado de origem	Ambos os pais até o básico	60,7	39,3	100,0
	A menos um com secundário	20,8	79,2	100,0
	Ao menos um com superior	11,4	88,6	100,0
Compensação ¹	Concorda	62,6	37,4	100,0
Número de irmãos	Nenhum	22,6	77,4	100,0
	Um	44,6	55,4	100,0
	Dois	75,2	28,8	100,0
	Três ou mais	43,0	57,0	100,0
Reside com o agregado parental de origem	Não (79,4%)	37,1	62,9	100,0
	Sim (20,6%)	98,4	1,6	100,0
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	20,5	79,5	100,0
	Medianamente povoada	63,7	36,3	100,0
	Pouco povoada	60,3	39,7	100,0
Pretensão de ter mais filhos	Não	44,7	55,3	100,0
	Sim	50,5	49,5	100,0
	Não sabe	66,3	33,7	100,0
Fecundidade final esperada ³	1 filho	44,7	53,0	100,0
	2 filhos	61,1	38,9	100,0
	3 ou mais filhos	29,4	70,6	100,0
	Não sabe	66,3	33,7	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Notas: 1- Compensação refere-se à questão: “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?” 2- A “fecundidade final esperada” agrega a atual gravidez, acrescida do número de filhos que ainda esperam vir a ter ao longo do seu período reprodutivo.

De modo geral, quanto maior o número de irmãos, mais precoce é a transição, constituindo exceção ter três ou mais irmãos, caso em que a transição tardia tende a ser maior que a precoce. As filhas únicas (nenhum irmão, incluindo os meios irmãos) tendem a fazer a sua transição mais tardiamente e, de entre aquelas com dois irmãos

destaca-se a elevada proporção das que transitam mais cedo. A grande maioria das mulheres que estavam a transitar para a maternidade em 2013 já não residem no agregado parental de origem (79,4%). Contudo, entre as que ainda residem, a maioria situa-se no grupo das transições precoces.

Quanto à caracterização da dimensão do local de residência, pode-se dizer que as áreas densamente povoadas são caracterizadas, em grande parte pela ocorrência de transições tardias, sendo as transições precoces mais comuns nas áreas pouco povoadas e sobretudo, medianamente povoadas. E ainda quanto à caracterização das transições segundo o tamanho do aglomerado de residência, a distribuição da transição precoce é de 12,7% nas áreas densamente povoadas, 64% nas áreas medianamente povoadas e 23,3% nas áreas pouco povoadas, sendo a distribuição da transição tardia respetivamente 48,8%, 36,1% e 15,1% (valores não apresentados na tabela 7.11), evidenciando-se assim a menor ocorrência de transições tardias em aglomerados pouco povoados, bem como a menor proporção de transições precoces nas áreas densamente povoadas.

Quem estava a fazer a transição mais tardiamente apresenta um menor grau de indecisão acerca da sua fecundidade futura, enquanto aquelas da transição precoce revelam maiores proporções entre as indecisas. Embora as que transitam mais tardiamente demonstre menor intenção de ter mais filhos, são elas que no entanto demostram maiores preferências por famílias mais alargadas relativamente as que transitam mais cedo, como se depreende da tabela 7.12, onde a proporção das que esperam ter como fecundidade final três ou mais filhos é bastante mais elevada para as mulheres que transitam mais tardiamente.

Quando se considera as proporções das que concordam que é preferível ficar com um filho único desde que este tenha menos restrições, o grau de concordância entre as que transitam mais cedo é de 63%, enquanto entre as que transitam mais tardiamente é de 37,5%.

Tabela 7.12: Fecundidade final esperada segundo as transições precoces e tardias em 2013 (Portugal)

Fecundidade final esperada	Precoce (%)	Tardia (%)	Total (%)
1 filho	27,2	33,2	30,2
2 filhos	52,0	32,7	42,3
3 ou mais filhos	12,7	30,0	21,4
Não sabe	8,1	4,1	6,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

A família de dois filhos representa a preferência de 42% destas mulheres, sendo mais acentuada nas transições precoces, ao passo que a preferência por famílias alargadas é mais acentuada nas transições tardias, constituindo contudo o desejo de pouco mais de 1/5 do total de mulheres. A família de filho único é a segunda preferência mais frequente, em qualquer uma das transições, sendo que nas transições tardias, ela apresenta proporções muito próximas da preferência pelo padrão normativo dos dois filhos. De forma geral, verifica-se que as descendências únicas tendem a se sobrepor às descendências alargadas em qualquer uma das transições.

Como síntese, pode-se dizer que, entre as mulheres que em 2013 estavam a transitar para a maternidade, é nas transições precoces onde se evidenciam os contextos sociais mais vulneráveis, como anteriormente concluíram Almeida *et al.* (1998). A maioria destas grávidas são provenientes de agregados com baixos capitais escolares, sendo também elas, marcadas por um mais baixo nível de escolaridade. Uma parte considerável estava a realizar a sua transição fora da conjugalidade, em situação de desemprego e a residir no agregado parental de origem.

Já aquelas que estavam a fazer a sua transição mais tardiamente, o faziam em contextos bastante mais seguros: a sua transição concentra-se dentro da conjugalidade, sendo que a situação mais comum era a de ambos os elementos do casal ter emprego, tendem a apresentar ainda elevados capitais escolares e fazer a sua transição fora do agregado parental de origem, o que significa que já haviam constituído um lar independente. As evidências das “transições tardias” sugerem, assim, que o adiamento da transição para a maternidade tem, como principal tendência, uma ocorrência em contextos sociais mais seguros.

Embora, seja nas transições precoces onde menos predomina a ideia da descendência única, na medida em que os percursos reprodutivos dessas mulheres possam continuar marcados por situações de insegurança, parece aceitável concluir que muitas das transições para as segundas e terceiras ordens poderão vir a não ocorrer, elevando-se as proporções de filhos únicos, principalmente se tivermos em linha de conta que é entre elas onde se verifica um mais elevado percentual das que acham “preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”, o que pode indicar que a transição para posteriores ordens de nascimentos requer um ambiente mais seguro.

7.4 – O *quantum* e o *tempo*

Como se evidenciou anteriormente nas análises sobre os contextos da família de origem, ao longo da última metade do século passado e início do atual, houve uma acentuada redução do *quantum* da fecundidade portuguesa, com os indivíduos mais jovens nascendo em famílias de menores dimensões. Todavia, a trajetória da idade média à entrada na parentalidade influencia fortemente os indicadores de fecundidade, importando por isso, avaliar os seus efeitos juntamente com a redução do *quantum*.

Se por um lado o protelamento da maternidade para idades cada vez mais tardias tem sido apontado como uma das principais causas para que os atuais níveis de fecundidade sejam tão reduzidos (Bongaarts, 1998, Lesthaeghe & Willem, 1999; Qu *et al.*, 2000; Van de Kaa, 2002; Myrskylä *et al.*, 2008; Balbo *et al.*, 2012; Wilson, 2013), por outro lado, o decréscimo da fecundidade portuguesa que se operou principalmente de 1976 até meados da década de 1980 foi marcado não pelo adiamento, mas sim por um rejuvenescimento da fecundidade.

Sendo as taxas de fecundidade verificadas num dado momento, frequentemente impulsionadas por mudanças (adiamento ou rejuvenescimento) no calendário reprodutivo, torna-se difícil identificar em que medida as flutuações observadas no ISF do momento refletem as alterações implícitas do *tempo* (idade ao nascimento dos filhos) e em que medida estas flutuações refletem uma real modificação no *quantum* (número de filhos).

Como o ISF é um indicador que toma em consideração a fecundidade verificada apenas num dado momento no tempo (Easterlin, 1976; Bongaarts & Feeney, 1998; Bongaarts, 2002; Oliveira, 2012), as distorções provocadas pelas tendências do efeito *tempo* – adiamento ou rejuvenescimento da fecundidade – podem dissimular as tendências do *quantum*, tornando o indicador sujeito a enviesamentos (Bongaarts, 1998, 2002).

Isto ocorre porque quando a idade média da fecundidade aumenta, o efeito do *tempo* torna-se negativo, tendendo a deprimir o ISF de momento, sendo que quando a idade média da fecundidade diminui, o efeito do *tempo* passa a ser positivo, tendendo a sobrevalorizar o ISF verificado naquele momento (Bongaarts, 2002), contribuindo ainda para ocultar as tendências do *quantum*. Assim, embora o ISF seja, de modo geral, o indicador mais utilizado para medir o nível de fecundidade num dado

momento, como salientou Sobotka (2004), ele pode fornecer impressões enganosas sobre as tendências da fecundidade em termos de quantidade, ou seja, do número de nascimentos por mulher.

Diversos estudos, como, por exemplo, os de Sobotka (2004), têm oferecido evidências da forma como as distorções do *tempo* afetam o ISF do momento. Nas suas análises para 27 países europeus, entre os quais Portugal, Sobotka (2004) demonstrou que durante o período de 1995 a 2000, todos os países foram afetados pelo efeito negativo do *tempo* e que, portanto, o ISF do referido período encontrava-se deflacionado.

Como forma de contornar o viés provocado pelo efeito *tempo*, Bongaarts e Feeney (1998) propuseram a utilização de uma taxa de fecundidade total ajustada (TFR-adj), assumindo que a fecundidade só é influenciada pelo período, idade, paridade e duração desde o último nascimento, mas não pela coorte (Bongaarts & Feeney, 1998: 275).

A *TFR-adj* pode ser interpretada como uma “estimativa mais precisa da taxa de fecundidade total, que seria observada na ausência de mudanças no calendário reprodutivo”, assumindo-se que as suposições subjacentes acima sejam válidas (Bongaarts 2002: 434). Isto significa que a *TFR-adj* seria o ISF observado num determinado ano, na ausência de adiamento ou rejuvenescimento do calendário reprodutivo.

O ajustamento proposto por Bongaarts e Feeney (1998) para estimar o ISF livre das distorções do tempo (*TFR-adj*), pode ser calculado da seguinte forma:

$$TFR-adj(t) = \sum adj TFR_i(t) = \frac{TFR_i(t)}{[1-r_i(t)]} \quad (7.1)$$

$$\text{onde, o } r_i(t) = \frac{[IMF_i(t+1) - IMF_i(t-1)]}{2} \quad (7.2)$$

sendo $IMF_i(t)$, a idade média à fecundidade na ordem i .

Desta forma, o $r_i(t)$ denota a alteração na idade média ao nascimento da ordem i . Assim, conforme a fórmula demonstrada em 7.2, para se calcular as mudanças no r_i da primeira ordem de nascimento (r_1), para (t) referente ao ano de 2001, tem-se que:

$$r_1(2001) = \frac{(IMF_1 \text{ de } 2002 - IMF_1 \text{ de } 2000)}{2} \quad (7.4)$$

logo, o r_1 do ano de 2001 é dado pela diferença entre a idade média ao primeiro filho em 2002 e a idade média ao primeiro filho em 2000, a dividir por 2.

Geralmente os cálculos para as ordens de nascimento são realizados para as paridades 1, 2 e 3, juntando-se todos os nascimentos a partir da 4ª ordem, uma vez que a sua ocorrência tem sido relativamente baixa na maioria dos países Europeus (Sobotka, 2004).

De igual forma, para se calcular as mudanças no r_i , relativas aos nascimentos de todas as ordens (r_{total}), tal que (t) seja referente ao ano de 2001, segue-se que:

$$r_{total}(2001) = \frac{(IMF_{total\ de\ 2002} - IMF_{total\ de\ 2000})}{2} \quad (7.5)$$

onde o r_{total} do ano de 2001 denotará a mudança ocorrida na idade média à fecundidade (todas as ordens de paridade) entre 2002 e 2000.

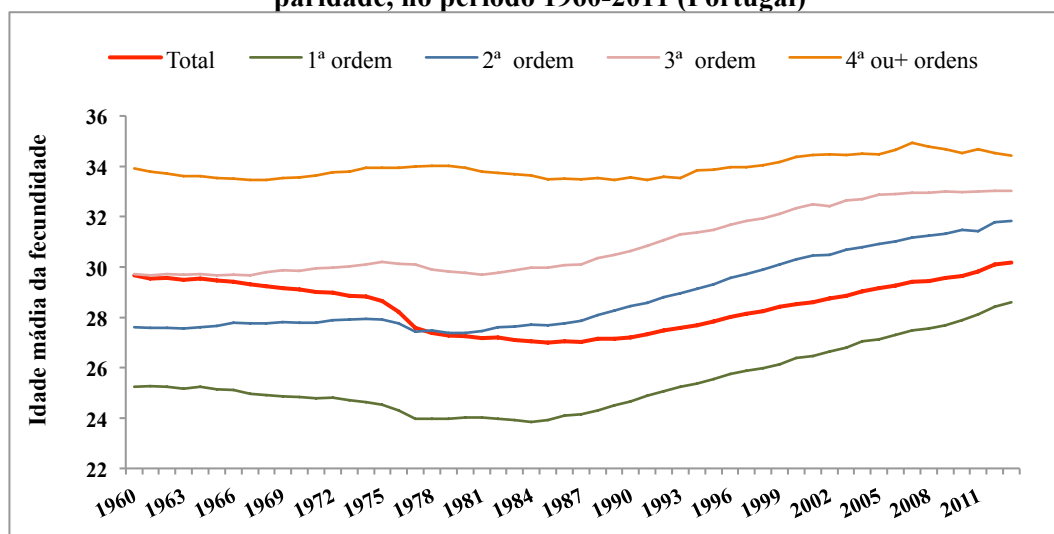
As mudanças na idade média à fecundidade são o resultado de dois fatores demográficos específicos: o declínio dos nascimentos de ordens mais elevadas – ou seja, um declínio no *quantum* – que acaba por se refletir na idade média de todos os nascimentos, como mostra a figura 7.6 e, a própria mudança no calendário reprodutivo (Bongaarts, 1998, 2002).

Como salientam Bongaarts e Feeney (1998), as mudanças relativas ao *quantum* nas diferentes ordens de nascimento podem ampliar, atenuar e até mesmo reverter as tendências implícitas nas idades médias das diferentes ordens de nascimento.

Note-se pela figura 7.6 que até 1976, embora a idade média aos nascimentos de 4ª ordem ou superior se tenha mantido relativamente estável (oscilando entre 33,5 e 34 anos) e, a idade média das 2ª e 3ª ordens de nascimento tenham aumentado, a idade média da fecundidade total (nascimentos de todas as ordens), na verdade, diminuiu em aproximadamente 2 anos, acompanhando a tendência apresentada pela idade média da fecundidade ao nascimento do primeiro filho.

Este decréscimo da idade média à fecundidade reflete o crescente peso dos nascimentos de primeira ordem, em detrimento da diminuição do peso das mais elevadas ordens de nascimentos, como mostrado anteriormente na figura 3.4 (página 56).

Figura 7.6: Evolução da idade média ao nascimento dos filhos nas diferentes ordens de paridade, no período 1960-2011 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Human Fertility Database.

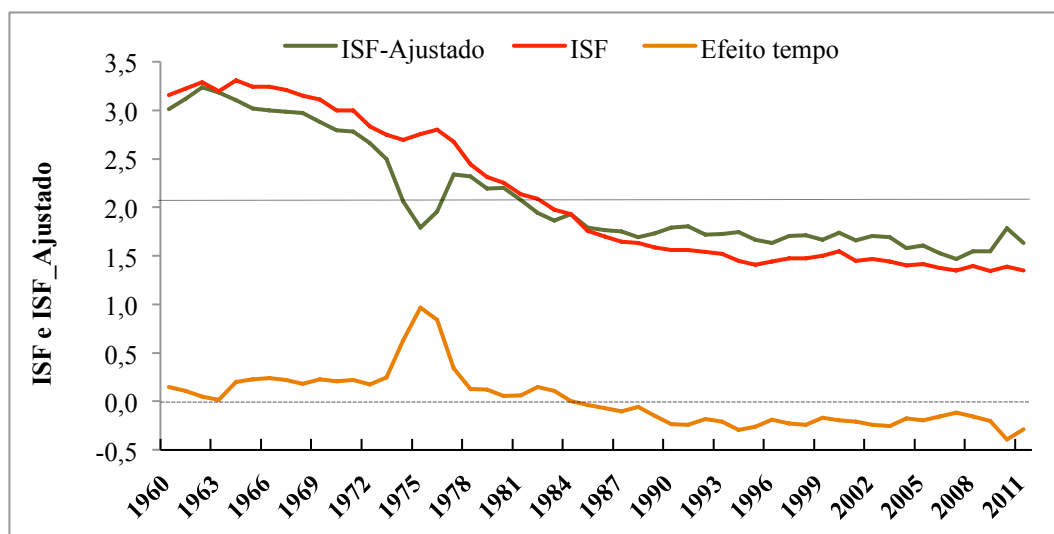
Conquanto a idade média à fecundidade total se tenha mantido relativamente estável no período entre 1977 e 1986 – assim como a idade média ao primeiro nascimento – tais idades para os nascimentos de 2ª e 3ª ordens prosseguiram a sua tendência de aumento. Face ao maior peso da primeira ordem de nascimento, o comportamento da idade média ao nascimento de todos os filhos tende a acompanhar a tendência da idade média ao primeiro filho.

Considerando que durante o período em que as mulheres estão a aumentar a idade média à entrada na maternidade, as taxas de fecundidade tendem a ficar deprimidas ou deflacionadas, passando-se o inverso quando há um rejuvenescimento da idade média à procriação (Bongaarts & Feeney, 1998), a figura 7.7 vem dar contas do efeito *tempo* no período 1960-2011.

Constata-se que a antecipação do calendário reprodutivo – nomeadamente nos anos que sucederam à Revolução do 25 de Abril de 1974 – teve como efeito inflacionar o valor do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) durante parte do período em análise.

Embora a descida do ISF a níveis inferiores ao limiar necessário para garantir a substituição das gerações apenas tenha ocorrido em 1982, o ISF-ajustado revela que tal descida ocorreu já em meados da década de 1970, tendo voltado a aumentar entre 1977 e 1980 e declinado novamente a partir de 1981.

Figura 7.7: Evolução do ISF e do ISF-ajustado, no período 1960-2011 (Portugal)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Human Fertility Database.

Entre 1960 e 1983, o efeito *tempo* foi positivo e por isso, o ISF observado foi superior ao ISF-ajustado, o que significa que o efeito *tempo* durante este período contribuiu para ocultar a redução do *quantum*. Já a partir de 1984, o efeito *tempo* passa a ser negativo, passando a contribuir então para deprimir o ISF. Como o efeito *tempo* passa a ser negativo apenas a partir de 1984, a redução da fecundidade ocorrida até então, demonstra ser tributária da redução do *quantum* como postulam as fases da STD.

Este mesmo fenómeno teria ocorrido também nos Estados Unidos durante o “*baby boom*” da década de 1950, onde o rejuvenescimento da fecundidade teve como resultado o aumento da fecundidade observada no período a níveis superiores ao da fecundidade ajustada (Bongaarts, 1998; Bongaarts & Feeney, 1998; Bongaarts, 2002).

Desta forma, se tal como defende Bongaarts (2002: 434), a *TFR-adj* pode ser interpretada como a “fecundidade total que seria observada na ausência de mudanças no calendário reprodutivo”, na ausência do rejuvenescimento da fecundidade em Portugal, os valores dos ISF’s anteriores ao ano de 1984 seriam mais reduzidos e, a partir desta data mais elevados do que demonstra o ISF, o que por seu turno indica que o efeito *tempo* num primeiro momento contribuiu para ocultar a redução do *quantum*, enquanto num segundo momento, tem contribuído em sentido inverso, ou seja, fazer a fecundidade parecer ainda mais reduzida.

Neste último caso, se não fosse o contínuo protelar do adiamento da entrada na maternidade, os atuais níveis de fecundidade seriam mais elevados do que aqueles indicados pelo ISF, como defendem alguns autores (como por exemplo, Bongaarts, 1998, 2002; Bongaarts & Feeney, 1998; Lesthaeghe & Willems, 1999; Sobotka, 2004; Mendes, 2012; Oliveira, 2012), já que quando se elimina os efeitos do adiamento da fecundidade, o ISF ajustado para 2011 revela valores próximos de 1,6 filhos por mulher. Conclui-se assim, que na sociedade portuguesa, a fase inicial do declínio da fecundidade foi marcada mais precocemente do que é reconhecido pelo efeito do *quantum* e, só posteriormente pelos efeitos do adiamento.

7.5 – Fecundidade concluída pela coorte de mulheres nascidas entre 1964-1968, com idades entre 45 e 49 anos em 2013

Já há muito tempo, que os demógrafos estão conscientes de que as mudanças no calendário reprodutivo afetam a relação entre a fecundidade da coorte e a fecundidade do período (Bongaarts, 1998, 2002). Sabendo-se então que a fecundidade do período tende a ser afetada pelos efeitos do adiamento (*tempo*), pretende-se agora analisar a fecundidade de uma coorte de mulheres com idades entre 45 e 49 anos (nascidas entre 1964 e 1968) que estão praticamente a findar (ou mesmo findaram) o seu período reprodutivo, já que as intenções de ainda ter filhos entre elas é apenas marginal.

Com efeito, a análise das taxas de fecundidade por classes etárias⁵⁵ chamam a atenção de que a fecundidade neste grupo etário tem sido extremamente reduzida, sendo que a grande maioria destas mulheres (97,5%), segundo os dados do IFEC2013, também já não planeia ter (mais) nenhum filho: apenas 2,5% (quase exclusivamente aquelas com ensino secundário) ainda pretende aumentar sua fecundidade⁵⁶. Dada a sua fraca intenção de vir a ter (mais) filhos, falamos assim de uma fecundidade real e concluída e portanto livre da distorção do *tempo* (Bongaarts & Sobotka, 2012).

⁵⁵ Ver figura 3.2 referente às taxas de fecundidade geral por classes etárias, para o período 1971-2013 em Portugal.

⁵⁶ Para as mulheres (45-49 anos) com ensino superior não se observam intenções de fecundidade, enquanto aquelas com “até ao ensino básico”, apenas 0,2% ainda pretendem ter filhos, e com o ensino secundário, 2,3% ainda pretendem ter (mais) filhos, totalizando, assim, 2,5% da intenção nesta classe etária.

Partindo da consideração que na ausência de um contínuo protetor do adiamento da entrada na maternidade, as taxas de fecundidade ora verificadas seriam mais elevadas do que aquelas indicadas pelo ISF (Mendes, 2012), a fecundidade desta coorte de mulheres oferece-nos estimativas concretas neste exercício, pois representam o número médio de nascimentos por mulher, no final dos seus anos férteis (Bongaarts, 2002).

Tabela 7.13: Ordens de paridade das mulheres com idades entre 45 e 49 anos, no ano de 2013 (Portugal)

Observações	Ordens de paridade				Total
	0 filhos	1 filho	2 filhos	3 ou+ filhos	
(N)	45.994	114.708	165.411	47.684	373.797
%	12,3	30,7	44,2	12,8	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Como observação inicial acerca do comportamento reprodutivo desta coorte de mulheres, importa destacar a taxa de incidência de pessoas sem filhos (infecundidade por escolha ou circunstância), a incidência de filhos únicos, do modelo normativo de dois filhos e das descendências mais alargadas (3 ou mais filhos).

De acordo com a tabela 7.13, a maternidade faz parte do percurso da extrema maioria, sendo que a situação mais comum é ter dois filhos, embora as descendências únicas também tenham um peso preponderante, sendo esta a condição verificada em cerca de 1/3 destas mulheres. Não obstante a elevada taxa daquelas que transitaram para a maternidade, a proporção das que não transitaram (12,3%) tem um valor muito próximo daquelas que tiveram descendências mais alargadas (12,8%).

Os valores observados nas ordens de paridade (tabela 7.13) são similares às estimativas relatadas por Oliveira (2012), onde a autora estimou que em 2009 cerca 14% das mulheres chegariam ao termo de sua vida reprodutiva sem ter experimentado a maternidade, enquanto 86% das mulheres conseguiriam ter ao menos um nascimento e, apenas 44% um segundo nascimento.

Embora a proporção de mulheres sem filhos em Portugal (12,3%) ainda esteja distante das elevadas proporções apresentadas em muitos outros países europeus (Frejka, 2008; Oliveira, 2012), não deixa de ser surpreendente a fração daquelas que chegam ao termo de sua vida reprodutiva sem experimentar a maternidade, importando assim interrogarmo-nos sobre quais são aquelas que abandonaram os seus

projetos parentais e quais as que de facto tinham como decisão não experienciar a maternidade.

Tabela 7.14: Distribuição percentual das mulheres (45-49 anos) sem filhos em 2013, segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida⁵⁷ (Portugal)

Desejou ter filhos ¹							
Sim					Não	Não pode ter filhos	Total
	E tenciona tê-los	Não tenciona tê-los	Indecisas sobre tê-los	(Total)			
(N)	888	18.425	1.420	(20.733)	15.784	9.477	45.994
%	1,9%	40,1%	3,1%	(45,1%)	34,3%	20,6%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

De entre as mulheres (45-49 anos) que não transitaram para a maternidade, exceptuando-se aquelas (20,6%) que reportaram não poder ter filhos (infecundidade por condição), pouco mais de 1/3 relatou que ao longo da sua vida não desejou ter filhos (infecundidade por escolha), enquanto os projetos parentais foram pretendidos por 45,1% destas mulheres. É assim, notável a proporção de mulheres que apesar de terem desejado ser mães não tiveram nenhum filho e, mais notável ainda, é a proporção daquelas que “abandonaram” o seu projeto parental (40,1%).

Daquelas mulheres sem filhos (12,3%, na paridade zero conforme tabela 7.13), apenas 4,2% pretendiam realmente construir um projeto de vida à margem da criança (reportaram não desejar ter filhos ao longo do seu período reprodutivo), 4,9% – por alguma razão ou circunstância – abandonaram o seu projeto parental, 0,4% encontravam-se indecisas, cerca de 0,3% ainda mantinha o desejo de se tornar mães e 2,5% dos casos deve-se ao facto das inquiridas não poderem ter filhos, não se sabendo contudo, se esta foi uma circunstância adquirida ao longo do ciclo reprodutivo (como por exemplo, problemas de infertilidade adquiridos consoante o avançar da idade, ou mesmo outros problemas de saúde que acabaram por se tornar impeditivos para a gravidez), ou se pelo contrário, foi uma condição que perdurou durante todo o período reprodutivo das inquiridas.

Ao olhar para os valores da tabela 7.14, a infecundidade parece ser fruto muito mais dos percursos trilhados por estas mulheres (neste caso, de possíveis adiamentos),

⁵⁷ No IFEC2013 os indivíduos foram inquiridos acerca da fecundidade desejada (quantos filhos) ao longo do seu curso de vida. Aqueles que reportaram que desejaram ter um ou mais filhos foram classificados como “desejou ter filhos”, enquanto aqueles que referiram “zero filhos” foram classificados como “não desejou”.

do que propriamente de um desejo de construir um projeto de vida que não incluísse a presença de filhos, uma vez que, se todas aquelas mulheres que desejaram ter filhos os tivesse tido (5,4%), teríamos uma proporção de *childlessness* de apenas cerca de 7% e não os 12,3% (ou 12% se subtrairmos aquelas que ainda pretendem entrar na maternidade) verificados entre elas. Assim, embora a maternidade continue a ser extremamente desejada e alcançada pela grande maioria da população portuguesa como referiu Cunha (2012b), importante ressaltar que a fração de mulheres que conseguem alcançá-la é inferior à daquelas que a desejaram.

Num exercício similar, procura-se agora olhar para as mulheres que deverão terminar o seu período fecundo com apenas um filho, buscando-se perceber se este era seu desejo inicial, ou se pelo contrário, trata-se antes de uma fecundidade parcialmente renunciada. Neste caso, a proporção daquelas que desejaram ter mais que um filho ao longo do seu período reprodutivo, mas que não o fizeram e não tencionam fazê-lo, é considerada como “fecundidade renunciada ou abandonada”.

Tabela 7.15: Distribuição percentual das mulheres (45-49 anos) com apenas um filho em 2013, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida⁵⁸ (Portugal)

	N (obs.)	%
Desejou ter mais que um filho	Sim e tenciona tê-lo	361
	Sim, mas não tenciona tê-lo	78.078
	Não e não tenciona ter	26.221
Sem dimensão definida e sem intenção	1.007	0,9
Não pode ter mais filhos	9.040	7,9
Total	114.707	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Também aqui se verifica que o desejo de ter apenas um filho não fazia parte dos planos reprodutivos da maioria destas mulheres: cerca de 68% desejou ter uma descendência de dois ou mais filhos, enquanto cerca de 23% reportou o desejo pela descendência de filho único⁵⁹. Também chama a atenção a reduzida proporção (0,3%) de mulheres que ainda pretendem aumentar a sua família, e principalmente, a proporção daquelas que abandonaram o projeto de ter mais filhos (68,1%), sendo esta proporção superior à daquelas que desejando ser mães não tiveram nenhum filho (40,1%, conforme tabela 7.14).

⁵⁸ Considera-se como “desejou ter mais que um filho”, aqueles que relataram que a sua fecundidade desejada ao longo do ciclo de vida era de dois ou mais filhos.

⁵⁹ Valor muito próximo aos 25% dos que planeiam a descendência de único filho entre os residentes em Portugal com idades entre os 18 e os 49 anos (mulher) e entre os 18 e os 54 (homens).

Verifica-se assim, que as descendências de filho único também parecem ser muito mais o resultado das trajetórias trilhadas por estas mulheres, do que propriamente do desejo por uma dimensão familiar mais restrita. Para aquelas que reportaram não poder ter mais filhos, não existe informação se a descendência de filho único fazia parte dos seus projetos de fecundidade, ou se pelo contrário, a descendência de filho único resultou da sua incapacidade de poder ter mais filhos.

Ao que tudo sugere, a ausência de filhos⁶⁰ para uma fração considerável de mulheres que estão a findar o seu período reprodutivo, bem como os nascimentos renunciados entre aquelas que desejaram transpor as descendências de filho único, parecem ser o resultado de consecutivos adiamentos (Morgan, 1991; Weston & Qu, 2001; Merz & Liefbroer, 2010), seguido por uma maior relutância em ter filhos nas idades mais tardias (Rowland, 1998, 2007), quando os limites sociais podem-se fazer sentir mais intensamente, uma vez que a maioria daquelas com “fecundidade renunciada” consideram não ter mais idade para ter filhos (ver anexo 26).

Ademais, a análise da fecundidade abandonada (anexo 26) entre as mulheres com idades entre os 45-49 anos, sugere uma conformação com a fecundidade que se conseguiu atingir até então, uma vez que uma fração considerável destas mulheres considera já ter os filhos que quer, mesmo tendo desejado um maior número de filhos do que aqueles que conseguiram concretizar.

Ao comparar estes 4,2% de mulheres que revelaram o desejo de não experimentar a maternidade relativamente aos 4,8% do total de inquiridas do IFEC2013⁶¹, o desejo de construir um percurso de vida à margem da criança parece permanecer relativamente reduzido e estável. Contudo, quando examinamos o percentual de mulheres que desistiram de transitar para a maternidade ou de alargar a sua descendência, o prognóstico para os anos vindouros é o de que o *childlessness*, bem como as descendências de filho único possivelmente irão aumentar.

Como lembraram Livi-Bacci (2001a), Berrington (2004) e Testa (2007), as mulheres que, por alguma razão, não encontram o momento adequado para ter o

⁶⁰ Entre aquelas que desejaram ter filhos, apenas 4,3% ainda mantém a intenção de vir a tê-los, enquanto 95,7% destas já não demonstram intenções de entrar na maternidade.

⁶¹ Segundo os dados do IFEC2013, dos 8,3% dos residentes em Portugal que esperam permanecer sem filhos no termo de sua vida reprodutiva, 4,8% pertencem ao sexo feminino, sendo as idades destas mulheres compreendidas entre os 18 e os 49 anos.

primeiro filho ou ampliar sua família, deverão terminar seu período reprodutivo com menos filhos do que desejou, e algumas, ao que tudo indica não chegarão sequer a experimentar a maternidade.

Convém, contudo, ter em mente, que nos últimos anos, a sociedade portuguesa tem enfrentado uma grave crise económica e, como constatou McDonald (2006), é frequente em períodos de recessão económica que os indivíduos adotem estratégias de “aversão ao risco”, que no âmbito das decisões reprodutivas, podem influenciar a habilidade que estes acreditam ter para concretizarem os seus projetos de fecundidade, como também defende Ajzen (1991) na sua Teoria do Comportamento Planeado, consubstanciando-se no adiamento ou mesmo abandono dos projetos de fecundidade. Esta poderia ser uma outra possível explicação, a somar-se àquela que os sucessivos adiamentos acarretam para a infecundidade e nomeadamente para que a fecundidade abandonada nesta coorte de mulheres sejam tão elevadas.

Sendo a proporção de mulheres que renunciaram aos seus projetos parentais (parcialmente ou totalmente) mais elevada do que a proporção daquelas cujos planos não incluíam a presença de filhos ou incluía a presença de apenas um filho, evidencia-se assim a noção de que as distorções demográficas provocadas pelo *tempo* (adiamento da fecundidade) têm um impacto considerável nos níveis da fecundidade final das coortes.

A análise segundo o nível de escolaridade permite ainda clarificar a relação entre a fecundidade concluída e os capitais escolares. Um breve olhar sobre o número de filhos desejados ao longo do período reprodutivo, permite-nos desmistificar a ideia que associa os maiores capitais escolares com o desejo por descendências mais restritas ou por um estilo de vida menos voltado para a família (Cunha, 2005a; Heiland *et al.*, 2005).

Contudo, por outro lado, parece que justamente pelo facto das mulheres com ensino superior terem, na sua maioria (52%), contemplado um projeto parental mais ambicioso (três ou mais filhos), elas acabam por serem as mais atingidas pelo desfasamento entre fecundidade desejada e fecundidade realizada (tabela 7.16). Por conseguinte, confirma-se novamente que metas reprodutivas mais ambiciosas tornam-se mais passíveis de não serem concretizadas como argumentaram Testa (2007) e Morgan e Rackin (2010).

Tabela 7.16: Distribuição percentual das mulheres (45-49 anos), segundo a fecundidade desejada ao longo da vida e o diferencial entre fecundidade realizada e fecundidade desejada, por nível de escolaridade (Portugal, 2013)

		Até o básico (%)	Secundári o (%)	Superior (%)	Total (%)
Fecundidade desejada ao longo da vida	Nenhum filho	5,5	6,5	5,7	5,7
	1 filho	13,0	10,5	6,6	11,3
	2 filhos	49,4	53,1	35,6	47,7
	3 ou+ filhos	32,1	29,9	52,1	35,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Diferencial entre fecundidade realizada e desejada	Realizada inferior à desejada	48,7	56,6	60,2	52,5
	Realizada igual à desejada	41,9	41,8	35,9	40,7
	Realizada superior à desejada	9,4	1,7	3,9	6,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: foram excluídas as observações referentes a “Não sabe” ou “Não se aplica”. Quanto ao número de observações, no ensino básico (N=203.923), no secundário (N=71.789) e no superior (N=62.075), perfazendo um total de 337.787 observações.

No exame do diferencial entre a fecundidade concretizada ao longo da vida reprodutiva e a fecundidade desejada (tabela 7.16) merece destaque: a relativamente baixa proporção de mulheres que não desejaram o estatuto da maternidade (5,7%), bem como a das que desejaram ter apenas um filho (11,3%), mas, sobretudo, o facto da maioria destas mulheres terem uma fecundidade realizada inferior àquela desejada (52,5%), conquanto apenas 40,7% conseguiram atingir as suas metas reprodutivas.

Merece contudo ressalva, a circunstância da fecundidade desejada ao longo da vida ser uma medida muito próxima da dimensão ideal familiar, e como tal, ser uma fecundidade a ser concretizada provavelmente apenas na ausência de restrições. Como lembrou Bongaarts (2002), num mundo ideal, as mulheres poderiam ter quantos filhos desejassem, mas este não é caso da maioria dos países. Assim, a fecundidade desejada ao longo da vida, assim como os ideais reprodutivos podem ser reavaliados ao longo do percurso reprodutivo e reajustados em baixa, em função das circunstâncias que os condicionam (Morgan, 1991; Qu *et al.*, 2000; Livi-Bacci 2001a; McDonald, 2008).

Se por um lado, as mulheres com ensino superior apresentam uma maior proporção das que não atingiram os seus planos reprodutivos, por outro lado, este maior desfasamento parece estar relacionado justamente com o facto de terem desejado também uma dimensão familiar mais alargada. Entre aquelas que tiveram mais filhos do que desejaram, verifica-se uma mais elevada proporção entre as mulheres com menor escolaridade, sinalizando assim na mesma direcção apontada por Bongaarts (2003), ou seja, que nas fases mais avançadas da transição da fecundidade

a proporção de nascimentos indesejados tende a ser mais elevada entre as mulheres com mais baixos níveis de instrução.

As mulheres com menor escolaridade são também aquelas que apresentam a maior preferência pelas descendências únicas. Note-se que enquanto 13% destas reportaram uma fecundidade desejada (ao longo da vida) de apenas um filho, entre aquelas com ensino superior esta proporção reduz-se para metade (6,6%).

Como nos níveis de ensino mais elevados se verifica uma menor incidência para ultrapassar os planos reprodutivos iniciais, pode-se supor ainda que maiores capitais escolares permitam um controlo mais eficaz sobre os percursos reprodutivos. Adicionalmente, no ensino secundário – diante de uma menor preferência por descendências mais alargadas – parece haver uma maior vigilância contraceptiva.

Apresenta-se a seguir, na tabela 7.17, a distribuição das ordens de paridade na população total feminina (18-49 anos) e a mesma distribuição segundo cada nível de escolaridade (dentro do nível de escolaridade e dentro da ordem de paridade). Trata-se de uma análise feita sob diferentes ângulos, o que conduz a que os percentuais observados sejam diferenciados conforme o ângulo que se evidencia. A distribuição das ordens de paridade na população total fornece-nos uma visão mais concreta relativamente ao peso que as diferentes ordens de paridade assumem na população como um todo, enquanto que a proporção por níveis de educação, consegue, por exemplo, demonstrar o impacto que cada paridade tem dentro de um nível de escolaridade específico.

De acordo com a tabela 7.17, de forma geral, em qualquer um dos níveis de escolaridade a situação mais comum é ter dois filhos - sendo esta distribuição mais evidente no ensino superior – e a seguir as descendências de filho único. Ao analisar a distribuição das mulheres sem filhos na população total, o seu maior percentual é encontrado entre aquelas com o ensino básico (6%), que respondem por quase 50% de mulheres na paridade zero.

Todavia, ao analisar a distribuição do *childlessness* dentro de cada nível de ensino constata-se que as maiores proporções são verificadas sobretudo entre as mulheres com ensino secundário (17%) e superior (15,7%), como também já havia concluído as análises de Sobotka (2008). Devido à sobre-representação das mulheres com ensino básico (61,5%) no conjunto total de mulheres, as suas proporção são mais

elevadas em qualquer das ordens de paridade, o que significa que apresentam simultaneamente maiores proporções de *childlessness*, mas também de transição para a maternidade na população portuguesa.

Tabela 7.17: Ordens de paridade segundo o nível de ensino, das mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)

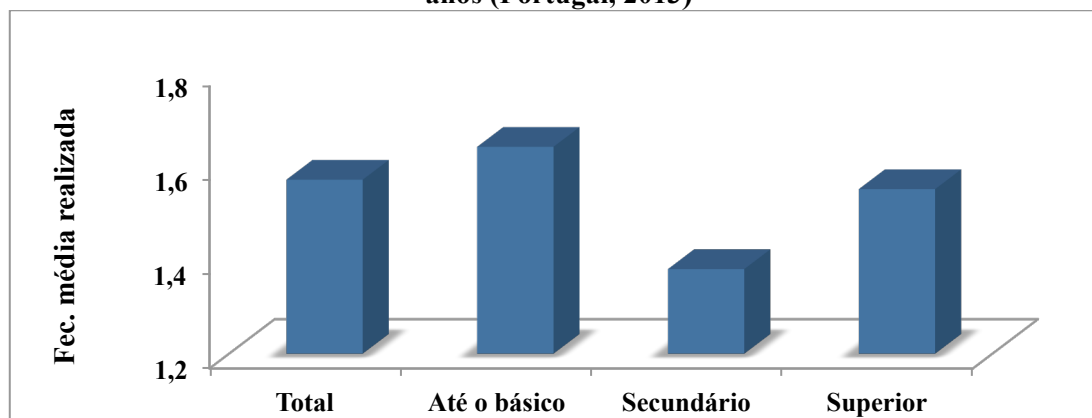
	Nível de escolaridade	Ordens de paridade				Total
		0	1	2	3 e+	
Observações (N)	Básico	22.338	75.845	92.830	38.787	229.800
	Secundário	13.115	24.968	34.974	3.805	76.862
	Superior	10.540	13.895	37.606	5.093	67.134
	Total	45.993	114.708	165.410	47.685	373.796
% na população total	Básico	6,0	20,3	24,8	10,4	61,5
	Secundário	3,5	6,7	9,4	1,0	20,5
	Superior	2,8	3,7	10,1	1,4	18,0
	Total	12,3	30,7	44,2	12,8	100,0
% dentro do nível de escolaridade	Básico	9,7	33,0	40,4	16,9	100,0
	Secundário	17,0	32,5	45,5	5,0	100,0
	Superior	15,7	20,7	56,0	7,6	100,0
	Total	12,3	30,7	44,2	12,8	100,0
% dentro das ordens de paridade	Básico	48,6	66,1	56,1	81,3	61,5
	Secundário	28,5	21,8	21,1	8,0	20,5
	Superior	22,9	12,1	22,7	10,7	18,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Já no ensino secundário, composto por pouco mais de 1/5 da população feminina em questão, verifica-se que a proporção de mulheres sem filhos corresponde a 3,5% do total daquelas na paridade “zero”, mas quando se analisa apenas aquelas que detêm este nível de escolaridade, a sua contribuição para o *childlessness* tende a ser bastante mais elevada, uma vez que 17% não transitou para a maternidade. Neste nível de ensino, as proporções de mulheres que pretendem ficar pelo filho único, a somar com aquelas que não pretendem ter filhos totaliza cerca de 50% das observações, sugerindo que seja este grupo o principal responsável pelas mais baixas taxas de fecundidade.

Olhando-se para as proporções de mulheres que possuem ensino superior relativamente aos demais níveis de ensino (tabela 7.16), é possível verificar que é entre estas que se encontram as menores proporções das que desejaram (fecundidade desejada ao longo da vida reprodutiva) como descendência final apenas um filho e, a maior proporção das que desejaram descendências mais alargadas.

Figura 7.8: Fecundidade média realizada entre as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: os respetivos desvios padrão para as médias do total das mulheres com ensino básico, ensino secundário e superior são: 0,86; 0,87; 0,82 e 0,84.

Quando medimos a fecundidade realizada, ou seja, o *quantum* médio dos filhos efetivamente tidos pelas mulheres que estão a findar o seu período reprodutivo, constatamos que os seus níveis de fecundidade são bem diferentes dos valores demonstrados pelo ISF. Como se observa pela figura 7.8, embora a fecundidade realizada pelas mulheres residentes em Portugal esteja distante de atingir o limiar mínimo necessário para garantir a renovação das gerações – o que por seu turno reflete uma redução do *quantum* – ela revela-se bastante superior ao ISF do ano de 2013 que reportava um valor de apenas 1,21 filhos, confirmando-se assim que a fecundidade final por coorte não é tão baixa como sugere o ISF (Bongaarts, 1998; Bongaarts & Feeney, 1998; Mendes, 2012).

A fecundidade desta coorte de mulheres (1,57 filhos por mulher), apresenta ainda um valor muito próximo daquele encontrado na figura 7.7 para o ISF-ajustado por período, bem como daqueles calculados por Mendes (2012) e Oliveira (2012), que previam para o final da primeira década do século XXI, uma fecundidade (ajustada) de aproximadamente 1,6 filhos por mulher. Assim, apesar destas mulheres terem uma fecundidade abaixo do limiar necessário para assegurar a renovação das gerações, a sua fecundidade ainda se encontra acima do valor crítico de 1,5 filhos, tendo contudo, valores um pouco diferenciados, segundo o seu nível de ensino.

São aquelas mulheres com o ensino secundário que registam a menor fecundidade média e no ensino até ao básico a fecundidade média mais elevada. Como a intenção entre as mulheres com ensino secundário é apenas residual (2,3%), a sua fecundidade no termo do período reprodutivo não deverá ser muito diferente da

fecundidade até então concluída, devendo permanecer assim com as mais baixas taxas de fecundidade.

Este padrão reprodutivo em forma de “U” (mais elevados níveis de fecundidade no ensino básico e superior), parece ser uma tendência que se vem mantendo já há algum tempo, uma vez que Bongaarts (2003), ao fazer o mesmo exercício para as mulheres desta faixa etária – a partir da utilização de uma outra fonte de dados⁶² – concluiu que em 2000 já se verificava tal tendência em Portugal. Adicionalmente, os resultados de Adsera (2006b) para a fecundidade em Espanha, também apontavam para este padrão em forma de “U”, com os indivíduos com ensino secundário apresentando famílias de menores dimensões.

Tomando as análises de Bongaarts (2003) como referência, podemos verificar ainda o decréscimo do *quantum* da fecundidade ao longo da década mais recente, nomeadamente entre as mulheres com ensino básico. Segundo Bongaarts (2003), no ano de 2000, a fecundidade média realizada pelas mulheres nesta faixa etária era de 2,2 filhos (ensino básico), 1,5 (ensino secundário) e 1,7 filhos (ensino superior). Se olharmos para os dados de 2013 (IFEC2013), constatamos que a fecundidade média das mulheres com mais baixos capitais escolares decresceu em média 0,56 filhos (de 2,2 para 1,64 filhos), enquanto nos demais níveis de ensino a tendência para redução foi bem menos acentuada.

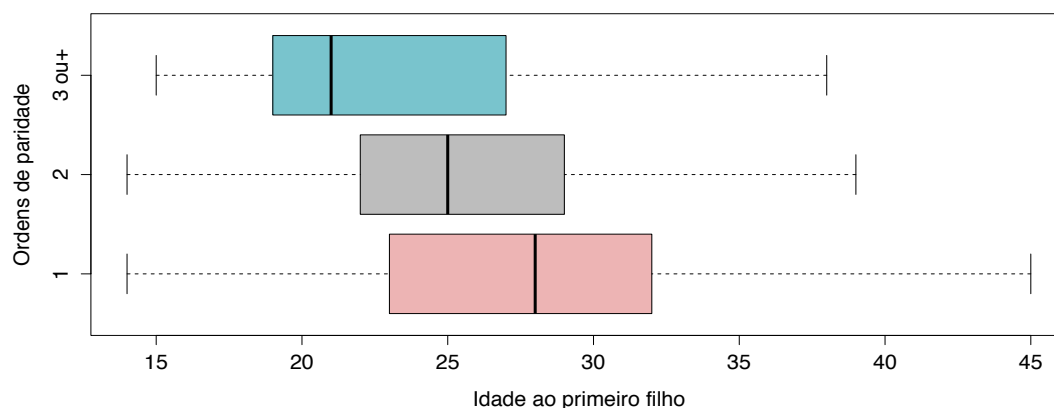
Tendo-se passado em revista a fecundidade final concluída por estas mulheres que já dão por praticamente encerrada a sua carreira reprodutiva, importa perceber em que medida terá sido a sua fecundidade afetada pela sua idade à entrada na maternidade, e ainda, em que medida o aumento dos capitais escolares influenciou a idade com que entraram na maternidade.

Procurando-se clarificar em que medida a fecundidade destas mulheres foi afetada pela sua idade à entrada na maternidade, constata-se uma relação negativa entre a ordem de paridade e a idade ao nascimento do primeiro filho, sendo que quanto mais tardia for a transição para a maternidade, menor tende a ser a fecundidade realizada (ordem de paridade) como se depreende do figura 7.9 e aponta

⁶² A investigação de Bongaarts (2003) utiliza os dados do “*Fertility and Family Surveys in Europe*” para analisar o número médio de crianças nascidas entre as mulheres com idades entre 45-49 anos, em 10 países europeus, entre eles, Portugal.

a literatura (Barber, 2001; Adsera, 2006b; Frejka & Sobotka, 2008; McDonald, 2008; Billari & Kohler, 2009; Aassve *et al.*, 2012; Buber *et al.*, 2012, entre outros).

Figura 7.9: Idade (mediana) ao nascimento do primeiro filho, segundo as ordens de paridade (1,2, 3 ou mais), para as mulheres com idades entre os 45 e os 49 anos (Portugal, 2013)



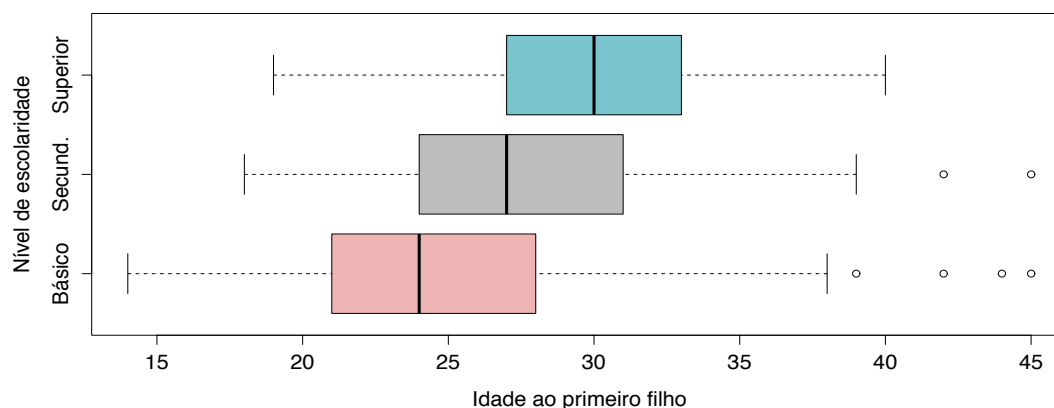
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para as paridades um filho, dois filhos e três ou mais filhos são respetivamente: 28,3 (5,98); 25,6 (4,81) e 22,9 (4,73).

Entre aquelas que tiveram apenas um filho, o nascimento deste ocorreu bastante mais tardiamente (cerca de 5,4 anos a mais) relativamente àquelas que já atingiram uma descendência de três ou mais filhos. Note-se (figura 7.9) que metade das mulheres (45-49 anos) com descendências mais alargadas tiveram o seu primeiro filho até aos 21 anos de idade, enquanto entre aquelas com descendências únicas, metade o teve a partir dos 28 anos.

Assumindo-se que o atual nível de escolaridade seja igual ao que estas mulheres possuíam quando entraram na maternidade (já que o IFEC2013 não traz dados sobre o nível da escolaridade na altura com que os indivíduos entraram na parentalidade), constata-se uma forte relação entre a idade à entrada na maternidade e o nível de escolaridade, sendo que quanto maior for o nível de escolaridade, mais tardia tende a ser a idade em que estas mulheres tiveram o seu primeiro filho (figura 7.10). Esta parece ser ainda uma tendência que se vem mantendo, uma vez que a análise das mulheres que estavam a transitar para a maternidade em 2013 revela que 80% daquelas com ensino superior (ver tabela 7.10) são marcadas pelas “transições tardias”, ou seja, transitam a partir dos 28 anos de idade.

Figura 7.10: Idade (mediana) ao primeiro filho, segundo o nível (atual) de escolaridade entre as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

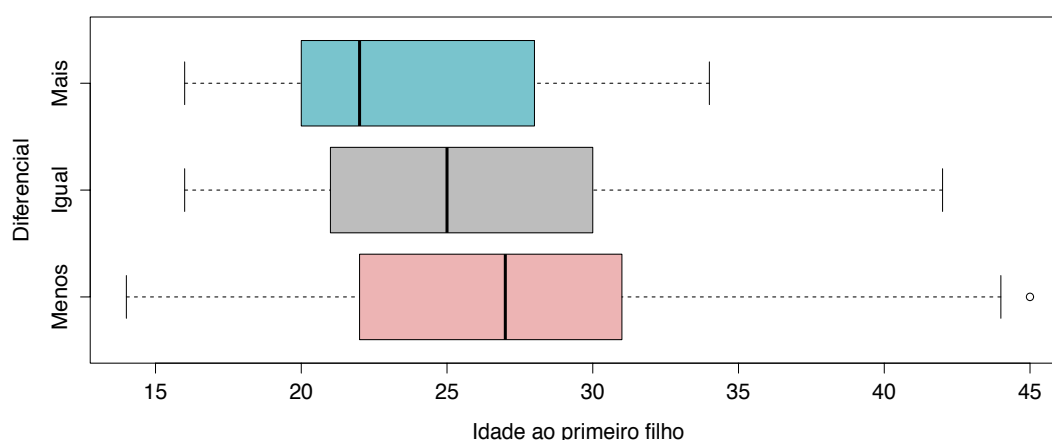
Nota: a idade média (e os respetivos desvios padrão) da entrada destas mulheres na maternidade são respetivamente: 24,6 (5,29) para o ensino básico; 27,2 (5,16) para o ensino secundário; e 30,2 (4,22) para o ensino superior.

Enquanto metade das mulheres com mais baixos capitais escolares se tornaram mães antes dos 24 anos, no ensino superior metade delas fizeram-no a partir dos 30 anos de idade, e no ensino secundário, metade fizeram-no depois dos 27 anos de idade. Merece ainda nota o facto de que tornar-se mães em idades a partir dos 40 anos constitui uma circunstância bastante incomum.

Tendo-se verificado inicialmente que uma fração considerável destas mulheres não conseguiram atingir a sua fecundidade desejada ao longo do curso de vida (tabela 7.16), e que estas proporções eram mais elevadas sobretudo nos maiores níveis de ensino, importa ainda responder a uma nova indagação: em que medida o diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada é afetada pela idade média da entrada na maternidade?

À luz desta indagação, quando se analisa a concretização das metas reprodutivas (fecundidade desejada ao longo da vida) segundo a idade ao nascimento do primeiro filho, constata-se que aquelas que tiveram uma fecundidade inferior à desejada tiveram o seu primeiro filho em média, aos 27 anos de idade, enquanto entre as que conseguiram concretizar seus planos reprodutivos esta idade média foi de 25,4 anos e, para aquelas que ultrapassaram as suas metas iniciais tal idade foi de 23,4 anos, sendo que metade destas últimas tiveram o seu primeiro filho antes dos 22 anos. Já para aquelas que tiveram uma fecundidade aquém da desejada, metade tiveram o primeiro filho depois dos 27 anos.

Figura 7.11: Idade (mediana) ao nascimento do primeiro filho, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada ao longo da vida e a fecundidade concluída, entre as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para quem teve mais, teve igual e teve menos filhos são respetivamente: 23,5 (5,0); 25,4 (5,23); e 27,0 (5,65). Nota: na questão sobre a fecundidade desejada ao longo do curso de vida foram excluídas as observações referentes a “Não sabe” ou “Não se aplica”, uma vez que não era possível averiguar aquelas que alcançaram, ultrapassaram ou ficaram aquém das suas metas reprodutivas.

Constata-se assim que o forte adiamento da fecundidade – uma das premissas centrais da STD – consolidado por um padrão reprodutivo mais tardio (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe, 2010; Sobotka, 2008) tem desempenhado um importante papel não somente no declínio momentâneo da fecundidade (Balbo *et al.*, 2012), mas também na fecundidade final das coortes.

Tendo-se confirmado, como reporta Cunha (2012a), que o adiamento da maternidade tem sido protagonizado nomeadamente pelos indivíduos mais escolarizados, resta a indagação de porque são as mulheres com ensino secundário as que apresentam as menores taxas de fecundidade e não aquelas titulares do ensino superior – que tendem a entrar ainda mais tardiamente na maternidade. A resposta a esta questão parece relacionar-se com o espaçamento entre os nascimentos dos filhos.

Por um lado, as mulheres com ensino básico apesar de espaçarem mais o intervalo de nascimento entre o primeiro e o segundo filho (e em certa medida também o intervalo entre o primeiro e o terceiro filho), por terem iniciado a sua carreira reprodutiva mais precocemente, ainda conseguem ter uma fecundidade média superior à dos demais níveis de ensino (ver figura 7.8). Quanto às mulheres com ensino superior, apesar destas entrarem na maternidade mais tardiamente, elas

demonstram uma maior habilidade para reduzir o espaçamento entre os nascimentos, sendo mais curta a distância que separa um nascimento do outro, como também concluiu Adsera (2006b, 2011a) para a Espanha.

Tabela 7.18: Espaçamento médio entre o 1º e o 2º nascimento e entre o 1º e o 3º nascimento, segundo o nível de escolaridade, para as mulheres com idades entre 45 e 49 anos (Portugal, 2013)

		Ensino básico	Secundário	Superior
Intervalo entre o 1º e o 2º nascimento (anos)	Mediana	5,0	4,0	4,0
	Média	5,5	5,4	5,0
	Desvio padrão	3,5	3,6	3,0
Intervalo entre o 1º e o 3º nascimento (anos)	Mediana	8,0	9,0	6,0
	Média	9,2	8,5	5,9
	Desvio padrão	4,8	3,0	2,4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Assim, as mulheres com mais elevados capitais escolares apesar de serem as que mais adiam a sua entrada na maternidade, tendem a concentrar a sua atividade reprodutiva em períodos de tempo mais curtos do que aquelas com menores níveis de escolaridade, o que explicaria a sua maior fecundidade relativamente àquelas com capitais intermédios, bem como o padrão reprodutivo em forma de “U” para os níveis de escolaridade.

Já as mulheres com ensino secundário, apesar de terem entrado na maternidade mais tardiamente que aquelas com ensino básico, tendem a dilatar o intervalo de tempo entre nascimentos a níveis próximos dos verificados no ensino básico. Se tivermos em consideração a mediana que retrata o espaçamento entre o primeiro e o terceiro nascimento, verifica-se que enquanto metade das mulheres com ensino básico foram capazes de concretizar os três nascimentos em 8 anos, aquelas com ensino secundário só o fizeram em 9 anos. E ainda, embora as mulheres com ensino secundário entrem cerca de 3 anos mais cedo na maternidade do que aquelas com ensino superior, como tendem a espaçar mais os nascimentos dos filhos, a sua fecundidade média concluída acaba por ser um pouco inferior à destas últimas.

Se considerarmos o nível de escolaridade como *proxy* para o nível de rendimentos (Adsera, 2006b; Spéder & Kapitány, 2009; Mills, 2010; Mills *et al.*, 2011; Aassve *et al.*, 2012), parece assim, que as mulheres com ensino superior, ao terem um maior potencial de ganhos do que aquelas com ensino secundário e, logo,

uma maior capacidade de suportar os custos de um nascimento adicional, conseguem reduzir mais o espaçamento entre nascimentos, terminando o seu período reprodutivo com uma fecundidade superior à daquelas que têm apenas o ensino secundário, mas todavia inferior ao daquelas com ensino básico, cuja entrada na maternidade é bem mais precoce.

Relativamente às mulheres com ensino superior, face à sua entrada mais tardia na maternidade e, apesar da sua maior habilidade para reduzir o espaçamento entre nascimentos, como os seus projetos parentais tendem a ser mais ambiciosos, são elas as mais afetadas pelo desfasamento entre o que se desejou ao longo do percurso reprodutivo e a fecundidade que se conseguiu concretizar. A luz destas evidências, constata-se assim que o adiamento da entrada na maternidade é uma forte condicionante para o *quantum* da fecundidade concluída e para o desfasamento entre as metas iniciais e as metas atingidas.

Dado o progressivo aumento dos níveis de escolaridade na população como um todo, e em particular entre as mulheres, é expectável que a proporção de mulheres com ensino secundário e superior (ver anexo 27)⁶³ - ultrapasse a proporção daquelas com ensino básico.

No caso do ensino superior, marcado por uma menor adesão ao projeto das descendências únicas e por uma maior habilidade para encurtar a distância que separa um nascimento do outro, é possível que nos anos vindouros haja uma ligeira inversão do padrão reprodutivo conforme os níveis de escolaridade e que o ensino superior tenda a ter uma fecundidade concluída superior àquela apresentada pelo ensino básico.

Quanto ao ensino secundário – apesar da sua forte adesão à descendência normativa dos dois filhos – face à sua entrada relativamente tardia na maternidade e dada a sua menor habilidade para reduzir o espaçamento entre nascimentos, possivelmente tenderá a manter a tendência para apresentar uma menor fecundidade concluída relativamente aos demais níveis de ensino.

⁶³ Conforme se depreende do anexo 27, há uma tendência para o decréscimo da proporção de mulheres com ensino básico - em detrimento do aumento da proporção daquelas com ensino secundário e superior - nas idades mais jovens.

7.6 – Síntese e discussão dos resultados

As análises realizadas evidenciam o processo de redução do *quantum* da fecundidade portuguesa ao longo das últimas décadas, com as gerações mais jovens sendo provenientes de fratrias de menores dimensões. A par da massificação do acesso à educação, os indivíduos oriundos de famílias com maiores capitais escolares também possuem maiores níveis de ensino e um menor número de irmãos, tendendo atualmente a transitar mais tardiamente para a parentalidade.

O exame das transições para a maternidade evidencia ainda que a conjugalidade permanece uma importante componente para a parentalidade. Para além das transições para a maternidade tenderem a ocorrer dentro da conjugalidade, seja ela casamento ou coabitação, estas tendem a acontecer sobretudo quando ambos os elementos do casal possuem um trabalho remunerado.

De forma geral, as transições mais tardias acontecem em contextos mais seguros, enquanto as transições mais precoces são marcadas por contextos mais vulneráveis. É ainda nas transições ocorridas em circunstâncias mais vulneráveis onde se verifica uma mais forte adesão à ideia de que é preferível ter um só filho com mais oportunidades a ter mais filhos, se estes tiverem de enfrentar maiores restrições, o que por sua vez, indicia uma conformação com as descendências de filho único quando a situação for considerada desfavorável ou adversa. Constata-se ainda que embora o modelo normativo de dois filhos seja predominante na sociedade portuguesa, há uma maior adesão em relação às descendências de filho único em detrimento das descendências com três ou mais filhos.

Também foi possível constatar que a parentalidade constitui o desejo de uma grande maioria, sendo que a fração daqueles que a desejam é superior à fração daqueles que a conseguem concretizar. Embora não seja elevada a proporção dos que referiram não poder ter (mais) filhos, chama a atenção a sua elevada idade, sugerindo, por um lado, que a capacidade de procriar se agrave com a idade e, por outro lado, que as reais proporções de pessoas nesta situação possam estar subestimadas.

A idade cronológica, bem como a idade com que transitaram para a maternidade são ambas componentes essenciais na análise da fecundidade. As evidências sugerem que tanto a ausência de filhos, como as descendências de filho único, parecem resultar de seguidos adiamentos e, ainda, de uma maior relutância em

tê-los nas idades mais tardias, aparentando haver também uma conformação com a fecundidade que se conseguiu concretizar.

No que diz respeito à influência da educação sobre as taxas de fecundidade, apesar do alongamento dos percursos escolares implicarem, regra geral, uma entrada mais tardia na maternidade, são as mulheres com ensino superior aquelas que apresentam maior habilidade em reduzir o espaçamento entre nascimentos, demonstrando também uma menor adesão ao projeto de descendências únicas. Tais indícios sugerem que nos anos vindouros possa haver uma ligeira inversão do padrão reprodutivo e que sejam as mulheres com ensino superior aquelas que deverão apresentar uma maior fecundidade concluída.

8 – Conclusões finais

Ao longo das últimas décadas a sociedade portuguesa tem passado por profundas transformações nos indicadores demográficos, nomeadamente, nos indicadores da fecundidade e relacionados. Excetuando-se algumas pequenas oscilações, pode-se dizer que desde praticamente meados do século XX que o Índice Sintético de Fecundidade em Portugal está em franco declínio. Parte destas transformações refletem uma adaptação às mudanças estruturais, como sejam o prolongamento das trajetórias escolares e a tendência para se casar mais tardiamente e a viver em coabitação – ainda que como um primeiro estágio da vida em casal – com um expressivo aumento dos nascimentos ocorridos fora do casamento e, ainda uma tendência para entrar na parentalidade mais tardiamente.

Contudo, o sustentado declínio do ISF resulta não só das mudanças no calendário reprodutivo, mas também de uma intensa redução do *quantum* ocorrida nomeadamente até meados da década de 1980. Até esta data, o declínio da fecundidade portuguesa foi marcado essencialmente pela redução do *quantum* – ocultada pelos efeitos positivos do *tempo* (rejuvenescimento da fecundidade) – sendo posteriormente (e na sequência) afetado pelos efeitos negativos do *tempo*, ou seja, pela consolidação de um padrão reprodutivo mais tardio.

Desta forma, se não fosse o adiamento da entrada na maternidade para idades cada vez mais tardias, os atuais níveis de fecundidade seriam bem mais elevados, sendo contudo, bem inferiores ao necessário para se garantir a renovação das gerações. De igual forma, também a fecundidade final por coorte não é tão baixa como sugere o ISF, como aliás demonstram as análises sobre a coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, e que estão portanto a findar o seu período reprodutivo, em que estas tiveram aproximadamente 1,6 filhos.

Como efeitos da redução do *quantum* e da tendência para adiar os nascimentos para idades cada vez mais tardias (*tempo*), as primeiras ordens de nascimento passaram a responder atualmente por quase 60% do ISF total, enquanto em 1960 a sua contribuição era de apenas 32%, passando-se o inverso com as contribuições dos nascimentos de terceira ordem ou superiores, que decresceu a sua contribuição de aproximadamente 50% em 1960 para apenas 11% em 2012.

Assim, se numa primeira fase o declínio da fecundidade portuguesa foi tributário essencialmente da redução do *quantum*, atualmente ele encontra-se marcado pelos efeitos negativos do *tempo*, cujas consequências se refletem não só no ISF do momento, mas também na fecundidade final dos indivíduos. Com efeito, constata-se que quanto maior o adiamento da entrada na parentalidade, maiores são as possibilidades dos indivíduos não virem a experienciá-la, bem como de terminarem o seu período reprodutivo com apenas um filho e, também, de não atingirem a descendência inicialmente planeada.

Não obstante o elevado desejo pelo estatuto da parentalidade entre os residentes em Portugal, verifica-se que a proporção de mulheres que não a experienciaram é superior à fração daquelas que a desejaram. Entre as mulheres que estão a findar seu período reprodutivo, enquanto apenas cerca de 4% colocou de lado o projeto maternal, a fração daquelas que permanecerão sem filhos atinge os 12%, sendo que grande parte destas mulheres abdicaram do seu desejo de maternidade.

Face ao retardar do calendário reprodutivo para idades cada vez mais tardias, a proporção de indivíduos – nomeadamente de mulheres, cujo período reprodutivo é mais limitado que o dos homens – que apesar de desejarem a parentalidade poderão nunca vir a experienciá-la poderá em muito exceder as proporções das intenções declaradas de não a experienciar, já que as intenções de fecundidade tendem a decrescer substancialmente com o avançar da idade, fazendo com que o abdicar (parcial ou total) dos projetos parentais seja mais evidente nas idades mais tardias.

De igual forma, constata-se que embora as descendências de dois filhos – o ideal normativo – seja o desejo da maioria dos indivíduos, cerca de ¼ dos residentes em Portugal já demonstra o desejo de encerrar a sua carreira reprodutiva com apenas um filho, sendo que a proporção daqueles que deverão ter apenas um filho no término da sua vida reprodutiva deverá ser também bastante superior às intenções declaradas de o fazer, justamente devido à redução das intenções de fecundidade nas idades mais tardias, dado que estas idades são ainda bem anteriores ao término do período fértil. Significa que existe uma fraca recuperação da fecundidade nas idades mais tardias e, portanto, uma incompleta recuperação dos nascimentos adiados.

A análise da coorte de mulheres que estão a findar o seu período fértil revela que entre aquelas com apenas um único filho, este nem sempre foi o seu desejo: enquanto cerca de $\frac{1}{4}$ destas mulheres tinha como opção inicial ter apenas um filho, o desejo de ter mais filhos fazia parte das aspirações de quase 70% destas mulheres. Desta forma, as descendências de filho único parecem ser antes o resultado das trajetórias trilhadas por estas mulheres, mais do que propriamente do desejo pelas descendências de filho único.

Embora os efeitos do adiamento ao nascimento do primeiro filho afete tanto os homens como as mulheres, no que respeita a ausência definitiva de filhos, bem como no facto de se ter menos filhos do que se desejou, e de terminar a vida reprodutiva com apenas um único filho, deverão ser as mulheres as mais afetadas.

Os efeitos do adiamento são ainda diferenciados conforme os distintos níveis de instrução. Conquanto os indivíduos com ensino básico tendem a iniciar mais precocemente a sua vida reprodutiva, aqueles com ensino superior tendem a iniciá-la mais tardiamente, demonstrando, contudo, uma maior habilidade em transitar para o segundo filho num mais curto intervalo de tempo. Também são, geralmente, os indivíduos com ensino superior que menos aderem ao projeto das descendências de filho único e os que mais acalentam o desejo por uma família mais alargada, sinalizando, assim, para uma possível inversão do padrão reprodutivo segundo os níveis de educação, ou seja, que a fecundidade final venha a ser, futuramente, mais elevada entre os indivíduos com ensino superior.

A somar aos efeitos do adiamento da fecundidade, encontra-se ainda a influência dos valores relativos ao “lugar” dos filhos e as expectativas que os pais nutrem acerca do seu futuro. Uma expressiva parcela dos residentes em Portugal considera que “é preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”. Esta intensa valorização dos filhos aponta que, embora a descendência normativa ainda seja “dois filhos”, é elevada a fração daqueles que poderão renunciar a tal modelo, quando julgarem que a situação é adversa.

Com efeito, ainda que o ideal de dois filhos continue a ser o padrão normativo na sociedade portuguesa, os ideais de filho único têm vindo a se intensificar-se. Apesar do número ideal de filhos não ser um indicador direto da fecundidade, sinalizando apenas uma maior ou menor predisposição para acolher um determinado

número de filhos em situações também “ideais”, podendo ser ainda reajustado em função da idade e das condições de vida, reduções na dimensão familiar ideal, pode-se configurar como um entrave ao aumento dos futuros níveis de fecundidade, uma vez que os resultados indicam que indivíduos com ideais mais reduzidos transitam para a parentalidade mais tardiamente, sendo ainda mais suscetíveis de terem como descendência final apenas um filho, ou mesmo permanecerem sem filhos.

Assim, o aumento dos ideais de descendências reduzidas, em conjugação com a forte valorização do lugar dos filhos, poderá conduzir a que as descendências finais de filho único venham a reforçar-se nos anos vindouros, como resultado não apenas das preferências reprodutivas, mas de uma conformação com as circunstâncias e expectativas que os indivíduos experienciam ao longo da sua vida reprodutiva.

Adicionalmente, este intensificar das descendências de filho único é suscetível de conduzir a que este tipo de descendência se transforme num modelo normativo, já que os contextos nos quais os indivíduos são socializados e realizam as suas experiências ainda continuam tendo uma importância significativa na forma como concebem e executam os seus projetos de fecundidade. Constata-se, por exemplo, que pessoas sem irmãos ou com apenas um irmão, são mais propensas a apresentarem uma menor dimensão familiar ideal e que aqueles que cresceram sem a presença de pelo menos um dos pais são mais suscetíveis de planearem ter apenas um único filho.

Ainda que, ao longo das últimas décadas, tenham sido profundas as transformações nas formas de se viver a intimidade, bem como nas formas de se constituir e organizar a vida familiar – como demonstram, por exemplo, o expressivo aumento da coabitação e dos nascimentos fora do casamento – a presença de um companheiro(a) ou cônjuge que ofereça suporte na criação dos filhos permanece um elemento central nas decisões reprodutivas. Pessoas que não vivem com um cônjuge ou companheiro(a) são mais propensas a não terem transitado para a parentalidade, a terem apenas um único filho como descendência final, a ficarem aquém das suas metas reprodutivas, bem como de permanecerem definitivamente sem filhos.

A participação no mercado de trabalho também assume uma importância central nos percursos reprodutivos, sendo, entretanto, diferenciada entre homens e mulheres e, sugerindo influenciar mais os primeiros. Se por um lado, o facto de não ter um trabalho a tempo inteiro se configura como um factor restritivo para a entrada

na parentalidade, nomeadamente entre os homens, por outro lado, pessoas que trabalham a tempo inteiro parecem mais propensas a terem menos filhos do que desejaram, provavelmente dada a própria dificuldade em conciliar vida profissional e vida familiar.

Como síntese final, pode-se dizer que o declínio da fecundidade em Portugal resulta, simultaneamente da redução do *quantum* e do contínuo aumento da idade média da entrada na parentalidade, em paralelo com a crescente valorização do “lugar” dos filhos.

Se por um lado se espera que no final do processo de adiamento da fecundidade para idades mais tardias os níveis do ISF possam vir a aumentar, por outro lado, parece pouco provável que a fecundidade portuguesa possa, num futuro próximo, se recuperar até ao limiar necessário para garantir a substituição das gerações. Quanto ao alongamento dos percursos escolares, apesar deste implicar, regra geral, um adiamento da entrada na parentalidade, espera-se que maiores níveis de escolaridade associados a uma melhoria na estabilidade do emprego, sejam fatores que possam contribuir para uma maior recuperação dos nascimentos adiados, nos próximos anos.

Como conclusão final podemos referir que, na sociedade portuguesa, a baixa fecundidade radica, simultaneamente, numa adaptação tardia às mudanças estruturais e na consolidação da preferência por famílias de padrões reduzidos.

O trabalho desenvolvido ao longo desta investigação merece ser continuado e aprofundado, de modo a podermos compreender melhor em que medida os valores, comportamentos e atitudes dos portugueses condicionam não apenas a evolução demográfica do país, mas também a construção da sociedade no futuro.

9 – Bibliografia

- Aassve, A., Goisis, A. & Sironi, M. (2012). Happiness and childbearing across Europe. *Social Indicators Research*, 108(1): 65-86.
- Aboim, S. (2010). Género, família e mudança em Portugal. In Wall, K. ; Aboim, S. & Cunha, V. (Eds.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades* (pp. 39-66). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Adsera, A. (2005). Vanishing children: from high unemployment to low fertility in developed countries. *American Economic Review*, 95(2): 189-193.
- Adsera, A. (2006a). An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: The case of Spain. *Review of Economics of the Household*, 4(1): 75-95.
- Adsera, A. (2006b). Marital fertility and religion in Spain, 1985 and 1999. *Population Studies*, 60(2): 205-221.
- Adsera, A., (2011a). Where are the babies? Labor market conditions and fertility in Europe. *European Journal of Population*, 27(1): 1-32.
- Adsera, A., (2011b). The interplay of employment uncertainty and education in explaining second births in Europe. *Demographic Research*, 25(16): 513-544.
- Afonso, A., Infante, P. & Silva, J. N. (2013). Que define um campeão de jogos matemáticos? In Maia, M., Campos, P. e Duarte Silva, P. (Eds.), *Estatística: Novos Desenvolvimentos e Inspirações* (pp. pp. 1-14). Edições SPE.
- Agresti, A. (2007). *An Introduction to Categorical Data Analysis*. (2nd Edition), New Jersey: Wiley-Interscience.
- Ahn, N. & Mira, P. (2002). A note on the changing relationship between fertility and female employment rates in developed countries. *Journal of Population Economics*, 15(4): 667-682.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behaviour. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2): 179-211.
- Ajzen, I. (2006). *TPB questionnaire construction: Constructing a theory of planned behaviour questionnaire*. Acedido em 16/03/2013 em <http://www-unix.oit.umass.edu/~ajzen/pdf/tpb.measurement.pdf>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2005). The influence of attitudes on behavior. In D. Albarracín, B. T. Johnson, & M. P. Zanna (Eds.). *The handbook of attitudes* (pp. 173–221). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Ajzen, I., & Klobas, J. (2013). Fertility intentions: An approach based on the theory of planned behavior. *Demographic Research*, 29(8): 203-232.
- Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A. & Wall, K. (1998). Relações familiares: mudanças e diversidade. IN J. Viegas & A .F. Costa (Eds.), *Portugal, que modernidade?* (pp.45-79). Oeiras, Portugal: Celta Editora.

- Almeida, A. N., André, I. M. & Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para fecundidade em Portugal. *Análise Social*, XXXVII (163): 371-409.
- Alves, J. E. D. (2004). *Questões Demográficas: Fecundidade e Gênero*. Texto para Discussão nº 9, Rio de Janeiro: ENCE/IBGE. Acedido em 19/02/2010 em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3127.pdf>
- Amaral, E. F.L. (2012). *Análise de regressão logística* (DCP 854B). Metodologia de pesquisa, Departamento de Ciências Políticas, UFMG. Acedido a 09/09/2014 <http://www.ernestoamaral.com/docs/dcp854b-122/Aula33.pdf>
- Andersson, G. (2012). Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 49-64.
- Ariès, P. (1980). Two successive motivations for the declining birth rate in the West. *Population and Development Review*, 6(4): 645-650.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (Dora Flaksman, Trad.) (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Balbo, N., Billari, F.C. & Mills, M. (2012). Fertility in advanced societies: a review of research. *European Journal of Population*, 29(1): 1-38.
- Bandeira, M. L. (1996). Teorias da população e modernidade: o caso português. *Revista Análise Social*, 135(1): 7-43.
- Bandeira, M. L. (2012). O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 153-157.
- Barber, J. S. (2001). Ideational influences on the transition to parenthood: attitudes towards childbearing and competing alternatives. *Social Psychology Quarterly*, 64(2): 101-127.
- Basten, S. (2009). *Voluntary childlessness and being Childfree*. The Future of Human Reproduction. Working Paper, No. 5. Acedido em 30/07/2014 em https://www.spi.ox.ac.uk/fileadmin/documents/PDF/Childlessness_-_Number_5.pdf
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. (Carlos Alberto Medeiros, Trad.) 1ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Becker, G. S. (1960). An Economic Analysis of Fertility. *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton: National Bureau of Economic Research. pp. 209-231.
- Becker, G. S., & Lewis, H. G. (1974). Interaction between quantity and quality of children. In T. W. Schultz (Ed.), *Economics of the Family: Marriage, Children and Human Capital* (pp. 81-90). Chicago: University of Chicago Press.

- Becker, G. S. & Tomes, N. (1976). Child Endowments and the Quantity and Quality of Children. *Journal of Political Economy*, 84(4): S143-S162.
- Berrington, A. (2004). Perpetual postponers? Women's, men's and couple's fertility intentions and subsequent behaviour. *Population Trends*, 117: 10-19.
- Bianchi, S. (2000). Maternal Employment and Time with Children: Dramatic Change or Surprising Continuity? *Demography*, 37(4), 401-414.
- Billari, F. C. (2004). *Choices, opportunities and constraints of partnership, childbearing and parenting: the patterns in the 1990s*. Background paper for the European Population Forum 2004, United Nations, Geneva.
- Billari, F. C. (2009). *The happiness commonality: fertility decisions in low-fertility settings, on how generations and gender shape demographic change: Toward policies based on better knowledge* (pp.7-31), New York: United Nations.
- Billari, F. C. & Kohler, H-P. (2002). *Patterns of lowest-low fertility in Europe*. MPIDIR working paper WP-2002-040. Rostock, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, 1-31.
- Billari, F. C. & Kohler, H-P. (2009). *Fertility and happiness in the XXI century: institutions, preferences, and their interactions*. Paper presented at the XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakesh, Morocco, September 27– October 2. Acedido a 12/12/2012 em <http://iussp2009.princeton.edu/papers/93347>
- Billari, F.C., Philipov, D. & Testa, M. R. (2009). Attitudes, norms and perceived behavioral control: Explaining fertility intentions in Bulgaria. *European Journal of Population*, 25(4): 439-465.
- Billari, F.C., Goisis, A., Liefbroer, A. C., Settersten, R. A., Aassve, A., Hagestad, G. & Spéder, Z. (2011). Social age deadlines for the childbearing of women and men. *Human Reproduction*, 26(3):616-622.
- Blake, J. (1981). The only child in America: Prejudice versus performance. *Population and Development Review*, 7(1): 43-54.
- Blake, J. (1989). The sibsize transition and its social consequences. In *Family and Achievement* (pp.273-296). Berkeley: University of California Press.
- Bloom, D. E. & Sousa-Poza, A. (2010). *Economic consequences of low fertility in Europe*. FZID Discussion papers 11-2010, University of Hohenheim, Center for Research on Innovation and Services (FZID).
- Bongaarts, J. (1998). *Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies*. Population Council Policy Research Division, Working Paper No. 114.
- Bongaarts, J. (2002). The end of the fertility transition in the developed world. *Population and Development Review*, 28(3): 419–443.
- Bongaarts, J. (2003). *Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences*. Population Council Policy

Research Division, Working Paper 177.

Bongaarts, J. & Feeney, G. (1998). On the quantum and Tempo of Fertility. *Population and Development Review*, 24(2): 271–91.

Bongaarts, J. & Sobotka, T. (2012). A demographic explanation for the recent rise in European fertility. *Population and Development Review*, 38(1): 83–120.

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. 2ª edição, tradução Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Buber, I. & Fliegenschnee, K. (2011). *Are you Ready for a Child? A Methodological Triangulation on Fertility Intentions in Austria*. Working papers 3/2011. Vienna Institute of Demography, 1-26.

Buber, I., Panova, R. & Dorbritz, J. (2012). *Fertility intentions of highly educated men and women and the rush hour of life*. VID Working Papers 8/2012. Vienna Institute of Demography, 1-28.

Caldwell, J. C. (1976). Toward A Restatement of Demographic Transition Theory. *Population and Development Review*, 2(3/4): 321–366.

Caldwell, J. C. (2004). Social Upheaval and Fertility Decline. *Journal of Family History*, 29(4): 382–406.

Coleman, D. (2006). Immigration and ethnic change in low-fertility countries: A third demographic transition. *Population and Development Review*, 32(3): 401-446.

Coleman, D. & Scherbov, S. (2005). Immigration and ethnic change in low-fertility countries – towards a new demographic transition? Paper presented to Population Association of America Annual Meeting, Philadelphia, 1 April, 2005.

Cunha, V. (2002). O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: descendência ideal ou descendência possível? *Atas do Colóquio Internacional “Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas”* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

Cunha, V. (2005a). A Fecundidade das Famílias. In Wall, K. (Eds.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais* (pp. 395-464). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cunha, V. (2005b). As Funções dos Filhos na Família. In Wall, K. (Eds.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais* (pp. 465-497). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cunha, V. (2010). Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal. In Wall, K.; Aboim, S. & Cunha, V. (Eds.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. (pp. 265-312). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

- Cunha, V. (2012a). Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade. In *Atas VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto, p. 1-11.
- Cunha, V. (2012b). As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 131-143.
- Dalla Zuanna, G. (2001). The banquet of Aeolus: A familistic interpretation of Italy's lowest low fertility. *Demographic Research*, 4(5): 133–162.
- Demeny, P. (2003). Population policy dilemmas in Europe at the dawn of the twenty-first century. *Population and Development Review*, 29(1): 1-28.
- Domínguez-Folgueras, M., & Castro-Martín, T. (2008). Women's changing socioeconomic position and union formation in Spain and Portugal. *Demographic Research*, 19(41): 1513-1550.
- Downey, D. B. (1995). When bigger is not better: family size, parental resources, and children's educational performance. *American Sociological Review*, 60(5): 746-761.
- Easterlin, R. (1976). The conflict between aspirations and resources. *Population and Development Review* 2(3): 417-426.
- Engelhardt H. (2004). *Fertility Intentions and Preferences: Effects of Structural and Financial Incentives and Constraints in Austria*. Vienna institute of demography working papers, WP 02/2004, 1-22.
- Figueira, C. V. (2006). Modelos de regressão logística. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acedido a 8/09/2014 em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8192>
- Frejka, T. (2008). Overview Chapter 2: Parity distribution and completed family size in Europe: Incipient decline of the two-child family model? *Demographic Research*, 19(1): 47-72.
- Frejka, T., & Sobotka, T. (2008). Overview Chapter 1: Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*, 19(1): 15-46.
- Friedman, D., Hechter, M. & Kanazawa, S. (1994). A theory of the value of children. *Demography*, 31(3): 375-401.
- Gauthier, A. H., Smeedeng, T. M. & Furstenberg, F., Jr. (2004). Are parents investing less time in children? Trends in selected industrialized countries. *Population and Development Review*, 30(4): 647-671.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: amor & erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

- Giddens, A. (2006). *O mundo na era da globalização*. Tradução de Saul Barata, (6ª ed.) Lisboa: Editorial Presença.
- Goldin, C. (2006). The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. *American Economic Review*, 96(2): 1-21.
- Goldscheider, F., Oláh, L. & Puur, A et al (2010). Reconciling studies of men's gender attitudes and fertility: response to Westoff and Higgins. *Demographic Research*, 22(8), 189–198.
- Goldstein, J. R., Lutz w. & Testa, M. R. (2003). The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe. *Population Research and Policy Review*, 22(5-6): 479-496.
- Goldstein, J. R., T. Sobotka, & A. Jasilioniene (2009). The end of lowest-low fertility? *Population and Development Review*, 35(4): 663-699.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes. P. (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: CITE- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Em http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Transicoes_Incertas.pdf
- Hagen E. H., Barrett H.C., Price & M.E. (2006). Do human parents face a quantity–quality tradeoff? Evidence from a Shuar community. *American Journal of Physical Anthropology*, 130(3): 405–418
- Hagewen, K. J., & Morgan, S. P. (2005). Intended and ideal family size in the United States, 1970–1998. *Population and Development Review*, 31(3): 507–527.
- Hakim, C. (2003). A new approach to explaining fertility patterns: Preference Theory. *Population and Development Review*, 29(3): 349-374.
- Hakim, C. (2006). Women, careers, and work-life preferences. *British Journal of Guidance & Counselling*, 34(3): 279-294.
- Hakim, C. (2008). Diversity in tastes, values, and preferences: comment on Jonung and Ståhlberg. *Econ Journal Watch*, 5(2): 204-218.
- Heiland, F., Prskawetz, A. & Sanderson, W. C. (2005). *Do more educated individuals prefer smaller families*. Vienna institute of demography working papers, WP 03/2005, 1-39.
- Heiland, F., Prskawetz, A. & Sanderson, W. C. (2008). Are individual's desired family sizes stable? Evidence from West Germany Panel Data. *European Journal of Population*, 24(2):129-156.
- Heilborn, M. L. (1997). Gênero, Sexualidade e Saúde. In: *Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- Heineck, G. (2006). *The relationship between religion and fertility: Evidence for Austria*. PER Working Paper 06-01.

Hin, S., Gauthier, A., Goldstein, J. & Bühler, C. (2011). Fertility preferences: what measuring second choices teaches us. *Vienna Yearbook of Population Research* 2011, 9: 131-156.

Hosmer, D.W. & Lemeshow, S. (2000). *Applied logistic regression*. (2nd Edition), New York: Wiley.

Hosmer, D.W.; Lemeshow, S. & Sturdivant, R. X. (2013). *Applied logistic regression*. (3rd Edition), New Jersey: Wiley.

Human Fertility Database. Max Planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria). Disponível em www.humanfertility.org (data downloaded on [From February 2012 updated several times until June 2015]).

Human Fertility Database method protocol Max Planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria). Disponível em www.humanfertility.org

Iacovou, M. & Tavares, L. P. (2011). Yearning, learning and conceding: reasons men and women change their childbearing intentions. *Population and Development Review*, 37(1): 89-123.

INE (2013). *Inquérito à fecundidade. Documento metodológico*. Versão 1.0. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Inglehart, R. (1971). The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post- Industrial Societies. *American Political Science Review*, 65(4): 991–1017.

Inglehart, R. (2008). Changing values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics*, 31(1-2): 130-146.

Joffe, M., Key, J., Best, N., Jensen, T.K & Keiding, N (2009). The role of biological fertility in predicting family size. *Human Reproduction*, 24(8): 1999-2006.

Johansson, S. (1997). Fertility and family history: using the past to explain the present. *Population and Development Review*, 23(3): 627-637.

Kirk, D. (1996). Demographic Transition Theory. *Population*, 50(3): 361-387.

Kohler, H-P., Billari, F. C. & Ortega, J. A. (2002). The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s. *Population and Development Review*, 28(4): 641-680.

Kohler, H.-P., Billari, F.C. & Ortega, J. A. (2006). “Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options”. In F.R. Harris (ed.), *The Baby Bust: Who will do the Work? Who Will Pay the Taxes?* Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, pp. 48-109.

Koropecykj-Cox, T. (1988). *Loneliness and depression in middle and old age: Are the childless more vulnerable?* Population Aging Research Center, Working Paper series No. 96-02. Acedido a 11/08/2014 em

<http://parc.pop.upenn.edu/sites/parc.pop.upenn.edu/files/parc/PARCwps96-02.pdf>

Koropecykj-Cox, T., & Pendel, G. (2007). The gender gap in attitudes about childlessness in the United States. *Journal of Marriage and Family*, 69(4): 889-915.

Kreyenfeld, M. (2010). Uncertainties in female employment careers and the postponement of parenthood in Germany. *European Sociological Review*, 26(3): 351-366.

Lanzieri, G. (2013). Towards a 'baby recession' in Europe? Differential fertility trends during the economic crisis. *Statistics in Focus 13-2013*. Luxembourg: Eurostat.

Lawson, D. W. & Mace, R. (2009). Trade-offs in modern parenting: a longitudinal study of sibling competition for parental care. *Evolution and Human Behavior*, 30(3): 170–183.

Lawson, D. W. & Mace, R. (2011). Parental investment and the optimization of human family size. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, 366(1563): 333–343.

Lee, R. & Mason, A. (2010). Fertility, Human Capital, and Economic Growth over the Demographic Transition. *European Journal of Population*, 26(2): 159–182.

Leridon, H. (1987). “Le Seconde Révolution Contraceptive: la Régulation des Naissances en France de 1950 à 1985”. Présentation d’un Cahier de l’INED. In: *Population*, 42(2) : 359-367.

Leridon, H. & Slama, R. (2008). The impact of a decline in fecundity and of pregnancy postponement on final number of children and demand for assisted reproduction technology. *Human Reproduction*, 23(6): 1312-1319.

Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*, 36(2): 211-251.

Lesthaeghe, R. & Willems, P. (1999). Is low fertility a temporary phenomenon in the European Union? *Population and Development Review* 25(2): 211–228.

Liefbroer, A. C. (2009). Changes in family size intentions across young adulthood: a life-course perspective. *European Journal of Population*, 25(4): 363-386.

Lim, L. (2002). *Female labour-force participation*. p.201-221. Acedido a 26/01/2011

<http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedLIMpaper>.

Livi-Bacci, M. (2001a). Comment: Desired Family Size and the Future of Fertility. *Population and Development Review*, 27 (supplement): 282-289.

Livi-Bacci, M. (2001b). Too few children and too much family. *Daedalus* 130(3): 139–156.

- Lohr, S. L. (2010). *Sampling: Design and Analysis*. (2nd Edition), Boston, EUA: Brooks Cole, Cengage learning.
- Lutz, W. (2006). The future of human reproduction: will birth rates recover or continue to fall? *Ageing Horizons*, 7: 15-21.
- Lutz, W., Skirbekk, V. & Testa, M. R. (2006). The low fertility trap hypothesis. Forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. *Vienna Yearbook of Population Research* pp. 167-192.
- Machado, M. C. (2012). Fecundidade e natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 145-151.
- Maciel, A., Mendes, M. F. & Infante, P. (2012a). Alguns contributos para a caracterização da baixa fecundidade em Portugal. in *Atas da XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD)*. Lisboa, p.138-141. ISBN: 978-972-94973-60-9.
- Maciel, A., Mendes, M. F. & Infante, P. (2012b). Um perfil de quem tenciona ter filhos em Portugal - evidência a partir dos dados do Eurobarómetro 2006. *Livro de Resumos do IV Congresso Português de Demografia (APD)*. Évora, Setembro de 2012. ISBN 978-989-97935-1-4
- Mason, K. O. (1995). Gender and demographic change: What do we know? *International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP)*, Liege.
- Mathews, P. & Sear, R. (2013). Does the kin orientation of a British woman's social network influence her entry into motherhood? *Demographic Research*, 28(11): 313-340.
- McDonald, P. (2000). Gender equity in theories of fertility transition. *Population and Development Review*, 26(3), 427–439.
- McDonald, P. (2006). An assessment of policies that support having children from the perspective of equity, efficiency and efficacy. *Vienna Yearbook of Population Research*, 213-234.
- McDonald, P. (2008). Very Low Fertility: Consequences, Causes and Policy Approaches. *The Japanese Journal of Population*, 6(1): 19-23.
- Mendes, M. F. (1987). Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança. *Análise Social*, XXIII(96): 311-332.
- Mendes, M. F. (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional –Casa da Moeda, p. 91-109.
- Mendes, M. F. & Rego, C. (2006). *Baixa fecundidade nos países do Sul da Europa: a importância das desigualdades na educação e na participação no mercado de trabalho, ao nível regional*. Estudo em elaboração no âmbito do projecto

Merz, E.-M. & A.C. Liefbroer (2010). *Attitudes about voluntary childlessness across Europe: the role of individual and cultural factors*. Paper presented at the European Population Conference 2010, Vienna, 1-4 September 2010.

Miettinen, A; Basten, S. & Rotkirch, A. (2011). Gender equality and fertility intentions revisited: evidence from Finland. *Demographic Research*, 24(20):649-496.

Miller, W. B. (2011). Differences between fertility desires and intentions: implications for theory, research and policy. *Vienna Yearbook of Population Research*, 9: 75-98.

Mills, M. (2010). Gender roles, gender (in)equality and fertility: an empirical test of five gender equity indices. *Canadian Studies in Population*, 37(3-4): 445-474.

Mills, M., Mencarini, L., Tanturri, M. L. & Begall, K. (2008). Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands. *Demographic Research*, 18(1): 1-26.

Mills, M., Rindfuss, R. R., McDondald, P. & Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6): 848-860.

Mincer, J. & Polachek, S. (1974). Family investments in human capital: earnings of women. *Journal of Political Economy*, 82(2): S76-S108.

Morgan, S. P. (1991). Late nineteenth- and early twentieth-century childlessness. *American Journal of Sociology*, 97(3): 779-807.

Morgan, S. P. (2003). Is low fertility a 21st century demographic crisis? *Demography*, 40(4): 589-603.

Morgan, S. P. & Rindfuss, R. R. (1999). Reexamining the link of early childbearing to marriage and to subsequent fertility. *Demography*, 6(1):59-75.

Morgan, S. P. & Rackin, H. (2010). The correspondence between fertility intentions and behavior in the United States. *Population and Development Review*, 36(1): 91-118.

Myrskylä, M., Kohler, H.-P. & Billari, F. C. (2008). *Human Development and low fertility*. Paper presented at the Population Association of America 2008, New Orleans, LA. Acedido a 06/11/2011 em <http://paa2008.princeton.edu/papers/80415>

Myrskylä, M., Kohler, H.-P. & Billari, F. C. (2009). Advances in development reverse fertility declines. *Nature*, 460:741-743.

Oliveira, I. T. (2007). Fecundidade e Educação. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 40, Lisboa, INE, p. 5-19.

Oliveira, I. T. (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 111-128.

Parr, N. (2007). *Which men remain childless: The effects of early lifecourse, family formation, working life and attitudinal variables*. Paper presented at the Annual Meeting of Population Association of America, New York, 29–31, March. Acedido a 30/07/2014 em

http://www.melbourneinstitute.com/downloads/hilda/Bibliography/Conference_Papers/Parr_Childless_Men.pdf

Parr, N. (2010). Satisfaction with life as an antecedent of fertility: Partner? Happiness = children? *Demographic Research*, 22(21): 635-662.

Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum*, 8: 20-37.

Philipov, D. (2009a). Fertility intentions and outcomes: the role of policies to close the gap. *European Journal of Population*, 25(4): 355-361.

Philipov, D. (2009b). The effect of competing intentions and behaviour on short-term childbearing intentions and subsequent childbearing. *European Journal of Population*, 25(4): 525-548.

Philipov, D. (2011). Theories on fertility intentions: a demographer's perspective. *Vienna Yearbook of Population Research*, 9: 37-45.

Population Reference Bureau (2011). World Population Data Sheet. Disponível em <http://www.prb.org>

Population Reference Bureau (2013). World Population Data Sheet. Disponível em <http://www.prb.org>

Puur, A., Oláh, L.S., Tazi-Preve, M.I. & Dorbritz, J. (2008). Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. *Demographic Research*, 19(56): 1883-1912.

Qu, L., Weston, R. & Kilmartin, C. (2000). Children? No children? Effect of changing personal relationships on decisions about having children. *Family Matters*, 57: 14-19.

Régnier-Loilier, A. (2006). Influence of own sibship size on the number of children desired at various times of life. The case of France. *Population*, 61: 165–194.

Reher, D. S. (1998). Family ties in Western Europe: persistent contrasts. *Population and Development Review*, 24(2): 203-234.

Reher, D. S. (2011). Economic and Social Implications of the Demographic Transition. *Population and Development Review*, 37: 11–33.

Rindfuss, R., & Vandenheuvel, A. (1990). Cohabitation: A precursor to marriage or an alternative to being single? *Population and Development Review*, 16(4), 703–726.

Rowland, D. T. (1998). *Cross-national trends in childlessness*. Working papers in Demography 73, Australian National University. Disponível em <https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/41466/4/73.pdf>

- Rowland, D. T. (2007). Historical trends in childlessness. *Journal of Family Issues*, 29(19): 1311-1337.
- Schoen, R., Astone, N. M., Kim, Y. J., Nathanson, C. A. & Fields, J. M. (1999). Do fertility intentions affect fertility behavior? *Journal of Marriage and Family*, 61(3): 790-799.
- Schultz, T. (1974). Fertility and economic values. In T. Schultz (Ed.), *Economics of the family: Marriage, children, and human capital* (pp. 3-25). Chicago: University of Chicago Press.
- Shorter, E. (1995). *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar.
- Silva, B.; Jacinto, G.; Infante, P.; Barreiro, S. & Alves, P. (2013). Identificação automatizada de morcegos através de modelos estatísticos. In Maia, M.; Campos, P. & Duarte Silva, P. (Eds.), *Estatística: Novos Desenvolvimentos e Inspirações* (pp. 257-270). Edições SPE.
- Sobotka, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? *Population and Development Review*, 30(2):195-220.
- Sobotka, T. (2008). The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19(8): 171-224.
- Sobotka, T. (2009). Sub-Replacement Fertility Intentions in Austria. *European Journal of Population*, 25(4): 387-412.
- Sobotka, T., Skirbekk, V., & Philipov, D. (2011). Economic recession and fertility in the developed world. *Population and Development Review*, 37(2): 267-306.
- Sobotka, T. & Beaujouan, E. (2014). *Two are best? The persistence of two-child family ideals and preference in Europe*. Working papers 3/2014. Vienna Institute of Demography, pp. 1-39.
- Spéder, Z. & Kapitány, B. K. (2009). How are Time-Dependent Childbearing Intentions Realized? Realization, Postponement, Abandonment, Bringing Forward. *European Journal of Population*, 25(4): 503-523.
- Surkyn, J. & Lesthaeghe, R (2004). Value orientations and the Second Demographic Transition (STD) in Northern, Western and Southern Europe: an update. *Demographic Research Special Collection*, 3(3): 45-86.
- Tanturri, M. L. & Mencarini, L. (2008). Childless or childfree? Paths to voluntary childlessness in Italy. *Population and development review*, 34(1): 51-77.
- Testa, M. R. (2006). Childbearing Preferences and Family Issues in Europe. Special Eurobarometer 253/Wave 65.1- *TNS Opinion & Social*.
- Testa, M. R. (2007). Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey. *Vienna Yearbook of Population Research 2007*: 357-379.
- Testa, M. R. (2010). *Child-number and child-timing intentions in a micro-macro*

European framework. European Demographic Research Paper 4, Vienna Institute of Demography, Austrian Academy of Sciences, pp. 1-36.

Testa, M. R. (2012a). *Family Sizes in Europe: Evidence from the 2011 Eurobarometer Survey*. European Demographic Research Paper 2. Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences, pp.1-100.

Testa, M. R. (2012b). *Women's fertility intentions and level of education: why are they positively correlated in Europe?* European Demographic Research Paper 3. Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences, pp.1-48.

Testa, M. R. & Grilli, L. (2006). The influence of childbearing regional contexts on ideal family size in Europe. *Population*, 2006/1, 61: 99-127.

Thévenon, O. (2012). Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional –Casa da Moeda, p. 15-21.

Thomas, S. L. & Heck, R. H. (2001). Analysis of large-scale secondary data in higher education research: potential perils associated with complex sampling designs. *Research in Higher Education*, 42(5): 517-540.

Torres, A. (2001). Casamento e gênero: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, 3(2): 53-70.

Toulemon, L. & Testa, M. R. (2005). Fertility intentions and actual fertility: a complex relationship. *Population & Societies*, 415: 1-4.

Turkman, M. A. & Silva G.L. (2000). *Modelos Lineares Generalizados, da teoria à prática*. VIII Congresso Anual da Sociedade Portuguesa de Estatística, Lisboa.

Udry, J. R. (1983). Do couples make fertility plans one birth at a time? *Demography*, 20(2): 117-128.

Van de Kaa, D. J. (1998). *Postmodern fertility preferences: from changing value orientation to new behaviour*. Working Papers in Demography nº 74, 1-52. Canberra: Australian National University.

Van de Kaa, D. J. (2002). *The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries*. Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 January 2002.

Van de Kaa, D. J. (2004). The true commonality: In reflexive modern societies fertility is a derivative. *Population Studies*, 58(1): 77–92.

Van Peer, C. (2002). Desired and achieved fertility, in: Klijing, Erik, Corijn, Martine (eds.): *Dynamics of Fertility and Partnership in Europe: Insights and Lessons from Comparative Research*. Vol. 2, New York and Geneva, United Nations, pp. 117-141.

Veras, R. P. & Parahyba, M. I. (2007). O anacronismo dos modelos assistenciais para os idosos na área da saúde: desafios para o setor privado. *Cadernos de Saúde Pública*,

vol.23 (10): 2479-2489. Acedido a 16/04/2010 em
<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/22.pdf>

Vitali, A., Billari, F. C., Prskawetz, A. & Testa, M. R. (2009). Preference theory and low fertility: A comparative perspective. *European Journal of Population*, 25(4):413-438.

Wall, K. (2010). Os homens e a política de família. In Wall, K. ; Aboim, S. & Cunha, V. (Eds.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades* . (pp. 67-94). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Wall, K. & Guerreiro, M. D. (2005). A divisão familiar do trabalho. In Karin Wall (Eds.), *Famílias em Portugal, Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (pp. 303-362).

Weinstein, N. D. (1980). Unrealistic optimism about future life events. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39(5): 806-820.

Westoff, C. F. & Frejka, T. (2007). Religiousness and fertility among European Muslims. *Population and Development Review*, 33(4): 785-809.

Westoff, C.F. & Ryder, N.B. (1977). The predictive validity of reproductive intentions. *Demography*, 14(4): 431-453.

Weston, R. & Qu, L. (2001). Men's and women's reasons for not having children. *Family matters*, 58: 10-15.

Wilson, C. (2013). Thinking about post-transitional demographic regimes: A reflection. *Demographic Research*, 28(46): 1373-1388.

10 – Anexos

Anexo 1- Índice de fecundidade do período 1960-2012, por ordem de nascimento

Ano	ISF	ISF1	ISF2	ISF3	ISF4+
1960	3,16	1,014	0,642	0,429	1,074
1961	3,22	1,013	0,658	0,442	1,112
1962	3,29	1,034	0,686	0,45	1,117
1963	3,20	0,971	0,688	0,456	1,081
1964	3,31	1,009	0,703	0,464	1,133
1965	3,25	1,023	0,694	0,452	1,076
1966	3,24	1,002	0,718	0,448	1,072
1967	3,21	1,028	0,723	0,428	1,033
1968	3,15	1,026	0,719	0,416	0,986
1969	3,11	1,011	0,735	0,412	0,953
1970	3,00	1,008	0,726	0,392	0,876
1971	3,00	1,027	0,747	0,392	0,835
1972	2,84	0,994	0,719	0,366	0,756
1973	2,75	0,968	0,699	0,359	0,721
1974	2,69	0,983	0,700	0,347	0,663
1975	2,76	1,069	0,749	0,337	0,601
1976	2,80	1,243	0,718	0,313	0,525
1977	2,68	1,205	0,738	0,287	0,447
1978	2,45	1,079	0,725	0,264	0,377
1979	2,31	0,98	0,734	0,262	0,336
1980	2,25	0,971	0,714	0,259	0,309
1981	2,14	0,895	0,709	0,253	0,28
1982	2,09	0,892	0,689	0,25	0,259
1983	1,97	0,852	0,644	0,238	0,239
1984	1,93	0,855	0,62	0,233	0,225
1985	1,76	0,792	0,555	0,209	0,199
1986	1,70	0,782	0,536	0,196	0,183
1987	1,65	0,769	0,526	0,185	0,167
1988	1,63	0,795	0,517	0,171	0,149
1989	1,58	0,791	0,497	0,162	0,134
1990	1,56	0,785	0,498	0,156	0,119
1991	1,56	0,793	0,503	0,153	0,11
1992	1,54	0,787	0,5	0,148	0,103
1993	1,52	0,789	0,491	0,142	0,096
1994	1,45	0,753	0,465	0,137	0,09
1995	1,41	0,735	0,46	0,133	0,083
1996	1,44	0,753	0,48	0,133	0,079
1997	1,47	0,767	0,494	0,136	0,076
1998	1,47	0,765	0,503	0,136	0,071
1999	1,50	0,811	0,498	0,131	0,063
2000	1,55	0,842	0,516	0,132	0,059
2001	1,45	0,773	0,495	0,127	0,055
2002	1,47	0,799	0,486	0,125	0,055
2003	1,44	0,788	0,476	0,123	0,052
2004	1,40	0,762	0,466	0,123	0,052
2005	1,41	0,773	0,474	0,12	0,047
2006	1,37	0,754	0,461	0,114	0,044
2007	1,35	0,742	0,456	0,111	0,041
2008	1,39	0,764	0,471	0,116	0,042
2009	1,34	0,749	0,451	0,108	0,036
2010	1,39	0,764	0,472	0,114	0,04
2011	1,35	0,745	0,456	0,109	0,038
2012	1,28	0,725	0,417	0,104	0,035

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Human Fertility Database. Quanto maior a graduação dos tons verdes, mais elevada é a contribuição das respetivas ordens de nascimento, sendo que quanto maior a graduação dos tons avermelhados, mais reduzido é o contributo destas ordens.

Anexo 2: Desvios padrão para o número médio ideal de filhos, por grupo etário, sexo e país

Sexo	País	15-24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 anos e+
Homens	Grécia	0,85	1,12	1,05	1,07
	Espanha	0,85	0,86	1,17	1,04
	Itália	0,71	0,80	0,87	1,10
	Portugal	0,68	0,84	0,92	1,27
Mulheres	Grécia	0,70	0,86	1,13	0,91
	Espanha	0,88	0,89	0,97	1,30
	Itália	1,01	0,88	0,93	0,88
	Portugal	0,68	0,92	0,99	1,22

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador.

Anexo 3: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo multinomial “4” ajustado para o desvio do ideal dos dois filhos em direção ao ideal <2 e >2, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados

Covariáveis	NIF<2 vs. NIF=2 (EB2011)			NIF>2 vs. NIF=2 (EB2011)		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Constante	-1.204	0.125	<0.001***	-1.253	0.133	<0.001***
País						
Portugal	1	1	1	1	1	1
Itália	-0.121	0.161	0.454	0.106	0.172	0.539
Grécia	-0.645	0.182	>0.0001***	0.594	0.166	0.002**
Espanha	-0.578	0.176	0.001**	0.306	0.167	0.067
Estado civil						
Cas/coab/viúvos	1	1	1	1	1	1
Solteiros	0.554	0.136	<0.001***	-0.265	0.136	0.051
Div./Sep.	0.944	0.232	<0.001***	0.203	0.245	0.402

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006 e EB2011. Realizou-se uma análise de resíduos, não tendo se detetado nenhuma observação influente. Através da divisão do modelo multinomial em dois modelos binários, o NIF<2 e o NIF>2 (2011) apresentaram respetivamente os valores-p = 0,23 e p= 0,49 para o teste de bondade de Hosmer-Lemeshow.

Anexo 4: Desvios-padrão referente ao número médio ideal de filhos para uma família e fecundidade média desejada ao longo do curso de vida, segundo o sexo e o grupo etário (Portugal, 2013)

Idades	18-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54
Ideal-Homens	0,72	0,79	0,64	1,03	0,87	0,78	0,84
Ideal-Mulheres	0,65	0,69	0,74	0,68	0,72	0,75	-
Desejada-Homens	1,01	0,93	0,93	1,46	1,4	1,35	1,38
Desejada-Mulheres	0,95	0,92	1,05	1,06	1,04	1,27	-

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Anexo 5: Desvios-padrão referente ao número médio ideal de filhos para uma família e, fecundidade média desejada ao longo do curso de vida, segundo o sexo e o nível de escolaridade (Portugal, 2013)

Nível escolaridade	Até o básico	Secundário	Superior
Ideal-H	0,84	0,72	0,91
Ideal-M	0,78	0,63	0,65
Desejo-H	1,38	0,95	1,26
Desejo-M	1,12	1,03	0,98

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Anexo 6: Desvios-padrão referente ao número médio ideal de filhos (figura 4.4) para uma família e fecundidade média desejada ao longo do curso de vida, segundo o sexo e a compensação “quantidade” versus “qualidade” (Portugal, 2013)

	Concorda	Discorda
Ideal-H	0,67	0,98
Ideal-M	0,68	0,72
Desejo-H	1,05	1,43
Desejo-M	0,94	1,14

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Anexo 7: Distribuição percentual dos indivíduos sem filhos residentes em Portugal, para quem não têm filhos relativamente aos que já têm filhos (2006)

	Tem filhos (%)	Não tem filhos (%)
Idade	-	-
Sexo		
Homem	73,4	26,6
Mulher	82,9	17,1
Conjugalidade		
Vive em união (Casados, em coabitação e viúvos)	90,9	9,1
Não vive em união (Solteiros, separados e divorciados)	40,0	60,0
Área		
Pequenos ou médio porte (Até 100.000 habitantes)	79,5	20,5
Cidade grande (Acima de 10.000 habitantes)	70,0	30,0
Nível de escolaridade		
Até o básico	87,0	13,0
Secundário	65,2	34,8
Superior	51,6	48,4
Nível de religiosidade		
Mais religiosos	82,1	17,9
Menos religiosos	77,1	22,9
Nº ideal de filhos		
Menor que dois	52,2	47,8
Dois	79,5	20,5
Maior que dois	91,5	8,5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Anexo 8: Variáveis consideradas para ajustar os modelos de regressão logística para quem não tem filhos nem pensa vir a tê-los vs. quem não tem e pensa vir a ter e, para quem pretende ter apenas um filho como descendência final vs. quem pretende ter dois ou mais filhos

Variável	Categorias
Idade	-
Sexo	Homens Mulheres
Dimensão da área de residência	Densamente povoada Medianamente povoada Pouco povoada
Nível de escolaridade do próprio	Até básico Secundário Superior
Composição do agregado parental de origem	Não tem cônjuge Com ambos os pais (com ou sem outros parentes) Com o pai e sem a mãe (com ou sem outros parentes) Com a mãe e sem o pai (com ou sem outros parentes) Sem a mãe e sem o pai (com ou sem outros parentes)
Nível de escolaridade dos pais	Ambos até o ensino básico Ao menos um dos pais com ensino secundário Ao menos um dos pais com ensino superior
Número de irmãos	Nenhum Um irmão Dois irmãos Três ou mais irmãos
Existência de separação dos pais	Separaram-se ou nunca viveram juntos Não se separaram Não sabe (não viveu com pai ou mãe)
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até 18 anos 19-24 anos 25-31 32 anos ou mais Nunca deixou de residir Nunca residiu Não sabe
Atualmente em conjugalidade	Sim (vive com cônjuge/companheiro) Não (Sem cônjuge/companheiro)
Existência de enteados	Não Sim
Horas de trabalho semanais	Até 35 horas Mais de 35 horas
Rendimento <i>per capita</i>	Menos de 500 € Entre 500-1000 € Mais de 1000 €
Número ideal de filhos	Menos de 2 filhos 2 filhos Mais de 2 filhos
Opinião sobre a conciliação materna e a vida familiar (conciliação materna)	Trabalhar a tempo inteiro fora de casa Trabalhar a tempo parcial fora de casa Trabalhar a partir de casa Não trabalhar
Presença materna ¹	Concorda Discorda
Presença paterna ²	Concorda Discorda
Papéis de género ³	Concordância plena Alguma discordância
Importância da família ⁵	Concorda Discorda
Realização pessoal ⁶	Alguma concordância Discordância plena
Compensação ⁷	Concorda Discorda
Idade ao nascimento do primeiro filho ⁸	Até os 25 anos de idade Entre 26 - 30 anos Entre 31 - 35 anos Acima de 35 anos Não tem filhos

1. É prejudicial, para uma criança até a idade escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?
2. É prejudicial, para uma criança até a idade escolar, que o pai trabalhe fora de casa?
3. Construída a partir das seguintes perguntas: As mães que trabalham fora de casa podem ter uma relação tão boa com os seus filhos quanto as mães que trabalham fora de casa? E uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável?
4. Construída a partir das perguntas: O desejo de uma carreira profissional e vida pessoal e social ativa as mulheres a não ter filhos? E as mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir de ter filhos devido à sua idade?
5. Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada?
6. Uma mulher ou homem precisa de ter filhos para se sentir realizado(a)?
7. É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?
8. Variável utilizada apenas no 4º modelo de regressão (descendências de filho único).

Anexo 9: Distribuição percentual dos indivíduos sem filhos residentes em Portugal, para quem não tem filhos e não pretende tê-los (*childlessness* permanente) em relação aos que pensam vir a ter filhos (*childlessness* temporário)

Variáveis	Categorias	Não (%)	Sim (%)
Idade	<i>Variável contínua</i>	-	-
Sexo	Homem	77,5	22,5
	Mulher	79,3	20,7
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	78,1	21,9
	Medianamente povoada	77,2	22,8
	Pouco povoada	80,8	19,2
Nível de escolaridade	Até o básico	69,6	30,4
	Secundário	85,2	14,8
	Superior	79,3	20,7
Nível de escolaridade dos pais	Ambos até o ensino básico	75,8	24,2
	Ao menos 1 com ens. secundário	86,8	13,2
	Ao menos 1 com ens. superior	82,9	17,1
Composição do agregado de origem	Com ambos os pais	77,9	22,1
	Com o pai e sem a mãe	73,3	26,7
	Com a mãe e sem o pai	80,8	19,2
	Sem a mãe e sem o pai	80,6	19,4
Número de irmãos	Nenhum	81,7	18,3
	Um	81,8	18,2
	Dois	81,7	18,3
	Três ou mais	65,4	34,6
Existência de separação dos pais	Separaram-se/ nunca viveram juntos	80,7	19,3
	Não se separaram	77,6	22,4
	Não viveu com os pais	80,6	19,4
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até 18 anos	70,4	26,0
	19-24 anos	71,9	28,1
	25-31	75,3	24,7
	32 anos ou mais	50,0	50,0
	Nunca deixou de residir	84,1	15,9
	Nunca residiu	75,0	25,0
	Não sabe	50,0	50,0
Atualmente em conjugalidade	Sim	74,2	25,8
	Não	79,6	20,4
Existência de enteados	Sim	78,7	21,3
	Não	50,0	50,0
Horas trabalho semanal	Até 35 horas	77,8	22,2
	Mais de 35 horas	78,8	21,2
Rendimento <i>per capita</i>	Menos de 500 €	79,7	20,3
	Entre 500-1000 €	78,0	22,0
	Mais de 1000 €	73,3	26,7
Número ideal de filhos	Menor que 2 filhos	42,3	57,7
	2 filhos	78,6	21,4
	Maior que 2 filhos	82,9	17,1
Opinião sobre a conciliação materna	Trabalhar a tempo inteiro	79,4	20,6
	Trabalhar a tempo parcial	82,4	17,6
	Trabalhar a partir de casa	76,9	23,1
	Não trabalhar	65,0	35,0
	Sem opinião	33,3	66,7
Presença materna	Concorda	77,2	22,8
	Discorda	78,9	21,1
Presença paterna	Concorda	81,3	18,7
	Discorda	77,6	22,4
Papéis de género	Concordância plena	78,9	21,1
	Alguma discordância	77,5	22,5
Importância família	Concorda	77,8	22,2
	Discorda	79,0	21,0
Realização pessoal	Alguma concordância	82,3	17,7
	Discordância plena	75,5	24,5
Compensação	Concorda	78,4	21,6
	Discorda	77,6	22,4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Nota: para a realização da distribuição dos indivíduos, utilizou-se o peso normalizado referido na metodologia.

Anexo 10: Distribuição percentual dos indivíduos que pretendem ter como descendência final apenas um filho

Variáveis	Categorias	Não (%)	Sim (%)
Idade	<i>Variável contínua</i>	-	-
Sexo	Homem	71,6	28,4
	Mulher	71,9	28,1
Dimensão da área de residência	Densamente povoada	71,4	28,6
	Medianamente povoada	71,9	28,1
	Pouco povoada	72,0	28,0
Nível de escolaridade	Até o básico	70,1	29,9
	Secundário	71,2	28,8
	Superior	75,6	24,4
Nível de escolaridade dos pais	Ambos até o ensino básico	70,1	29,9
	Ao menos 1 com ens. secundário	72,6	27,4
	Ao menos 1 com ens. superior	83,8	16,2
Composição do agregado de origem	Com ambos os pais	72,0	28,0
	Com o pai e sem a mãe	73,0	27,0
	Com a mãe e sem o pai	71,5	28,5
	Sem a mãe e sem o pai	61,9	38,1
Número de irmãos	Nenhum	67,5	32,5
	Um	71,2	28,8
	Dois	71,3	28,7
	Três ou mais	74,1	25,9
Existência de separação dos pais	Separaram-se/ nunca viveram juntos	74,0	26,0
	Não se separaram	71,8	28,2
	Não viveu com os pais	61,9	38,1
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem	Até 18 anos	76,5	23,5
	19-24 anos	71,1	28,9
	25-31	68,2	31,8
	32 anos ou mais	50,4	49,6
	Nunca deixou de residir	70,0	23,0
	Nunca residiu	63,0	37,0
	Não sabe	80,0	20,0
Atualmente em conjugalidade	Sim	70,5	29,5
	Não	74,2	25,8
Existência de enteados	Sim	72,2	27,8
	Não	53,8	46,2
Horas trabalho semanal	Até 35 horas	75,5	25,5
	Mais de 35 horas	69,0	31,0
Rendimento per capita	Menos de 500 €	74,4	25,6
	Entre 500-1000 €	60,6	39,4
	Mais de 1000 €	75,5	24,5
Número ideal de filhos	Menor que 2 filhos	54,3	45,7
	2 filhos	67,2	32,8
	Maior que 2 filhos	81,1	18,9
Opinião sobre a conciliação materna	Trabalhar a tempo inteiro	71,8	28,2
	Trabalhar a tempo parcial	72,9	27,1
	Trabalhar a partir de casa	69,8	30,2
	Não trabalhar	70,3	29,7
	Sem opinião	80,0	20,0
Presença materna	Concorda	69,4	30,6
	Discorda	73,4	26,6
Presença paterna	Concorda	66,2	33,8
	Discorda	72,8	27,2
Papéis de género	Concordância plena	72,3	27,7
	Alguma discordância	71,2	28,8
Importância família	Concorda	71,8	28,2
	Discorda	71,6	28,4
Realização pessoal	Alguma concordância	72,2	27,8
	Discordância plena	70,9	29,1
Compensação	Concorda	61,6	38,4
	Discorda	84,8	15,2
Idade aos nascimento do primeiro filho	Até os 25 anos de idade	78,8	21,2
	Entre 26 - 30 anos	71,1	28,9
	Entre 31 – 35 anos	61,2	38,8
	Acima de 35 anos	44,9	55,1
	Não tem filhos	74,4	25,6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Nota: para a realização da distribuição dos indivíduos, utilizou-se o peso normalizado referido na metodologia.

Anexo 11: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) das análises univariadas para as variáveis “Nível de religiosidade”, e “Área de residência” para quem não tem filhos vs. quem tem, respetivos desvios padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados

	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Nível de Religiosidade			
Mais religiosos			
Menos religiosos	0,31	0,27	0,024
Dimensão da área de residência			
Até 100 mil habitantes			
Acima de 100 mil habitantes	0,49	0,30	0,11

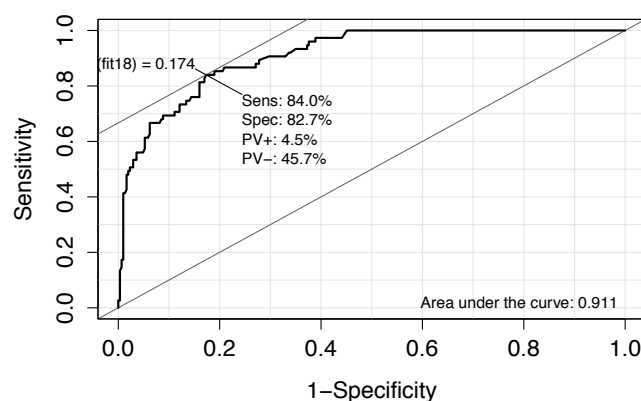
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Anexo 12: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para quem não tem filhos vs. quem tem, respetivos desvios padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p associados (EB2006)

	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Idade	-0,11	0,02	< 0,001
Nível de escolaridade			
Básico			
Secundário	0,89	0,36	0,013
Superior	1,11	0,42	0,008
Sexo			
Homem			
Mulher	-1,15	0,33	0,001
Conjugalidade			
Sim (cas/coab/viúvos)			
Não (solt/sep/div)	2,57	0,32	< 0,001
Número ideal de filhos			
Dois			
Menor que dois	1,54	0,38	< 0,001
Maior que dois	-0,85	0,48	0,073

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Anexo 13: Curva ROC do modelo de regressão logística para quem não tem filhos vs. quem tem (EB2006)



O modelo revelou um bom ajustamento aos dados, com o R^2 de Nagelkerke igual a 59%, e muito boa capacidade discriminativa (AUC=0,91). Para a estatística do teste de Hosmer-Lemeshow obteve-se um $X^2 = 5,4$ e um valor de prova superior a 0,05 (valor p = 0,72), não tendo sido verificada a presença de nenhuma observação influente na análise de resíduos.

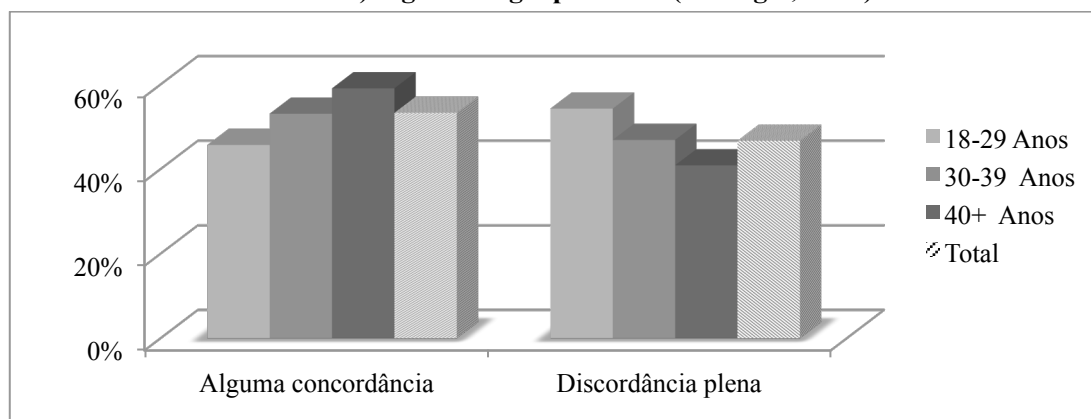
Anexo 14: Realização pessoal (é preciso ter filhos para que uma pessoa se sinta realizada) segundo o grupo etário e a intenção de vir a ter (mais) filhos (Portugal, 2013)

Realização pessoal	Grupo etário	Pretensão atual de vir a ter filhos biológicos (%)				Total
		Sim	Não	Não pode ter filhos	Não sabe	
Alguma concordância	18-24 Anos	93,0	5,7	0,2	1,1	100
	25-29 Anos	93,5	6,5	0,0	0,0	100
	30-34 Anos	91,3	7,5	1,3	0,0	100
	35-39 Anos	73,6	19,8	5,5	1,1	100
	40-44 Anos	42,7	47,6	7,3	2,4	100
	45-49 Anos	20,3	59,3	11,9	8,5	100
	50-54 Anos	16,3	69,8	14,0	0,0	100
	Total	81,0	15,5	2,4	1,1	100
Discordância plena	18-24 Anos	87,8	11,1	0,3	0,8	100
	25-29 Anos	86,3	12,0	0,0	1,7	100
	30-34 Anos	84,8	13,4	0,0	1,7	100
	35-39 Anos	66,7	30,9	1,2	1,2	100
	40-44 Anos	29,8	63,2	7,0	0,0	100
	45-49 Anos	10,8	77,4	11,8	0,0	100
	50-54 Anos	8,2	87,8	4,1	0,0	100
	Total	74,3	23,1	1,5	1,0	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise todos os indivíduos (18-54 anos) amostrados (com ou sem filhos à data do inquérito).

Anexo 15: Realização pessoal (é preciso ter filhos para que uma pessoa se sinta realizada) segundo o grupo etário (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise todos os indivíduos amostrados (com ou sem filhos à data do inquérito).

Anexo 16: Número de irmãos segundo o grupo etário, para os indivíduos sem filhos (Portugal, 2013)

Nº de Irmãos	Grupo etário			Total (%)
	Até 29 anos (%)	Entre 30-39 (%)	40 ou+ (%)	
Nenhum	15,9	13,2	11,2	14,5
Um	48,8	49,9	30,9	46,3
Dois	18,6	17,5	17,0	18,1
Três ou+	16,6	19,4	40,9	21,0
Total	100	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: fazem parte desta análise apenas os indivíduos (18-45 anos) sem filhos.

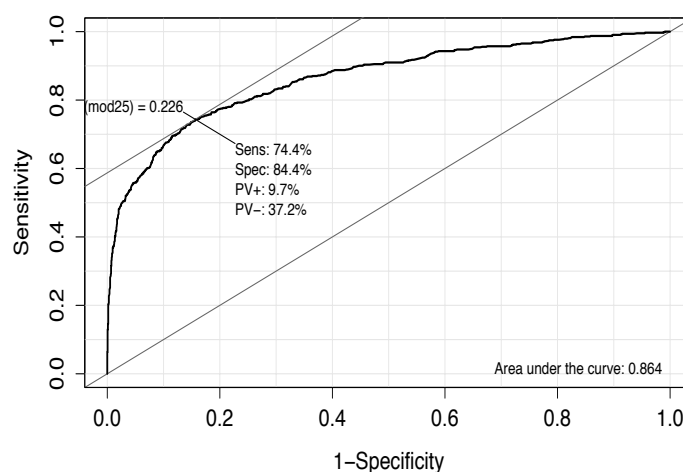
Anexo 17: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que não têm filhos e não pensam vir a ter (*childlessness* permanente) vs. aqueles não têm mas pensam vir a ter (*childlessness* temporário), respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados

Covariáveis	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	-0,75	0,32	0,021
Idade¹	0,06	0,01	< 0,001
Conjugalidade (EC)			
Vive em conjugalidade			
Não vive em conjugalidade	1,93	0,55	0,001
Nível de Escolaridade			
Até básico			
Secundário	-0,52	0,22	0,016
Superior	-0,72	0,24	0,003
Horas de trabalho semanal (HT)			
Menos de 36 horas			
36 horas ou mais	-0,95	0,26	0,001
Número ideal de filhos			
Dois filhos ou mais			
Menos de dois filhos	0,69	0,23	0,002
Realização pessoal			
Alguma concordância			
Discordância plena	0,70	0,20	0,001
Sexo*idade	0,02	0,01	0,004
Sexo*HT (36 horas ou mais)	0,88	0,38	0,022
Idade* EC (Não vive em conjugalidade)	-0,03	0,01	0,001

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Nota: 1- A variável idade não verificou o pressuposto de linearidade com o *logit*. Neste caso o método dos polinómios fraccionários sugeriu a transformação: $(idade/10)^3$.

Anexo 18: Curva ROC do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que não têm filhos e não pensam vir a ter (*childlessness* permanente) vs. aqueles que não têm mas pensa vir a ter (*childlessness* temporário)



O modelo revelou um bom ajustamento aos dados, apresentando um R^2 de Nagelkerke igual a 41%, e com muito boa capacidade discriminativa (AUC=0,86). Para a estatística do teste de Hosmer-Lemeshow obteve-se um $X^2 = 9,3$ e um valor de prova superior a 0,05 (valor p = 0,32). A análise de resíduos não identificou a presença de observações influentes.

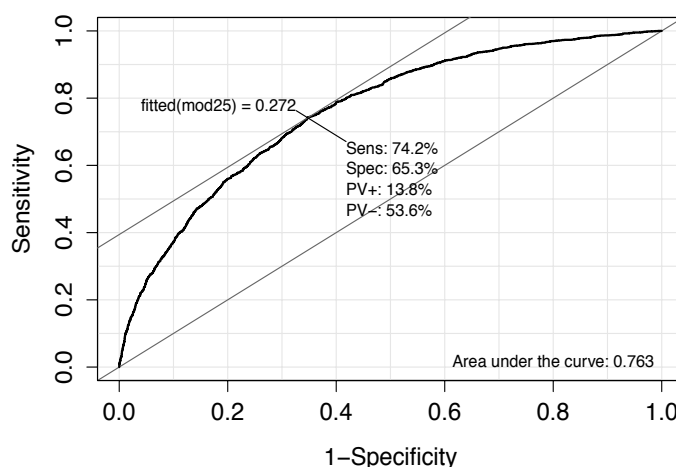
Anexo 19: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que pretendem ter como descendência final um filho vs. aqueles que pensam vir a uma descendência igual ou superior a dois filhos, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados

Covariáveis	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,35	0,09	0,001
Idade¹	-0,68	0,09	< 0,001
Conjugalidade			
Não			
Sim	-0,92	0,38	0,061
Idade ao nascimento do primeiro filho			
Até os 25 anos			
Entre 26 e 30 anos	0,55	0,13	<0,001
Entre 31 e 35 anos	1,03	0,15	<0,001
Após os 35 anos	1,78	0,21	<0,001
Sem filhos	0,83	0,16	<0,001
Composição do agregado parental de origem			
Com ambos ou ao menos um dos pais			
Sem ambos os pais (com e sem outros parentes)	0,51	0,24	0,029
Rendimento <i>per capita</i>			
Até 500€			
Entre 500 e 1000€	0,59	0,11	<0,001
Acima de 1000€	0,09	0,15	0,522
Nível de Escolaridade			
Até básico			
Secundário	-0,12	0,11	0,271
Superior	-0,50	0,14	0,001
Nível de Escolaridade dos pais			
Ambos o pais sem ensino superior			
Ao menos um dos pais com ensino superior	-0,60	0,18	0,001
Existência de enteados			
Não			
Sim	0,98	0,24	<0,001
Número ideal de filhos			
Dois			
Maior que dois	-0,64	0,10	<0,001
Menor que dois	0,51	0,25	0,038
Presença Paterna			
Concorda			
Discorda	-0,23	0,11	0,036
Compensação			
Concorda			
Discorda	-1,30	0,09	<0,001
Idade* Conjugalidade (Sim)	0,27	0,12	0,030

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Nota: 1- Como a variável idade não verificou o pressuposto de linearidade com o *logit*, o método dos polinómios fraccionários sugeriu a sua transformação em $(idade/100)^{1.1}$.

Anexo 20: Curva ROC do modelo de regressão logística para os residentes em Portugal que pretendem ter como descendência final um filho vs. aqueles que pensam vir a uma descendência igual ou superior a dois filhos



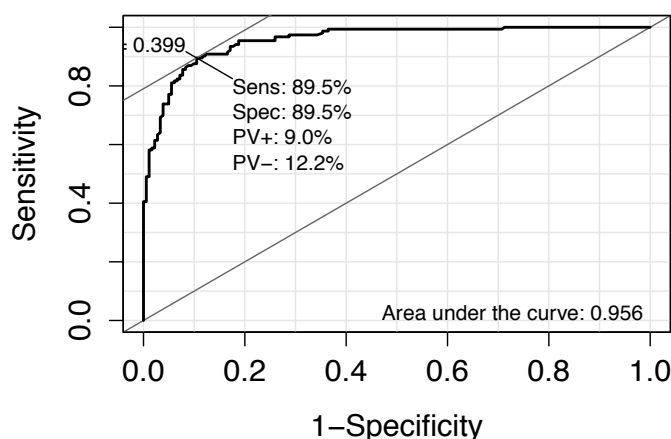
O modelo ajustou-se aos dados, apresentando um R^2 de Nagelkerke igual a 19% e boa capacidade discriminativa ($AUC=0,76$). Para a estatística do teste de Hosmer-Lemeshow obteve-se um $X^2 = 12,3$ e um valor de prova superior a 0,05 (valor $p = 0,14$). A análise de resíduos não detetou a presença de observações influentes.

Anexo 21: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística do modelo logístico ajustado para quem tem intenção de ter filhos em algum momento de sua vida vs. quem não tem intenção de ter (mais) filhos, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados

Covariáveis	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Idade	-0,189	0,024	<0,001
Ordem de paridade			
Nenhum filho			
Um filho	-1,743	0,433	<0,001
Dois ou mais filhos	-4,399	0,571	<0,001
Nº Ideal de filhos			
Dois			
Menor que dois	-1,717	0,479	<0,001
Maior que dois	2,371	0,502	<0,001
Tem tantos filhos quanto os pais			
Não			
Sim	-1,431	0,614	0,020
Influência de amigos ^a			
Não			
Sim	1,598	0,648	0,014
Perspetiva Lar 2 anos ^b			
Melhor			
Igual ou pior	-0,768	0,336	0,022
Filhos sofrem ^c			
Tendem concordar			
Concordam totalmente	0,644	0,409	0,115
Discordam ou tendem a discordar	0,886	0,395	0,025

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006, com o uso do ponderador. Notas: a- Os amigos pensam que deveriam ter um (outro) filho; b- Perspetiva de como estará sua situação doméstica nos próximos 2 anos; c- Distinção entre três categorias: os que tendem a concordar que uma criança no período pré-escolar é mais suscetível de sofrer porque a mãe trabalha (referência), aqueles que discordam ou tendem a discordar (categoria 1) e aqueles que concordam totalmente (categoria 2).

Anexo 22: Curva ROC do modelo de regressão logística ajustado para quem tem intenção de ter filhos em algum momento de sua vida vs. quem não tem intenção de ter (mais) filhos



Nota: O modelo revelou uma excepcional capacidade discriminativa ($AUC=0,96$) e também muito bom ajuste aos dados, com um R^2 de Nagelkerke igual a 81%. Para a estatística do teste de Hosmer-Lemeshow obteve-se um $X^2 = 5,3$ e um valor de prova superior a 0,05 (valor $p = 0,73$), não tendo se verificado nenhuma observação influente na análise de resíduos.

Anexo 23: Ordens de paridade daqueles que não mencionaram ter o mesmo número de filhos que seus pais

Ordens de paridade do inquiridos(%)								
Zero	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	Seis	Sete	Total
45,3	23,6	23,6	4,7	1,9	0,3	0,3	0,3	100

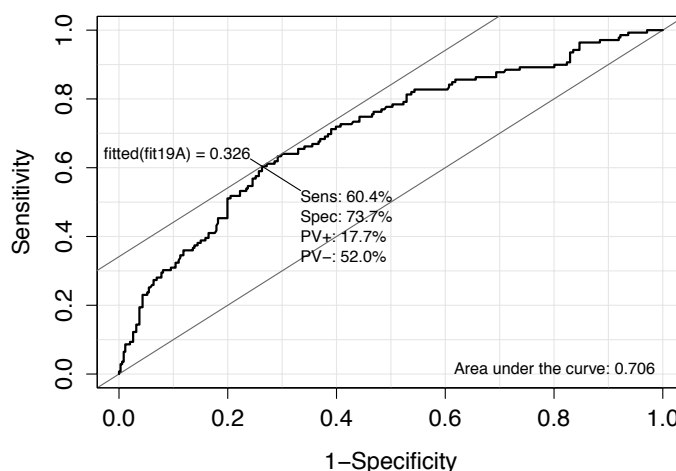
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB 2006, com o uso do ponderador

Anexo 24: Coeficientes estimados ($\hat{\beta}$) do modelo de regressão logística para quem teve menos filhos que o inicialmente desejado vs. quem teve um número de filhos igual ou superior ao inicialmente desejado, respetivos desvios-padrão estimados ($\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$) e valores p (teste de Wald) associados

Covariáveis	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\hat{\beta}}$	Valor p
Sexo			
Homens			
Mulheres	0,85	0,25	0,001
Trabalho a tempo inteiro			
Não			
Sim	0,68	0,29	0,020
Situação conjugal			
Casados, em coabitação e viúvos			
Solteiros	-0,76	0,71	0,282
Separados e divorciados	0,80	0,36	0,028
Idade	-0,02	0,01	0,015
Idade ao nascimento do 1º filho	0,09	0,02	0,001

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do EB2006.

Anexo 25: Curva ROC do modelo de regressão logística para quem teve menos filhos que o inicialmente desejado vs. quem teve um número de filhos igual ou superior



Nota: O modelo revelou uma capacidade discriminativa aceitável ($AUC=0,71$) e bom ajuste aos dados, com um R^2 de Nagelkerke igual a 17%. Para a estatística do teste de bondade de Hosmer-Lemeshow obteve-se um $X^2 = 8,3$ e um valor de prova superior a 0,05 (valor $p = 0,43$), não tendo sido detetada nenhuma observação influente na análise de resíduos.

Anexo 26: Fecundidade renunciada: percentual dos motivos para não ter (mais) filhos entre as mulheres com idades entre 45-49 anos (Portugal, 2013)

Motivos	Sem filhos (N=18.425)		Com 1 filho (N=78.078)		Com 2 ou+ filhos (N=77.083)	
	Importante		Importante		Importante	
	Sim %	Não %	Sim %	Não %	Sim %	Não %
Custos financeiros associados a ter filhos	66,2	33,8	77,4	22,6	80,4	19,6
Não ter idade para ter filhos	54,0	46,0	70,2	29,8	62,8	37,2
Dificuldade para conseguir emprego	50,9	49,1	57,4	42,6	45,1	54,9
Problemas de saúde	39,4	60,6	34,2	65,8	31,2	68,8
Gravidez e parto são difíceis para as mulheres	22,6	77,4	27,3	72,7	26,6	73,4
Cônjuge/companheiro não quer	17,1	82,9	24,9	75,1	20,2	79,8
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho	16,9	83,1	25,7	74,3	26,0	74,0
Problemas associados à educação de uma criança	15,0	85,0	37,8	62,2	25,2	74,8
Dificuldade de conciliar vida familiar e vida profissional	13,3	86,7	30,3	69,7	33,4	66,6
Falta de espaço na habitação	7,3	92,7	19,4	80,6	14,1	85,9
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	5,8	94,2	18,6	81,4	17,1	82,9
Já tem os filhos que quer	-	-	50,5	49,5	68,2	31,8

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.

Nota: foram computados como fecundidade renunciada as observações (N=173.586) em que **não** havia intenções de fecundidade e cuja fecundidade desejada ao longo da vida era superior à fecundidade realizada. Estão excluídas desta análise as mulheres que ainda têm intenção de vir a ter filhos ou que não os podem (mais) tê-los, para as quais tais questões não foram colocadas.

Anexo 27: Distribuição percentual das mulheres com idades entre 18 e 49 anos, segundo grupos etários e níveis de escolaridade (Portugal, 2013)

Grupo Etário (mulheres)		Até o básico	Secundário	Superior	Total
18-24	N	126.194	211.003	53.769	390.966
Anos	%	32,3	54,0	13,8	100
25-29	N	113.389	92.656	101.410	307.455
Anos	%	36,9	30,1	33,0	100
30-34	N	114.047	91.812	151.773	357.632
Anos	%	31,9	25,7	42,4	100
35-39	N	171.255	120.279	144.686	436.220
Anos	%	39,3	27,6	33,2	100
40-44	N	209.951	107.025	113.447	430.423
Anos	%	48,8	24,9	26,4	100
45-49	N	229.800	76.862	67.135	373.797
Anos	%	61,5	20,6	18,0	100
Total	N	964.636	699.637	632.220	2.296.493
	%	42,0	30,5	27,5	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE), com o uso do ponderador.